

21369

PROCESSO Nº 21369

ANO 1980

II VOLUME



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT

21369

PROCESSO Nº

INTERESSADO: <i>SECRETÁRIO DA CULTURA</i>
PROCEDÊNCIA: <i>CAPITAL</i>
DATA: <i>04/08/1980</i>
REPARTIÇÃO: _____
Nº DE ORDEM DO PAPEL: _____
ASSUNTO: <i>Tombamento do prédio que abriga a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Largo São Francisco - Capital.</i>



119

DO	NÚMERO	ANO	RUBRICA
----	--------	-----	---------

Proc. 21.369/80

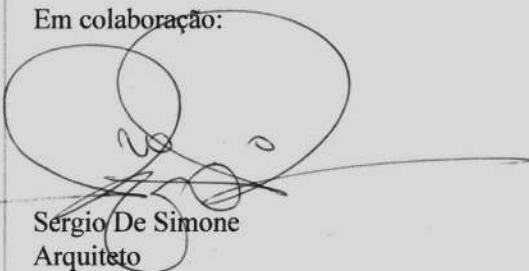
Ass.: Estudo de Tombamento: **Faculdade de Direito da USP - Lgo. de São Francisco - São Paulo - SP**

Sr. Diretor Técnico do STCR.

Segue, anexo, informação a respeito do atual edifício da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, cujo teor poderá colaborar para o seu estudo de tombamento. Este material submetemos à sua apreciação e, a seu critério, posterior encaminhamento ao Egrégio Colegiado para análise e manifestação.

STCR, 02 de julho de 2002.

Em colaboração:



Sérgio De Simone
Arquiteto



120

DO	NÚMERO	ANO	RUBRICA
----	--------	-----	---------

Proc. 21.369/80

Ass.: Estudo de Tombamento: **Faculdade de Direito da USP - Lgo. de São Francisco - São Paulo - SP****Considerações Iniciais:**

O presente estudo é fruto de um trabalho disciplinar apresentado à cadeira *Tópicos Especiais em História da Arte e da Cultura III* - parte integrante do Curso de Mestrado em História da Arte e da Cultura junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - em fevereiro do corrente ano. Nele procuramos analisar a obra da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco sob o ponto de vista da historiografia da arte e da arquitetura.

Procuramos, dentro das possibilidades de um trabalho desta natureza, consultar todo o material disponível e publicado a respeito daquele edifício e sobre o movimento neocolonial no Brasil, particularmente as suas expressões mais significativas manifestas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Além disso, graças às preciosas informações fornecidas pelo Prof. Dr. Luciano Migliaccio, durante as aulas do curso acima mencionado, pudemos vislumbrar hipóteses mais abrangentes de suas raízes, vinculadas ao romantismo europeu e, destacadamente, sua filiação a uma importante escola arquitetônica portuguesa, conhecida como "Casa Portuguesa"; estilo fomentado pelo pesquisador e arquiteto português Raul Lino, discípulo de Albrecht Haupt - notório professor e arquiteto alemão, pioneiro em pesquisa e publicações sobre a arquitetura do renascimento em Portugal, a partir da segunda metade do século XIX.

Pudemos, assim, verificar todo o contexto que permitiu a *São Paulo* construir e projetar uma obra das dimensões, no mais amplo sentido da palavra, do atual edifício da *Academia de Direito*, situada no centro de nossa capital. A pouco conhecida, porém, destacada figura do engenheiro português Ricardo Severo revelou-se, aqui, um ativo intelectual e sofisticado agente cultural operando no interior da elite paulista.

Severo, gerente financeiro e sócio, desde o princípio, do maior *bureau* de projetos e construções de São Paulo: o *Escritório Técnico Ramos de Azevedo* - empresa em operação durante um largo período de tempo (entre o final dos anos 1890 e o encerrar dos 1960, cerca de setenta anos consecutivos, portanto), foi, também, autor da maioria de seus escritos. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e, após o falecimento de Ramos de Azevedo, sucedeu-o na direção do Liceu de Artes e Ofícios e no *Escritório Técnico* que passou a denominar-se, também, *Severo & Villares*. Na gestão destes negócios, não se restringiu apenas às atividades administrativas e pode exercer seus atributos de engenheiro civil e arquiteto; além disso, na qualidade de pragmático intelectual, pode idealizar, com reconhecido pioneirismo, as bases do movimento artístico que ficou conhecido como *neocolonial*.

Assim se refere a Historiadora Marly Rodrigues quanto à importância daquele ideário no seio de nossa jovem nação em busca de identidade própria:



121

DO	NÚMERO	ANO	RUBRICA
----	--------	-----	---------

A História seria evocada como justificativa de inúmeras manifestações que pretendiam compor a identidade nacional. Na arquitetura, essa busca resultou no neocolonial, movimento de criação de um estilo arquitetônico brasileiro que teve por marco inicial o discurso "Culto à tradição", pronunciado pelo arquiteto português radicado no Brasil, Ricardo Severo, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1912. A este se seguiram artigos e conferências por meio dos quais Severo - Incentivado por José Mariano Filho, convicto defensor da "causa nacional" - procurou difundir o neo colonial que considerava expressão dos valores tradicionais da arquitetura brasileira, em contraposição ao eclético, por ele visto como "estranho a este ambiente".¹

Para tanto, Severo, conforme a bibliografia consultada, financiou as viagens de inúmeros artistas com destino às cidades históricas do Brasil (Ouro Preto, Mariana, Salvador, Recife, Olinda, São Luís, entre outras) com o objetivo de inventariar todo aquele rico acervo. Este material foi posteriormente publicado (*Documentário Arquitetônico* de Wasth Rodrigues e *Estilo Tradicional Brasileiro* de Ranzini), reinterpretado e reelaborado. Todos aqueles detalhes e conceitos serviriam de base para a formação de um morfologia própria ao estilo: o neocolonial, ou *Estilo Tradicional Brasileiro* como o nosso português o denominou. Claramente, por meio do estudo que ora apresentamos, é possível identificar a aplicação desta linguagem arquitetônica ao corpo do edifício focalizado.

Outro pioneirismo de Severo refere-se à grande influência exercida sobre a personalidade de Mariano Filho, acima citado. Isto significa dizer que pela primeira vez São Paulo vai ingerir nos destinos do maior centro de irradiação da arte oficial no Brasil: a capital da república.

Este importante personagem, Mariano Filho, embora médico por formação, dedicava-se à crítica de arte e sua grande permeabilidade no interior das estruturas da emergente república brasileira levou-o a ocupar o importante cargo de Diretor da Academia Nacional de Belas Artes. Fundador do IAB, culminou por tornar o neocolonial em modelo estético oficial. Por suas mãos passaram, dentre outros, o arquiteto e ideólogo da historiografia de nossa arquitetura moderna: Lúcio Costa.

Acreditamos, ainda, que Ricardo Severo faleceu acreditando haver legado à nossa cidade um *monumental edifício de caráter barroco* que não possuíamos.

Todos estes fatos, acima expostos, e que serão aprofundados em nosso modesto estudo, permitem perceber a importância do assunto tratado e, conseqüentemente, da edificação objeto deste estudo.

¹ Rodrigues, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo -1969/1987*. pág. 21.



126

DO

NÚMERO

ANO

RUBRICA

Proc. 21.369/80

Ass.: Estudo de Tombamento: **Faculdade de Direito da USP - Lgo. de São Francisco - São Paulo - SP****Considerações Finais:**

Conforme pudemos observar, no trabalho anexo, foi na fatura do prédio da Faculdade de Direito de São Paulo que Severo pode empregar todo o seu ideário estético, onde imaginava culminar todo um trabalho de pesquisa e desenvolvimento de uma obra singular, inovadora e original, em prol da formação de um genuíno caráter nacional. Neste sentido, buscou conjugar os anseios daquela geração de paulistas e de brasileiros aos seus interesses em valorizar as nossas raízes lusitanas – algo que vislumbrava no barroco português transladado e reelaborado no Brasil, durante o seu período colonial. Em decorrência disto recebeu, ainda em vida, várias homenagens e comendas.

Julgamos, assim, o atual edifício da Faculdade de Direito da USP, dita do Largo de São Francisco, obra excepcional; único edifício público de São Paulo portador do denominado estilo neocolonial, fruto e obra daquele intelectual português, aqui radicado, em direção aos anseios de porções tradicionais da gente paulista que buscavam reagir à importação de modelos estrangeiros, em particular ao *classicismo francês e italiano*, muito em voga durante os preponderantes anos da prática do ecletismo em nossa arquitetura.

Trata-se de exemplar dos mais representativos desta corrente arquitetônica atrelada aos cânones formais e de arranjos compositivos do *Estilo Tradicional Brasileiro*, ou neocolonial como ficou conhecido, de forte presença no panorama das artes brasileiras, e em particular no cenário arquitetônico paulista, a partir de finais dos anos 1910 e que repercutem até os nossos dias, sob forma popularizada. Refletiu tendências internacionais de rejeição ao universalismo eclético e de fomento a tendências nacionalistas, como o neogótico na Europa, de uma forma geral, e do estilo *Casa Portuguesa* em Portugal. Pretendeu, desse modo, corresponder aos anseios de uma sociedade que se modernizava e que, concomitantemente, procurava associar o seu progresso à construção de uma identidade própria, identificada com a nacionalidade.

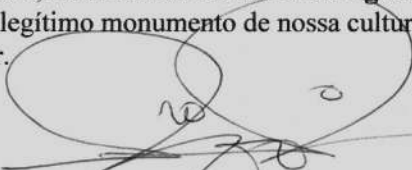
O hodierno *Edifício das Arcadas* se insere neste quadro de maneira notável e monumental, destacando-se como um dos mais importantes modelos desta linha de pensamento arquitetônico que contribuiu para a construção de nossa modernidade.

Por tudo o que foi exposto acima, **recomendamos ao E. Colegiado o seu tombamento**, em reconhecimento ao seu caráter de legítimo monumento de nossa cultura arquitetônica.

Era o que tínhamos a informar.

STCR, 07 de julho de 2002.

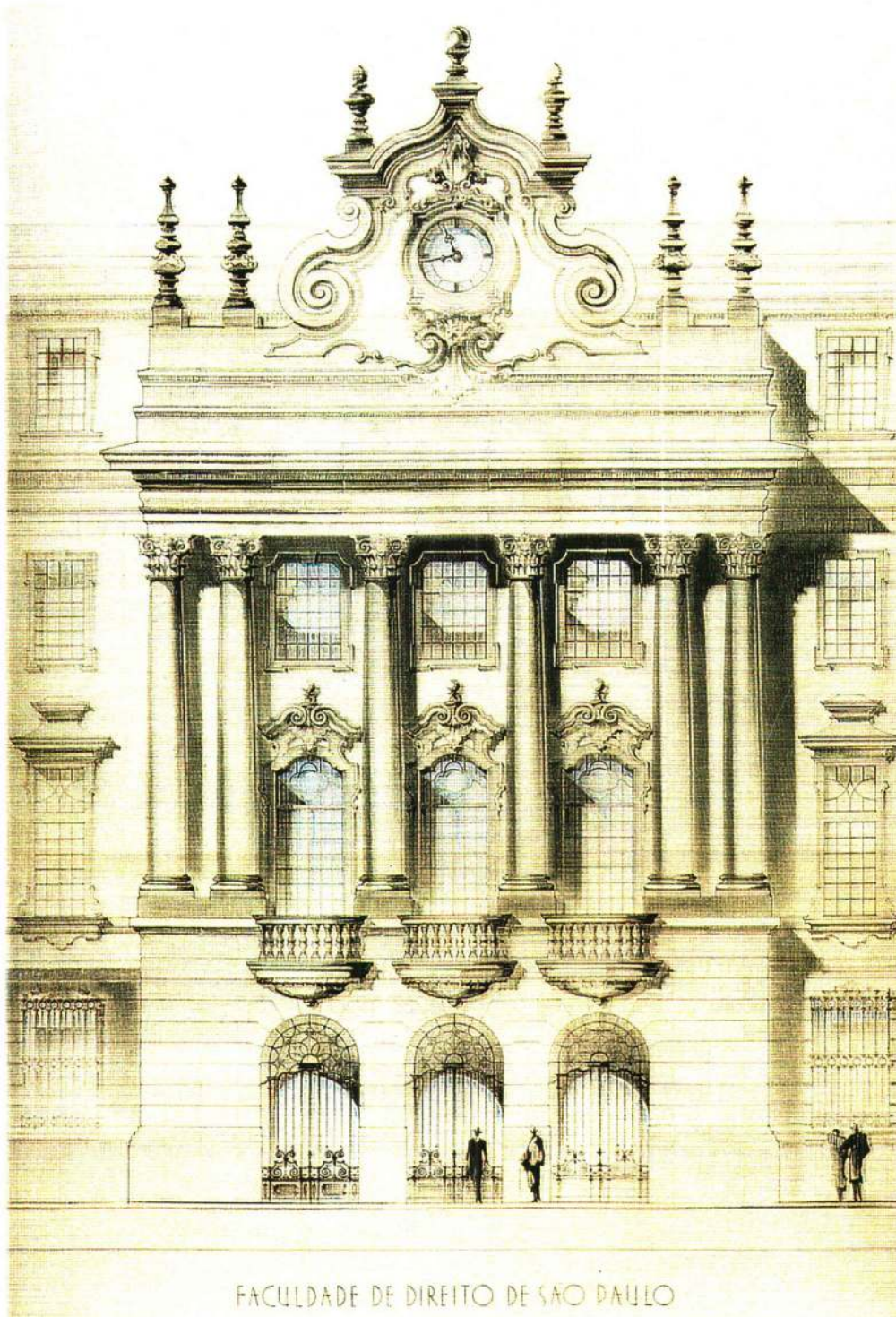
Em colaboração:



SÉRGIO ANTONIO DE SIMONE
Arquiteto

HISTÓRIA DA ARTE E DA CULTURA
Mestrado
TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA DA ARTE E DA CULTURA III
Prof. Dr. Luciano Migliaccio

123



FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO
A FACULDADE DE DIREITO DO LARGO DE SÃO FRANCISCO

Um paradigma do neocolonial em São Paulo
Sergio Antonio De Simone
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

124

HISTÓRIA DA ARTE E DA CULTURA

Mestrado

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA DA ARTE E DA CULTURA

III

HH 796

Prof. Dr. Luciano Migliaccio

Trabalho Disciplinar

A FACULDADE DE DIREITO DO LARGO DE SÃO FRANCISCO

Um paradigma do neocolonial em São Paulo

Sergio Antonio De Simone
mestrando

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
FEVEREIRO/ 2002

Apresentação

A atitude de Ruskin, seu levantamento não-sistemático de elementos arquitetônicos de Veneza: ... a coluna, o capitel, a parede velada, o arcobotante, o arcoquebrado, a empena, o teto, etc., cujo primeiro volume de sua obra é publicada em Londres em 1851¹, deixou, por assim dizer, discípulos que de modo peculiar e calcados em objetivos precisos partiram para estudos arqueológicos e etnográficos da arquitetura de seus países. Falamos, aqui, especificamente de dois portugueses: **Raul Lino e Ricardo Severo**.

O primeiro, arquiteto e estudioso da arquitetura tradicional portuguesa, cujas raízes vai buscar; de forma intensa e incessante, procurando traduzi-la, em teoria e prática, na "casa portuguesa".

O segundo, Engenheiro Civil e de Minas, fixa-se no Brasil, torna-se sócio de uma de suas maiores e mais importantes empresas de projetos e obras: o *Escritório Técnico Ramos de Azevedo - Severo & Vilares*. Além disso, foi o pioneiro a pregar em favor da adoção de uma *Arquitetura Tradicional Brasileira*, ou seja, uma arquitetura de raiz luso-brasileira em nosso país; pedra fundamental do chamado estilo *Neocolonial*.

Em ambos os trabalhos, estes dois artistas procuraram embasar suas teorias em apontamentos de viagem que realizaram pelo interior de seus respectivos países: Lino em Portugal e Severo, concomitantemente, financiando certas empreitadas no outro lado do Atlântico, em terras brasileiras. Ambos procuraram, desse modo, imprimir um caráter de cunho nacionalista à arquitetura praticada nestes países, na virada do século XIX para o XX, reagindo às influências de padrão internacional que a impregnavam, principalmente as de origem classicizante e francesa. Paris era, naquele momento, centro da cultura mundial.

Não podemos nos esquecer de um certo clima internacional das artes, naquele período, particularmente na Itália, que buscava um sabor regionalista e etnográfico (por ex. Michetti, em suas pinturas sobre Abruzzo), ou ainda, uma arte anterior ao renascimento (a presença de Burn-Jones, em Roma), procurando, assim, romper as fortes tradições acadêmicas.

Em Portugal, já se haviam sentido as influências italianas: o *Retrato de Napolitana*, pintura de Marques de Oliveira, artista consagrado nos salões parisienses por volta de 1879, denota a criação de um poética regionalista, ao modo de Michetti em *O beijo*. Com relação ao Brasil, os escritos de D'Annunzio eram bastante conhecidos por nossa intelectualidade, como atesta artigos publicados em

¹ Garcias, Jean-Claude. *Introdução*. In: Ruskin, John. *As pedras de Veneza*. São Paulo, Martins Fontes, 1992, pág. IX.

novembro de 1921, assinados por Eliseo de Carvalho, comparando Graça Aranha a vários pensadores europeus, entre eles o crítico italiano².

Enfim, uma nova onda de *modernidade* alcançava a capital paulista, inclusive através das portas que sempre estiveram abertas entre Portugal e Brasil. Identificaremos, aqui, algumas pontes pelas quais percorreram novas idéias artísticas que buscaram interromper a tradição acadêmica e procuraram restabelecer uma *tradição arquitetônica genuinamente nacional*, e, contraditoriamente, operando dentro da sistemática eclética a ser negada.

Ao que pudemos apurar, nem Lino e nem Severo conseguiram atingir, plenamente, os seus objetivos; mas, como veremos a seguir, abriram uma grande discussão cujos reflexos se podem sentir até os dias de hoje.

Fruto, em boa medida, desta questão o **novo edifício da Faculdade de Direito do Largo São Francisco** em São Paulo, obra polêmica datada dos anos 1933-1940, será o objeto sobre o qual teceremos algumas considerações, neste trabalho.

² Sevcenco, Nicolau. *O orfeu extático da metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000, pág. 268.

1279

*Como o passado é imóvel, morto, se não se o
acende com o calor da paixão, é preciso
reinventá-lo, animá-lo, agitá-lo.*

Giulio Carlo Argan

O Romantismo e o Neogótico.

Ao final do período napoleônico grandes transformações culturais operam-se no seio da sociedade europeia. O sentimento de individualidade e a noção de que, na realidade, os povos são entidades geográficas, históricas, religiosas e linguísticas firmam-se no horizonte como novos conceitos de universalidade. Simultaneamente, a retomada do sentido da arte como inspiração (não como intuição ou profecia, mas como um estado de reflexão, recolhimento e renúncia ao mundo pagão dos sentidos), também encontravam ressonância no interior daquela efervescência cultural. Assim, no início do séc. XIX, alguns pensadores alemães desejam revalorizar as tradições germânicas, repletas de temas místicos, em contraposição ao classicismo pleno de pretensões universalistas.

O mundo europeu anseia por modernidade e os artistas sentem-se fortemente atraídos pelas técnicas industriais, como nova força criativa, apesar destas vincularem-se instintivamente com a ciência.

Neste panorama há uma revalorização da arquitetura gótica, como modelo em oposição à clássica. Aquela é antes de mais nada cristã; nela se manifesta um desejo de transcendência verificada em sua verticalidade. Nascida nas cidades, é genuinamente burguesa e produto do refinado artesanato praticado entre os séculos XII e XIV; o alto nível técnico e apurado gosto dos artesãos locais encontram demonstração na multiplicidade e riqueza de sua decoração, e nas suas arrojadas e complexas estruturas. Além disso, foi um privilegiado meio de expressão do sentimento popular; e registro, por excelência, da história de cada comunidade que as ergueram graças ao esforço de várias gerações. A nova civilização industrial passa a enxergar possibilidades na arquitetura gótica, não só um antecedente, mas a demonstração da *espiritualidade* que as técnicas modernas deveriam exaltar.

A arquitetura gótica, baseada numa concepção divergente, em termos de técnica construtiva, e estabelecendo outra relação entre a Catedral e o espaço urbano, diversa da que se vinha praticando naqueles tempos, também possuía características compositivas e ornamentais diferentes na Inglaterra, Alemanha, Itália, França, e Espanha. Consequentemente o Gótico, enquanto linha estilística, expressa as diversidades de línguas, tradições e costumes dos diversos países; o que significa estar embebido de um certo caráter nacional. Há exemplos em que lhe atribuem um significado cívico e patriótico: A conclusão das obras de *acabamento e recomposição* da catedral de Colônia (1840-80) pretendeu demonstrar que tal monumento significava um dos baluarte da nação alemã, sobre o Reno.¹

¹ Argan, Giulio Carlo. *Arte moderna*. Págs. 28,29 e 30.

A revalorização do gótico tem um certo sabor de desforra da arte do norte contra o classicismo e o barroco romano. Goethe produz um ensaio, em 1772, sobre a catedral de Estrasburgo e a arquitetura gótica. Antes disso, já, em princípios do século XVIII, havia uma tendência à sua revalorização. Hegel, no início do século XIX, a inclui no seu projeto de arte como expressão do *ethos* cristão. Simultaneamente, Schinkel manifesta a sua admiração pela *sabedoria construtiva dos arquitetos góticos, como também não tem dificuldades em admitir que, se a arquitetura clássica era apropriada à expressão do sentido do Estado, a arquitetura gótica, por seu lado, exprimia a tradição religiosa da comunidade.*²

Mais tarde, o neogótico teria a sua formulação teórica. Na Inglaterra, Os Pugin (pai e filho) estabelecem índices tipológicos da arquitetura e decoração góticas, colhendo-os diretamente dos edifícios medievais; trabalho pioneiro, em termos de convertê-los em objeto de estudo. Também se preocupam em, descaracterizando-os e generalizando-os, obter modelos de fácil reprodução, inclusive destinados a sua sistemática industrialização. Toda esta morfologia neogótica seria aplicada ao palácio de Westminster, a sede do parlamento inglês. Neste momento se inaugura a era dos *estilos*; ou seja, reduzidos, estes esquemas, à forma de manuais dos elementos mais recorrentes ou mais comuns de uma determinada época, com o propósito de sua repetição banal e o seu enquadramento, mesmo que de forma artificiosa, a condições espaciais totalmente díspares (como por exemplo, o emprego de determinada morfologia própria de uma catedral a um edifício hospitalar).

Viollet-Le-Duc, pioneiro do *revival* gótico na França, (1814-79) foi o responsável por um importante trabalho de amalgamar novas técnicas às tradicionais, através de suas atividades teóricas e práticas. Este arquiteto, por sua vez, aprofundou o estudo direto, filológico dos monumentos góticos, investigando os sistemas construtivos, os materiais e as suas concepções espaciais; estabeleceu e aplicou princípios e métodos para a sua conservação e restauração.³

² Argan, Giulio Carlo. *Arte moderna*. Pág. 30.

³ Argan, Giulio Carlo. *Arte moderna*. Pág. 30.

*A ornamentação é o elemento principal da
arquitetura.*

*É aquele elemento que confere a um edifício
determinadas características sublimes ou belas,...*

John Ruskin

John Ruskin

Segundo Jean-Claude Garcias⁴, Proust identifica em *As pedras de Veneza* a tendência permanente de Ruskin em desrespeitar o prolegema proposto para este seu trabalho literário ... *porque buscava o objetivo real de sua obra. Escrever uma "obra teórica" sobre os elementos de arquitetura, redigir um panfleto "filosófico-político" sobre a grandeza do gótico e a corrupção da Renascença,...*

A primeira edição foi pequena, menos de mil exemplares, e o seu preço elevado restringia-a a uma elite cuja condição econômica permitia-lhes este tipo de lazer. Em 1860, Ruskin alcança o sucesso graças às suas *Páginas escolhidas*. Deste modo, *As pedras de Veneza* é reeditado sob a forma de livro de arte, ou seja, um bem de consumo estético.

*No entanto a estética de Ruskin não é profundamente inovadora. Ela toma muita coisa de empréstimo, entre outros, a Wordsworth, ao segundo romantismo, à renovação gótica e, notadamente, a Pugin, às interrogações religiosas especificamente inglesas dos anos 1840, ao "anglo-catolicismo", ... O mérito de Ruskin está em ter fundido todas essas contribuições, em tê-las sistematizado para uso da burguesia vitoriana.*⁵

Em Ruskin, arte e moralidade se confundem, chegando a formular um dogma que jamais renegará, segundo o qual os fundamentos da crítica de arte tem raízes no sagrado. Para ele *a grande arte e o autêntico artista veiculam as idéias fortes; o Verdadeiro, o Belo o Intelectual e o Bom são idênticos,...* Ou melhor, haveria a adequação perfeita entre arte e moral composta da seguinte maneira: *a preeminência do sentimento religioso sobre o sentimento estético.*⁶

Para escrever *As pedras de Veneza*, Ruskin chega a entregar-se a este trabalho como a um *sacerdôcio*, caminho, aliás, a que seus pais lhe haviam destinado. Vai a Veneza por mais de uma vez e a esquadrinha de cima à baixo, nada lhe escapa, principalmente os detalhes mais recônditos, àqueles sem nenhum interesse, segundo Proust. Curiosamente, o primeiro volume da obra, de 1851, o autor dedica-se aos *elementos arquitetônicos em geral*, como *a coluna, o capitel, a parede velada, o arcobotante, o arco quebrado, a empena, o teto*, etc.

A frenética atividade de Ruskin, em Veneza, é assim descrita: *No mês de setembro de 1845, entre a multidão variada da praça de São Marcos passava um rapaz, magro, louro de vinte e seis anos. Levava um portfólio embaixo do braço e uma chama estranha nos olhos. Entrava no Palácio Ducal, ou então desaparecia na sombra fulgurante da igreja de São Marcos, e transcorriam-se*

⁴ Jean-Claude Garcias, in: Ruskin, John. *As pedras de Veneza*. Pág. X.

⁵ Jean-Claude Garcias, in: Ruskin, John. *As pedras de Veneza*. Pág. XII.

⁶ Jean-Claude Garcias, in: Ruskin, John. *As pedras de Veneza*. Pág. XII.

130

horas até que o vissem sair. Quem o encontrava não conseguia esquecer aquela fisionomia estranha de extasiado batalhador, com um ar ausente de tudo. Viram-no quatro anos mais tarde, durante o inverno de 1849-1850, grudado a todos os pilares do Palácio Ducal, como um pica-pau num tronco de árvore. Enquanto os curiosos ainda discutiam, ele tomara uma gôndola em direção à "terra ferma" e desaparecera...⁷

⁷ Robert de la Sizeranne, in: Ruskin, John. *As pedras de Veneza*. Pág. VII.

Tenhamos calma, portanto. Não aumentemos a confusão que vai nos espíritos em assuntos da vida com a baralhada da arquitectura que lhe há de servir de quadro. Da boa terapêutica nas afecções psíquicas faz parte o cuidado aspecto calmante dos lugares em que os doentes têm de viver. Para o nervosismo dos irriquietos e insofridos, dos descontentes, dos apreensivos, receitamos um pouco de amor à Terra, a adaptação às condições físicas do meio e, de quando em quando, um banho de tradição. E muita cautela com os exotismos irritantes !

Raul Lino

Elos entre a arquitetura tradicional portuguesa e o neogótico.

Notória são as ligações entre Portugal e Inglaterra, fato que nos permite supor que todo o ambiente cultural europeu e seus movimentos transformadores, acima citados, tenham tido fortes repercussões nos meios intelectuais e artísticos portugueses. Toda a reação romântica e a revalorização do gótico vão influenciar toda uma geração de portugueses insatisfeitos com a penetração da cultura clássica, e mais propriamente as manifestações de cunho eclético na arquitetura portuguesa do período.

É sob esse influxo que operam parte destas elites culturais ligadas a determinadas classes sociais, mais tradicionais, dentro do cenário artística lusitana, procurando reagir contra a importação de modismos. O gosto gótico em Portugal manifestara-se, fortemente, no período manuelino, entretanto o apogeu e glória de seu império ultra-marino coincidiu com as manifestações do período barroco, estabelecendo-se um forte elo entre este e o sentimento de grandiosidade do reino na alma do povo peninsular. São, sob o nosso ponto de vista, estas as condições em que puderam prosperar os ideais de nacionalidade e de busca de uma retomada de uma identidade lusitana, gerando personalidades como a de Raul Lino,

Soma-se a isto, a base anglo-saxônica e germânica de Lino que o levou a procurar o que havia de mais profundo e o que de mais enraizado na espiritualidade da arquitetura portuguesa.

Para nós os indícios das influências do pensamento de Ruskin, de Violet-le-Duc e de Pugin, seus métodos e procedimentos, sobre o arquiteto são evidentes. Para Lino, assim como para Ruskin, a busca da beleza identificava-se com a procura da verdade, ou mais precisamente, a busca do verdadeiro caráter da nacionalidade expressava-se através da genuína arquitetura portuguesa. O conceito estava situado mais no plano moral do que no estético; um sentimento quase religioso de recolhimento espiritual tratando de descobrir, assim, o âmago do *ser* português, como veremos em seguida.

O ambiente arquitetônico português na virada do século XX

A arquitetura portuguesa a partir de finais do século XIX e início do seguinte é profundamente marcada pela dicotomia *Tradição versus Modernidade, Passado versus Futuro e Preservação de Costumes versus Desenvolvimento tecnológico*¹.

De fato as cidades portuguesas estiveram, até meados de *Oitocentos*, circunscritas aos perímetros das suas muralhas de maneira que a maioria dos deslocamentos eram feitos à pé. A

¹ Gonsalves, Marly de Menezes. *O desenho de arquitetura no tempo: estudo de caso...*

integração dos mercados possibilitada pela instalação de linhas férreas foi o fato mais importante para o escoamento da produção regional e o incremento da emigração. As cidades crescem pouco, porém recebem a introdução de elementos urbanísticos antes inexistentes naquelas paisagens. Largas avenidas são rasgadas, já sob influência francesa; instalam-se, ainda, parques municipais, erguem-se habitações operárias e são implantadas e consolidadas a rede escolar e de serviços públicos. O período é fortemente marcado pelo influxo de modelos anglo-franceses como a abertura de *boulevards*, passeios públicos e estações de trens. Os burgueses endinheirados de Lisboa e do Porto seguem a tendência de acompanhar as classes dirigentes erguendo, para si próprios, imitações de palácios ao longo das avenidas principais: o *palacete*. Preenchendo o restante das quadras, promovem a construção de prédios em altura para rendimentos. Surgem as fábricas e oficinas, o transporte coletivo, os grandes negócios e as respectivas fortunas.²

O incremento das condições socio-econômico da nação portuguesa requer a atuação de artistas, arquitetos e urbanistas estrangeiros em seu território, enquanto que os da terra vão buscar formação nos grandes centros europeus, como Paris por exemplo.

Há, portanto, nesta época, clima propício para o crescimento de tendências reativas calcadas num forte espírito nacionalista. Os artistas e intelectuais passam a expressar o seu desagrado pelo excesso de influência estrangeira, principalmente a gaulesa, pelas dimensões de seu volume.

Neste panorama, variações de gosto, evidenciados na diversidade arquitetônica, distinguem origem e posição social. À burguesia dominante correspondia o neoclássico enquanto que a nobreza tradicional identificava-se com o Barroco.

Um destes críticos, Ramalho Urtigão, publica obra onde o tom de crítica à excessiva influência estrangeira revela o nível desta insatisfação: "O culto da arte em Portugal". Nela o autor vai apontar o uso indiscriminado de materiais e técnicas atípicas ao país.

Por outro lado, o revivalismo manifestava-se em arquitetura carregado de uma morfologia neoromântica. O neomanuelino se multiplicava em exemplares, ao final dos oitocentos e início do novo século, como aspirações nacionalizadoras, nas decorações de frontispícios, em obras como o *Pavilhão da Exposição Panamá-Pacífico* (Antonio Couto), em 1915, a decoração d' *A Abadia* do Palácio Foz (Rosendo Cavalheira), em 1917, o palácio da companhia de Seguros Nacional, não construído (Oliveira Ferreira). No Brasil este gosto se refletia na colônia portuguesa, patente no Gabinete Português de Leitura da Bahia (A. Boreli), de 1910, e no projeto de túmulo para Estácio de Sá (Moreira Rato e Cristino da Silva), em 1927. O modismo chegaria ao esgotamento, por volta de 1923, num palacete de *africanistas*, em Campo Grande, Lisboa.³

² Salgueiro, Teresa B. *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*. págs. 190 e 191.

³ França, José A. *A arte em Portugal no séc. XIX*. Pág. 334.

O Estilo "Casa Portuguesa".

Como reação à mentalidade europeizante, então dominante na arquitetura portuguesa, ergue-se um outro conceito de tradição, ortodoxo, traduzido na *Casa Portuguesa*. Conceito Neo-Romântico que busca resgatar a essência da *Casa Portuguesa*, procurando, assim, traduzir o *verdadeiro conceito português do saber habitar*. Ao mesmo tempo, ela seria a base de um *pensamento português*, prova e garantia de uma maneira portuguesa de estar e ser contrária aos estrangeirismos decorrentes da importação de modismos.

Estes eram os objetivos de Raul Lino⁴, arquiteto português e simpatizante dos ideais nacionalistas. Aventurando-se em inúmeras viagens pelo país, Lino, numa pesquisa através da observação direta da arquitetura tradicional, vernacular, procura identificar o verdadeiro sentido da arquitetura em Portugal⁵. Havia, nesta busca, um cuidado em observar a ocupação do espaço pelo homem português.

*A Raul Lino não interessava a compendiação de elementos avulsos, tomados aqui e acolá, para o emprego ornamental, mas uma pesquisa ao nível estrutural, atenta à semântica arquitetônica.*⁶

Promovendo esta pesquisa etnográfica e atenta a uma *arqueologia* daquela arquitetura, o jovem arquiteto, recém chegado da Inglaterra e Alemanha (1898), após concluir sua formação na Politécnica de Hanôver, regressa à pátria e notabiliza-se pela sua campanha nacionalizadora.

Analistas assim consideravam a obra do jovem paladino: *Belo e patriótico empreendimento, tentando não a vulgarização dos tipos tradicionais, não a ressurreição da casa dos nossos avós, mas o que é muito diferente, a evolução consciente e sistemática desses tipos, para conciliação do que, sob o ponto de vista da arte, neles se lhe afigura mais característico, mais original, mais português, com as exigências da vida contemporânea, com as indicações da higiene, com o emprego de novos materiais, com os progressos da arte de construir*⁷.

No entanto, Lino, *capaz de excelentes traçados classicizantes à francesa*⁸, procurava nos estilos ancestrais o fio perdido da arquitetura lusitana, através de elementos arquitetônicos: beirais, azulejos, alpendres, etc. Nesta contradição, seria justo e ao mesmo tempo injusto responsabilizá-lo pelos resultados que, contrariando suas prescrições, nas mãos de oportunistas, arquitetos, mestres-de-obras ou amadores satisfizeram parcelas da pequena burguesia, maravilhando-as com a sobreposição de adereços com que enfeitaram as moradias. Como exemplo de uma destas obras

⁴ Vide biografia do artista nos apêndices finais deste trabalho.

⁵ Gonalves, Marly de Menezes. *O desenho de arquitetura no tempo: estudo de caso...*

⁶ França, José A. *A "Casa Portuguesa" e o "Neo-Romantismo"*. Pág. 31.

⁷ Segundo D. José Pessanha, in: França, José A. *A arte em Portugal no séc. XIX*. Pág. 153.

⁸ França, José A. *A arte em Portugal no séc. XIX*. Pág. 335.

equivocadas, citaremos a residência do Conde de Monte Real, em Lisboa, considerado *kitsch*, com *ser arzinho de miniatura de feira turística*⁹.

Neste embate, nem sempre Lino seria compreendido, mas seguiria lutando, projetando e escrevendo.

Raul Lino e a "Casa Portuguesa"

Lino, ainda jovem, apresenta um projeto de pavilhão para a exposição universal de Paris de 1900. Neste, procura articular vários elementos de arquitetura tradicional. O plano é recusado, porém nele já se identificava os primeiros passos para o desencadeamento da campanha a ser promovida pelo arquiteto. Advém-lhe a fama (saudado por Bordalo Pinheiro ¹⁰). Em 1902, traça os projetos de uma casa menos ambiciosa e mais claramente definida em seus elementos tradicionais (a casa do financista O'Neill, em Cascais). Trabalha, simultaneamente, para outros clientes ilustres: Rey Colaço e Batalha Reis (também em Cascais). Em seguida, projeta outra residência para José Relvas (1904). Por este conjunto de trabalhos passa a ser visto como o profissional que compunha suas idéias de acordo com o sentimento nacional, que busca inspiração nas fontes de uma tradição plástica "genuinamente" portuguesa. Em 1909, o crítico Veiga Simões o classifica como pertencente a uma nova geração do "neolusitanismo".¹¹

Nesta época, está convicto que a tradição que almejava situava-se no séc. XVI, evidenciada pelo seu estudo das construções portuguesas daquele período. Parecia saber diferenciar o seu empreendimento *arqueológico* e sua criação, em cujo caráter procurava dinamizar os seus sentimentos tradicionalistas. A sua própria casa em Sintra, *Casa do Cipreste* (1912), foi resolvida procurando harmonizar uma *admirável inserção orgânica no local* com uma discreta suntuosidade e perfeita estilização¹². Repetirá o feito na casa Ribeiro Ferreira, na mesma localidade.

Passa a publicar o seu pensamento, sob forma programática: *A Nossa Casa* (1920) e *A Casa Portuguesa* (1929). Nestas edições oferecerá um receituário de bom senso, que julga justificar historicamente, chamando a atenção para certas constantes morfológicas, através do tempo e do espaço em Portugal.

Resumiria, assim, estas constantes:

1ª. *a linha sanqueada e arrematada pelo beiral dito "à portuguesa";*

⁹ França, José A. *A arte em Portugal no séc. XIX*. Pág. 337.

¹⁰ França, José A. *A arte em Portugal no séc. XIX*. Pág. 154.

¹¹ França, José A. *A arte em Portugal no séc. XIX*. Pág. 155.

¹² França, José A. *A arte em Portugal no séc. XIX*. Pág. 156.

- 2ª. o emprego do alpendre;
- 3ª. os vãos guarnecidos de cantaria;
- 4ª. a caiação a branco e a cor;
- 5ª. o emprego dos azulejos.

Estas deveriam, por fim, serem usadas livremente pois se tratava de *achar um modo de construir que fosse original e moderno; e sobretudo tivesse caráter português.*¹³

Alguns críticos de arte, como Fialho, elogiavam sua tentativa de *racionalizar a casa portuguesa, de trabalhar a arquitetura típica da Terra*, e convocava adesões à tarefa: *A casa portuguesa merecia bem o trabalho de a ressuscitarem do desprezo injusto em que caíra, e ser erguida outra vez, com tradicionais motivos genuínos.*¹⁴

Do emprego experimental e teórico o movimento torna-se ação e empreitada. Para tanto, ganha um programa. Termos como *tradição e genuinidade*, eram empregados por todos aqueles que lhe tinham aderido; só não estavam de acordo quanto à tipologia a ser empregada e ao momento histórico padronizador.

Não obstante, o bom senso de alguns e a razão de outros apontavam para questões desmitificadoras: Havia muitas receitas e propostas, entretanto, existiam tantas tipologias de casas, quantos fossem os recantos de cada uma das províncias portuguesas. Deste modo, como formular um padrão único, eleger um tipo?

Mesmo a proposta quinhentista de Raul Lino encontrava quem lhe impusesse algumas advertências, como foi o caso do crítico Teixeira de Carvalho: *Resta provar que a casa portuguesa do século XVI tenha características que permitiam afirmar a sua originalidade e assinar-lhe um tipo não existente na Europa...*¹⁵ Para outros, a verdadeira casa portuguesa estaria situada no séc. XVII, ou havia quem a considerava essencialmente românica.¹⁶

As mais variadas opiniões contribuíam para *desandar* a receita da boa e genuína *Casa Portuguesa*. Impunha-se determinar, então, um método de pesquisa, algo científico que pudesse precisar uma linha de criação, exemplificada por Lino. Assim, coube a Fialho apontar um horizonte: *Reunir num ciclo ou período arquitetônico as variantes por onde um edifício construído em Portugal chega a se distinguir do seu similar europeu; estudar se essas variantes tem o suficiente relevo para um arquiteto de imaginação e talento fazer com elas um edifício de fisionomia portuguesa; partir deste edifício para uma série de tentativas de outros (...); e isso meses e anos,*

¹³ França, José A. *A arte em Portugal no séc. XIX*. Pág. 156.

¹⁴ França, José A. *A arte em Portugal no séc. XIX*. Pág. 156.

¹⁵ França, José A. *A arte em Portugal no séc. XIX*. Pág. 157.

¹⁶ França, José A. *A arte em Portugal no séc. XIX*. Pág. 157.

*obsessão de mestres e discípulos, tarefa inflexível, desde a escola até a morte... Só assim se chegaria a uma autonomia arquitetônica - ligado à paisagem, aos costumes, às necessidades da sociedade portuguesa.*¹⁷

No entanto, este inquérito deu sinais de que seus resultados seriam negativos. Etnógrafos (Henrique das Neves e Paula e Oliveira) apontavam para uma hipótese da existência de um tipo português, de casa de habitação, em Trás-os-Montes. Na verdade, estas conclusões foram extraídas de pesquisas realizadas por territórios limitados; chegando, quando muito, por Beira-Alta. Por outro lado, tratavam-se de moradias campestres, nada que se assemelhassem a prédios urbanos. Constatava-se, assim, um dos paradoxos intrínsecos ao problema: como fazer derivar de habitações das duas províncias mais atrasadas e pobres do país um esquema estético e socialmente compatível com uma grande cidade.

Outros críticos, atentavam para a falta de tradição e de gosto da própria cidade de Lisboa pré-pombalina pois, só após o Terremoto lá se definiria um arquitetura propriamente urbana. Outros mais, satisfaziam-se com modelos setecentistas, ou ainda, como anteriormente comentado, de raiz românica, como a casa do Senado de Bragança, do século XII.

O debate prosseguiu, sem conclusão, até que a revista *Arquitetura Portuguesa* propusesse à *Sociedade de Arquitectos* que nomeasse uma comissão para *compilar e estudar todos os tipos de casas portuguesas existentes em cada província para daí originar a formação do verdadeiro tipo da casa portuguesa.*¹⁸

Equação sem solução praticável, a questão terminou por perder importância, presa ao cansaço e à perda de velocidade da própria geração que a criou, degradando-se.

Em 1931, tardiamente, Lino consegue aprovar a sua idéia de um pavilhão quinhentista para a feira internacional, realizando então o edifício *geminamente* nacional para uma outra exposição de Paris.

Raul Lino, formado na Alemanha Imperial, cuja unificação recente justificava a adoção de temas exemplarmente nacionalistas, embrenhou-se por caminhos ideológicos fincados numa coerência histórica, nacional e genuína. Arquiteto, cuja atividade enfocou, sobretudo, o tema da moradia individual, procurou recuar a sua inspiração aos tempos pombalinos e às províncias pobres e atrasadas de seu país.

Assim definiu José A. França a arte de Raul Lino: *...fundamentava-se numa concepção saudosista da história, por mais dinamismo que pretendesse imprimir-lhe, o seu esquema não podia abri-se às novas estruturas da arquitetura ocidental. Empresa paradoxal, ou absurda, com sua*

¹⁷ França, José A. *A arte em Portugal no séc. XIX*. Pág. 157.

¹⁸ França, José A. *A arte em Portugal no séc. XIX*. Pág. 159.

MLP

*ligação condicionada do presente ao passado, a "casa portuguesa" de Raul Lino estaria voltada a ser uma assaz grave curiosidade ideológica - como o "neolusitanismo" que a preenchia. Daí também a posição polémica que, a partir dos anos 20 (e até falecer em 1974), o arquitecto teria de tomar contra a arquitetura seguinte, "modernista"...*¹⁹

Além disso, o polémico Lino, dividindo opiniões, expôs o seu duplo: para uns, tratava-se de uma personalidade à procura de uma identidade nacional dentro da arquitetura; para outros, sua visão retrógrada e reacionária serviu de reflexo a um sistema político fascista e repressor.²⁰

¹⁹ França, José A. *A arte em Portugal no séc. XIX*. Pág. 160.

²⁰ Gonsalves, Marly de Menezes. *O desenho de arquitetura no tempo: estudo de caso...*

941

Os brasileiros estão ameaçados a passar, por imprudência, de senhores da terra a colonos dos estrangeiros, que vencem. (...) A reação nacionalista será, pois, necessariamente, uma reação da cultura pela supremacia do nacional.

Sampaio Dória

O Ambiente Paulistano nas primeiras duas décadas do século

O quadro que vamos encontrar em São Paulo, subproduto da economia cafeeira, é uma cidade em vertiginosa prosperidade; nela, porém, encontraremos um contingente de pessoas expelidas pelas instabilidades e excessos peculiares às condições de produção daquela monocultura. Esta gente, da mais variada cultura e extratos sociais, busca na metrópole uma sobrevivência nas atividades industriais e de serviços. Quanto aos negros, recém saídos da agitação abolicionista, e também por isso mal vistos, eram discriminados, inseridos num regime competitivo em condições desvantajosas e submetidos a uma repressão policial que deitaram por terra qualquer expectativa de ocuparem um melhor posicionamento naquela estrutura que se erguia. Quanto aos imigrantes, boa porção deles agrupados em corporações de patrícios, como as Associações de *Ajuda-Mútua*, *União Operárias*, sindicatos e círculos paroquiais, defendiam-se melhor, sem, no entanto, deixarem de estar submetidos a extenuantes jornadas de trabalho (oferecidas, preferencialmente, a mulheres e crianças), salários aviltados e congelados, desamparo legal, alto custo de vida e constantes aumentos dos incontroláveis aluguéis. Deste modo, para estas parcelas da população a vida na cidade pouco se diferenciava das condições existentes nas fazendas a que, prioritariamente, estavam destinados.

Não obstante, muitos destes imigrantes aproveitaram ao máximo as poucas brechas que lhes surgiram e com muito trabalho, esforço e esperteza construíram impérios, enriqueceram e enobreceram.

Quanto aos extratos superiores da população, oriundos das tradicionais famílias que compunham as classes dirigentes, à medida que enriqueciam, transferiam as suas moradias do interior do estado para a capital, com o objetivo de se aproximarem dos negócios propiciados pelo café, das negociatas envolvendo cargos públicos e posições políticas estratégicas; não poucas fortunas também se perderam pelo descaso com que trataram a administração de suas heranças, esbanjando-as, mundo afora.

O agigantamento da cidade era espetacular. O primeiro censo, realizado em 1872, apontava um número de 19 347 almas. No levantamento seguinte, elevou-se a cerca de 65 000 (1890). Em 1908 já havia por volta de 270 mil moradores. Esta cifra, praticamente, dobrou em 1920. Por volta de 1934, o número de habitantes atingia a marca de 1 milhão e 120 mil. Ostentando estes índices, arvoraram-se ufanistas na composição do bordão: *São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo.*¹

A metrópole, assim, tratava-se de um fenômeno desconhecido para os agentes que nela operavam. Para todos, significava uma ruptura com as suas experiências de um passado recente, tanto em termos de tempo e de espaço. Necessitavam, sem excessão, assumir uma vivência coletiva e

¹ Sevcenko, Nicolau. *O Orfeu extático na metrópole*. Pág.109.

inconsciente, imposta pela rápida transformação do meio e promovidas pelo processo de expansão do burgo, sob forte, vasta e, por isto mesmo, incompreensível pressão internacional.²

É bem verdade que se tratou logo de se embelezá-la. Prefeitos se empenharam na arborização e no ajardinamento das praças da República e da Luz. Procuram, também, empregar massa arbórea nas ruas e demais praças da cidade. Ampliou-se o antigo Largo do Rosário (atualmente Praça Antonio Prado) e promoveu-se a reforma e o alargamento da Praça da Sé. Planejou-se, numa tentativa de cercar todo o centro com jardins, o complexo paisagístico do Parque do Carmo e do Anhangabaú. À chegada do Bonde, do automóvel, do telefone, e da iluminação pública providenciou-se a construção de estações de trens, teatros e hotéis de luxo. Instalaram-se os Bancos e o Comércio propicia o acesso a bens de consumo, incluindo artigos de luxo, provenientes dos centros mais avançados da Europa. O lazer moderno também se fez presente com a instalação do velódromo, da hípica e dos estádios de futebol.

Edifícios adornados, dos mais variados estilos históricos, todos eles de matriz européia, brotavam por toda a parte. Sob a batuta de Ramos de Azevedo, cultor do classicismo francês que trouxera de bagagem, via Bélgica, a urbe se afrancesava principalmente nos novos bairros da elite que, paulatinamente, abandonava o centro da capital buscando refúgio nos arrabaldes. Doutro lado, a atividade dos *capomastri*, que tinham na classe média e no operariado a sua principal freguesia, implantavam o *italianizante* nos bairros populares, via de regra instalados próximos às estações de ferro, situadas nos arredores da cidade. Todas elas faziam contraponto com cortiços e casas de cômodos compondo, assim, um novo panorama que substituiu o anterior, produto da colônia e do Império, identificado com o atraso e o arcaico. Apesar disso, São Paulo assumia ares de cidade européia, tendo Paris como modelo.

Neste ambiente, pouco a pouco, trava-se uma luta, de coloração xenofóbica, no seio destas elites, particularmente entre o elemento nacional, autêntico, *paulista de quatrocentos anos*, descendentes dos bravos bandeirantes e o estrangeiro desenraizado, porém *novo rico*, próspero e, por isto mesmo, merecedor de títulos e honrarias que à peso de ouro mandam buscar em sua terra natal. Os nativos, percebendo que perdiam terreno nesta batalha, necessitariam, como veremos adiante, criar uma nobiliarquia paulista. Portanto, seria necessário erguer uma constelação de ídolos e mitos, para o culto dos costumes e tradições ancestrais. Passados cem anos de sua independência o Brasil sentirá, também, saudades de suas origens lusitanas.

² Sevcenko, Nicolau. *O Orfeu extático na metrópole*. Pág. 40.

748

Havia desde a pureza de uma frontaria fria à normanda, dos arabescos sinuosos e ilógicos da arte-nova, até o risonho "cottage" inglês, do pontiagudo dos chalés da neve aos alpendrados espanhóis, às cúpulas e minaretes orientais, às varandas cobertas do norte, às vilas graciosas da Itália, às galerias do Renascimento, ao exagero do Barroco ou do plateresco, ao rústico suiço, até a horrível simetria esburacada do estilo pombalino, pesado e bruto.

Viajante Português

(sobre o aspecto arquitetônico geral de São Paulo na primeira década do século XX.)

O clima das artes em São Paulo no início do século XX

A cidade se desenvolvera de forma espetacular quando retornam os os brasileiros, filhos das classes enriquecidas com os negócio do café, que estiveram estudando e devaneando pela Europa. As primeiras levas vieram para se dedicarem aos negócios de família ou, ainda, para exercerem as respectivas profissões aprendidas nos bancos das academias de além mar. A grande guerra de 1914-18 terminou por empurrar os mais renitentes de volta à pátria.

Este refluxo de gente culta, incrementado pelo acréscimo de personalidades estrangeiras atraídas pelas oportunidades rapidamente geradas pela construção da *civilidade* na América, e somadas à grande massa de imigrantes estrangeiros, incultos, porém portadores de uma outra cultura, que se dedicariam às mais variadas atividades, criou um ambiente de grande efervecência e propício a introdução de novas manifestações artísticas.

Políticos e intelectuais, como o por exemplo Antonio Prado e Washington Luís, percebem estas transformações, cada um a seu modo, e procuram responder a essas demandas investindo nas reformas urbanas que a cidade carecia; ou modificando as suas estruturas administrativas. Conforme Sevcenko, *não é por acaso que Washington Luis se envolve em processos de racionalização administrativa, gerenciamento técnicocientífico, historiografia, museologia, ciências sociais, estatísticas e censos, desfiles militares, ginástica, esportes, corridas, fotografia, cinema, carros e aviões.*¹

A construção do Teatro Municipal, obra de grande impacto cenográfico, transferiu para o Vale do Anhangabaú todo o eixo geocultural da cidade. Além disso, *o teatro atuava como uma caixa de emissão e repercussão de símbolos sem igual.*²

Companhias teatrais, operísticas e de operetas representavam a cultura do século XIX. Com a introdução da eletricidade as facilidades de transporte e o encurtamento das distâncias, estas trupes itinerantes aperfeiçoaram os espetáculos e desses se extrairiam os modelos dos grandes estúdios de filmagens em série no exterior, por exemplo³. Concomitantemente, tornaram-se ainda mais eficazes os seus sistemas de gerenciamento empresarial e as técnicas publicitárias, com o objetivo de se atrair grande público com rapidez.

Com a criação, entre nós, da Sociedade de Cultura Artística procurou-se propromover a *formação artística das massas*, introduzindo de uma série de concertos populares no Municipal, a preços reduzidos.⁴

¹ Sevcenko, Nicolau. *O orfeu estático na metrópole*. Pág. 231.

² Sevcenko, Nicolau. *O orfeu estático na metrópole*. Pág. 232.

³ Sevcenko, Nicolau. *O orfeu estático na metrópole*. Pág. 232.

⁴ Sevcenko, Nicolau. *O orfeu estático na metrópole*. Pág. 233.

146

O nosso progresso material também atraiu manifestações primeira linha no campo artístico. Promotores e artistas como Isadora Duncan, Diaghliev, Nijinski, Ana Pavlovna e autores como Fokine, Paul Dukas, Stravinski e Debussy passaram a frequentar os nossos palcos. Seguiram-se o melhor de nossos conterrâneos: Nepomuceno, Henrique Oswald e Villa-Lobos; e estes, por sua vês, são levados a exibirem-se no exterior.⁵

O público paulista começa a tomar contato, de imediato, com as vanguardas artísticas européias, inclusive com a participação de brasileiros e de agregados estrangeiros que por aqui se radicaram. Lasar Segall, Anita Malfatti, são os primeiros a exporem seus trabalhos em artes plásticas, esta última alcançado grande repercussão e gerando polêmica.

Paulo Prado, grande agitador cultural, expõe Rodin e Bourdelle, em 1919. Juntamente com Olívia Guedes Penteado, a dupla passou a catalizar jovens interessados em *artes modernas*, pois reuniam em suas mansões grande acervo de publicações estrangeiras, obras de arte e informações a respeito das últimas tendências do que ocorria na Europa. Compunham este acervo obras de nomes como: Brancusi, Derain, Gris, Matisse, Leger, Braque, Picasso, Modigliani, entre outros.

No início dos anos 1920, expõem na cidade Rego Monteiro, Anita Malfatti, John Graz e este período culmina com uma Exposição de Arte Moderna Japonesa⁶.

A partir de meados da década de 1910, se inicia uma reação a importação de modelos artísticos estrangeiros convencionais. Passamos a nos interessar por cultura popular sertaneja e pela instauração de uma arte autenticamente brasileira. Este esforço de busca de nossas raízes também era considerada uma atitude moderna.

Pregações patrióticas como as de Bilac no seio da Academia de Direito do Largo de São Francisco, materializadas na criação da Liga Nacionalista, em 1915, tinham como base as repercussões latentes emanadas da obra de Euclides da Cunha: *Os sertões*. A adesão de Lobato adicionava um ingrediente de forte apelo patriótico aos sentimentos nacionalistas, anteriormente, provocados pelo engenheiro-escritor paulista. Se em *Os Sertões* se descrevem as condições de vida de um sertanejo distante, nordestino; Lobato pinça a figura de um patético sertanejo do sul, o caipira, cujo estágio de de vida precário, retrógrado e apático é atribuído, em grande medida, à maciça e usurpadora presença de estrangeiros em São Paulo.

Por fim, não devemos nos esquecer que no ano de 1922 comemorava-se o centenário da Independência do Brasil, palco de manifestações em todo o país. Constituiu-se, para tanto, um ambiente propício a demonstrações de patriotismo e de balanços sobre as condições individuais e coletivas.

⁵ Sevcenko, Nicolau. *O orfeu estático na metrópole*. Pág. 234.

⁶ Sevcenko, Nicolau. *O orfeu estático na metrópole*. Pág. 236.

net

As elite paulistas exacerbadas, ansiavam por reafirmarem as suas origens nacionais diante da ameaçadora classe emergente formada por imigrantes, em sua grande maioria italianos, que prosperaram graças ao exclusivo empenho com que direcionavam as suas vidas e os seus negócios.

Em contraposição aos títulos e honrarias que estes angariaram em seus países de origem respondem os nativos procurando construir o *Mito do Bandeirante*, raça *nobre e tradicional* de quem descendiam. Cria-se uma nova categoria nobiliarquica: *o paulista quatrocentão*.

Organiza-se, em São Paulo, a Semana Modernista, assunto já bastante estudado, e no Rio de Janeiro inaugura-se uma Exposição Internacional cuja arquitetura de alguns de seus pavilhões serão mencionadas adiante.

São Paulo, por seu acelerado ritmo de crescimento, e o Rio de Janeiro, incumbido de mostrar a nossa face, transpiram desejos de exibir a sua sintonia com o que há de extremamente avançado nas metrópoles mais desenvolvidas do mundo, naquele momento.

148

*Os vossos compatriotas e os vossos amigos sabem
que fostes,... o criador do estilo "neo colonial",
de que estão cheias as cidades brasileiras,
estilo simpático, belo, expressivo, com alpendres onde
se aninham trepadeiras, e abotoam cravos,
e pompeiam rosas, e com arcas de fechaduras toscas, e
lareiras de castanho antigo, e azulejos
de Nossas Senhoras lindas*

Marques da Cruz

nl9

O neocolonial em São Paulo

O neocolonial tratou de expressar sob a forma de um estilo arquitetônico uma reação de cunho nacionalista fundamentado nas tradições dos tempos ancestrais na América Latina. Em alguns países de língua espanhola o elemento ameríndio contribuiu de forma significativa na criação de sua morfologia. Assim procurou-se formular uma linguagem genuinamente nacional, verdadeiramente tradicional; conceito que se procurou construir sobre as soluções vernáculas e, sobretudo, foi uma fórmula que se empregou na tentativa de satisfazer aos nacionalismos latentes.

No Brasil, o neocolonial buscou romper a tradição acadêmica que nos chegou da Europa, consubstanciada no Ecletismo praticado ao final do século XIX cujas vertentes encontravam-se nas derivações dos modelos clássicos, tanto o francês quanto o italiano, que seriam identificados com os estrangeiros que aportavam por aqui em busca de melhores oportunidades. Estes prosperaram e enriqueceram provocando na elite brasileira uma urgente necessidade de afirmação.

Embora tenha repercutido em várias partes do país, foi, principalmente, no Rio de Janeiro e em São Paulo que o movimento teve início, gerou polêmica e instalou-se de forma definitiva, popularizando-se.

Considera-se que o seu início se deu em São Paulo através da conferência proferida por Ricardo Severo pregando a necessidade de adotarmos um *Estilo Tradicional Brasileiro*, de raiz lusitana.¹ Com o objetivo de coletar material correspondente à nossa antiga arquitetura financiou as viagens de vários profissionais, dentre outros José Wash Rodrigues e Felisberto Ranzini, pelas cidades históricas do Brasil para que registrassem esta produção. Este material foi posteriormente publicado e serviu de inspiração para o desenvolvimento desta linguagem. As obras dos artistas Mestre Valentim, Aleijadinho, e o Barroco Brasileiro mereceram especial atenção deste profissional lusitano, além da arquitetura portuguesa vernacular que ele conhecia bem.

Outro estrangeiro atuando em São Paulo que a adotou foi o arquiteto Victor Dubugras. Após executar vários projetos de inspiração art-nouveau com maestria percebeu as possibilidades que poderia obter nesta nova plástica. Assim, projetou, entre 1914 e 1916 algumas residências em santos empregando em suas fachadas elementos da arquitetura tradicional. Profissional próximo de Washington Luís, percorreu, acompanhado deste, regiões próximas da capital paulista tomando contato com vetustas construções quase em ruínas, como por exemplo a construção de taipa conhecida como a casa bandeirista do Sítio do Padre Inácio, em Cotia. Em 1922, o seu amigo, e

¹ Quanto a Ricardo Severo engenheiro e intelectual português, aqui radicado, e suas atividades vide sua biografia ao final deste trabalho e o capítulo *Ricardo Severo e a casa luso brasileira*, adiante.



agora prefeito, o incumbe de remodelar o Largo do Piques, próximo ao Anhangabaú, sua primeira e magistral obra pública em que se permitiu experimentar tal estilo. Novamente convidado por Washington Luís projeta os monumentos do Caminho do Mar, comemorativos ao centenário de nossa independência. Nestas obras em que se empregou com genialidade e personalidade esta linguagem, voltou a criar novidades assim como havia feito na obra do Piques.

Em 1922, durante a semana de arte moderna o estilo é apresentado como representante daquela corrente em arquitetura. Expõe-se uma maquete de um casebre na praia de autoria de Georg Przyrimbel. Este arquiteto polonês e apaixonado pela nossa arquitetura tradicional, também havia viajado na companhia de Wash Rodrigues para Ouro Preto. Lá ficou por cerca de seis meses realizando seus estudos sobre aquelas construções.²

Depois disso o neocolonial foi empregado numa série de construções residenciais que se iniciaram timidamente da década de 20, pelas mãos do próprio Severo (Palacete Numa de Oliveira e a sua própria residência, na Rua Taguá) e se intensificaram na década seguinte. Silvia Wolff identificou uma grande variedade delas construídas no Jardim América, bairro por excelência da elite paulistana. Mas boa parte destas obras ou sofrem um hibridismo com vertentes hispânicas do estilo, ou são francamente influenciadas por esta corrente, cujo motivo, em grande parte, deve-se às publicações de revistas e ao cinema holywoodiano.³

O neocolonial no Rio de Janeiro

A figura chave para o entendimento da sua disseminação na *Capital da República* foi o médico José Mariano Filho. Descendente de rica família de usineiros de Pernambuco, Mariano foi um entusiasta da idéia e, assim como Severo, financiou o estágio de vários jovens arquitetos cariocas nas cidades históricas do Brasil com o memo objetivo. Alguns deles eram Angelo Brunhs, Lúcio Costa, Nereu Sampaio e Josimo Camargo. Mariano era crítico de arte e dirigiu a Escola Nacional de Belas Artes.

Reconhecia em Severo o seu pioneirismo⁴, mas tomou aquela bandeira como sua e foi um sofisticado difusor do estilo. Criou um importante prêmio a projetos em arquitetura tradicional brasileira a ser julgado pelo Instituto Brasileiro de Arquitetos (do qual foi o seu fundador) e, além do mais, providenciou que os projetos fossem expostos no Salão Anual da Escola de Belas Artes, em 1921. Conseguiu, assim, dar grande publicidade à sua concepção de neocolonial e obteve, também,

² Amaral, Aracy. *Arte moderna na semana de 22*. Págs 158 e 244.

³ Wolff, Silvia F. S. *Jardim América*. Em especial o capítulo 5.

⁴ *Quando Ricardo Severo agitou com grande erudição a questão da arquitetura nacional... o público ouviu com indiferença... De então por diante, comecei a trabalhar tenazmente pelas idéias que Ricardo Severo divulgara.* Mariano Fo. José. In.: Costa, Angyone. *A inquietação das abelhas*. Pág. 291.

uma espécie de reconhecimento oficial de sua posição ⁵. Soube como poucos criar eventos em torno da questão garantindo, desse modo, a sua permanente visibilidade.

Preocupava-se, além dos aspectos plásticos, com o conteúdo de sua proposta, apregoando não uma fidelidade às formas do passado, mas a sua interpretação na criação de novas; ou seja que expressassem o espírito do passado revestidas de uma nova roupagem que significassem o presente. Nesta sistemática, por princípio contraditória, adotou tal rigidez que acabou por se fecha-la em si própria, acabando por expressar o anacronismo que pretendia evitar. ⁶

As comemorações do Centenário da Independência, em 1922 transformaram-se num palco perfeito para exibir as possibilidades do novo estilo. Vários pavilhões, *indiscutivelmente os melhores*, segundo Bruand ⁷, tendiam para este estilo considerado símbolo *da emancipação artística do país*⁸. Os que mais se destacaram, pela qualidade das obras e pelo contraste que evidenciavam as suas diferenças frente ao ecletismo de outros pavilhões, foram: O pavilhão das Pequenas Indústrias de Nestor de Figueiredo e C. S. San Juan; o Pavilhão da Caça e Pesca de Armando de Oliveira; a grande porta monumental de Raphael Galvão e M. Brasil do Amaral e o Palácio das Grandes Indústrias (atual Museu Histórico Nacional) de Memória e Cuchet.

O sucesso da empreitada repercutiu tão bem que passou a contar com o apoio oficial. O Ministério da Agricultura instituiu um concurso para a escolha do pavilhão brasileiro para a Exposição de Filadélfia, em 1926. Uma das condições impostas pelo programa era adoção do estilo colonial. Dentre os seis projetos apresentados sagrou-se vencedor o de Lúcio Costa, que até então militava naquelas hostes.

Entretanto, a mais importante realização oficial no estilo foi a Escola Normal do Rio de Janeiro (hoje o desativado Instituto de Educação). Projeto de Angelo Brunhs e José Cortez, inspirados mais uma vez na arquitetura monástica; a obra iniciada em 1924 só ficou pronta quatro anos depois. ⁹

O curioso é que assim como ocorreu em São Paulo o estilo popularizou-se, porém predominaram as linhas do estilo conhecido como *Missão Espanhola*, cujo o pioneirismo coube ao arquiteto Edgar Viana.

Vale a pena destacar que em ambos os casos, o do Rio de Janeiro e o de São Paulo (como se fosse possível isolá-los), o *neocolonial brasileiro* praticado nada mais foi do que *mais um* revestimento decorativo que permaneceu preso à sistemática projetual do ecletismo de caráter histórico; que aparentemente pretendia renegá-lo, mas que na sua operacionalidade renovou-o.

⁵ Bruand, Yves. *Arquitetura moderna no Brasil*. Pág. 55.

⁶ Bruand, Yves. *Arquitetura moderna no Brasil*. Pág. 55.

⁷ Bruand, Yves. *Arquitetura moderna no Brasil*. Pág. 55.

⁸ Bruand, Yves. *Arquitetura moderna no Brasil*. Pág. 55.

⁹ Bruand, Yves. *Arquitetura moderna no Brasil*. Pág. 57.

752
4

...O POVO, na anatomia da sua composição racial, nos caracteres somáticos dos seus primeiros agrupamentos, na sua conformação aos meios telúricos de vida, pôde divisar e reconstituir a trama subtil da TRADIÇÃO, que é o espírito imortal da nacionalidade.

Ricardo Severo

13

Ricardo Severo e a Casa "Luso-Brasileira"

Ricardo Severo da Fonseca, escritor nato e *bon vivant*¹, quatro anos antes de sua formatura já publicara um trabalho intitulado *Notícias arqueológicas sobre o Monte da Cividade na Revista de Guimarães*. Bacharel em Engenharia Civil de Obras Públicas pela Academia Politécnica do Porto e almejando melhor preparar-se para se aprofundar no assunto que o apaixonara, a arqueologia, conclui o curso de Engenharia Civil de Minas, em 1891, na mesma instituição (ver a sua biografia ao final do trabalho). No mesmo ano, envolvido em questões políticas (era republicano) e não encontrando emprego à altura de suas ambições decide-se a emigrar para o Brasil.

Chegando ao país, rapidamente envolve-se em polêmica crítica ao acervo do recém criado Museu Sertório (atual Museu Paulista). As questões que o incomodavam referiam-se aos assuntos que mais o encantavam, pois, nesta crítica, aponta as deficiências no acervo daquele museu quanto aos assuntos arqueológicos, etnográficos e de ciências naturais, visto que o território nacional era tão imenso e rico nestas particularidades. Pretendia com isso, supomos, encontrar alguma ocupação, relacionada a estes assuntos (os de sua preferência) numa nação tão nova e plena de potencialidades.

Não se deu mal, pelo contrário, o audacioso comentário despertou o interesse do então Secretário da Agricultura, o Engenheiro Francisco Maia, que se apressou em o conhecer. Entusiasmado com a interessante figura, tratou logo de apresentá-lo ao amigo e parente Ramos de Azevedo, que o convida a trabalhar no *Banco União*, do qual era funcionário e gerente de uma de suas seções. Os dois passam a atuar juntos naquela organização, entre os anos 1893 e 1895, onde aprendem a lidar com financiamentos de médio e longo prazo; administrando carteiras hipotecárias para um abonada clientela que sabia investir num dos melhores negócios existentes na praça. Naquela época, o aluguel era o investimento que, seguramente, auferia os maiores rendimentos deixando para trás as melhores ações bancárias ou de estradas de ferro. *Casas de aluguel foram feitas ao milhares. Sendo financiadas pagavam-se com a locação. Ramos foi sócio e conselheiro de bancos já neste século, mas nunca deixou de cuidar de uma financiadora que criara com amigos, a "Companhia Iniciadora Predial", fundada em...1908. Como não era de seu vezo aparecer, ali sempre foi o seu vice-presidente...O diretor-gerente sempre foi o engenheiro Ricardo Severo.*²

Mas isto se deu após o retorno de Severo ao Brasil. Antes, porém, envolve-se com a nata da sociedade paulista, numa série de contatos com pessoas influentes e do governo que lhe possibilitará alcançar boa fortuna, em pouco e por breve tempo. Através de sua aproximação com os irmãos Villares, também imigrantes provenientes do Porto, radicados em Campinas, filhos de rico

¹ Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 30.

² Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo eo seu escritório*. Pág. 60.

154

comerciante e casados, todos os três com uma trinca de irmãs herdeiras de um das maiores fortunas do estado (eram filhas do cafeicultor Henrique Dumont, pai do *inventor da aviação*).

Severo, pessoa culta e afável, logo é bem quisto e o convidam a integrar-se às duas famílias através de seu casamento com uma das filhas do magnata da monocultura, chamada Francisca e ocorrido em 1893. Logo a seguir, graças ao matrimônio, recebe do sogro uma boa soma de dinheiro que lhe permite voltar ao Porto e dedicar-se à sua vocação: escrever e pesquisar sobre arqueologia.

Edita a Revista Portugália, à qual pode dar o acabamento requintado que almejava ³. Viaja pelo país, financia o trabalho de estudiosos e pesquisadores, não poupa esforços ou recursos nesta empreitada. Dedicar-se, assim, de corpo e alma a falar do que mais gostava: a *Raça Lusitana*.

Esta sua ocupação, naquele momento, tem um forte cunho nacionalista. Empenha-se em pesquisas que versam sobre o homem lusitano, anterior à chegada da cultura clássica, através da conquista da península pelo Império Romano. Acredita ser possível resgatar as autênticas raízes etnológicas de Portugal. Escreve longos artigos a esse respeito e colhe grande material extraído das isoladas e arcaicas províncias do interior daquele país.

Constrói para si, neste período, uma casa no Porto, na Rua do Conde (1904) onde emprega uma série de elementos recolhidos em suas peregrinações pelo interior da *Lusitânia*. Além de nela utilizar os seus conhecimentos de engenharia acredita compor, daquela maneira, *uma arquitetura característica da antiga vida portuguesa: a casa com varandas apoiadas em saliência da parede do andar térreo, e com escadas exteriores,... reunindo num esquema do nosso tempo tudo o que as suas viagens pelo País lhe sugeriram de belo, de pitoresco e de lógico*. Entretanto, nem o crítico e seu colega de direção da revista *Portugália* (portanto, seu funcionário) Rocha Peixoto, acredita que o resultado se mostrara satisfatório. Numa série de artigos em que se refere àquela construção o crítico conclui que *Casa Portuguesa típica, assumindo uma responsabilidade normativa, era coisa que não havia*. A multiplicidade das províncias, cada qual portadora de determinadas peculiaridades *não permitiria uma tipificação única, um modelo*, como o de Severo, que *só artificialmente se poderia reconstruir*. Na opinião de José Augusto França, *O resultado é de uma fatal heterogeneidade - e a fachada desta construção citatina, com sua escada exterior, alpendrada, suas janelas geminadas, sua cimalha saliente sobre mísulas, suas rótulas, seus nichos, seus poiais, começa por ser de género rústico... Na verdade (e isso é uma das primeiras objeções a fazer à idéia da existência de um casa portuguesa modernamente válida), jamais se definiria em Portugal um estilo de prédio urbano*. ⁴

³ Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 31.

⁴ França, José A. *A arte em Portugal no século XIX*. Págs. 158 e 159 .

Disto se conclui que foi a partir de suas experiências em Portugal que Ricardo Severo toma gosto pelo tema que retomará, do outro lado do continente, em suas futuras atividades. De qualquer modo, as suas proposituras encontram-se em meio à polemicas relativas à modernidade extraída da tradição, discussão da qual se tornará o pioneiro no Brasil, e, talvez, tais críticas o tenham feito reformular a proposta que lá vai introduzir, pois seus edifícios se tornam perfeitamente aceitáveis no meio urbano. Por outro lado, percebe-se que suas posições eram próximas às do arquiteto Raul Lino, das quais tratamos, anteriormente. Ambos partiram de projetos de edifícios mais rudimentares (projeto de Pavilhão Português para a exposição de Paris-1900, de Raul Lino; e Casa Praiana, no Guarujá, de Severo) para logo mais se distanciarem; pois, enquanto Lino persistirá nesta direção (com algumas recaídas neoclássicas: Cinama Tivoli, em Lisboa, por exemplo) procurando introduzir alguma contribuição do vocabulário vernáculo, inclusive, no agenciamento interno de seus projetos; Severo sofisticava sua sintaxe, aproximando-se, cada vez mais, de um estilo à D. João V, como ele o denominaria (Faculdade de Direito, em São Paulo, de 1935, por exemplo). É possível ainda, confirmando aquela inicial identidade em ambos, encontrar algumas afinidade entre a Casa O'Neill, de Cascais (1902, Lino) e a Casa da Rua do Conde, no Porto (1904, Severo), acima comentada (os nichos, as cimalthas, as rótulas, um volume saliente à direita; Severo é mais econômico no emprego de pináculos). Por volta de 1977, segundo o professor Fernando Távora ⁵, a casa do Porto, ainda existia e estava em boas condições de conservação. ⁶

Aliás, segundo informação de Luis Edmundo (literato carioca) já em Portugal, Raul Lino, Villaça e Severo foram colegas num *movimento em prol de uma arquitetura de raízes nacionais...* Porém, de acordo com Paulo Santos, o ativismo de Severo ocorreu de forma independente dos outros dois, ... *porque Raul Lino não o confirma.* ⁷

O infortúnio alcança Severo, neste momento. Os negócios que deixara no Brasil acabam por leva-lo à bancarrota. É, portanto obrigado a atravessar o Atlântico e novamente aqui se estabelecer.

De volta à São Paulo, cerca de 1907, procura pelo amigo Ramos de Azevedo que não o desampara, ao contrário oferece-lhe sociedade nas suas empresas e destina-lhe a administração da carteira hipotecária da *Companhia Iniciadora Predial*, fundada em 1908, como comentamos acima. Nela, Severo era peça importante da organização que dirigia com extrema competência; além disso, era um emérito relações públicas. Indivíduo loquaz e dotado de grande simpatia pessoal que o tornaram querido tanto pelos funcionários da companhia, quanto pelos abastados clientes e, principalmente, pelos seus patrícios enriquecidos.

⁵ Escola Superior de Belas Artes do Porto.

⁶ Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 64.

⁷ Santos, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. Pag. 97.

Paralelamente a isto, escreve e segue proferindo conferências. Dotado de excepcional cultura em meio ao ambiente quase provinciano da capital paulista de então, é com frequência convidado para reuniões sociais e acontecimentos onde pronuncia palestras sobre os assuntos de sua predileção: *Historia e Portugal*.

Em 1908, é convidada a realizar uma palestra durante o 4º Congresso Médico Latino Americano do Rio de Janeiro, cujo tema era *Da arquitetura e habitação nos climas quentes*⁸. Acredimos que neste momento se deu o contato entre o engenheiro português e o médico e crítico de arte José Mariano Fº, ambos conjugariam esforços, num futuro próximo, em prol de uma *arquitetura genuinamente nacional*.⁹

Num discurso na Sociedade de Cultura Artística, em São Paulo, em 1914, cujo título era *Arte Tradicional no Brasil*, Severo apregoará a necessidade de nossa arquitetura voltar-se ao passado, às raízes lusitanas do Brasil, delas extraindo lições para a criação de uma autêntica arte de construir exclusivamente nossa, plenamente adaptada à nossa cultura e voltada para as questões da nacionalidade brasileira.¹⁰

Aqui, a gestão dos negócios não lhe permitem pesquisar pessoalmente sobre a arte no Brasil, ao contrário do que ocorrera na *Terra Pátria*, e nem o nosso país é comparável a Portugal, em termos de dimensão territorial. Assim, envia, às suas custas, o artista plástico José Wash Rodrigues e o projetista Norfini às cidades históricas do Brasil com o objetivo de realizarem um inventário dos elementos característicos daquela arquitetura.

Segundo alguns autores, as primeiras viagens de Wash Rodrigues à Iguape e à Minas Gerais datam de 1918¹¹. Entretanto, como poderia Severo apresentar plantas e detalhes como janelas, rótulas e gelsias e discorrer sobre a nossa arquitetura dos séculos XVIII e XIX, em sua palestra de 1914, sem que o prévio levantamento deste material estivesse feito? Além do mais uma pesquisa desta proporção levaria, mesmo na atualidade, um tempo enorme para ser realizada. Nos parece que

⁸ Reproduzida na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, segundo a relação de: Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 48. Não conhecemos o teor deste pronunciamento. Seria necessário aprofundar as pesquisas para esclarecer se nele Severo apregoa a necessidade da adoção de um estilo nacional, pois a questão parece ser pertinente ao tema apresentado, numa referência à adaptabilidade da arquitetura tradicional brasileira às condições do meio.

⁹ O contato entre os dois naquele momento é apenas uma suposição. Seria necessário aprofundar as pesquisas para esclarecer onde e de que forma se deu o início deste relacionamento. O intercâmbio entre Severo e a Colônia Lusa no Rio de Janeiro, maior e mais importante que a de São Paulo, seria uma outra chave possível para esclarecer o assunto.

¹⁰ Foi reproduzido integralmente no livro *Conferências 1914-1915*, da Sociedade de Cultura Artística, em 1916. Sumário desta edição: *De como compreender-se a arquitetura tradicional. Quais as manifestações da arquitetura tradicional do Brasil, seus fundamentos étnicos e históricos; a arte portuguesa; meio de formação, características, estilo. A arquitetura no Brasil durante os meados dos séculos XVIII e XIX. Formas típicas: a vila, a casa urbana o palácio e o templo. Arquitetura externa: telhados, portas, janelas - gelsias e rótulas. Plantas e detalhes*. In: Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 49.

¹¹ Pinheiro, Maria Lúcia B. *Ricardo Severo e o "Estilo Tradicional Brasileiro"*.

as pesquisas se iniciaram muito antes de 1914, ano da famosa conferência. Estas são questões a serem, ainda, elucidadas.

Os levantamentos de Wash Rodrigues deram origem à publicação, anos mais tarde, de seu *Documentário arquitetônico*, importante documento para o estudo da arquitetura brasileira sob uma ótica mais científica, posteriormente.

É certo que a conferência não produz grandes resultados imediatos. Severo, porém, recebe a incumbência de projetar a residência do banqueiro Numa de Oliveira, construída entre 1916 e 1917, segundo o prof. Carlos Lemos.¹² Outros autores referem-se a 1920 como data provável de sua conclusão¹³. Neste ano, nosso engenheiro passa a empreitar a construção de duas casas para seu próprio uso; uma para a sua moradia em São Paulo, a *Casa Lusa* como ficou conhecida, e outra de veraneio no Guarujá, a *Casa Praiana*.

Nelas pode concretizar a suas idéias a respeito do que chamava de *arte tradicional*. Na *Casa Lusa*, construída na Rua Taguá, no Bairro da Liberdade, local próximo da residência de Ramos de Azevedo, utilizou grande variedade de elementos extraídos do repertório do *barroco* português. Empregou também alguns elementos que retirava das demolições que ele próprio promovia da autêntica arquitetura tradicional brasileira, como foi o caso do balcão barroco proveniente das obras de remodelação da Igreja do Carmo, em São Paulo, entre outros¹⁴. A casa nada possui, em seu partido, que a caracterize como colonial brasileira. Sua planta é como na maior parte das casas do início do século, excessivamente cheia de paredes e portas, com um compartimento fechado para cada atividade... Quanto aos demais adereços da casa, convém destacar os azulejos portugueses, em sua maior parte de autoria de Jorge Colaço, aquarelista português, ...que executou o painel do frontão da fachada principal... Em suma, fez um grande sobrado, com balcões, muxarabi, azulejos e encheu-o de pratas e mobiliário D. João V, vindo de Portugal. Não planejou tudo sozinho, teve como colaborador o desenhista Adolpho Borioni, que apesar de italiano, graças à sua cultura, era capaz de interpretar as idéias de Severo.¹⁵

Na *Casa Praiana*, imprecisa quanto ao seu ano de construção¹⁶, apresenta inúmeras características da arquitetura portuguesa do séculos XVII e XVIII, como varandas suportadas por

¹² Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo eo seu escritório*. Pág. 151.

¹³ Esta casa situava-se na Avenida. Paulista e Alameda Campinas e posteriormente foi demolida, cedendo lugar ao edifício que leva o nome do próprio Numa de Oliveira e construído pela Severo & Villares. No mesmo lote, anos mais tarde foram construídas mais algumas casas em estilo neocolonial, também projeto de Ricardo Severo. Quanto à Numa de Oliveira, dono de grande fortuna, pertenceu à comissão patrocinadora da Semana Arte Moderna de 1922, e antes de possuir uma casa no *estilo tradicional brasileiro*, ou *neocolonial*, residiu numa casa na R. General Jardim, mais próxima do *estilo art nouveau*, projetada por Dubugras. Segundo: Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 58.

¹⁴ Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 67.

¹⁵ Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 66.

¹⁶ Gonsalves considera-a anterior à *Casa lusa*, ou seja a 1920. Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 108.

simples colunas toscanas telhados planos com grandes beirais, contituido por telhas de capa e canal, com cantos munidos de uma telha em forma de pluma recurvada para cima (relembrando a moda do exotismo chinês do século das luzes), rótulas e muxarabis de longinqua origem muçulmana, azulejos fabricados diretamente no Porto recobrimdo as paredes das varandas.¹⁷

Como vimos, e como ele próprio diria, estes eram *meros ensaios ou primeiras tentativas*¹⁸. Pretendia, com tudo aquilo, *apenas deixar patente o que se poderia fazer dentro do espirito da tradição em arquitetura.*¹⁹ E tal consciência tinha disso, *que se mil vezes citou em conferências a sua obra prima "Portugália", nunca ousou dar como exemplo de arquitetura uma obra de sua lavra, reportando-se sempre a exemplos do período colonial.*²⁰

Entretanto, todo o prazer que Severo possuía em escrever e conferenciar o mesmo não se pode dizer em relação a desenhos e projetos. Se por um lado, não tinha o ímpeto expressivo comum aos arquitetos; por outro exprimia-se, e muito bem, através da palavra escrita e falada, à qual se dedicou inteiramente; *sendo de sua autoria praticamente todo o escrito proveniente do Escritório Ramos de Azevedo.*²¹ De fato, segundo depoimentos, *seus filhos, raras vezes o viram croquizar um edificio qualquer em sua casa...*²²

Os qualificados resultados obtidos em suas incursões pelo campo do projeto de arquitetura devem-se a uma série de fatores. Em primeiro lugar ao seu grande conhecimento de arquitetura portuguesa. Além disso, por desenvolver as suas atividades no interior do maior e melhor qualificado escritório técnico de arquitetura e engenharia, durante muitas décadas, em São Paulo. E, por fim, graças à sensibilidade e a enorme habilidade de seus colaboradores que interpretavam os seus pensamentos, *orientados apenas por croquis de traços largos e descrições rápidas do tipo "tu metes um balcão aqui, outro acolá..."*²³

Estes profissionais, em sua maioria, pertencentes aos quadro do escritório *Ramos de Azevedo/Severo & Villares*, eram em geral imigrantes italianos ou seus primeiros descendentes²⁴. Julgamos oportuno relacionar alguns deles.

Um desses, certamente, foi o arquiteto italiano Domiziano Rossi, também sócio do escritório e o responsável direto pelos seus projetos, *sendo praticamente todos de sua autoria.*

¹⁷ Bruand, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. Pag. 53.

¹⁸ Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 32.

¹⁹ Severo, Ricaro. *Arquitetura tradicional brasileira*. In: *O Estado de São Paulo*, 1926.

²⁰ Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 32.

²¹ Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 33.

²² Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 26.

²³ Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 33.

²⁴ Grande justiça lhes seriam feita com a realização de pesquisas, cuja lacuna se encontra aberta, que identificassem as autorias e a participação destes profissionais nas realizações daquele escritório. Há apenas uma boa citação na obra de Cealos Lemos (*Ramos de Azevedo e o seu escritório*) e outra, mais discreta, em Ana Maria Gonsalves (*A obra de Ricardo Severo*).



*Somente os desenhos de obras menores, como residências sem expressão, eram desenvolvidas desde o início por seus auxiliares, porém sua supervisão era permanente e autoritária.*²⁵

Outros destes colaboradores foram Felizberto Ranzini, Rodolpho Borioni, e Alfredo Norfini. Ranzini foi um dos inúmeros auxiliares que participaram do projeto da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, além disso, desenvolve uma neomorfologia dos elementos (gradis, coroamento de portais e janelas, balaustres, olhais, pináculos etc.) recolhidos por ele para compor um repertório de composição à moda antiga e publicadas em álbum ilustrado; *exímio aquarelista, técnica, inclusive, que adotava em seus registros de arquitetura antiga*²⁶. Norfini, assim como Wasth Rodrigues, percorre as fontes de informação, Minas, Rio, Bahia, Pernambuco, Maranhão, e Pará para *copiarem tudo o que fosse interessante, não só a fisionomia dos edifícios, os partidos arquitetônicos, mas também pormenores de tudo, de portas, de janelas, de balcões, de azulejos, de escadas, de ornamentos, de relevos, de pinturas decorativas, etc. etc*²⁷. Borioni, talvez o mais dedicado auxiliar de Severo, interpretando-lhe os desejos com paciência e precisão projetou e detalhou a *Casa Lusa*, entre tantos outros projetos, acreditamos.

Com o fim recente dos conflitos na Europa, há, a partir dos anos 20, uma retomada do acelerado ritmo de construções na capital paulista. O *neocolonial*, agregado à valores ideológicos e a vontades não abertamente manifestas de afirmação de classe social, é uma dessas expressões da oposição entre os *paulistas quatrocentões versus os novos ricos sem berço*²⁸. As comemorações do centenário de nossa independência cria um clima propício ao início de uma reação ao Ecletismo historicista praticado pelos imigrantes. O *estilo* se dissemina e se populariza, a partir de então, identificado com a *modernidade* e as transformações por que clamavam a nossa sociedade frente a novidades como o cinema, as revistas ilustradas e a publicidade.

São deste período os principais projetos e obras de Severo, afinados com as suas propostas de tradicionalismo; lembrando que Ramos de Azevedo vem a falecer em 1928, e a orientação geral do escritório passa às mãos da dupla Ricardo Severo-Arnaldo Villares, que produzem grande quantidade de projetos. Embora empreguem o *Neocolonial* em algumas obras, continuam a acompanhar as conveniências de cada cliente, e nenhuma distinção estética lhes eram concebidas (até modernidades como o *art-deco*, naquele momento, estão na pauta nos trabalhos do escritório)

Estes projetos são:

- a. Projeto para a sociedade de Cultura Artística (1926 - não executado);
- b. Casa José Moreira, edifício na Av. São João (1926 - ainda hoje existente);

²⁵ Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e o seu escritório*. Págs. 62 e 63.

²⁶ Ranzini, Felizberto. *Estilo Colonial Brasileiro*. In: Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e o seu escritório*. Pág. 86 e 87.

²⁷ Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e o seu escritório*. Págs. 86.

²⁸ Pinheiro, Maria Lúcia B. *Ricardo Severo e o "Estilo Tradicional Brasileiro"*.

- c. Beneficência Portuguesa de Santos (1926 - existente);
- d. Beneficência Portuguesa de Campinas (1926);
- e. Palacio do Congresso do Estado (1929 - não realizado);
- f. Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (1935-39); e
- e. Residência Ruy Nogueira, na R. Goelândia (1939 - ainda hoje existente).

Considerações a respeito da obra de Ricardo Severo

Por fim, a obra de Ricardo Severo é plena de contradições, como veremos a seguir.

Pioneiro e um dos expoentes de uma proposta de renovação e modernização da arquitetura brasileira, chamada por ele de *Estilo Tradicional Brasileiro*, e que, com a intervenção de outros críticos e a contribuição de outros arquitetos, ficou conhecido como *Estilo Neocolonial*, Severo propugnava uma era de *renascença brasileira*, calcada numa revisão da tradição artística de nosso passado colonial, carregada de reminiscências dos velhos estilos e em busca de uma *identidade cultural* Luso-brasileira, queria extrair do passado os meios de expressão do futuro.

Ignorando as contribuições de índios e negros na composição de nossa cultura, na qual a portuguesa era um dos ingredientes diluídos no longo processo de aculturação, num período de 400 anos; considerava as tradições nacionais, somente aquelas que se identificavam com a cultura lusitana. Desprezou a compromissada contribuição da maioria da população paulista, à época, cuja parcela correspondente aos de origem italiana significavam cerca de 45 por cento de sua totalidade. Nada disso ponderou na pregação de suas idéias, exacerbando os brios da sociedade cafeeira. Lançou, enfim as bases teórica e práticas para a adoção dessa nova e, no entanto, tão conservadora forma de projetar e construir.

Quanto às suas obras de arquitetura, de início, suas construções tradicionalistas eram explicitamente apoiadas naquele repertório português que houvera experimentado no Porto, ou seja nas casas portuguesas à *Raul Lino* e as *solarengas do Século XVII*²⁹; antes, porém, de temperar a sua receita com elementos de composição *tropicais*, tratou de colecionar uma série de informações a respeito das virtudes da arquitetura colonial, com o objetivo de, antes de introduzir a antiga arquitetura barroca de seu país, conferir o comportamento dessa erudita linguagem nas terras de além-mar. Feito isso, organizou esquemas de partidos diversos daqueles modelos originais, prismáticos; incluindo reentrâncias e saliências que produziram telhados bastante movimentados.

Posteriormente, foi refinando as suas criações introduzindo uma série de colagens de elementos extraídos dos inventários encomendados, e das reelaborações destes. Em suma, buscou

²⁹ Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e o seu escritório*. Págs. 87.

erguer um *novo modelo, autenticamente tradicional brasileiro*, calcado num repertório de elementos extraídos do *barroco português* e do *Brasil Colônial*.

Mas como compreender esta pregação de um homem que se mostrou tão insensível frente a demolições, estes sim, de autênticos monumentos nacionais e verdadeiramente brasileiros. Algumas desas derrubadas, foram inclusive propugnadas por ele próprio, como a do edifício das *arcadas* do antigo *Convento do Largo do São Francisco*, ou ainda, a das partes remodeladas da *Igreja do Carmo*, por exemplo. O seu apego ao passado, se mostrou ainda mais estranho, ao reaproveitar as peças extraídas desses escombros, introduzindo-as como ingredientes de suas novas obras. Assim ocorreu com o balcão barroco do *Carmo*, com o forro do *Convento de Santa Tereza*, com a pia de um antigo restaurante popular carioca (a *casa de pastos*), e o balcão retirado de uma casa da *Rua do Carmo*, em São Paulo; todos eles empregados em sua casa, na Liberdade.

Assim como o patricio e contemporâneo Raul Lino, Severo também ofereceu a uma elite conservadora uma fórmula de *modernidade*, calcada no passado e reagindo ao *ecletismo classicizante* e exógeno tão ao gosto das classes emergentes. Sem deixar de considerar os méritos tanto de Severo, quanto os de Lino, pelo esforço com que procuraram estudar e revalorizar um passado, recentemente esquecido, porém, ao contrário daquele seu conterrâneo que procurou manter-se fiel às suas idéias enquanto permaneceu vivo, o nosso *arqueólogo* português, ao que tudo indica, procurou agregar ao escritório que dirigia mais um *estilo* à disposição na prateleira estética de que se serviam.

Em ambos, porém, encontraremos uma tentativa romântica de revalorização do artesão, assim como o fizeram os partidários do neogótico europeu. Lino logrou prestigiar o homem português simples, o construtor anônimo das distantes aldeias. Severo buscou igualmente resgatar o prestígio de nossos olvidados mestres artesãos, principalmente os que fizeram luzir o nosso período barroco; equiparando-os a Aleijadinho e a Mestre Valentim.

Finalizando, um outro paradoxo encontrado na dupla figura de nosso personagem é a dúbia contribuição que prestou à *revalorização* de nossa nacionalidade. Saudado na pátria que adotou como sua, pela nossa (embora não unânime) intelectualidade; recebeu, todavia, em 1932, uma grandiosa homenagem da colônia portuguesa aqui radicada, que enviou representantes do Rio de Janeiro, Santos e Campinas. Nesta, curiosamente, foi saudado como um *português ilustre que pela divulgação das qualidades e virtudes da raça lusitana feita através da imprensa diária, livros e revistas e em conferências nos meios intelectuais brasileiros - pelos seus altos estudos de paleontologia e de História Pátria, pelos seus ousados empreendimentos de arquiteto e engenheiro, pelo seu esforço de mentor no ressurgimento do "estilo colonial português"...*³⁰

³⁰ Severo e outros. *Homenagem a Ricardo Severo*. Pág. 61.

*Como renovação material não se deve entender
quebra das linhas fundamentais do
edifício nem deturpação com arrebiques descabidos ou
enxertos heterogêneos, da fisionomia tradicional da casa.*

Alcântara Machado

(sobre as obras do novo edifício da Academia de Direito do
Lgo. de São Francisco)

O edifício da Academia do Largo de Direito de São Francisco: breve histórico.

A edificação do antigo *Convento Franciscano*, no local onde hoje se encontra a *Faculdade de Direito*, na província de São Paulo deu-se início em 1643. Escolhido para abrigar um dos primeiros cursos jurídicos do país (criado em 1823), inaugurou-se a *Academia de Ciências Sociais e Jurídicas* em 1828, sob a diretoria do *Tenente General Toledo Rendon*.

O mosteiro franciscano, tal como o encontraram os fundadores da *Academia de Direito* era um edifício em taipa de pilão e feições características em comum a vastas habitações coletivas destinadas à vida monástica, em especial na cidade de São Paulo onde haviam outros exemplares como os conjuntos conventuais do *Carmo* e de *São Bento*.

Sofreu ao longo do tempo várias reformas promovidas pela ordem de São Francisco e, posteriormente pelos acadêmicos para adaptá-lo aos cursos jurídicos. A reforma mais importante, porém foi executada em 1886, onde se introduziu um átrio central destinado ao ingresso independente ao edifício com três portas para o Largo e uma passagem central interligando este ao eixo da galeria das arcadas, ladeado por duas escadas de mármore para permitir o acesso ao nível superior. Além disso, a sua fachada foi remodelada, ao *estilo renascença*¹, pouco alterando a relação das envasaduras, conservando-as nos seus primitivos requadros de madeira. O revestimento da fachada foi moldada em argamassa de cal e areia, substituído o beiral por platibanda, ostentando um entabamento dórico denticular, cujos suportes eram pilares embossados, compostos por capitel, base e pedestal, distribuídos simetricamente nos intervalos das janelas. Coroando a composição, sobre o eixo do pórtico principal, elevava-se um discreto frontão semi-circular envolvendo um relógio.

Sabe-se que estas obras foram executadas por Luigi Pucci², que, concomitantemente, trabalhava nas obras do *Palácio-Monumento da Independência*, no *Ipiranga*.

Esta remodelação da Academia, foi a última de grande porte executada no edifício até as primeiras duas décadas do século seguinte.

No início dos anos 30, Principia-se a discutir a necessidade de uma ampla reforma no prédio da escola, pois, ao que parece, aquelas instalações já não mais comportavam, adequadamente, as necessidades da instituição. Cogitava-se a sua demolição, fato gerador de uma polêmica que encontrou ecos até os dias de hoje. O principal genitor da idéia era Alcântara Machado, que além de jurista e seu diretor, era, também historiador interessado nas tradições paulistas. O projeto é encomendado a Ricardo Severo, fato que comentamos acima. A idéia e seus autores causam, até

¹ Ricardo Severo. *A casa da Faculdade de Direito de São Paulo*. Pág. 20.

² Marins, Ana Luiza e Barbuy, Heloisa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Pág. 184.

hoje certa perplexidade, segundo as *Historiadoras Ana Luiza Martins e Heloisa Barbuy*, autoras de uma completa e belíssima publicação sobre a *História da Academia de Direito* e as suas transformações. Buscaram, elas, nesse trabalho ampliar as razões pelas quais se deram a *derrubada das arcadas*, explicitando as complexas conjunturas sócio-políticas, educacionais e filosóficas em que estavam mergulhadas as mentalidades que geriam os destinos, não só da escola, mas os do nosso estado: ³ ... *examinado melhor a questão, ver-se-á a complexidade daquele momento era bem maior do que poderia supor apenas a discussão em torno do edifício, embora esta tenha sido o vetor pelo qual tenham se expressado talvez mais claramente os dilemas e tensões por que passava a instituição.* ⁴

De fato a *Revolução de 30*, derrubou a elite paulista da direção do país. Este período de nossa história recente, amplamente conhecido como o da *República Velha*, onde os interesses do café se sobrepuseram aos da nação, também recebeu a alcunha de *República dos Bacharéis*, numa referência a atuação desta instituição como peça chave na construção do *Regime Republicano*. A famosa frase de Vargas - "a lei, ora a lei - representaria o desprezo da nova ordem pelo sistema anterior, formado a partir da Faculdade de Direito de São Paulo e guiado, antes de mais nada, em sua doutrina ideal, por princípios jurídicos" ⁵. Nestas condições reconstruir o prédio da escola era uma perfeita metáfora para reerguer o prestígio intelectual e político da elite paulista; recuperar o seu moral, levantá-la da prostração em que se encontrava. Era uma resposta da *gente bandeirante*, um esforço de resistência.

O projeto e a obra do novo edifício

Outras questões consideradas na decisão de se erguer um novo edifício para a Escola de Direito relacionavam-se com o crescimento da cidade e a potencialização do prestígio de outras instituições de ensino superior. A verticalização do centro da metrópole, tomando-se o caso do prédio Martinelli de 1929 e a inauguração da nova sede da Faculdade de Medicina, em 1930, imponentes edifícios, eram bons exemplos de que a *Academia* deveria acompanhar as transformações que se operavam na capital paulista.

Antes da decisão, quatro alternativas foram analisadas: a primeira compreendia o aproveitamento do edifício existente, construindo dois novos salões em dois pavimentos sobre o

³ Para o aprofundamento da História da Faculdade de Direito e sobre as obras de demolição do seu antigo edifício e a construção do prédio atual, recomendamos a leitura das publicações relacionadas nas notas 1 e 2, acima.

⁴ ⁴ Martins, Ana Luiza e Barbuy, Heloisa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Pág. 177.

⁵ Martins, Ana Luiza e Barbuy, Heloisa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Pág. 177.

quintal dos fundos (R. Riachuelo) e a recomposição da fachada, incluindo uma porta monumental; a segunda, idêntica à primeira e acrescentando dois pavilhões aos fundos de modo a acomodar a biblioteca, sala de leitura, o salão de honra e mais quatro grandes salas de aula; a outra opção contemplava, não uma reforma, e sim a construção de um prédio novo com três pavimentos, mas com a *obrigatoriedade* da permanência inalterada do *Pátio das Arcadas*; a quarta e última previa, nas mesmas condições da anterior, a construção de um edifício com quatro pavimentos.⁶

Nas discussões que se seguiram, duas propostas antagônicas, uma delas completamente diferente das anteriores, restaram para uma tomada de posição final, conforme o relato de Severo: *...analisada e discutida a solução definitiva, tendo-se evidenciado dois pontos de vista diversos na orientação do projeto: a construção de um edifício, desenvolvido em altura, inteiramente moderno na sua arquitetura interna e externa, ou dum prédio sobre o terreno ocupado pela tradicional Academia, recordando exatamente a arquitetura luso-brasileira dos fins do século XVII ao raiar da Independência. Prevaleceu esta última opinião...*⁷

Convém comentar que, em nossa opinião, a proposta de um edifício alto parece ter sido sugestão do empreiteiro, ou seja o escritório de *Ramos de Azevedo*, agora denominado *Severo & Villares*; não que Severo estivesse de totalmente de acordo com ela, mas era uma excelente proposta de negócio e não devemos esquecer que este se tratava do principal gestor da administração financeira daquela construtora. Acreditamos também que o esboço existente⁸, e apresentado pela sua construtora previa um edifício em estilo art-deco, *estética por excelência dos anos 30*⁹, mas não a preferida de Severo.

A questão era controversa, porém *....Certo ou errado, o fato é que optou-se pela demolição do convento e construção de um novo edifício*¹⁰. Imaginava-se que a demolição das antigas arcadas não seria bem recebida de forma unânime pela comunidade acadêmica, e nem de boa parte da sociedade.

Concebeu-se então um plano estratégico: iniciar as obras pelo quintal, aos fundos, espaço que se encontrava vazio; além do mais, a idéia se coadunava perfeitamente com as precárias condições em que as cadeiras eram ministrados, pois *como se tivesse decidido, também, que os cursos deveriam continuar no edifício durante as obras, estas foram feitas por blocos*¹¹. O outro

⁶ Severo, Ricardo. *A cas da Faculdade de Direito de São Paulo*. Pág. 22.

⁷ Severo, Ricardo. *A cas da Faculdade de Direito de São Paulo*. Pág. 23.

⁸ Marins, Ana Luiza e Barbuy, Heloisa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Pág. 184..

⁹ Marins, Ana Luiza e Barbuy, Heloisa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Pág. 183.

¹⁰ Marins, Ana Luiza e Barbuy, Heloisa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Pág. 179.

¹¹ Marins, Ana Luiza e Barbuy, Heloisa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Pág. 179.

passo se daria quando estes blocos posteriores estivessem prontos; momento ideal para se promover a demolição do existente. Contavam, os mentores do plano, também, com o desconhecimento geral que cercava a iniciativa, pois *o projeto não havia sido divulgado em detalhes, não havendo conhecimento público do que seria realmente feito...*¹²

Assim, as obras se iniciam, por volta de 1932. Cumprindo o planejado anteriormente, levantou-se os blocos posteriores para em seguida, em 1935, providenciarem a demolição das *antigas Arcadas*. Entretanto, os rumores e a celeuma se iniciaram bem antes, o que levou o diretor Alcantara Machado a convocar a imprensa e se ver obrigado a prestar alguns esclarecimentos; e ele desconversou, não confirmando e nem desmentindo: *...a remodelação não passaria de uma limpeza interna e externa do casarão do largo do Capim, providência que há muito se fazia necessária, o que de certo modo abrandou os protestos. Afinal, o Conselho Técnico da faculdade aprovou e o Ministério da Educação autorizou um plano de remodelação da Academia que nem por ser vasto tirará ao edifício suas características tradicionais.*

Tradicional, esta era a palavra chave para calar os descontentes e dar a senha para o reinício das obras, seguindo à risca o projeto de Ricardo Severo. Segundo ele *...para que justamente no edifício público a que se prendem as mais lidimas memórias da cultura paulista, se fixem como num museu os elementos de uma época e duma tradição que se tornou nacional pela arte dos mais notáveis mestres e alveneis brasileiros, enquanto que o urbanismo da grandiosa capital, pelo impulso inevitável do seu extraordinário desenvolvimento, vai demolindo todos os arcaicos padrões do velho burgo de Piratininga.*¹³

Subentende-se, deste modo, que se no restante da cidade removiam-se todos os vestígios das velhas taipas, símbolos do ultrapassado, do arcaico, lá, no Largo de São Francisco isso não aconteceria por que o seu projeto, apesar de novo, de moderno, estava intimamente ligado com o passado, pelo espírito (*pela arte*) que havia guiado os nossos antepassados (notáveis mestres e alveneis brasileiros). A dubiedade do discurso prestava-se muito bem para que pouco a pouco se fosse dislumbrando aquilo que parecia ser impossível, quase um milagre: iria se construir um *novo-velho edifício*.

Todo o cuidado estava sendo tomado, pois *assente nesta orientação, o estudo do projeto enveredou pelos elementos mais característico dessa arquitetura tradicional*. Que, além de nacional, era ao mesmo tempo internacional: *Baseada* (essa arquitetura tradicional) *no chamado estilo barroco-jesuíta da última fase do renascimento clássico* (termo muito apropriado para agradar juristas afeitos, por dever de ofício, à tradição clássica) - *e que alguns críticos consideram a*

¹² Marins, Ana Luiza e Barbuy, Heloisa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Pág. 179.

¹³ Severo, Ricardo. *A cas da Faculdade de Direito de São Paulo*. Pág. 23.

167

*sua degenerescência - esta arte dominou no centro da Europa e nas penínsulas de fundo latino (leia-se Portugal) durante dois centenários, até ao século XIX, criando (sic) as eras florescentes de Bernini, de Churriguera na Espanha, de Luís XV na França e de D. João V em Portugal. E para terminar, justificando a sua adoção, pois esta arte transportada para o novo continente, em particular ao Brasil, além de possuir um carácter eminentemente social, adaptando-se aos novos meios físicos, étnicos e morais, criou (sic) por sua vez modalidades regionais que, se não constituem novos estilos, entretanto realizaram em novas formas concepções originais de carácter próprio e independente.*¹⁴

Quanto à obra, que prosseguia, agora, de forma ininterrupta, em março de 1935 ficou claro que se tratava de uma demolição, que foi denunciada pela imprensa¹⁵. Geram-se novos protestos e discursos inflamados; e, como resposta, as escusas de que o mau estado de conservação do velho prédio a justificasse. Este motivo, como se confirmou, era dissimulado, pois foi contrariado pela constatação do próprio Severo que ao exagerar, em seus discursos, nos elogios com que enalteciam os nossos antigos artesãos, comentava a solidez daquela antiga construção: *Tão hábeis foram os talapeiros da época, e de tão boa a escolha o material deste "formigão"*¹⁶, *que após três séculos os muros se conservavam sem trincas até a altura dos telhados, dificultando pela coesão da massa a sua demolição.*¹⁷

A esta altura circula a informação de que a Faculdade seria transferida para uma cidade universitária a ser, brevemente, construída para abrigar a recém constituída Universidade de São Paulo. A Academia havia aderido com todo o entusiasmo, a nova entidade pública, pois deixara, assim, de depender de decisões da esfera federal que a considerava (a Acaemia) um perigoso foco oposicionista. Entretanto a possibilidade da Escola deixar o largo de São Francisco foi recebida com repúdio. A comunidade acadêmica se movimentou, novos e intermináveis discursos foram proferidos, comovidas missas simbólicas, por entre os escombros das arcadas recém demolidas, foram rezadas. Neste clima, até a sua inconformável derrubada cedeu lugar ao desejo de continuidade que foi também expresso de maneira simbólica pelos estudantes, que escolheram, nos escombros, restos do antigo convento para serem misturados aos alicerces do novo edifício.¹⁸

¹⁴ Severo, Ricardo. *A casa da Faculdade de Direito de São Paulo*. Pág. 23.

¹⁵ Marins, Ana Luiza e Barbuy, Heloisa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Pág. 181.

¹⁶ *formigão*, significa uma mistura de cal, argila e cascalho. In: Marins, Ana Luiza e Barbuy, Heloisa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Pág. 330.

¹⁷ Marins, Ana Luiza e Barbuy, Heloisa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Pág. 181.

¹⁸ Marins, Ana Luiza e Barbuy, Heloisa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Pág. 183.

Como se sabe a Academia não mudou de endereço; mas, deste modo, calaram-se os mais eloquentes e os mais ferrenhos opositores à demolição das *Arcadas*. Entretanto, a Direção da Escola e Ricardo Severo, cada um por seu turno, cederam à algumas imposições: as arcadas terminaram por serem reerguidas, de acordo com as originais, e não sob as formas que lhe haviam reservado o *arquiteto* português; decidiu-se, também, ...*pela manutenção do túmulo de Júlio Frank, além do relógio na fachada e das placas de mármore com os nomes da triade de poetas-estudantes encimando a portada.*¹⁹

Proseguiu, assim, a obra até seu término, ocorrida por volta de 1939-40, que incluiu luxuosos vitrais encomendados à Casa Conrado, entre outras novidades.

Curiosamente, vaticinava Severo, por volta de 1937, de forma pouco modesta: *O novo edifício da Faculdade de Direito de São Paulo constituirá portanto um padrão nacional, que não contrastará com o avanço do progresso da modernidade paulista, e pelo contrário será uma eloquente afirmativa da sua cultura através de uma história gloriosa, digna de ser fixada de modo imperdurável num de seus principais monumentos.*²⁰

Considerações sobre a Obra da Faculdade de Direito

O partido inicial, de fato previa a continuidade do recinto aberto em arcos, como determinava *cláusula obrigatória da permanência inalterável do "Pátio das Arcadas"*²¹. Entretanto, com o acréscimo de mais dois pavimento é difícil concordar que suas características originais foram preservadas. No antigo claustro, largos corredores ao seu redor articulavam, no interior do edifício, o acesso principal e os demais compartimentos da escola, estando uma de suas alas paralela ao eixo da porta principal, ademais, no novo prédio, esta disposição não foi respeitada. Entretanto, a antiga entrada principal, alinhada como passeio permanece com três portas mas guarnecida pelo corpo saliente, encimado, na versão definitiva, por uma colunata entremeada de balcões. O quintal, aos fundos, com jardim bem cuidado, de desenho geométrico, cederia lugar a dois blocos separados por reentrâncias, voltados para a Rua Riachuelo²². Além do mais o recuo ajardinado, com a face voltada para a rua *Cristovão Colombo*, na variante final foi, pelo menos, parcialmente ocupado. Noutra

¹⁹ Marins, Ana Luiza e Barbuy, Heloisa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Pág. 183.

²⁰ Severo, Ricardo. *A casa da Faculdade de Direito de São Paulo*. Pág. 27.

²¹ Severo, Ricardo. *A casa da Faculdade de Direito de São Paulo*. Pág. 22.

²² Verificar atentamente as plantas publicadas em: Severo, Ricardo. *A casa da Faculdade de Direito de São Paulo*. Págs. 31 e 32; e Marins, Ana Luiza e Barbuy, Heloisa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Pág. 178, 179, 186 e 187.

versão, semelhante ao traçado definitivo ²³, haveria um corpo sobrelevado, por detrás da entrada principal, culminando com um zimbório, sendo, este conjunto de elementos, ao final, eliminados ²⁴.

De uma forma geral, a sua distribuição volumétrica e o ritmo das envasaduras seguem os cânones acadêmicos e classicizantes. O *barroco* é adotado nas suas elevações onde a distribuição dos planos horizontais o subdividem em um pavimento (térreo) que recebe tratos de embasamento; entre os dois pavimentos, acima deste, não há clara linha demarcatória que os separem, sendo tratados como um pano único; uma cimalha os separa do último andar, o superior, à altura dos peitoris deste que portanto parece menor, em altura, servindo como coroamento do conjunto. E, ainda, nos detalhes: relêvos, portadas, balcões, colunas, frontões, apliques de claro sotaque luso-brasileiro. O edifício se mostra, de qualquer maneira, eclético, pela sua metodologia projetual, diferenciando-se apenas pelos apliques de detalhes extraídos, ou reelaborados, a partir dos levantamentos feitos nas cidades históricas que Severo havia encomendado a seus colaboradores.

Isto pode ser visto comparando os elementos que compõem, o já citado *Documentário arquitetônico*, de Wash Rodrigues, a *Composição Arquitetônica de Motivos Originais do Estilo Colonial Brasileiro* ²⁵, de Ranzini; os monumentos, principalmente os de cunho religioso, existentes nas cidades históricas mineiras e pernambucanas, e os civis de Portugal. Segundo Severo estes *elementos componentes e característicos da arquitetura barroca (sic), na livre fantasia da sua composição, mais ornamental que construtiva, modificaram-se quando se naturalizaram brasileiros. E esta alteração pode exprimir-se por mais um lato "embarocamento", não só dos elementos retilíneos e planos como dos perfis curvilíneos que compõem os pedestais, fustes e capiteis, em colunas pilastras e balaustres, os saimeis, os alizares, as arquivoltas e os frizos das cimalthas, cuja cornija se liga muitas vezes ao filete do arquitrave por meio de garaganta curva desenvolvida em perfil de "escocia"*. ²⁶

E segue justificando a sua composição: *De resto nos outros países em que se aprimorou o Baroco, também sobre um esqueleto geométrico de linhas classicas, se acumulou a sobrecarga de uma arte essencialmente plastica e ornamental; foi a maneira expressiva desta modelação, resultante da epoca, meio e do artista, que lhe deu caracter proprio a cada paiz.*

Esta arte colonial, depreciada, pois que esparsa por todo o paiz sem um museu de conjunto, constitue não obstante, na especificidade de seus seus detalhes, uma realidade nacional. ²⁷

²³ Os desenhos originais deste projeto encontram-se nos arquivos do Condephaat.

²⁴ Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. págs. 155 e 157.

²⁵ Ranzini, Felisberto. *Estilo Colonial Brasileiro*. In: Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e o seu escritório*. Pág. 86 e 87.

²⁶ Severo, Ricardo. *A cas da Faculdade de Direito de São Paulo*. Pág. 24.

²⁷ Severo, Ricardo. *A cas da Faculdade de Direito de São Paulo*. Pág. 25.

Continuamos a ouvir o que tem Severo a dizer sobre a sua obra, pois nos parecem muito esclarecedoras, as suas palavras: *Tomando estes elementos os mais característicos, procurou-se adornar a vestimenta arquitetural do novo edifício da Faculdade, enquanto (sic) o seu interior obedece aos mais modernos preceitos duma escola universitária da atualidade. é claro que as proporções dos grandes sobrados coloniais não podem aplicar-se diretamente á (sic) confecção dum prédio de varios andares, com vinte e cinco metros de altura, de carater monumental. Mas a documentação recolhida das antigas construções de São Paulo, Ouro Preto, Congonhas, Sabará, Mariana, Caeté, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, etc., presta-se inegavelmente para compor um todo de harmonia estetica que representará no quadro urbano da modernidade, reconstituindo a obra admiravel e rediviva das gerações antepassadas, a homenagem publica a uma Epoca, uma arte e uma tradição nacionais.*

Em consequencia deste proposito de nacionalisar o mais possivel o estilo do edificio, como se ouvera sido delineado por qualquer mestre-de-risco do seculo XVIII, procurou-se nas suas linhas gerais estabelece-lo nos moldes das grandes edificações da epoca (ou seja, as religiosas, observação nossa) e da verosimel origem desse provavel arquiteto antepassado. Esta proveniencia, naturalmente européia, deve ter sido penisnsular (leia-se Portugal, observação nossa), ...

E foi assim delineada a composição da fachada... ornamentada com os motivos dos portais modelados pela arte característica de Antonio Francisco Lisboa (nas igrejas de Ouro Preto, São João d'El Rey e outras do centro mineiro). Nos menbros que constituem o esqueleto arquitetónico do edificio, na variada molduragem que compõe cimalthas arquivoltas, capiteis, linteis, etc., desde o rodapé até o coroamento, foram conservados e rigorosamente interpretados (grifos nosso) os modelos perfis, contornos dos tipos coloniais mais característicos...²⁸

Conclusão

Desta maneira, o modo projetual de Severo revelou-se, antes que uma renovação das artes que apregoava, uma nova faceta do Ecletismo historicista, xenofóbica e reacionária, cujo o receituário, foi sendo elaborado, paulatinamente, a partir das suas experiências iniciadas no Porto e das idéias propaladas por Raul Lino, em sua busca da *autêntica Casa Portuguesa*, do movimento romântico europeu e brasileiro, de Violet-le- Duc e Pugin. Eduardo Prado deve ter sido um importante elo de ligação entre Portugal e o Brasil, correspondendo-se frequentemente com Ramalho Urtigão²⁹.

²⁸ Severo, Ricardo. *A casa da Faculdade de Direito de São Paulo*. Pág. 24.

²⁹ As atividades deste personagem deveriam ser melhor observadas para o aprofundamento da questão.

171

Ricardo Severo foi, é verdade, pioneiro na tentativa de sistematizar parte da produção cultural brasileira do passado, caída no esquecimento. Nisto será seguido pelos seus companheiros de *batalha*, como José Mariano Filho. Gerg Przyrembel, Victor Dubugras (este levado pelas mãos de Washington Luiz, aos arredores de São Paulo) e, logo em seguida, pelos modernistas, como Mario da Andrade, por exemplo.

Neste sentido, pouca ou nenhuma preocupação nutriu pela questão da preservação do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico do país, restringindo-se a colecionar peças que subtraía às demolições que ele próprio promoveu em suas atividades de empresário-construtor, deixando para a geração que se seguiu, verdadeiramente moderna, instituir esta preocupação frente ao extermínio que se praticava contra os genuínos monumentos nacionais. Despediu-se da vida logo após ofertar a São Paulo aquilo que acreditara conceber como um grande edifício "barroco", de caráter civil, que a cidade não possuía: o novo edifício da Academia de Direito do Largo de São Francisco.

Raul Lino

Nascido em Lisboa em 21 de novembro de 1879 e falecido na cidade natal em 13 de julho de 1974.

Arquiteto Português, artista gráfico e escritor. Educado na Inglaterra e tendo estudado arquitetura (entre 1893/97) na Technische Hochschule, em Hanover, sob a orientação de Albrecht Haupt. Esta base cultural anglo-saxônica e germânica não era comum entre os artistas portugueses de seu tempo; estes tendiam a uma formação sob forte influência francesa, definindo, deste modo, as tendências a serem seguidas pela arquitetura portuguesa.

Entre 1898 e 1901, faz uma viagem de reconhecimento através da produção de desenhos tomados *in loco* pelo sul de Portugal e Marrocos, observando nestes locais a persistência de formas arquiteturais e no seu planejamento espacial provenientes de tradições Moçarábicas e Islâmicas. Algumas destas anotações ele mais tarde adotará em seus projetos de edifícios residenciais, particularmente a disposição de pátios funcionando como um núcleo entre salas e o uso de elementos decorativos (como tijolos, azulejos e caiação).

Teve relevante participação na criação de um movimento de cunho nacionalista, que ficou conhecido como estilo *Casa Portuguesa*, mas introduziu alguma modernidade nesta preocupação em resgatar o tradicional, integrando-o com correntes inovadoras européias, como o Art-Nouveau, como nas seguintes obras: Casa Roque Gameiro (1898), Venteira, Amadora, com minaretes islâmicos, Casa Monsalvat (1901) e Casa Silva Gomes (1902), erguida no Monte Estoril; juntas constituem a mais significativa contribuição para esta aproximação, devido a suas plantas inovadoras e o tratamento das massas. Em sua própria residência (1912) em Cipreste, próximo a São Pedro de Sintra, Lino explorou a dramaticidade do sítio (sobre um antigo rochedo) criando, sob uma linha de pensamento romântico, um inimitável edifício cujo corredor curvo em frente a um pátio enclausurado por um átrio decorado com azulejos Art-Nouveau; tudo isto, com vistas sobre a linha do horizonte definida pela torres do Palácio Nacional, do séc. XVI, e do Palácio de Pena nas distantes regiões montanhosas. Os edifícios urbanos de Lino, todos em Lisboa, são menos inovadores: neles incluem-se uma casa (1906) na Av. Fontes Pereira de Melo; Casa Elisa Vaz (1912, na Av. da República; o neo-clássico cinema Tivoli (1924) na Av. da Liberdade; e Casa António Sérgio (1925), na Travessa do Moinho de Vento.

Lino foi um homem cujo interesse cultural era amplo e manteve ligações com outras formas artísticas. Ele ilustrou livros de poemas (entre 1912 e 1916) para Affonso Lopes Vieira (1878-1946) e desenhou cenários e figurinos, como por exemplo a produção da peça teatral *Salomé* de Oscar Wilde, em 1925, no Teatro Politeama de Lisboa. Ele também escreveu enorme obra teórica sobre

arquitetura e livros, tais como *A Casa Portuguesa* (1929), assegurando para si a condição de destacado líder do estilo *Casa Portuguesa*. Nos anos 30, apartado do modernismo, seu estilo torna-se seco e austero, tendente ao conservadorismo, particularmente nas encomendas oficiais de governo. Exemplos de seus trabalhos deste período incluem Loja das Meias (1938) no Rossio; sua própria casa (1939), na Rua Freio Terenas; e o Pavilhão Brasileiro (1940) na Exposição do Mundo Português, todos em Lisboa. O último projeto continha um demarcado sistema de pórtico cujos pilares modulados representando a imagem de palmeiras portando luminárias, num estilo tropical. Seu trabalho final de maior importância foi a Embaixada Portuguesa (1941, destruída na Segunda Grande Guerra) em Berlim. Depois disso, dedicou-se ao trabalho teórico, conservando-se alheio às crenças do mundo moderno; vivendo, porém, para ver uma exposição retrospectiva de sua produção realizada no Museu Calouste Gulbenkian, de Lisboa, no ano de 1970¹.

Obras Publicadas:

A nossa casa (Lisboa, 1918)

A Casa Portuguesa (Lisboa, 1929)

Auriverde jornada (Lisboa, s/d)²

Casas Portuguesas (Lisboa, 1929)

La Maison Portugaise (Lisboa, s/d)³

¹ Fonte: Turner, Jane (Editora-Chefe). *The Dictionary of Art*. Nova York, Grove/Macmillan Publishers Ltd, 1996

² Fonte: Lino, Raul. *Casas Portuguesas*. Lisboa, Valentim de Carvalho, s/d.

³ Fonte: Lino, Raul. Idem, óp. cit..

775

O "Paulista" Ricardo Severo: uma biografia

O português Ricardo Severo, nascido em Lisboa em 1869, filho de um comerciante que durante algum tempo enriqueceu às custas de sua atividade em uma das colônias da África; jovem bem posto, passou parte de sua juventude no Porto e, aos 21 anos de idade, forma-se com distinção na Academia Politécnica daquela cidade, como Engenheiro Civil de Obras Públicas. Em 1891, bacharelou-se como Engenheiro de Minas na mesma instituição.

Participa do movimento republicano de 1891 e *finda a revolução e vencidos pelas armas disperdam-se os conjurados*.¹

Trabalha por algum tempo como engenheiro dos *Caminhos de Ferro de Portugal* mas, motivado pelos poucos salários recebidos, pensa em emigrar para o Brasil onde buscaria melhores condições de vida. Desembarca no Rio de Janeiro, por volta de 1891 e encontra a cidade às voltas com o surto de febre amarela. Decide, então, estabelecer-se em São Paulo. Hospeda-se, de início, no *Grande Hotel de França* estabelecimento que até então funcionava na esquina da rua São Bento com a Direita.

Arribando a São Paulo, não se quedou inerte ou hesitante à margem da vida ambiente. Envolveu-se, ao contrário, no torvelinho do dia, que lhe deveriam deparar, inesperadamente, à solução de seu destino.²

Por esta época, o Museu Sertório (atual Museu Paulista) estava em sua fase inicial, possibilitando a Ricardo Severo expor através da imprensa algumas críticas que apontavam para a carência de documentação etnográfica, pré-histórica e de peças de interesse para as ciências naturais daquele acervo. A intromissão atrevida de Severo despertou o interesse do engenheiro Francisco Maia, Secretário da Agricultura da Província e, além disso, cunhado e amigo de Ramos de Azevedo, ao qual foi apresentado. Obteve boa impressão deste, já que o nosso engenheiro, acima de tudo, era um homem letrado, fino, profundo conhecedor das ciências humanas e um intelectual afeito às questões de etnologia e de arqueologia; envolvido, até então, na terra pátria, em pesquisas que procuravam definir a *nacionalidade lusitana*.

Assim, se conhecem o engenheiro luso e o grande engenheiro paulista. *Gostaram-se à primeira vista, embora um fosse mais velho que o outro quase 20 anos. Arnaldo Dumont Villares (futuro sócio e parente por afinidade de Ricardo, observação nossa), no seu ... texto datilografado, diz-nos que seu tio Severo passou imediatamente a trabalhar com Ramos, como auxiliar, de 1893*

¹ Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 22.

² Cunha, Heitor. *Ricardo Severo foi um grande paulista, antes de tudo*. In: Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 23.

176

até 1895. Isto foi portanto no tempo do Banco União. Das condições desse trabalho não sabemos³. Até onde se tem notícia, o engenheiro-arquiteto chefiava uma secção da Construtora Banco União de São Paulo.

Inicia-se, portanto, uma série de contatos que fará com pessoas influentes do governo e da sociedade que futuramente o colocariam em situação destacada no univesrso paulista.

Outro contato que impulsionará as atividades do profissional lusitano, tanto em São Paulo, como em Portugal, será a aproximação feita com os irmãos Villares. Estes eram, assim como Severo, pessoas vindas do Porto, estabelecidas em Campinas e lá figurando como abastados negociantes. Três deles eram casados com com três irmãs riquíssimas, filhas do rei do café Henrique Dumont, pai também de Alberto Santos Dumont, o inventor⁴. Decidiu-se, de acordo com os costumes da época, que Ricardo Severo se casaria com uma das filhas do próspero cafeicultor, a mais velha e solteira, de nome Sophia. Quis o destino que esta união não se consumasse em virtude do falecimento da noiva, vítima da febre amarela. Em 1893, Ricardo pode, assim, desposar a filha mais moça, Francisca, por quem nutria uma maior simpatia. Passa, a partir de então, a incorporar-se àquela família, cujas cunhadas eram:

Maria, 33 anos, casada com Eduardo de Andrade Villares; Virginia, 27, unida à Guilherme de Andrade Villares; e Gabriela, 22 anos, esposa de Carlos de Andrade Villares.

Os irmãos Villares eram todos bacharéis em engenharia civil pela escola de Siracusa, nos Estados Unidos.

Ricardo Severo, por sua vêz, teve oito filhos, que por volta de 1977 encontravam-se na seguinte situação⁵:

- José, engenheiro, falecido, foi casado com Maria Lopes da Fonseca;
- Antonio, arquiteto, falecido, solteiro;
- Francisca, falecida, foi casada com Ernesto Seara Cardoso;
- Madalena, casada com José Brioschi Jr;
- Isabel, casada com Armando Lebeis;
- Maria Severo Leite, viúva de Rafael Falcão Leite;
- Laura, casada com Ernesto Seara Leite;
- Elisa, casada com João Osório de Oliveira Germano.

³ Villares, Arnaldo D. In: Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. Pág. 61.

⁴ Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. Pág. 61.

⁵ Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 24.

177

Logo após o casamento, seu sogro adoece gravemente e resolve tratar-se na Europa. Por este motivo vende todos os seus bens por 12 mil contos de reis e distribui a cada filho a fortuna de mil contos; embarca para cidade do Porto, onde veio a falecer.

Com a parte que cabia a Severo, foi-lhe possível realizar o sonho que o acalentava desde a mocidade: retornar a Portugal e dedicar-se em tempo integral à arqueologia e às letras. De volta ao Porto organiza a luxuosa revista *Portugália*, da qual é seu diretor, editor e financiador. O primeiro número data de 1898. Foram, ao todo, publicados oito fascículos agrupados em dois volumes até 1908, ano em que se publica o último. Ele próprio viaja pelo país pesquisando os assuntos que eram a sua paixão: escrever artigos sobre arqueologia, onde investigava as raízes do povo lusitano anteriores à chegada dos romanos na península. Segundo a apreciação elogiosa do crítico português João Barreira, Ricardo Severo *reuniu num esquema do nosso tempo tudo o que as suas viagens pelo País lhe sugeriram de belo, de pitoresco e de lógico...*⁶.

Nesta época, ergue para si no Porto uma casa na *Rua do Conde* (1904), atualmente denominada *Ricardo Severo*, a sua primeira obra provável, e talvez única, em Portugal. Nela aplica os seus conhecimentos em engenharia e, atento aos motivos históricos, procura empregar elementos da arquitetura vernacular que colheu nas províncias percorridas, buscando emprestar-lhe um sentido puramente tradicional e lusitano.

Todavia, o insucesso de seus irmãos (seus procuradores em São Paulo e que aqui permaneceram para administrar a sua fortuna) na condução de alguns negócios levam à bancarrota o nosso engenheiro-arqueólogo, por volta de 1907. Severo vê-se na obrigação de deixar sua pátria e retornar ao Brasil numa tentativa de recomeçar a vida. Naturalmente, procura o ex-colega Ramos de Azevedo que não o deixa ao desamparo, ao contrário, oferece-lhe uma participação societária na sua empresa, em franca expansão.

Na empresa, cabe a Ricardo Severo gerir a *Companhia Iniciadora Predial*, uma carteira hipotecária que funcionava em paralelo aos negócios da construtora. O engenheiro luso era peça importante na gestão financeira da organização, que dirigia com estrema competência. Severo era um emérito relações públicas. Portador de uma loquacidade assombrosa e de grande simpatia, que o tornaram querido tanto por funcionários do escritório, operários de obras (onde por vezes aparecia), quanto pela sociedade local, pela clientela endinheirada e, principalmente, entre seus patrícios ricos.

Apesar de todos estes encargos, nosso engenheiro continuou a dedicar-se às atividades literárias e a proferir conferências cuja temática sempre girou em torno dos assuntos de sua predileção: a nacionalidade lusa e sua identidade cultural; o mundo português refletido no Brasil e a preservação das marcas desta etnia heróica.

⁶ Fnaça, José Augusto. *A arte em Portugal no século XIX*. Pág. 158.

118

Em 1928, com a morte de Ramos de Azevedo a empresa passa a denominar-se *Escritório Técnico Ramos de Azevedo - Severo & Villares e Cia. Ltda.*, cuja direção geral passa às mãos de Ricardo Severo e de seu sobrinho (filho de Guilherme, casado com uma das irmãs da esposa de Ricardo, Virgínia) e genro do falecido Ramos, Arnaldo Dumont Villares. Este já era, desde 1911, outro atuante sócio da companhia. Posteriormente, com o ingresso do filho Antonio Severo, arquiteto, e de Alfredo Villares há outra modificação na denominação da empresa que passa a designar-se, também: *Severo, Villares e Cia Ltda.*

Foram as seguintes obras e projetos de destaque daquele *Escritório Técnico*, alguns sob a clara influência do pensamento de Ricardo Severo, classificadas de forma temática ⁷:

- a. paços governamentais: o *Palácio da Justiça*, em São Paulo, e a reforma do *Palácio Guanabara*, no Rio de Janeiro;
- b. instrução pública: a *Escola Politécnica*, o *Colégio Sion*, os *Liceus de Artes e Ofícios de São Paulo e Campinas*, o *Liceu Franco-Brasileiro*, a *Faculdade de Medicina da Usp* e a *Faculdade de Direito do largo de São Francisco*;
- c. edifícios públicos ou coletivos: o *Teatro Municipal*, o *Quartel da Luz*, a *Penitenciária do Estado*, os *Correios e Telégrafos*, *As Beneficências Portuguesas de São Paulo, Santos e Campinas*, o *Palácio da Câmara dos Deputados* e o *Estádio Municipal do Pacaembú*, obra que só se concluiu após o seu falecimento, em 1940.

Verifica-se, assim, que se Ricardo Severo manteve-se leal aos seus pensamentos filosóficos, em prol de uma retorno às raízes lusitanas, este se restringiu à sua obra literária. Em arquitetura, outras imposições relacionadas aos interesses comerciais da empresa a que estava vinculado, não permitiram que seguisse fiel àquelas proposituras, participando de obras cujo caráter era frontalmente contrário ao espírito pelo qual combatia, ou seja a necessidade de adotarmos uma arte tradicional, tema de sua famosa conferência de 1914.

Foi sócio honorário do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, sócio do *Instituto Heráldico-Genealógico de São Paulo* e foi o primeiro estrangeiro a receber a *Comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul*. Recebeu, também, a *Grã Cruz da Ordem de Santiago e Espada* e o *Colar de Palmas de Louros da Academia Real de Ciências de Lisboa*. Foi, ainda, *Diretor do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo* e colaborou na fundação da primeira *Faculdade de Filosofia Ciências e Letras*, em São Paulo.

Ricardo Severo faleceu em 1940, repentinamente, em sua residência ⁸, construída por ele próprio à R. Taguá, no bairro da Liberdade, em São Paulo.

⁷ Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 26.

⁸ Gonsalves, Ana Maria C. R. *A obra de Ricardo Severo*. Pág. 27.

779

Anexo 01

A arquitetura vernacular portuguesa

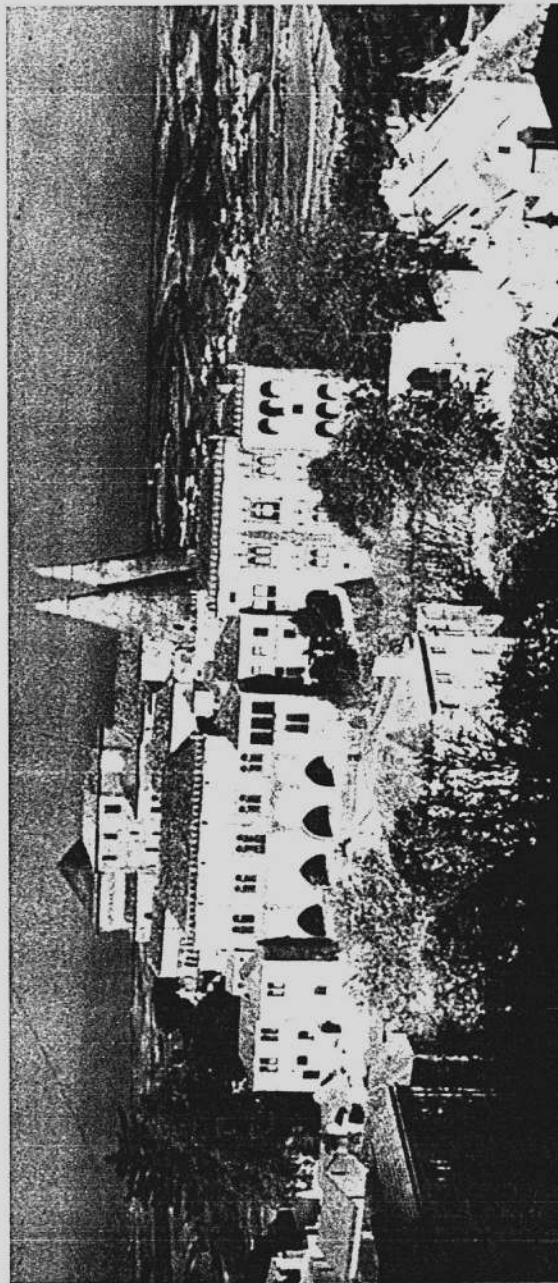
Levantamento feito pela
Associação dos Arquitetos Portugueses e
publicado em 1980

Fonte:

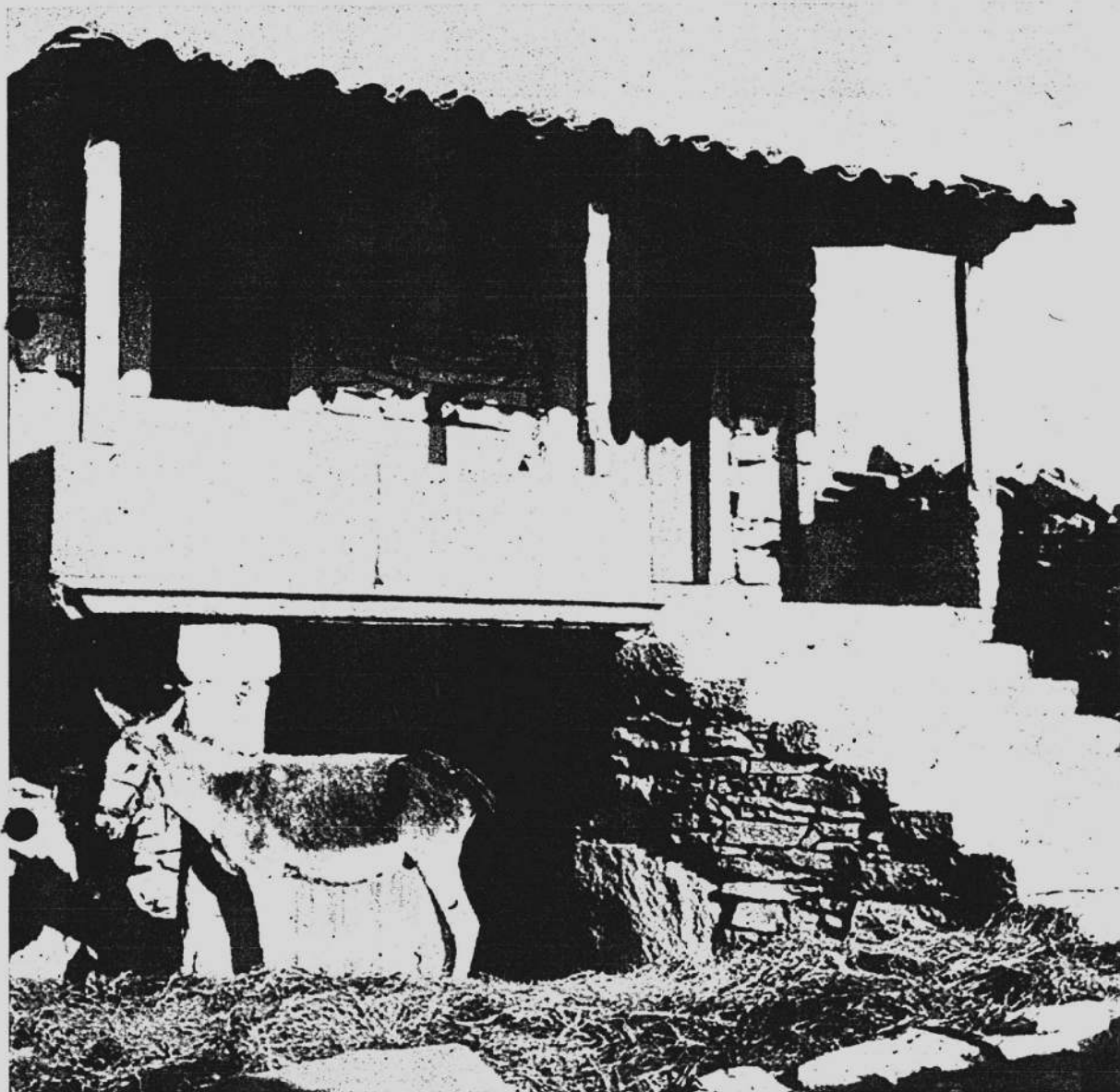
Arquitetura Popular em Portugal
Associação dos Arquitetos Portugueses
Lisboa - AAP- 1980

- a. Sintra - Extremadura
- b. Malhada - Sorda
- c. Touro
- d. Varzea da Serra
- e. Trancoso
- f. N. S. do Cabo - Cabo Espichel
- g. Santa Comba - Dão
- h. Arcozelo - Ponte de Lima. *Solar do Pomarchão*
- i. Freineda
- j. Vitorino das Donas - Ponte de Lima
- k. Barcelos. *Solar dos Pinheiros*
- l. *Arco do Bispo*. Elvas
- m. Luz de Tavira - Tavira
- n. Cachopo - Tavira

180



anexo 01 - a.



anexo 01 - b.

782



anexo 01 - c.



anexo 01 - d.

784



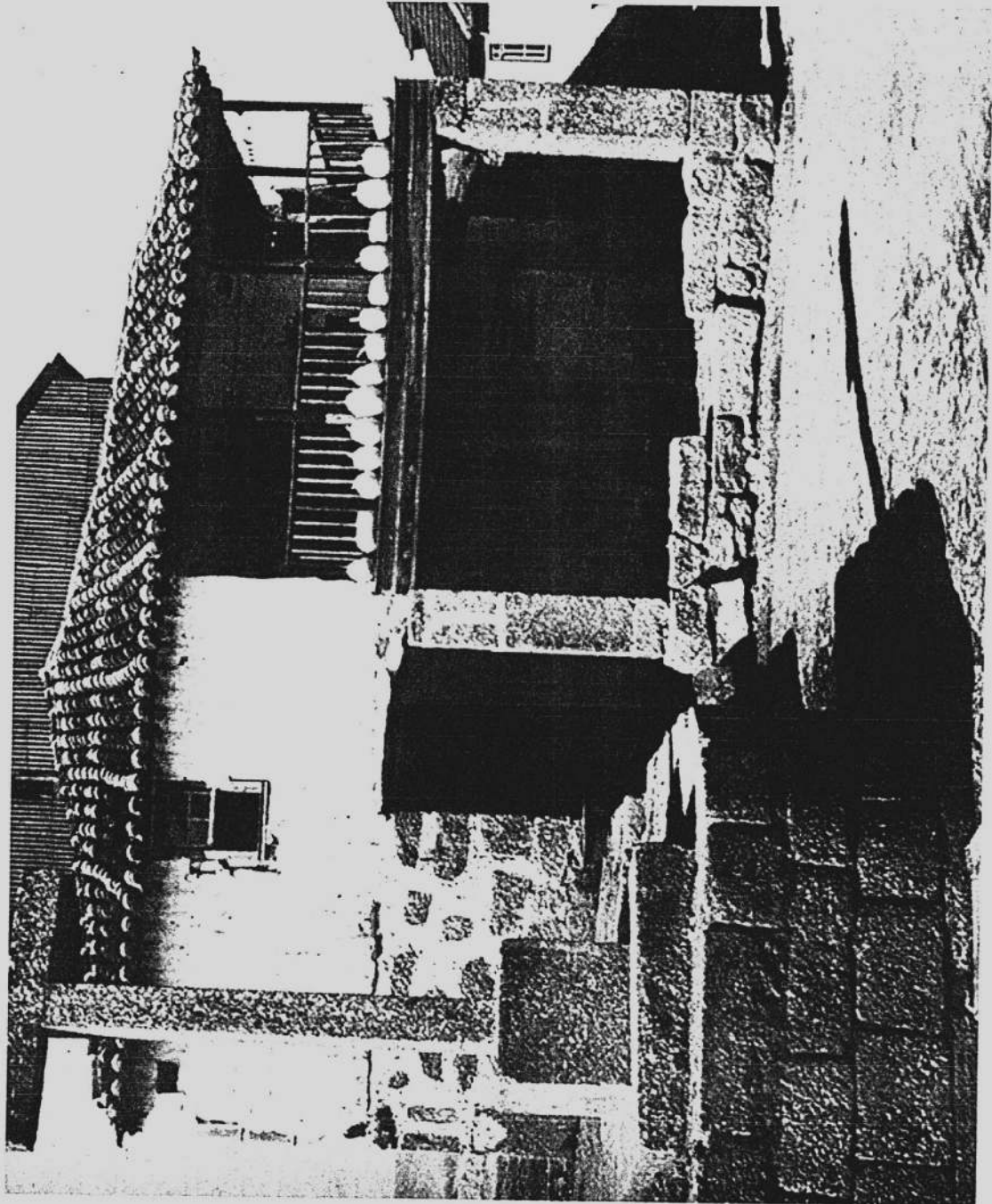
anexo 01 - e.

105



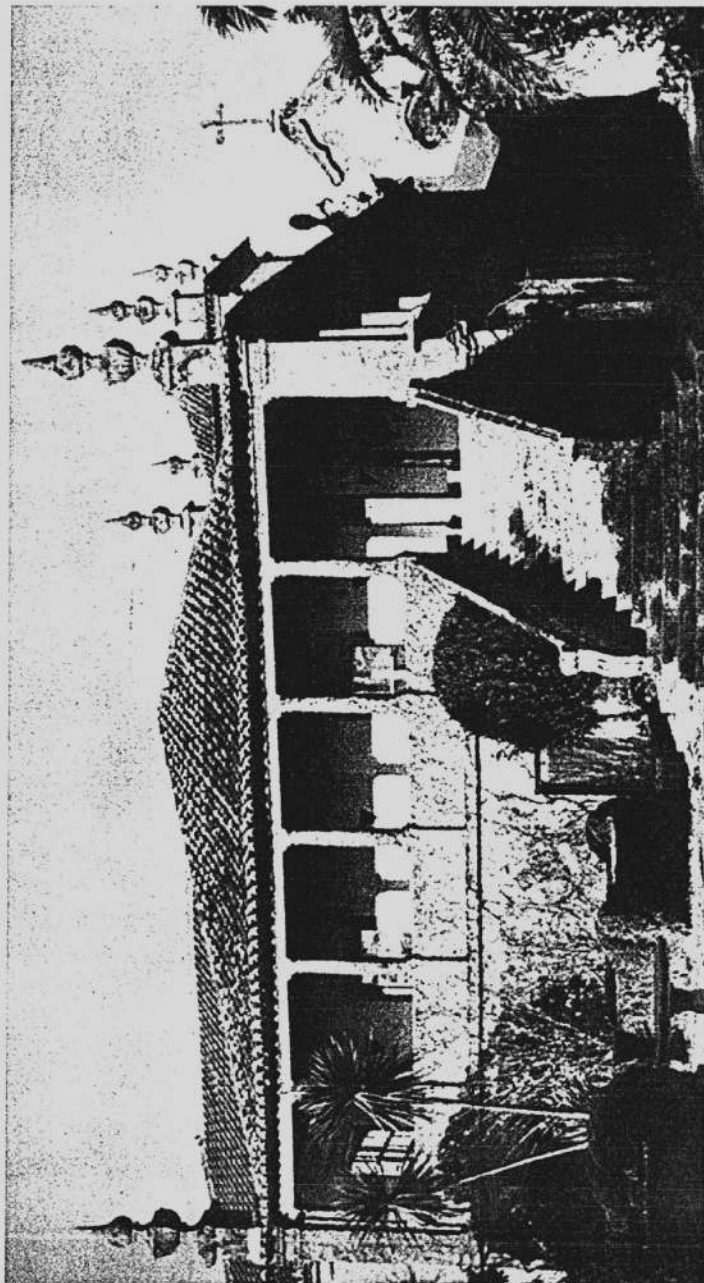
anexo 01 - f.

106

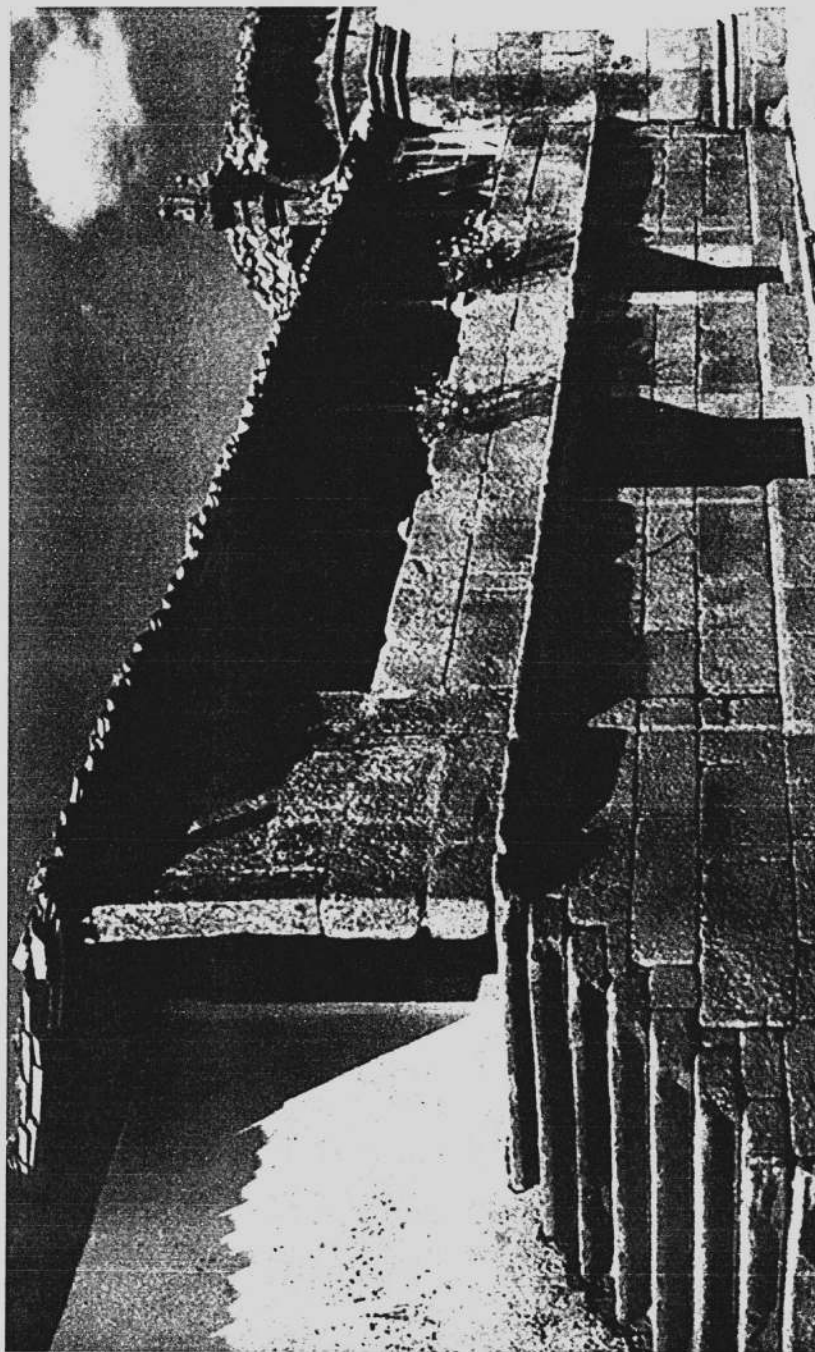


anexo 01 - g.

187

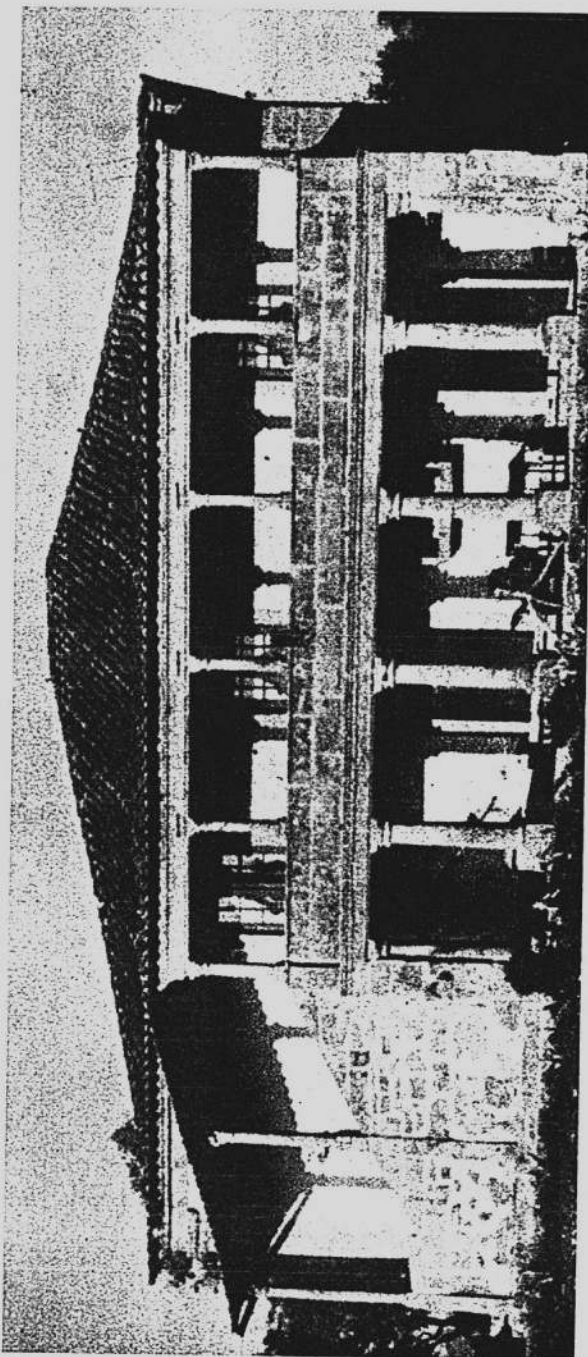


anexo 01 - h.



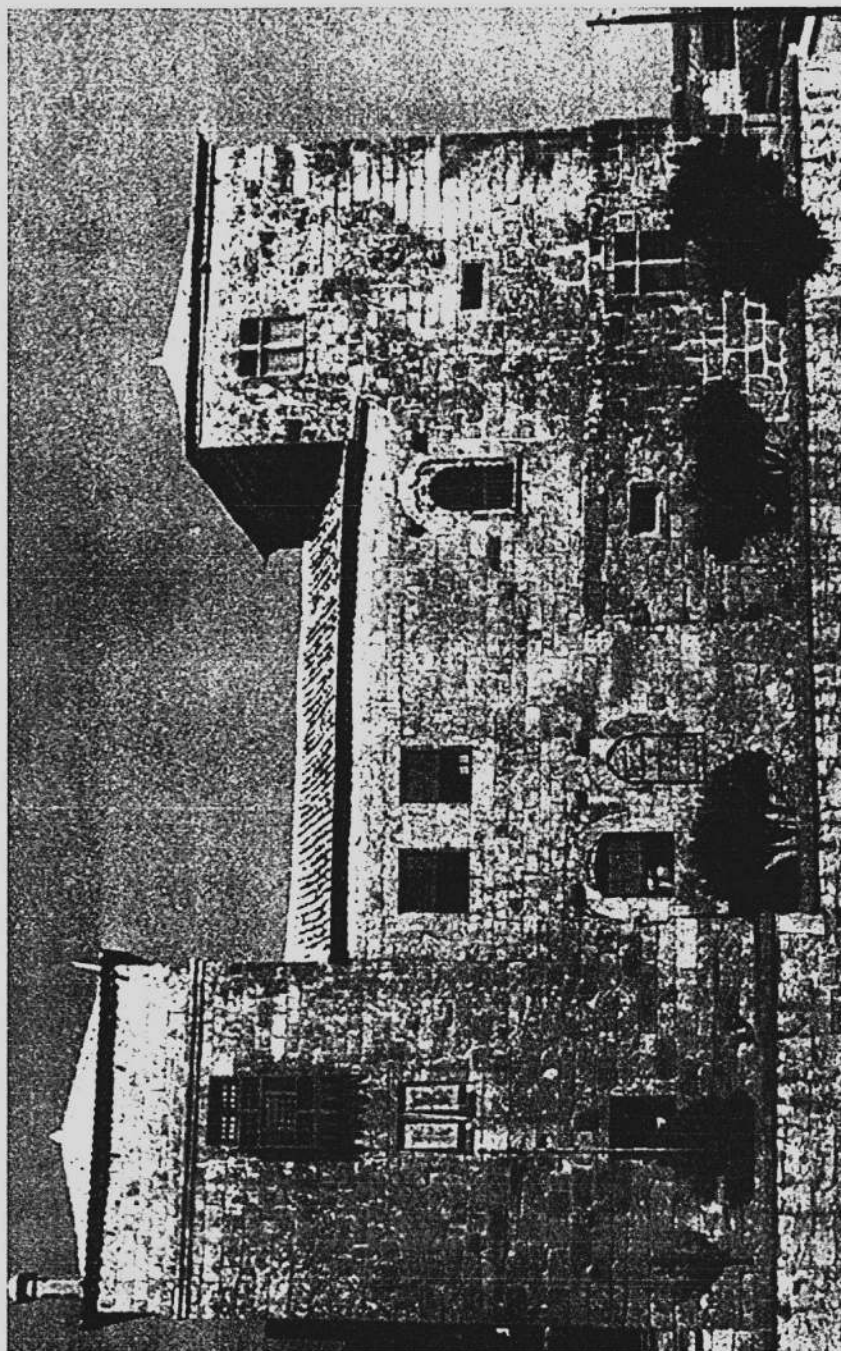
anexo 01 - i.

189



anexo 01 - j.

rep



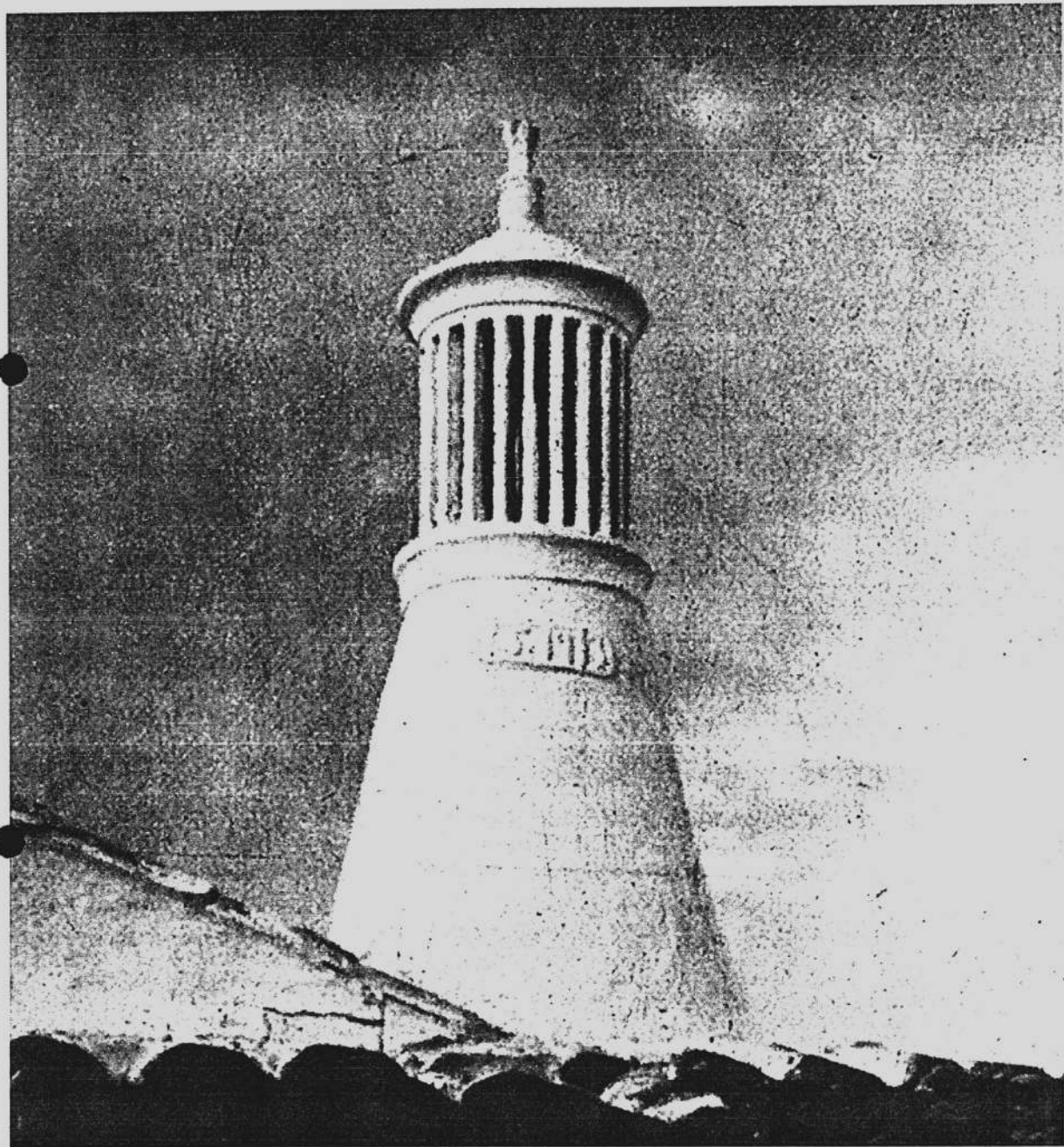
anexo 01 - k.

101



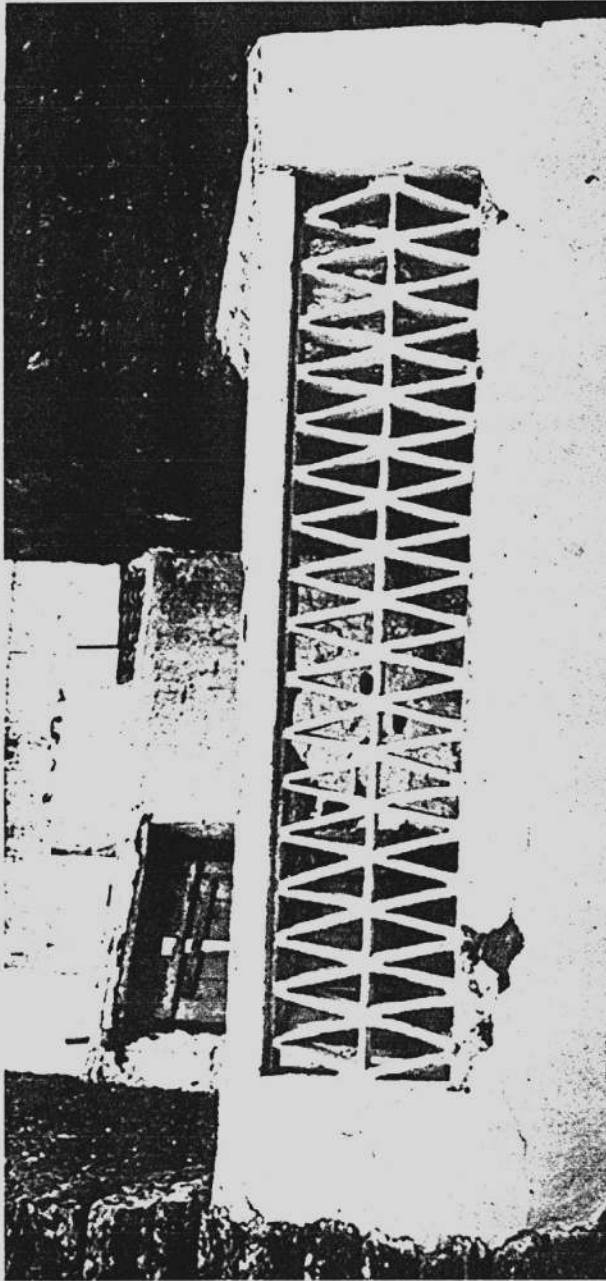
anexo 01 - 1.

192



anexo 01 - m.

193



anexo 01 - n.

194

Anexo 02

Elos entre a Arquitetura tradicional portuguesa e o neogótico

O ambiente arquitetônico português na virada do século XX

O estilo "Casa Portuguesa"

Raul Lino e a Casa Portuguesa

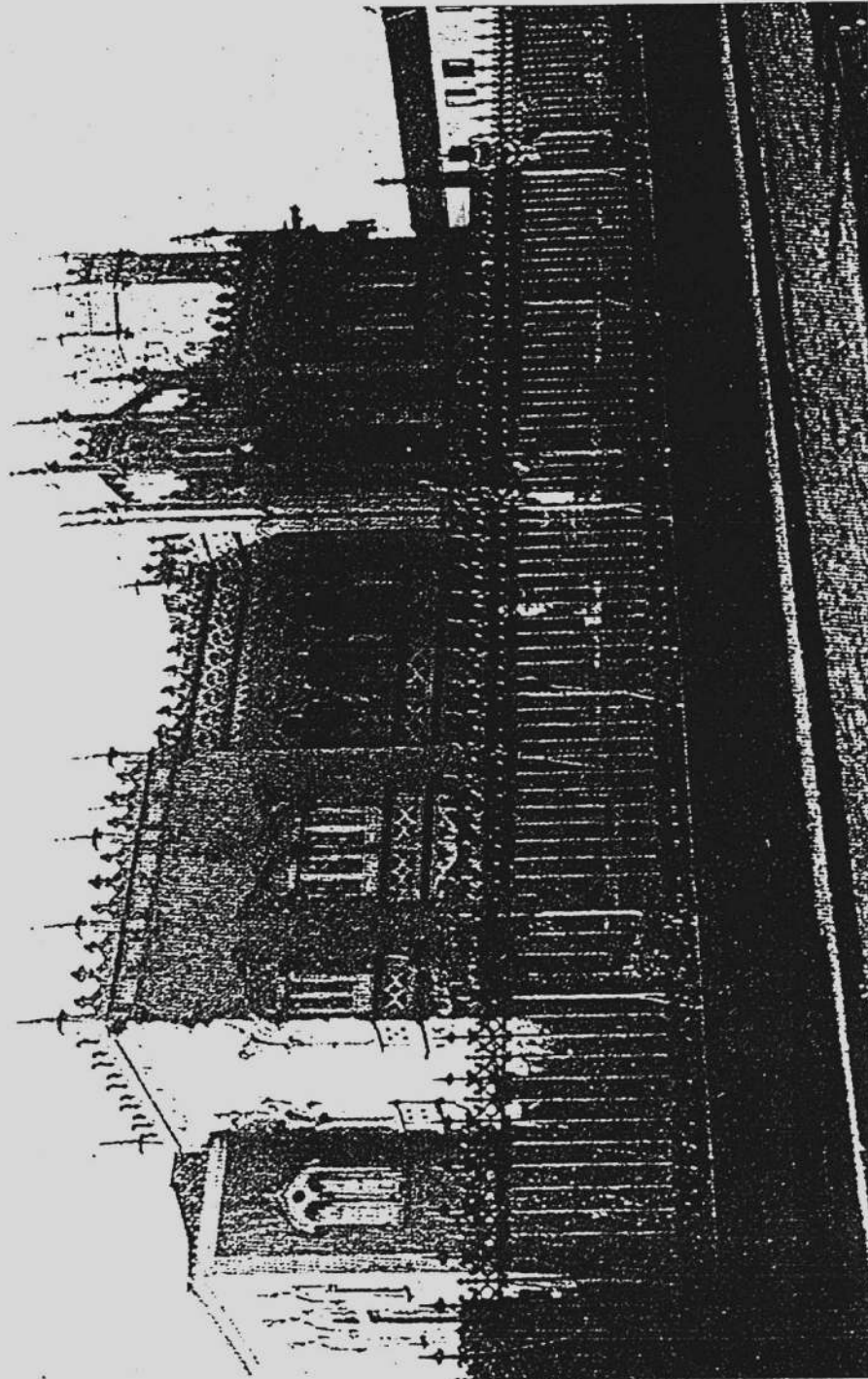
- a. O arquiteto Raul Lino - Fonte: www.gov.-civil-coimbra.pt/
- b. Palacete no Campo Grande (c. 1923) - Fonte: França, J. A. - *A arte em Portugal no século XIX*.
- c. Palacete Monte Real em Lisboa (1917) - Fonte : França. J. A. - Ibidem.
- d. Projeto de pavilhão para a Exposição de Paris (1900) - Raul Lino - Fonte: França, J. A. - Ibidem.
- e. Casa O'Neill, Cascais (1902) - Raul Lino - Fonte: França, J. A. - Ibidem.
- f. Casa rústica em Trás-os-Montes - Raul Lino - Fonte: Lino, Raul - *Casas Portuguesas*.
- g. Casa numa Terra-de-Águas no Minho - Raul Lino - Fonte: Lino, Raul - *Casas Portuguesas*.
- h. Casa Museu dos Patudos - Raul Lino - Fonte: www.cm.alpiarca.pt/
- i. Cinema Tívoli (1918-1924) - Raul Lino - Fonte: França J. A. - Ibidem.

195



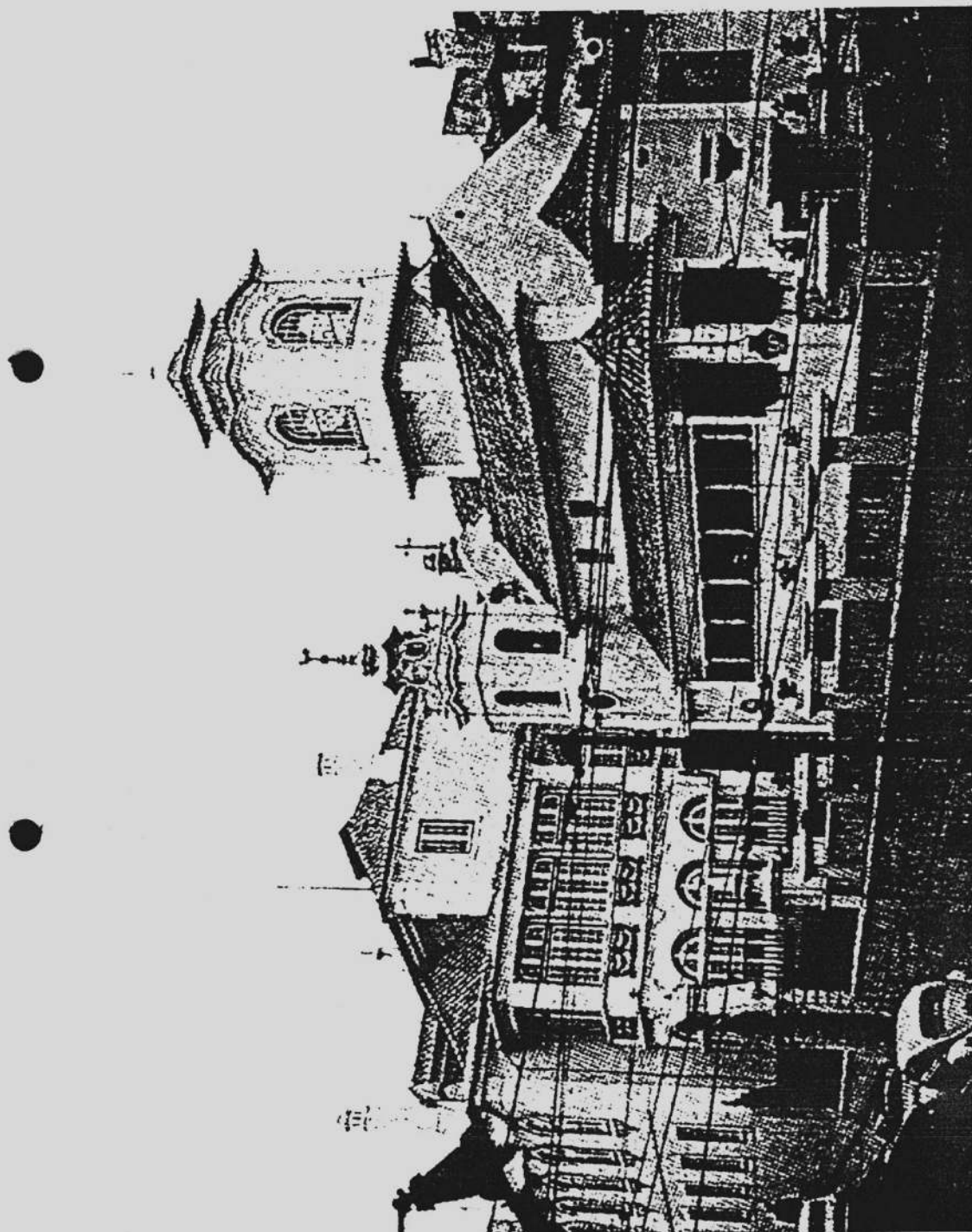
anexo 02 - a.

196

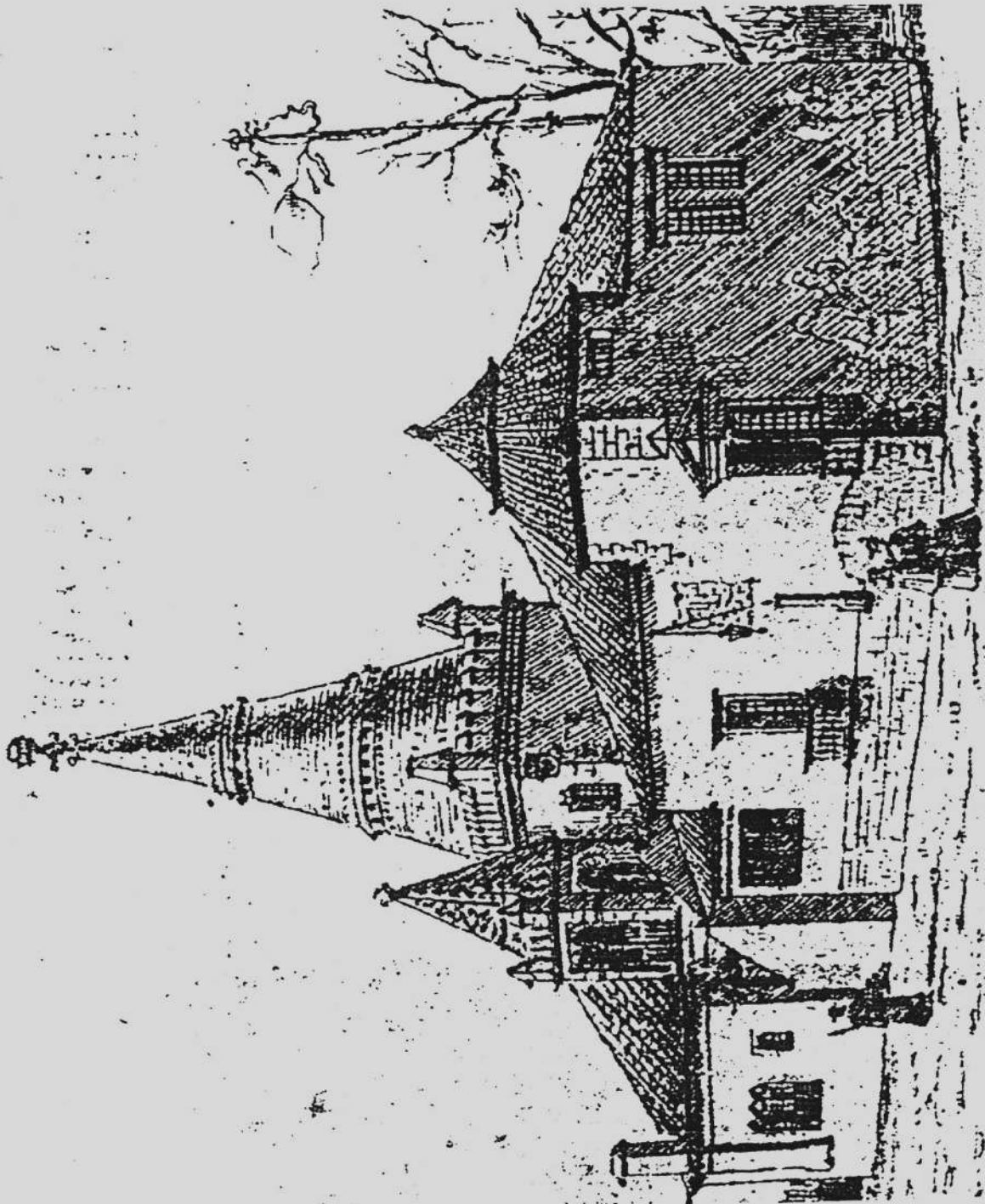


anexo 02 - b.

19x

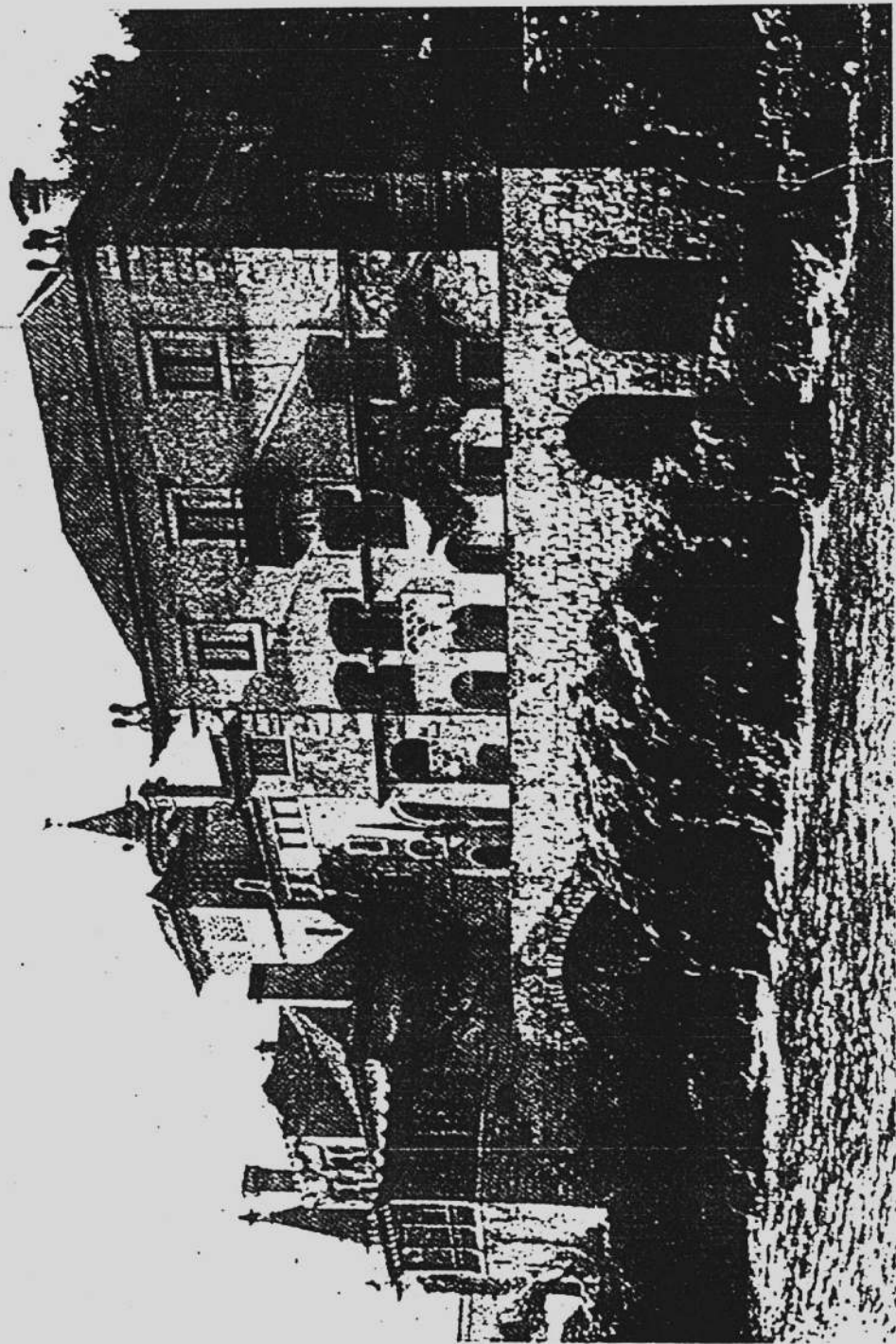


anexo 02 - c.



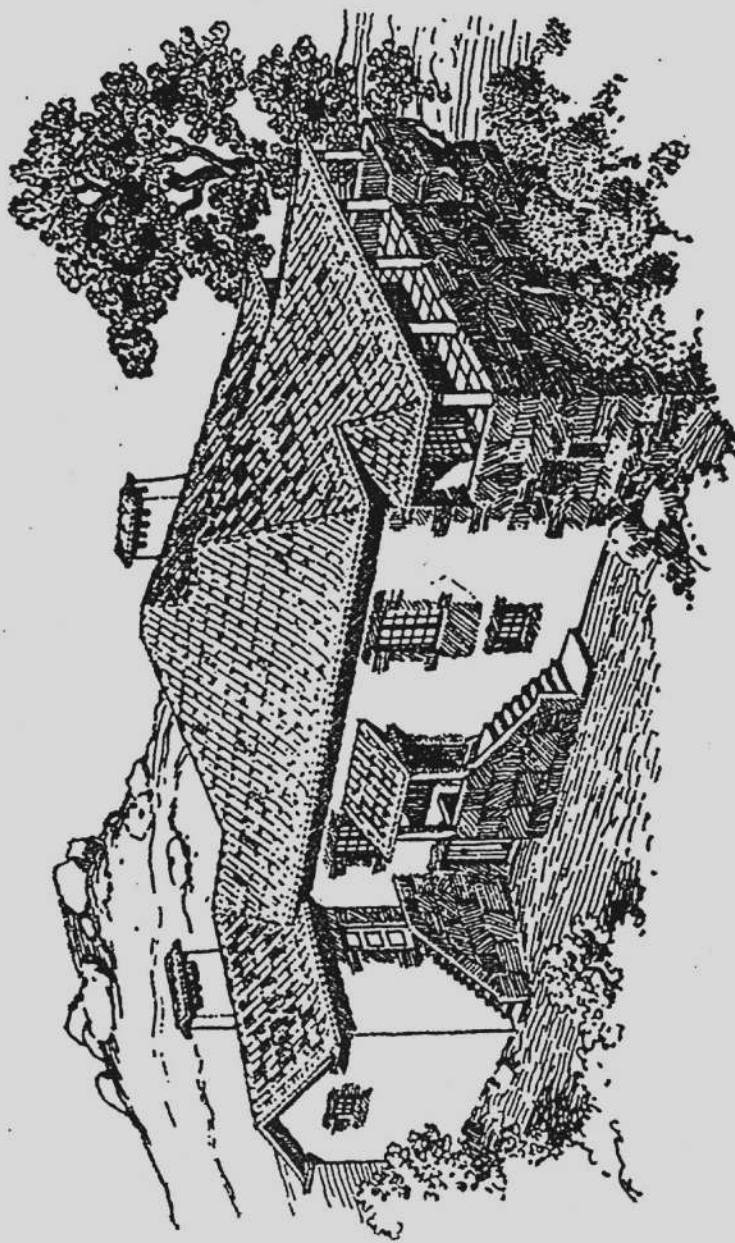
anexo 02 - d.

1999



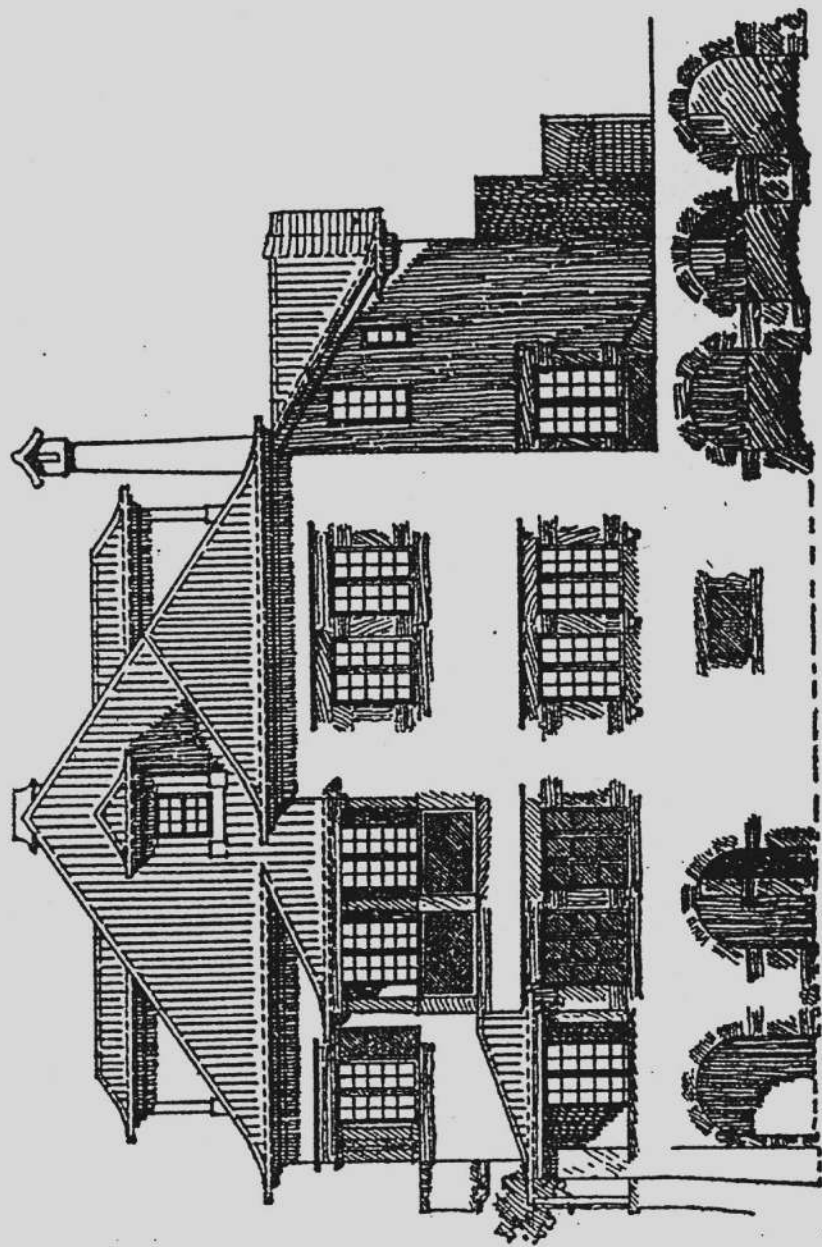
anexo 02 - e.

200



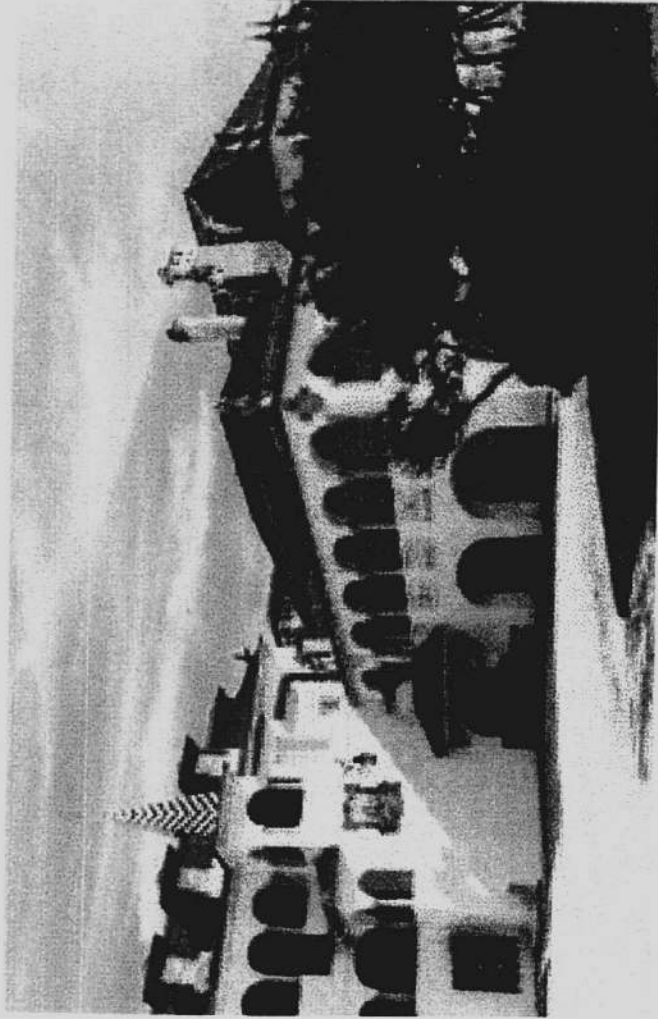
anexo 02 - f.

201

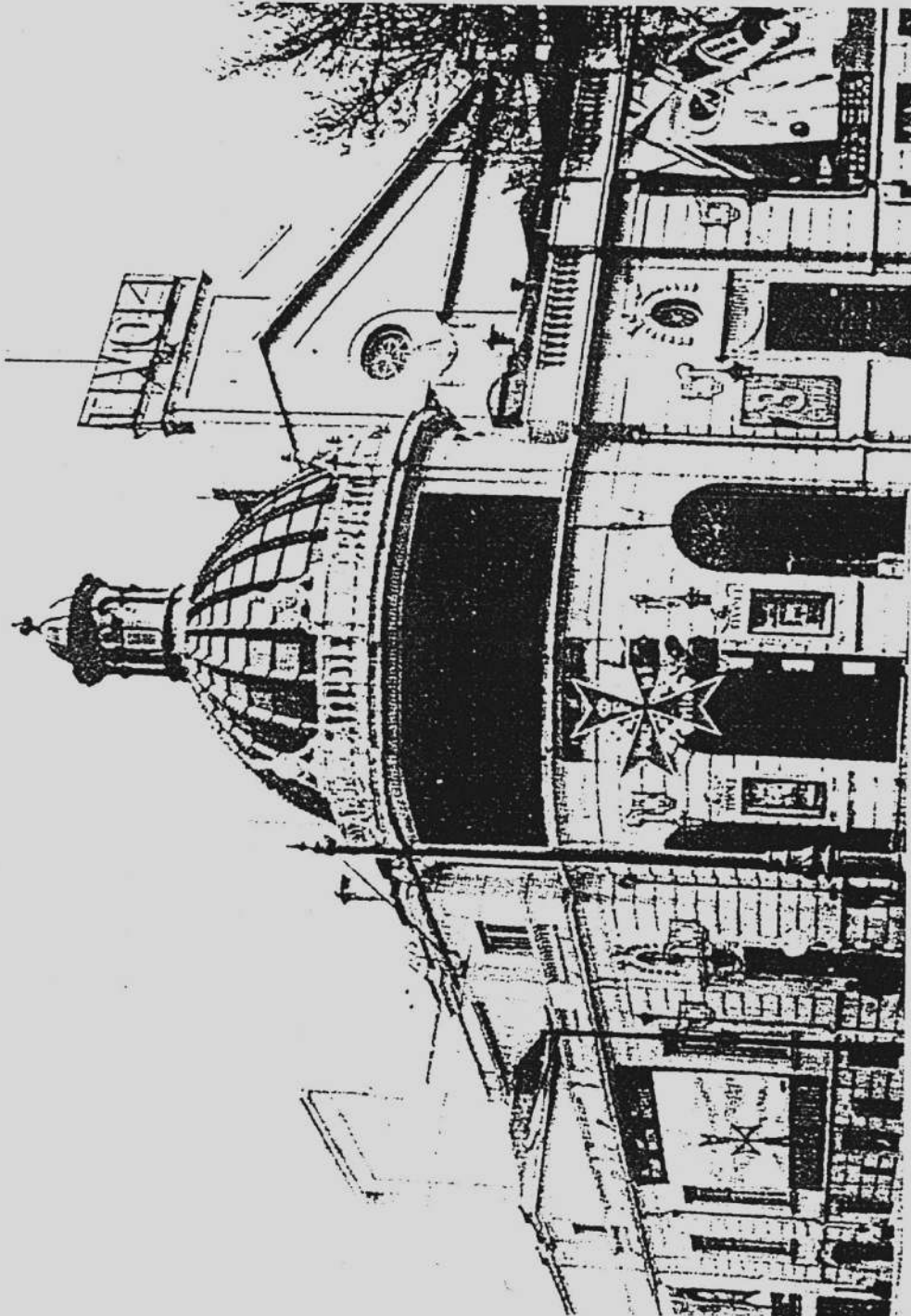


anexo 02 - g.

202



anexo 02 - h.



anexo 02 - i.

204

Anexo 03

O Ambiente Paulistano nas primeiras duas décadas do século

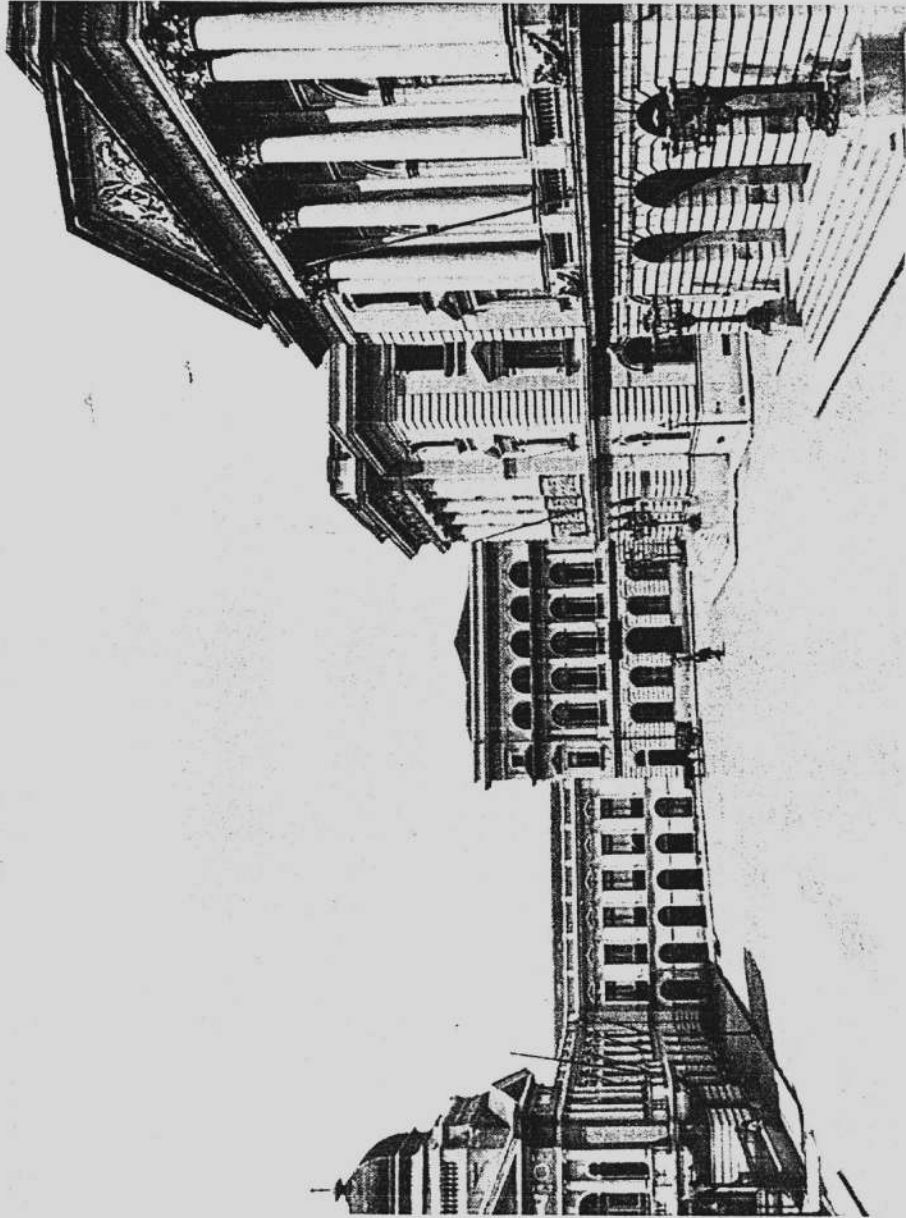
O clima das artes em São Paulo no início do século XX

O neocolonial em São Paulo

O neo colonial no Rio de Janeiro

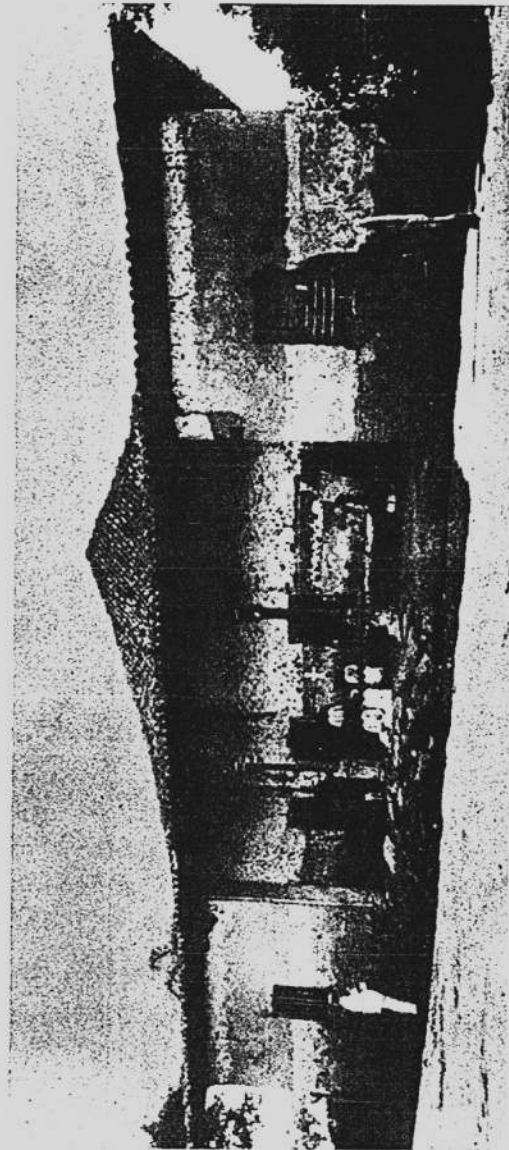
- a. A cidade eclética de Ramos de Azevedo. - Foto: G. Gaensly, in: Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e seu escritório*.
- b. Casa do Padre Inácio, por volta de 1915 - Fonte: Lemos, Carlos. *Alvenaria Burguesa..*
- c. Victor Dubugras, de palheta, fazendo anotações durante a visita a Casa do Padre Inácio (1915) -
Fonte: Lemos, Carlos. *Alvenaria Burguesa..*
- d. Victor Dubugras (de palheta), durante a visita a Casa do Padre Inácio (1915) -
Fonte: Lemos, Carlos. *Alvenaria Burguesa..*
- e. Obelisco da Memória e Chafariz do Piques - séc. XIX (antes das reformas de Washington Luiz) -
Aquarela de Washth Rodrigues.
- f. Obelisco da Memória e Chafariz do Piques - séc. XX (após as reformas de Washington Luiz) -
In: Toledo, Benedito Lima de. *Anhangabaú*.
- g. Projeto para a "Taperinha na Praia Grande" - Georg Przyrembel - Projeto exposto na Semana de 22 -
Fonte: Amaral, Aracy. *Artes Plásticas na Semana de 22*.
- h. Estação de Trens para Santos - Projeto de Georg Przyrembel (1922) -
Fonte: Amaral, Aracy. *Artes Plásticas na Semana de 22*.
- i. Projeto para o Convento e Igreja do Carmo - Georg Przyrembel (1928) -
Fonte: Amaral, Aracy. *Artes Plásticas na Semana de 22*.
- j. José Mariano Filho - Fonte: Costa, Angyone. *A inquietação das Abelhas*
- k. Solar Monjope - Rio de Janeiro - Projeto: José Mariano Filho. Fonte: Amaral, Aracy. *Arquitetura Neocolonial*.
- l. Pavilhão das Industrias de Portugal - Exposição do Centenário da Independência - Rio de Janeiro/1922.
Fonte: Amaral, Aracy. *Arquitetura Neocolonial*.

205



anexo 03 - a.

206



anexo 03 - b.

204



anexo 03 - c.

200



anexo 03 - d.

209



Aquarelas de J. Wash Rodrigues

7. Obelisco da Memória e Chafariz do Piques - Séc. XIX

Acervo de Bens
Móveis

Acervo Documental
da Cidade de São
Paulo

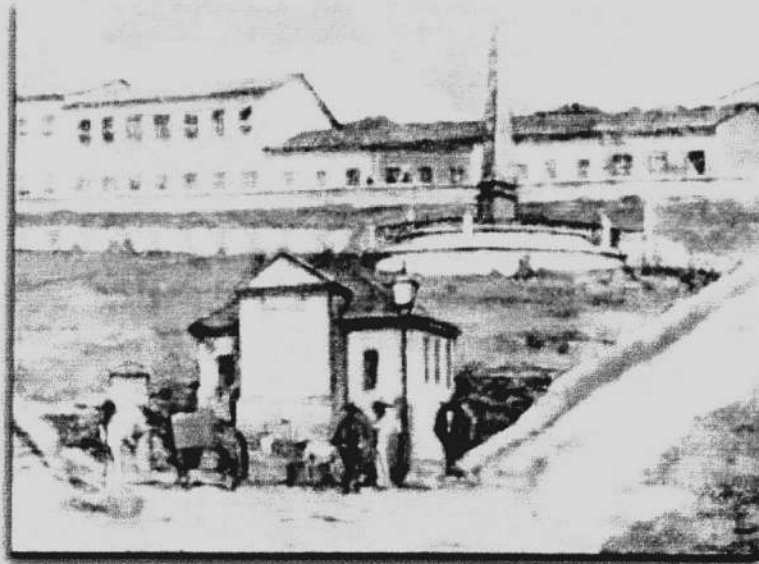
Aquarelas de
J. Wash Rodrigues

Arquivo de Negativos

Coleção de
Câmeras Antigas

Mapas da Cidade
de São Paulo

Projetos
Arquitetônicos



Arquivo Histórico Municipal/DPH

@
e-mail

PREFEITURA
.sp

Toda a Prefeitura em um só
lugar

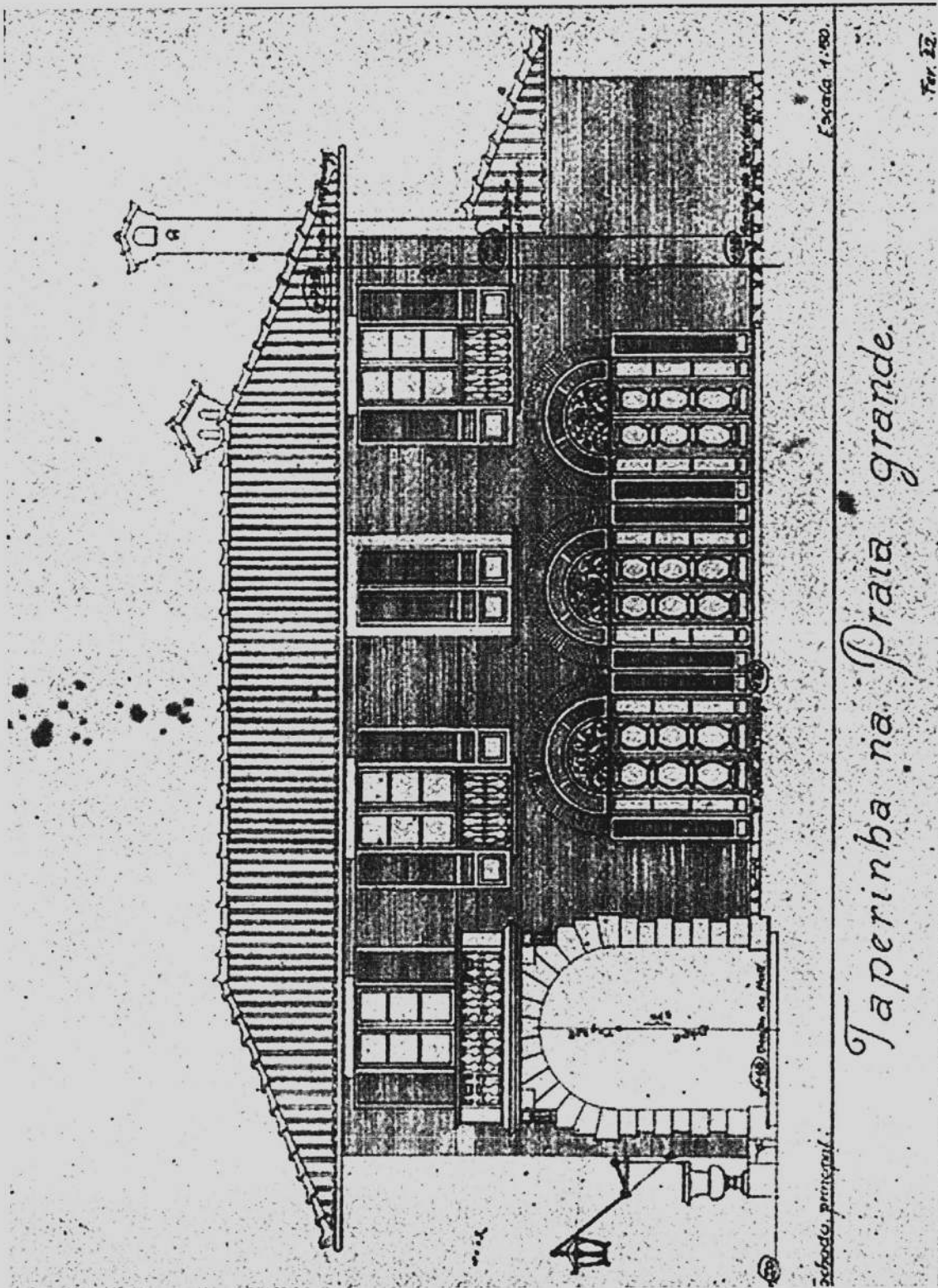
copyright © DPH
criação PRODAM
janeiro/1999

210



anexo 03 - f.

112



Escada 1:80.

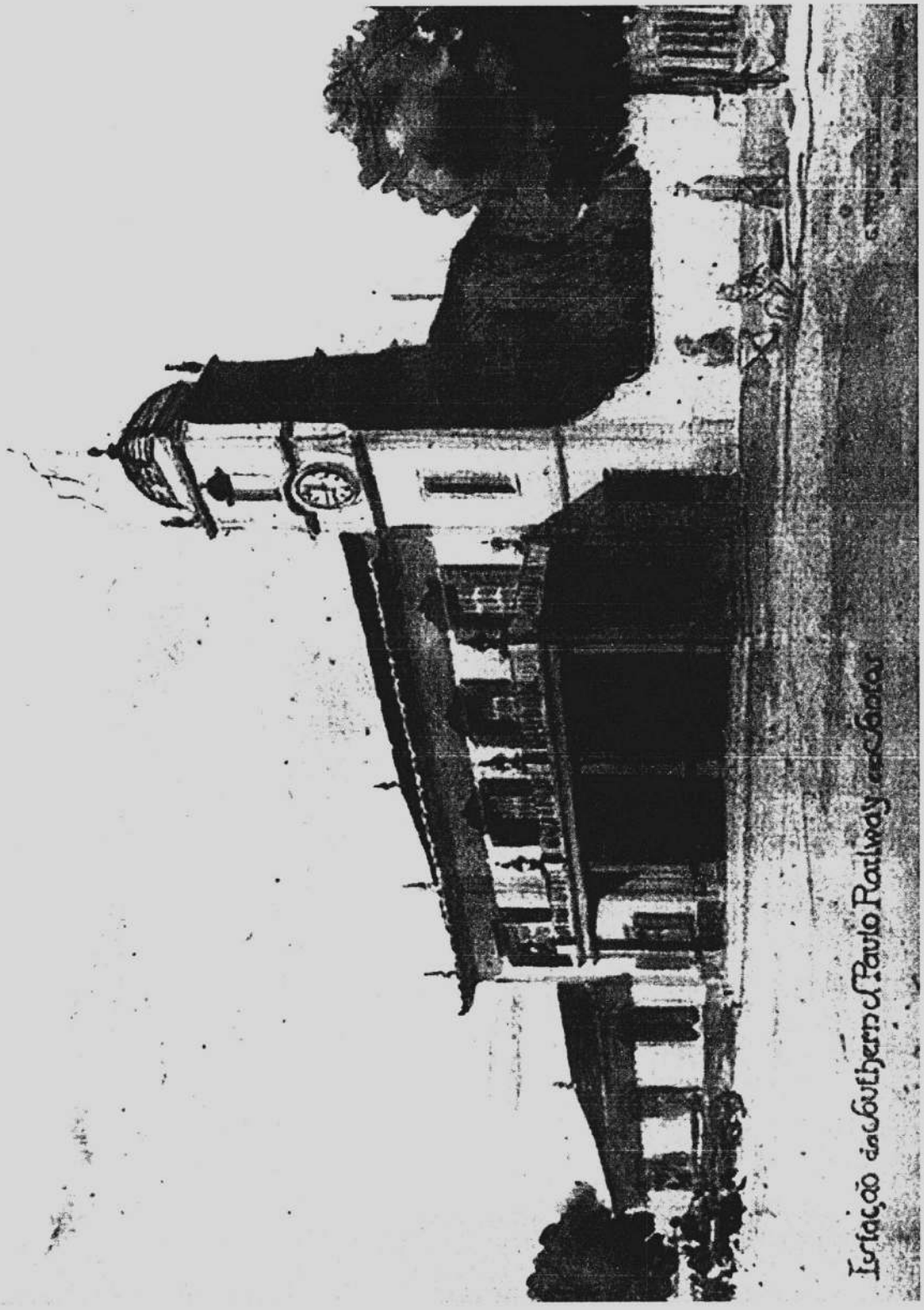
Ter. 22.

Taperinha na Praia grande.

Escada principal.

anexo 03 - g.

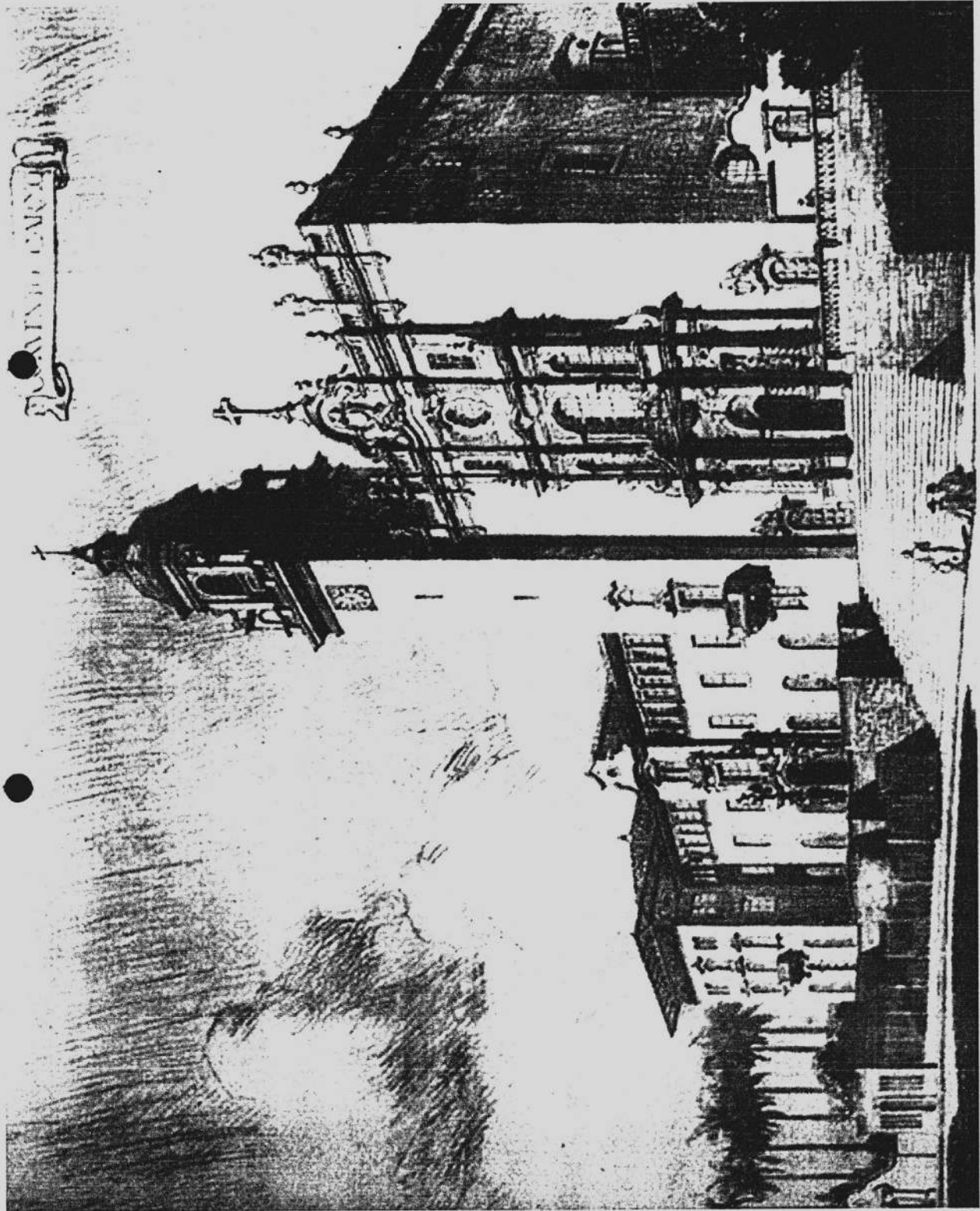
212



Estação em Southern of Paulo Railway

anexo 03 - h.

213



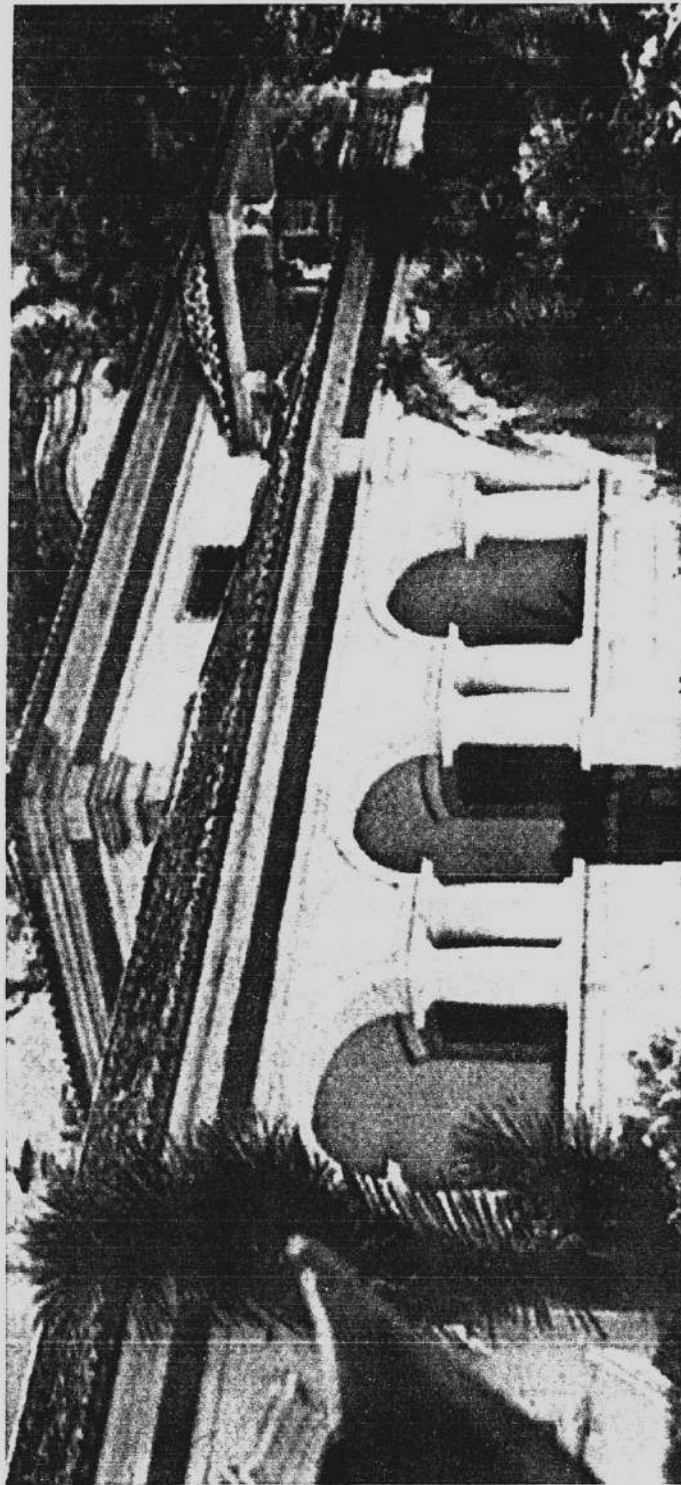
anexo 03 - i.

248

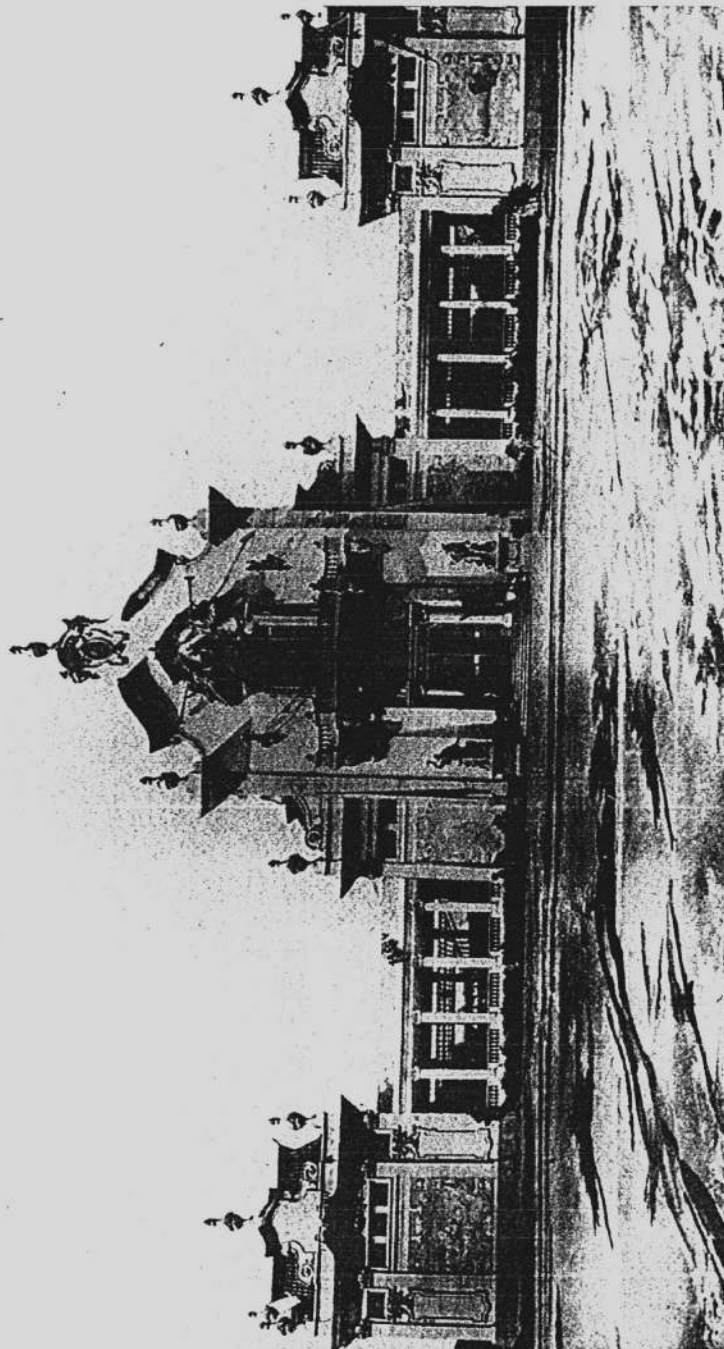


anexo 03 - j.

215



anexo 03 - k.



anexo 03 - 1.

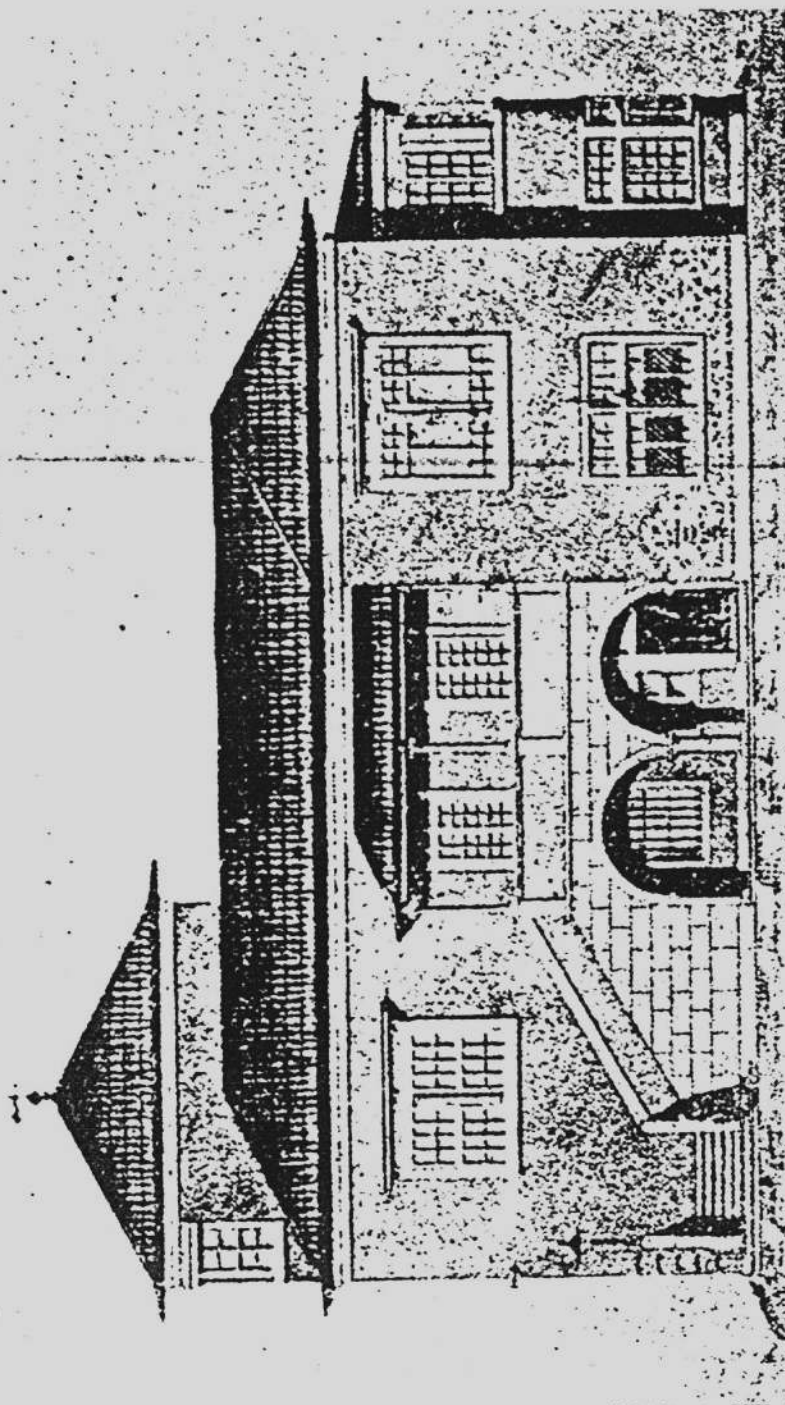
Anexo 04

Ricardo Severo e a Casa "Luso-Brasileira"

Considerações a respeito da obra de Ricardo Severo

- a. Projeto para a sua casa no Porto (1904) - Ricardo Severo -
Fonte: França, J. A. *A arte em Portugal no séc. XIX.*
- b. Casa de Ricardo Severo no Porto -
Fonte: Gonsalves, Ana Maria. *A obra de Ricardo Severo.*
- c. Projeto do Escritório Ramos de Azevedo. Eclético, apresenta alguns elementos neogóticos e outros ligados ao barroco italiano.
In: Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e seu escritório.*
- d. Residência Numa de Oliveira (c. 1918) - Ricardo Severo -
Fonte: Amaral, Aracy. *Arquitetura Neocolonial.*
- e. *Ibidem.* Fachada posterior.
- f. Residência à R. Taguá - Casa Lusa - Ricardo Severo.
In: Gonsalves, Ana Maria. *A obra de Ricardo Severo.*
- g. *Ibidem.* Fachada posterior.
- h. Casa Lusa: Interior com balcão extraído da demolição das obras do Carmo.
In.: Lemos, Carlos. *Alvenaria Burguesa.*
- i. Casa Praiana - Guarujá - Ricardo Severo.
In: Gonsalves, Ana Maria. *A obra de Ricardo Severo.*
- j. Projeto do Escritório Ramos de Azevedo: neste trabalho já é possível sentir a influência do pensamento de Severo.
In: Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e seu escritório.*
- k. *Ibidem.* Fachada lateral.
- l. Beneficência Portuguesa de Campinas - E. T. Ramos de Azevedo - Severo & Villares. Fonte: Amaral, Aracy. *Arquitetura Neocolonial.*
- m. Beneficência Portuguesa de São Paulo - Vista da Av. Itororó (atual 23 de maio) - Severo & Villares.
Fonte: Amaral, Aracy. *Arquitetura Neocolonial.*
- n. Palácio do Congresso - Severo & Villares.
In: Gonsalves, Ana Maria. *A obra de Ricardo Severo.*
- o. Residência Rui Nogueira (anos 30) - Ricardo Severo -
Fonte: Amaral, Aracy. *Arquitetura Neocolonial.*
- p. Residência J. Franco de Camargo (anos 30) - Severo & Villares -
Fonte: Amaral, Aracy. *Arquitetura Neocolonial.*
- q. Arquitetura neocolonial popularizada: sobrados à Av. Pompéia (1929). In: Lemos, Carlos. *Alvenaria Burguesa.*
- r. Edifício Martinelli - final da década de 30. Fonte: Toledo, Benedito L. de. *Anhangabaú*

218



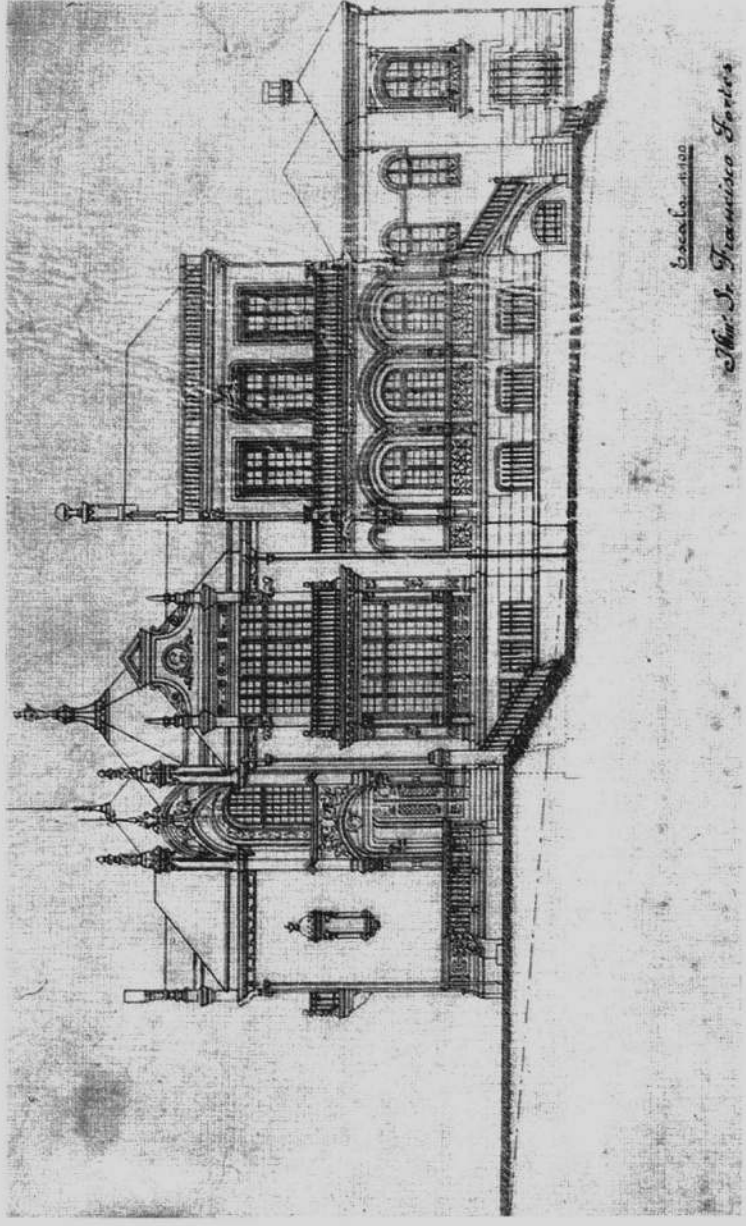
anexo 04 - a.

279
11



anexo 04 - b.

220



Loc. Co. 1100
Mr. J. Francisco Lopez

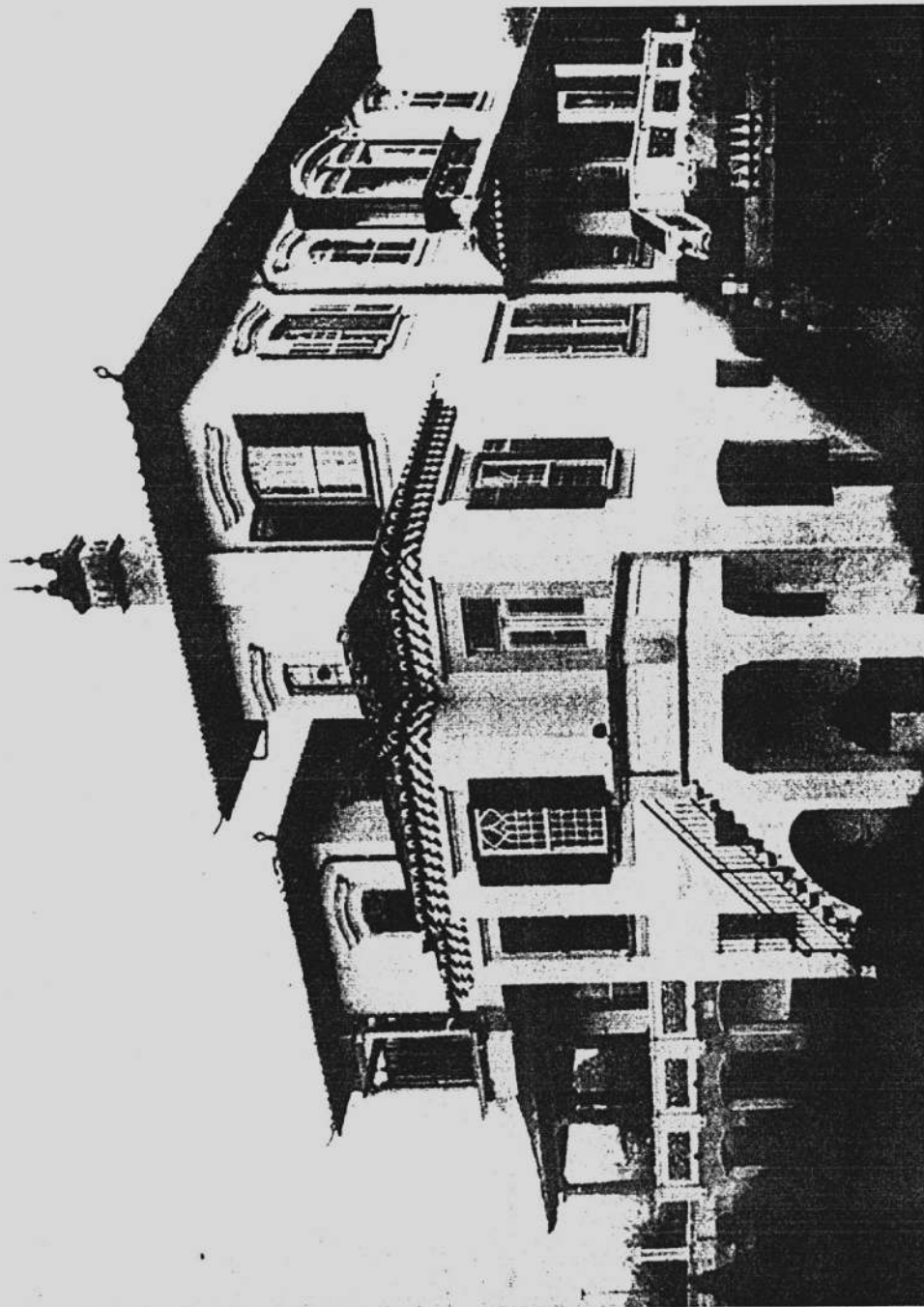
anexo 04 - c.

221



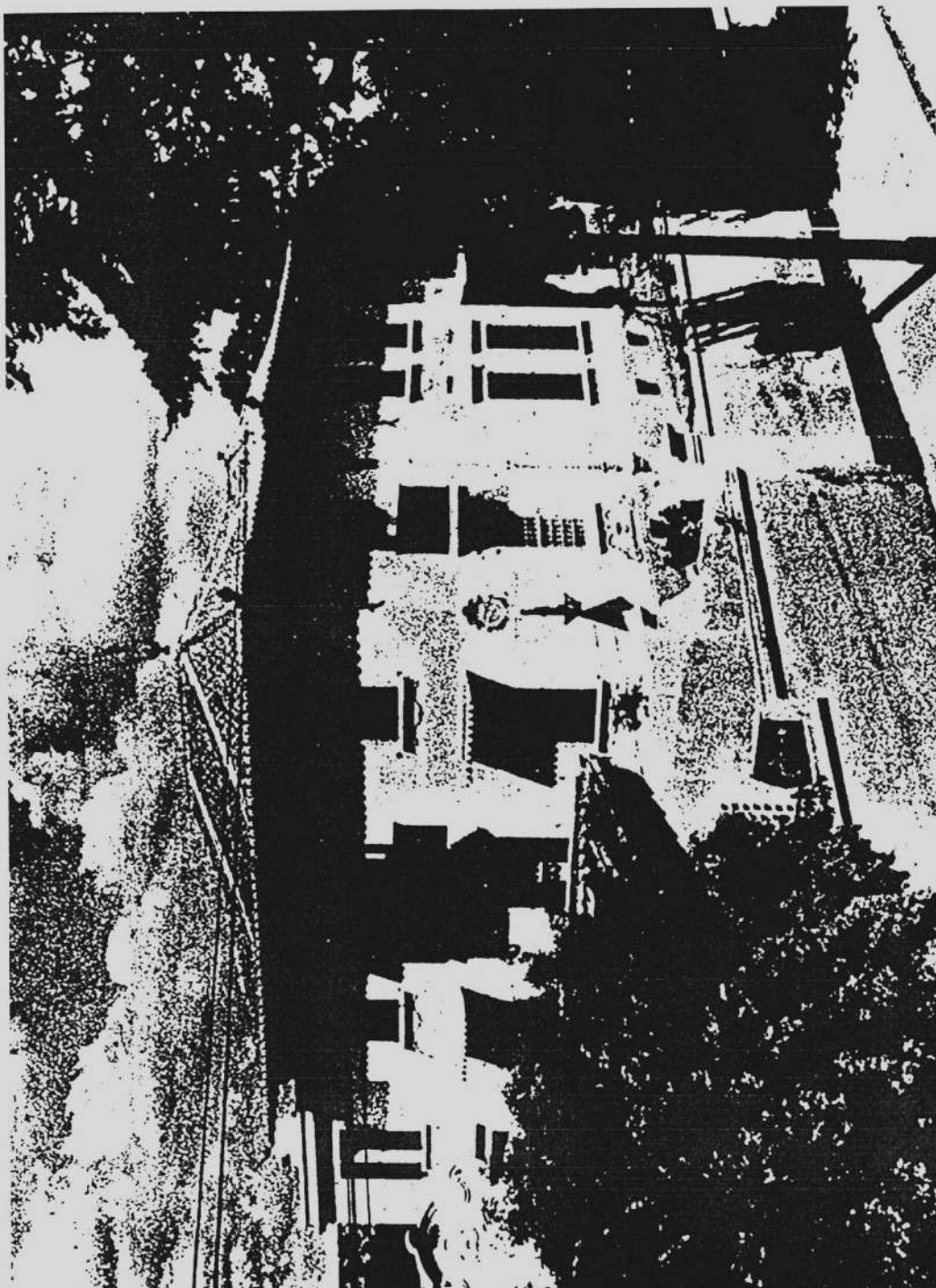
anexo 04 - d.

222 ↘



anexo 04 - e.

223



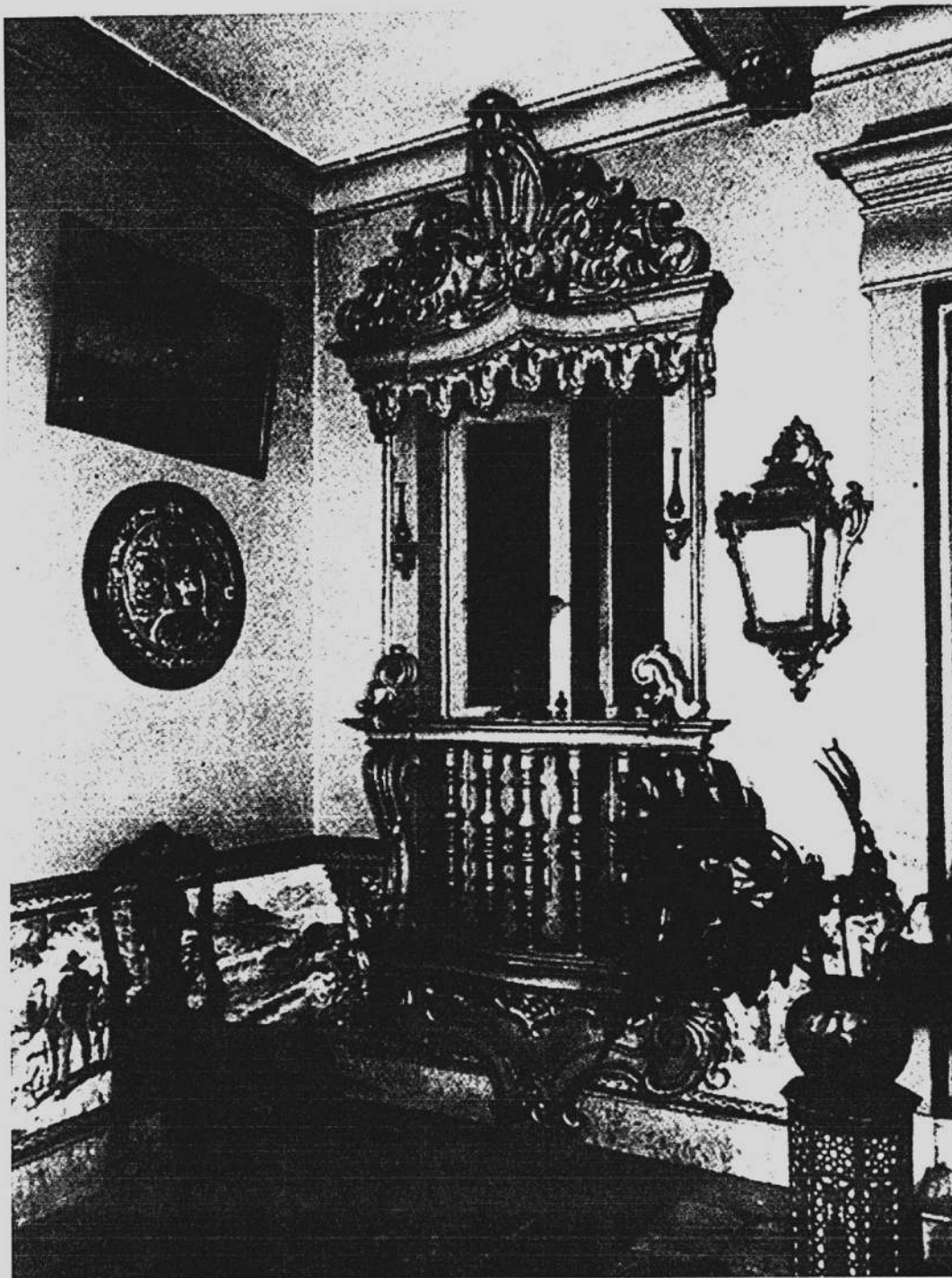
anexo 04 - f.

222



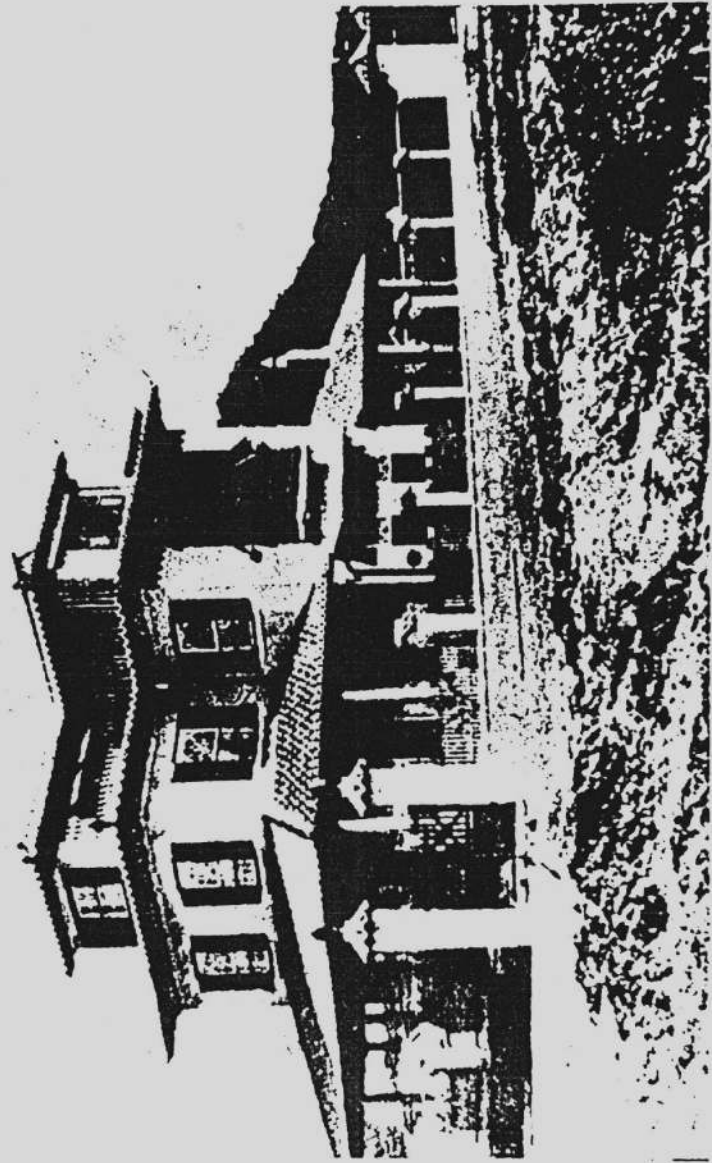
anexo 04 - g.

22



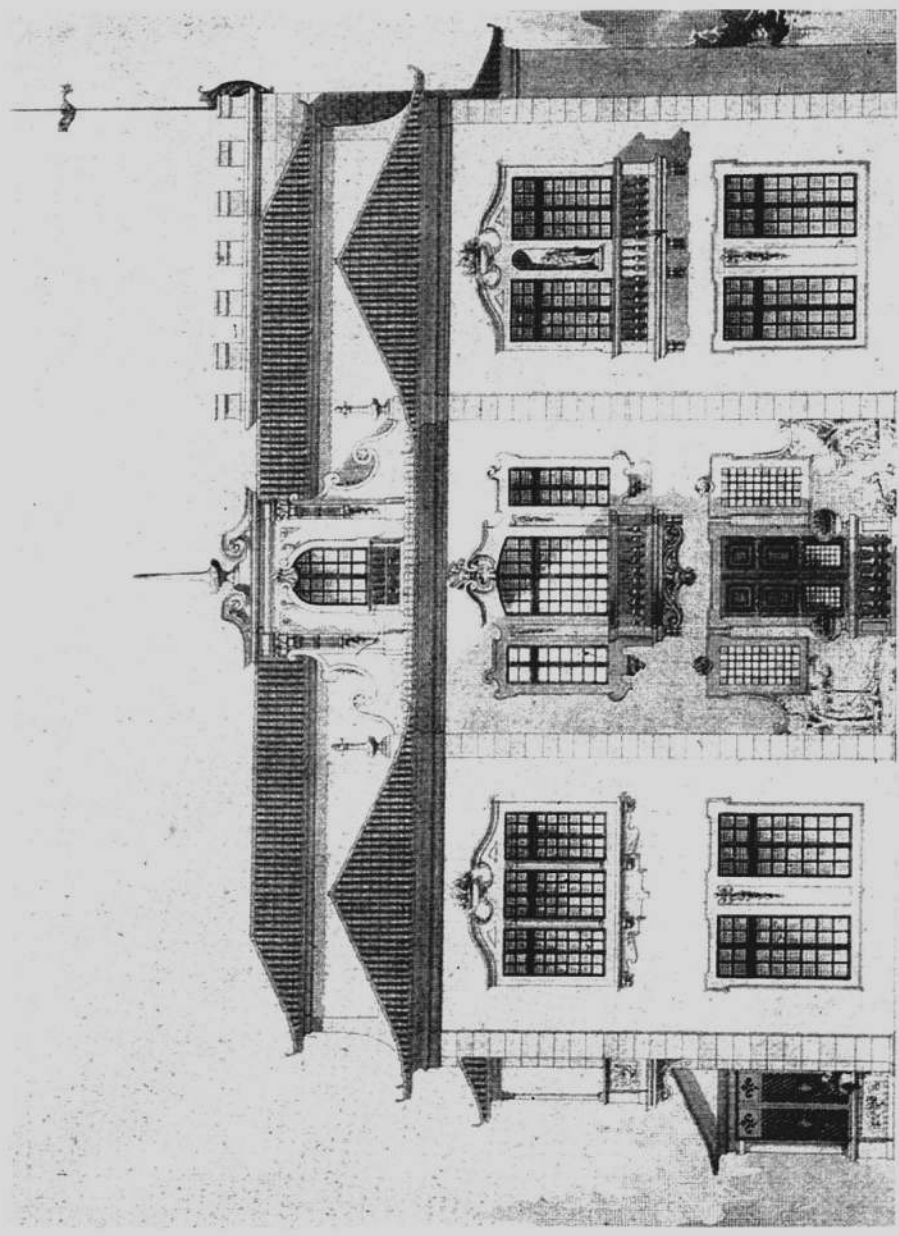
anexo 04 - h.

226



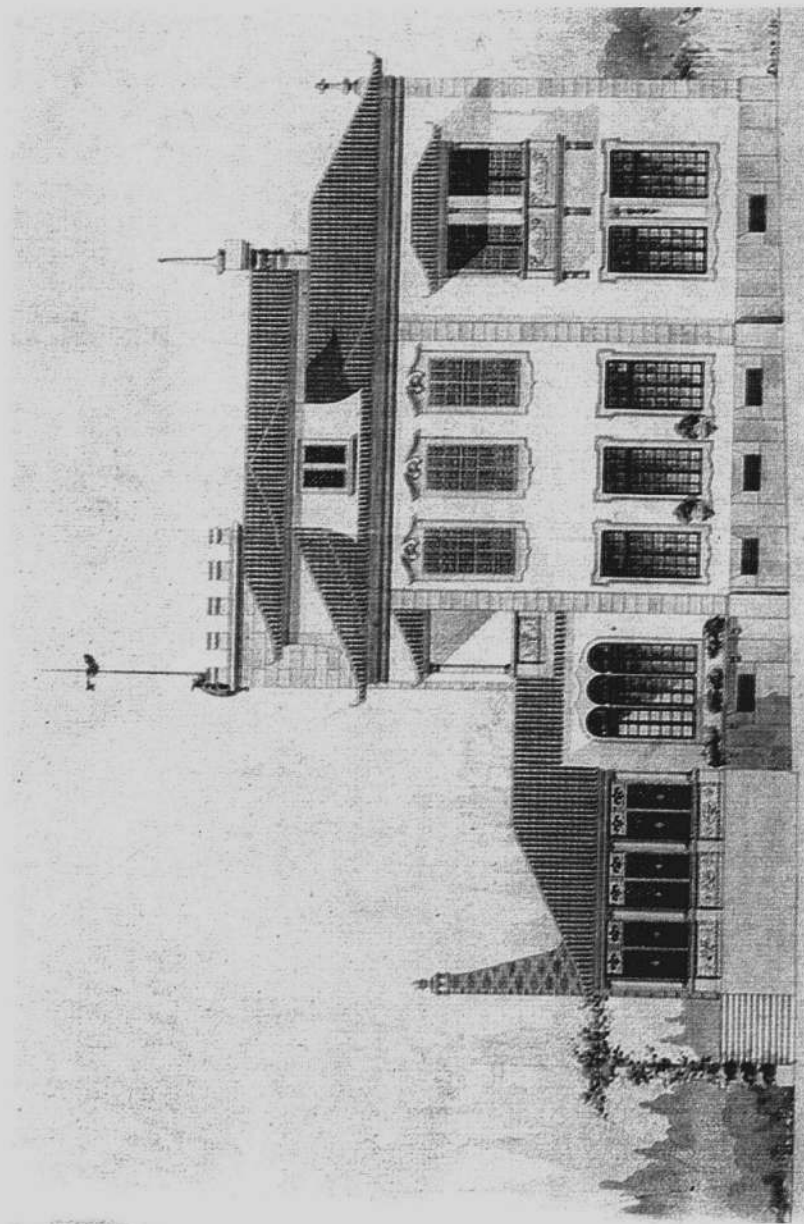
anexo 04 - i.

228



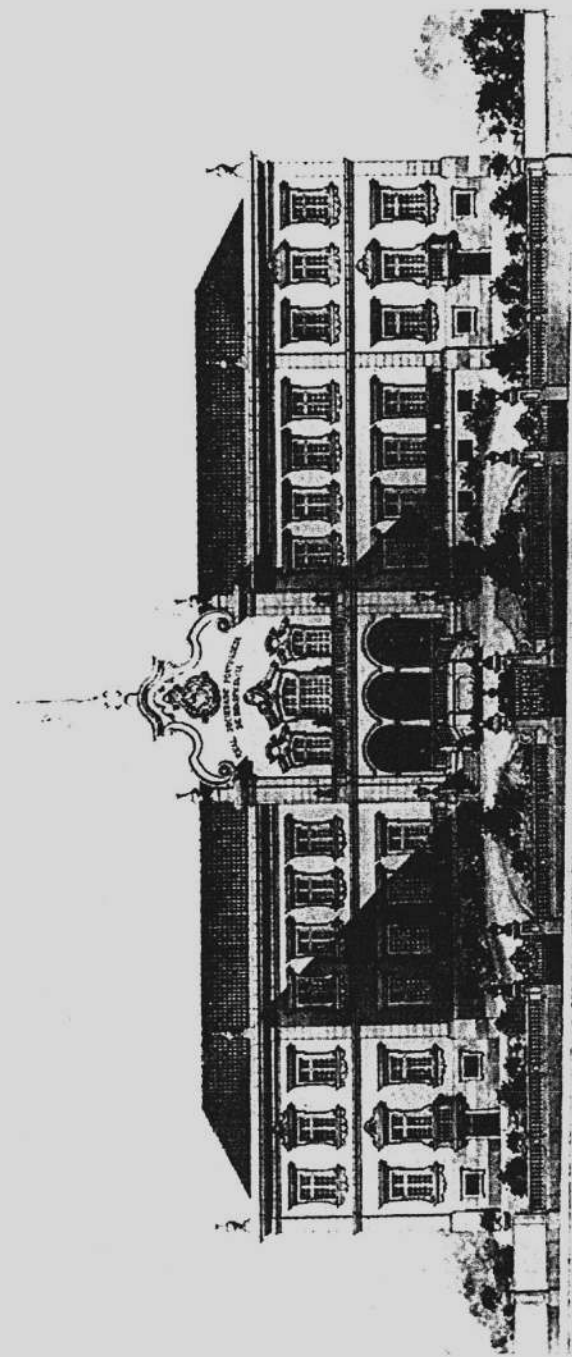
anexo 04 - j.

228



anexo 04 - k.

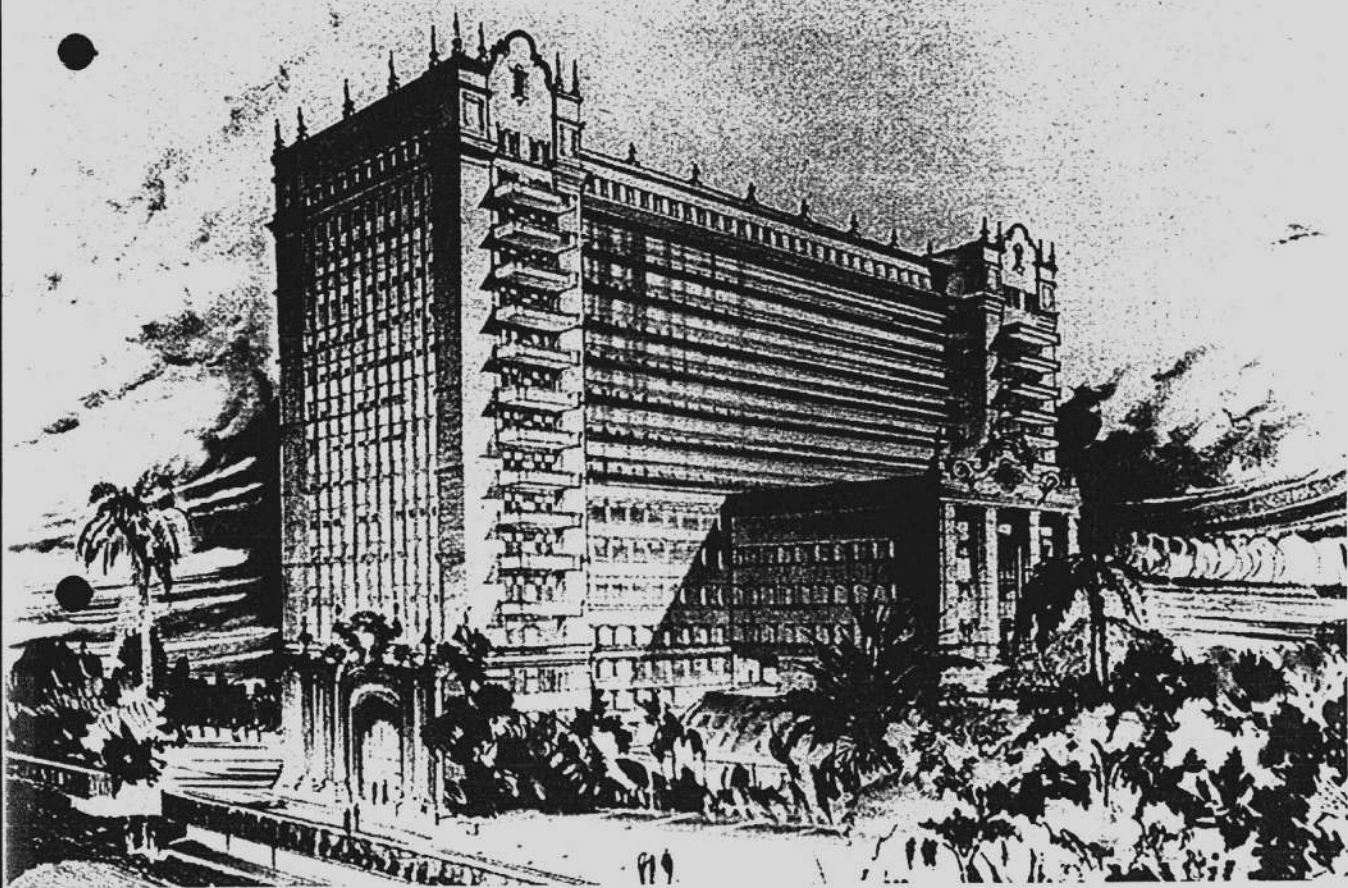
229



anexo 04 - 1.

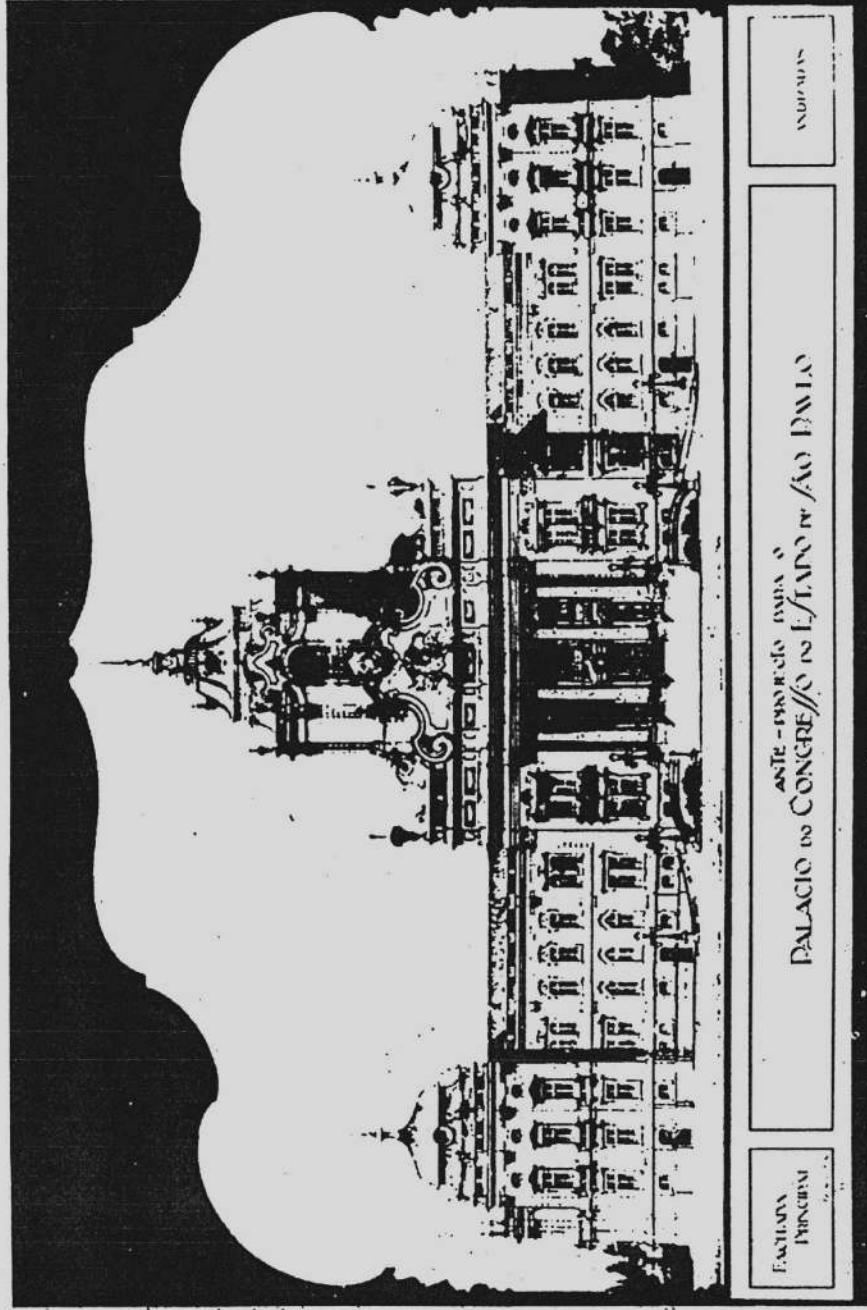
230

VISTA DA AV. ITORORO



anexo 04 - m.

231

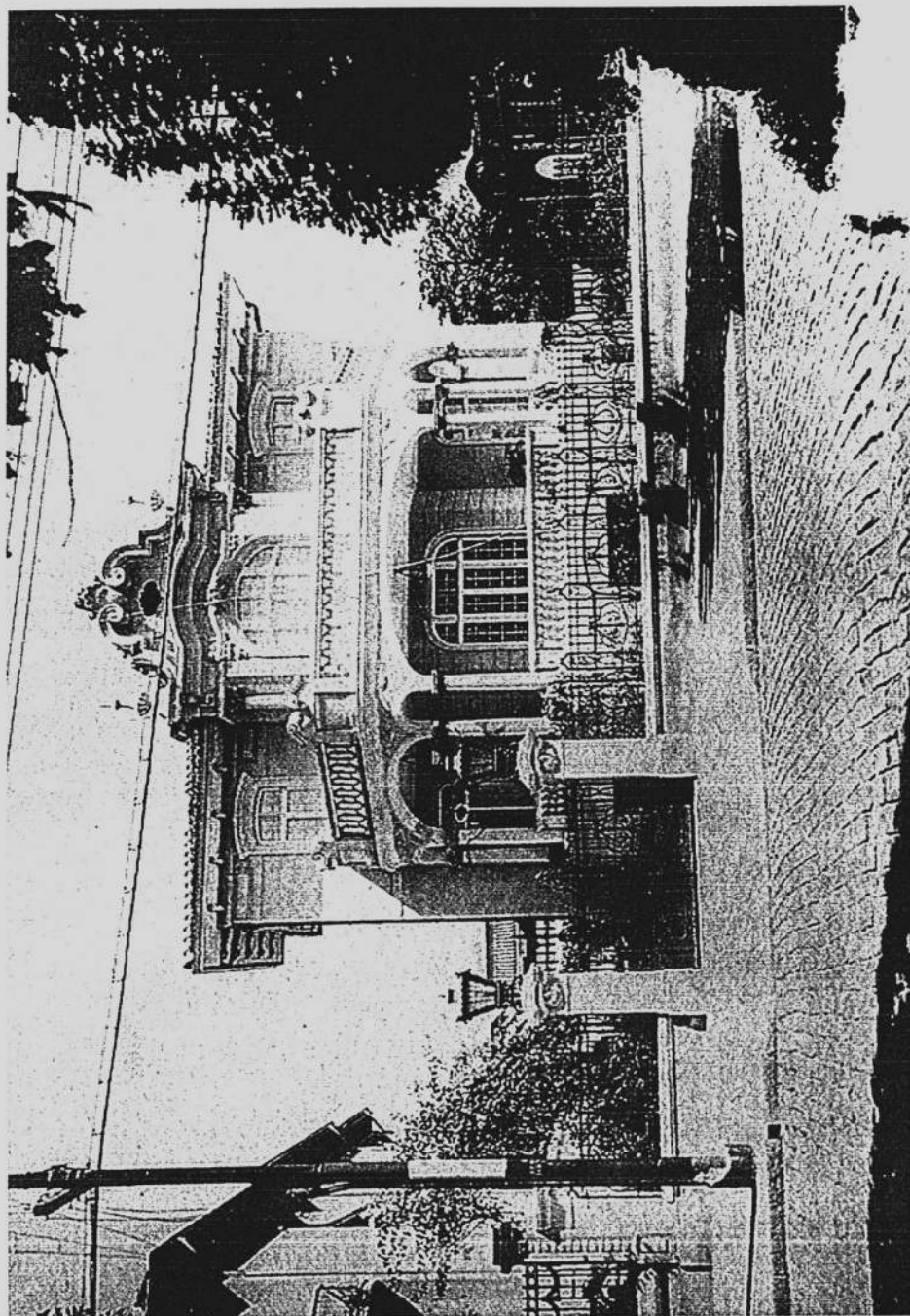


anexo 04 - n.

232

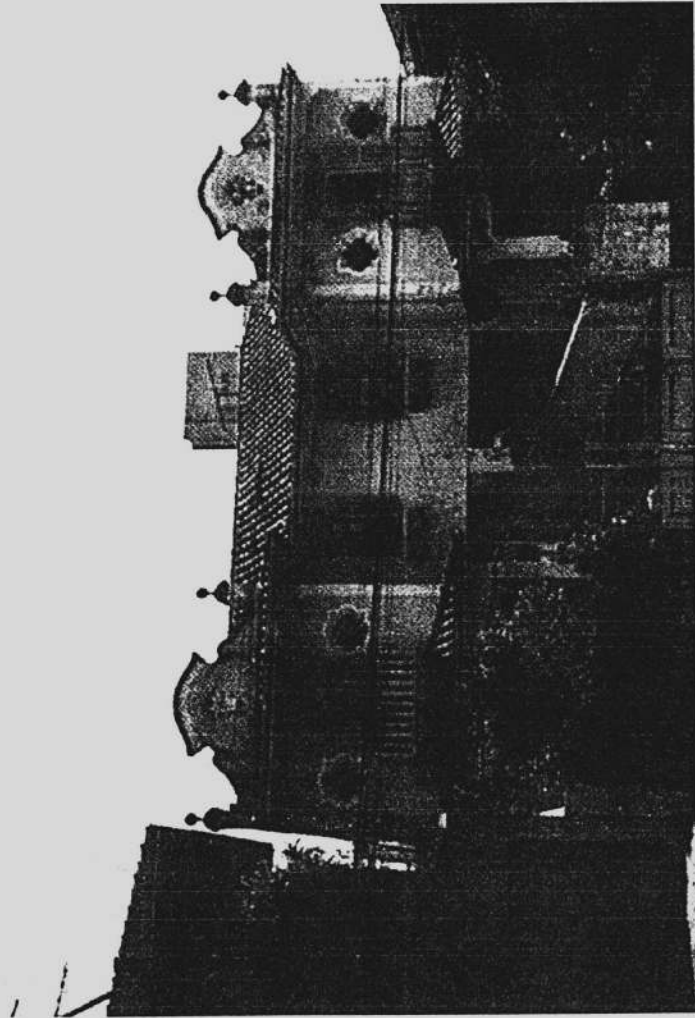


anexo 04 - o.



anexo 04 - p.

238



anexo 04 - q.

235



anexo 04 - r.

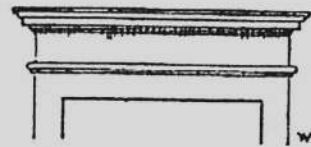
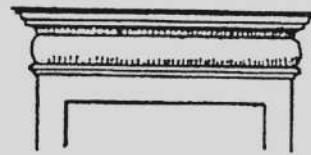
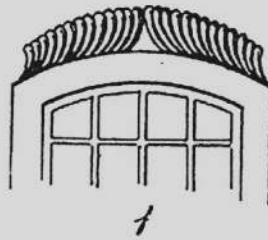
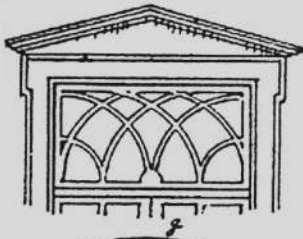
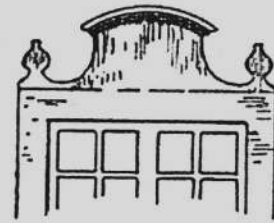
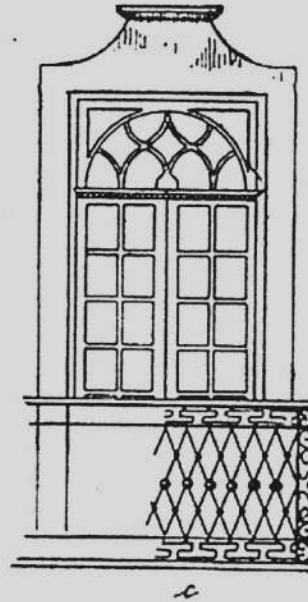
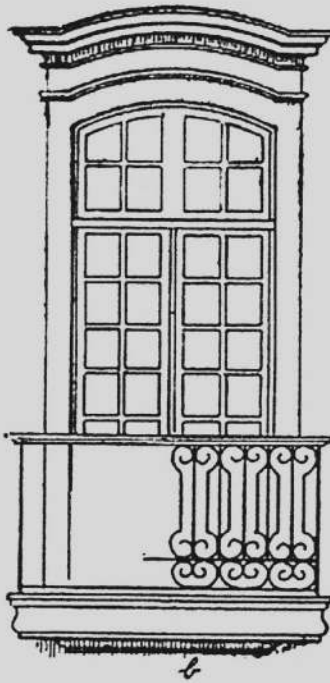
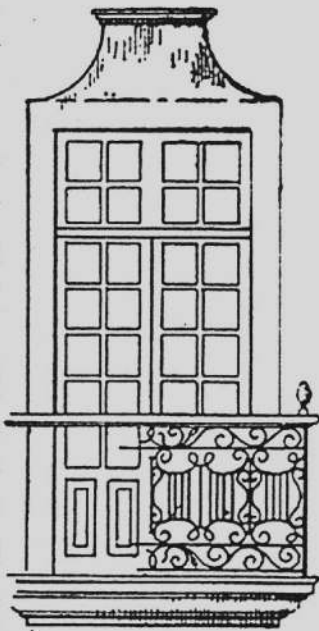
Anexo 04.1

Ricardo Severo e a Casa "Luso-Brasileira"

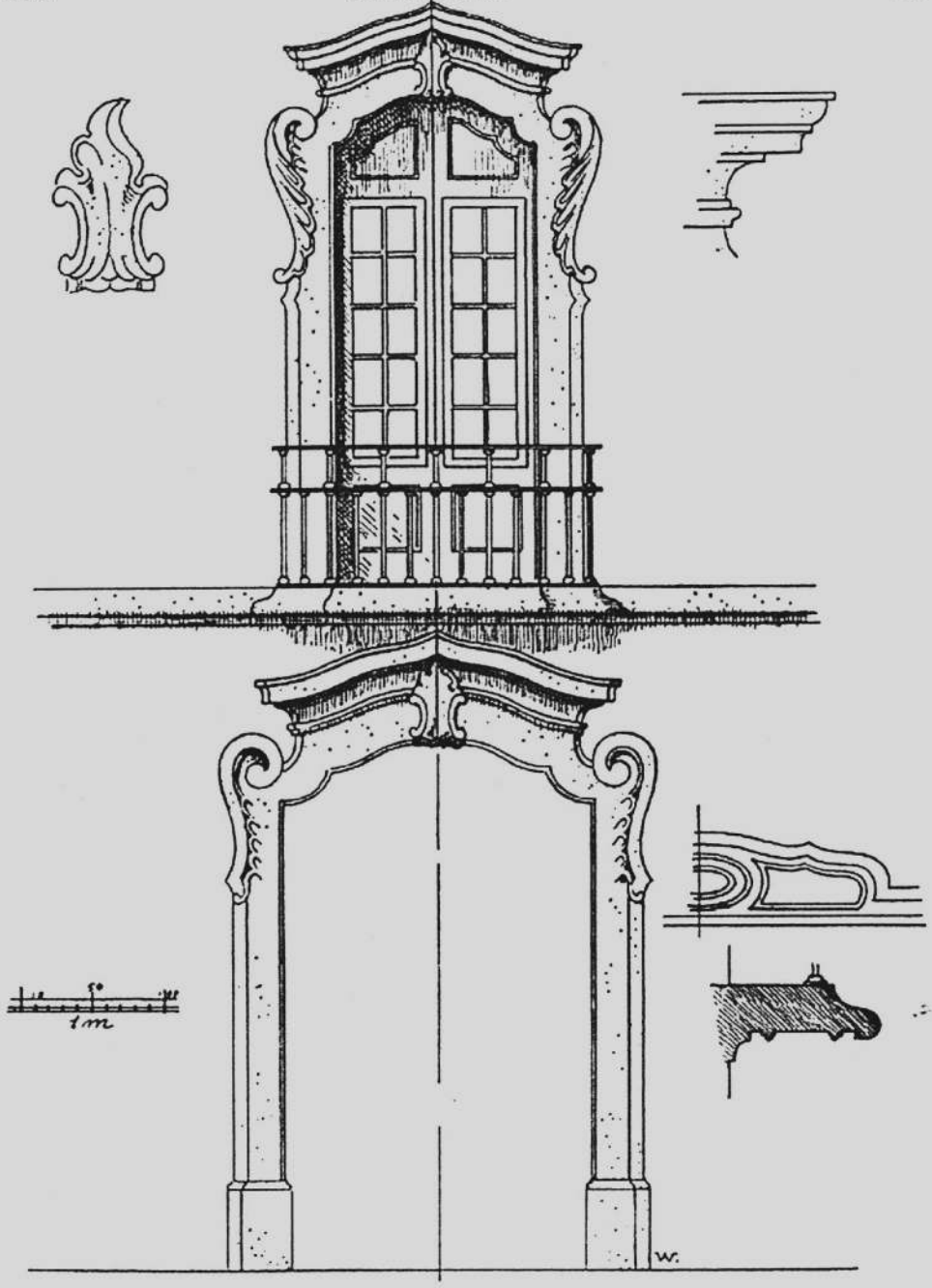
Considerações a respeito da obra de Ricardo Severo

- a. Levantamentos de Wash Rodrigues dos elementos de arquitetura "tradicional" brasileira, feitos durante a sua viagem às cidades históricas do Brasil. Fonte: Wash Rodrigues, José. *Documentário arquitetônico*.
- b. Ibidem.
c. Ibidem.
d. Ibidem.
e. Ibidem.
f. Ibidem.
g. Ibidem.
h. Ibidem.
- i. Modelos originais e prováveis fontes das quais se serviu Severo para o projeto do novo prédio da Academia do Lgo. de São Francisco: Medalhão de Aleijadinho para o Frontispício de São Francisco de Assis de Ouro Preto. Fonte: Bazin, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*.
- Obs.: Comparar a rocalha inferior com a existente sob o relógio do edifício da Academia de Direito do Lgo. de São Francisco.
- j. Portada do Carmo de Ouro Preto (Aleijadinho). Fonte: Bazin, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*.
- k. Portada da Matriz de Tiradentes (Aleijadinho). Fonte: Bazin, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*.
- l. Carmo de Mariana. Fonte: Bazin, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*.
- Obs.: Comparar este óculo com o existente no desenho do torreão da Academia de Direito do Lgo. de São Francisco.
- m. N^o Sr^a. do Rosário de Ouro Preto. Fonte: Bazin, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*.
- n. Convento Franciscano de Igarapé - PE. Fonte: Bazin, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*.
- Obs.: notar o desenho do frontão.
- o. Convento Franciscano de Cairu - BA. Fonte: Bazin, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*.
- p. N^o Sr^a. dos Prazeres de Guararapes - PE. Fonte: Bazin, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*.
- q. Igreja de Albufeira - Portugal. In: Associação dos Arquitetos Portugueses. *Arquitetura popular em Portugal*.
- r. Levantamento de modelos de residências em arquitetura neocolonial, presentes no Jardim América, São Paulo - Fonte: Wollf, Silvia. *Jardim América* - Obs.: desenhos da autora.
- s. Ibidem.
t. Ibidem.
u. Ibidem.
v. Ibidem.
x. Ibidem.

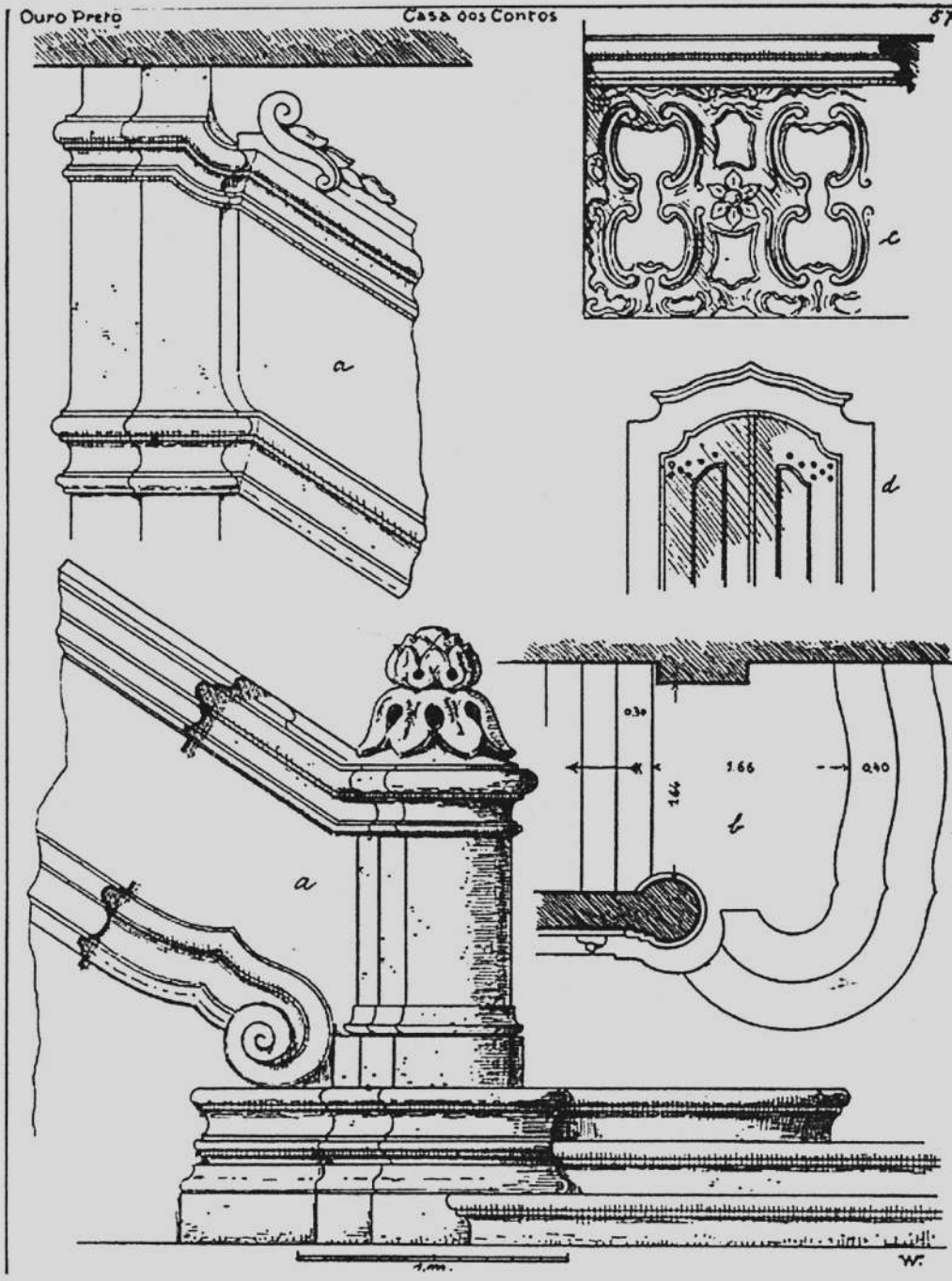
São Paulo



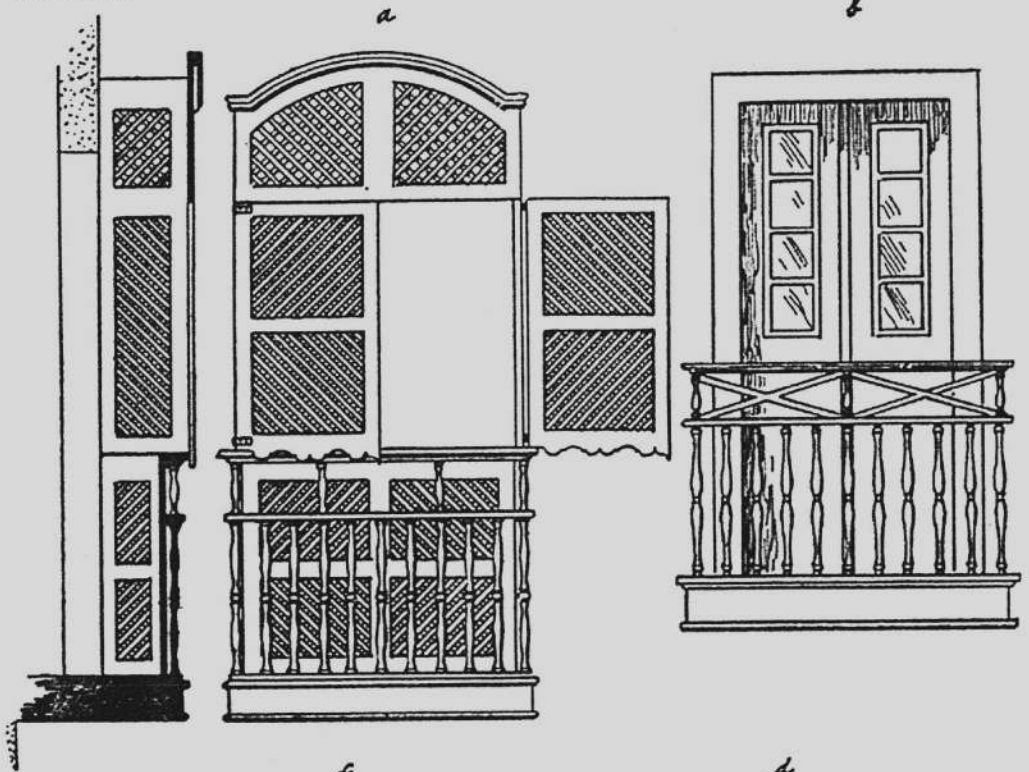
238



anexo 04.1 - b.



290



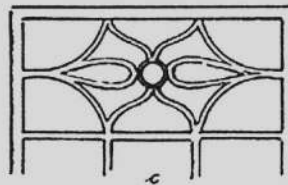
zeta



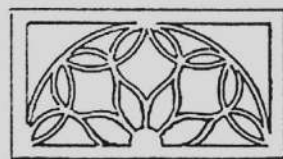
a



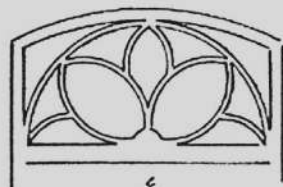
b



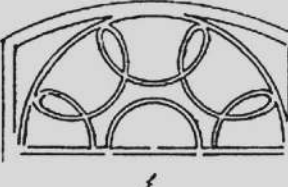
c



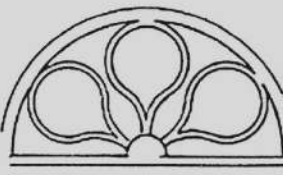
d



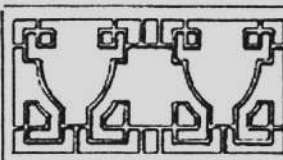
e



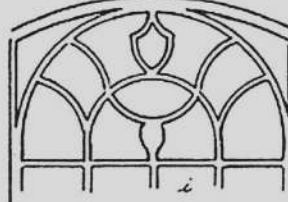
f



g



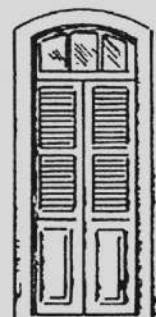
h



i



j



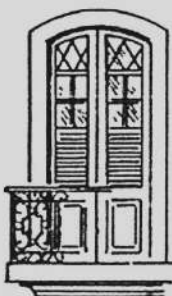
k



l



m



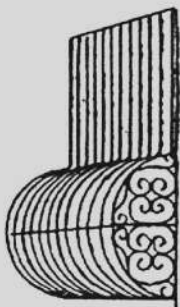
n



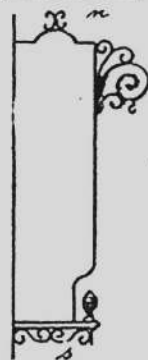
o



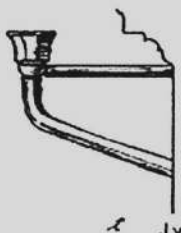
p



q



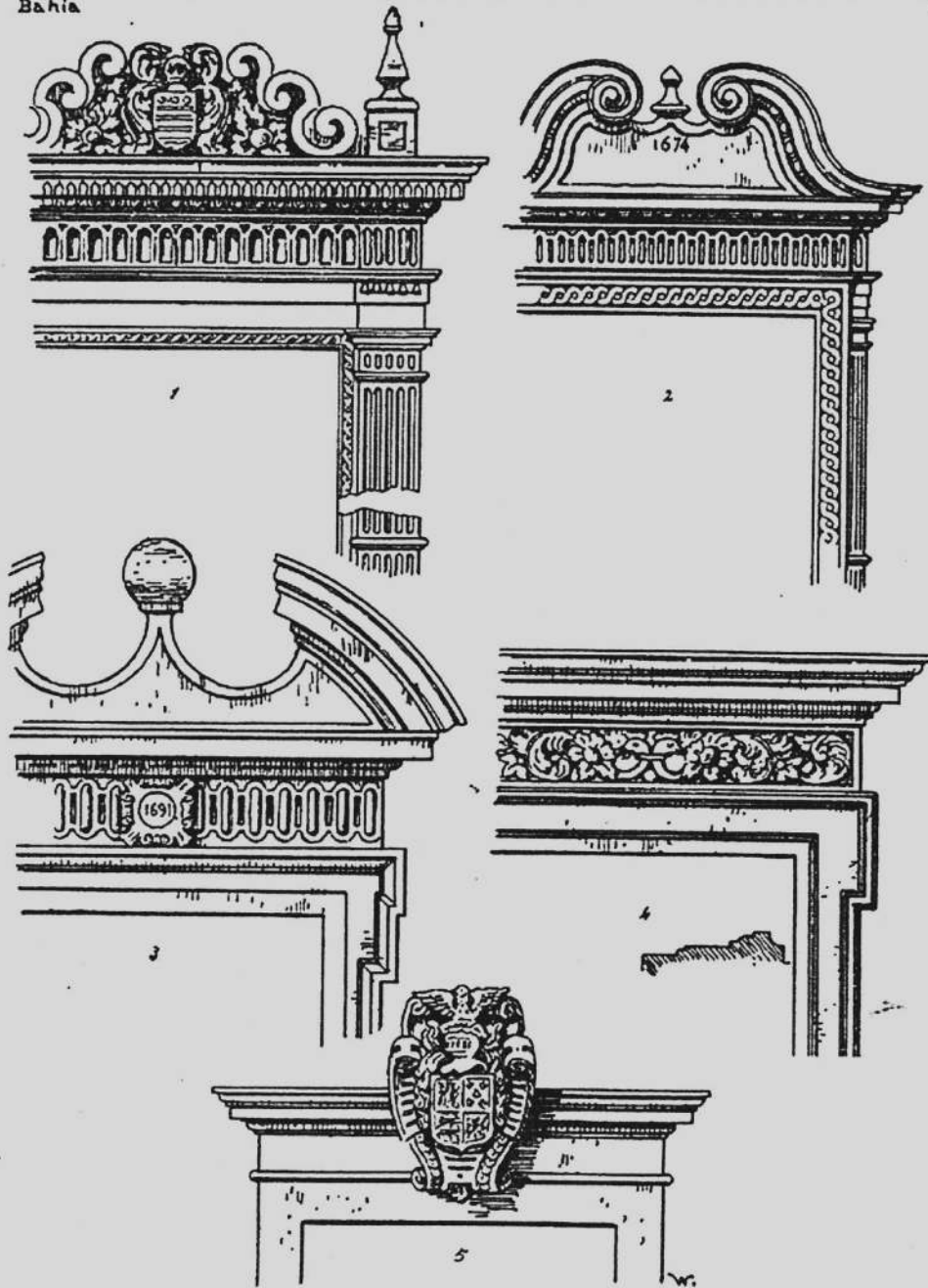
r



s

J.W.R.

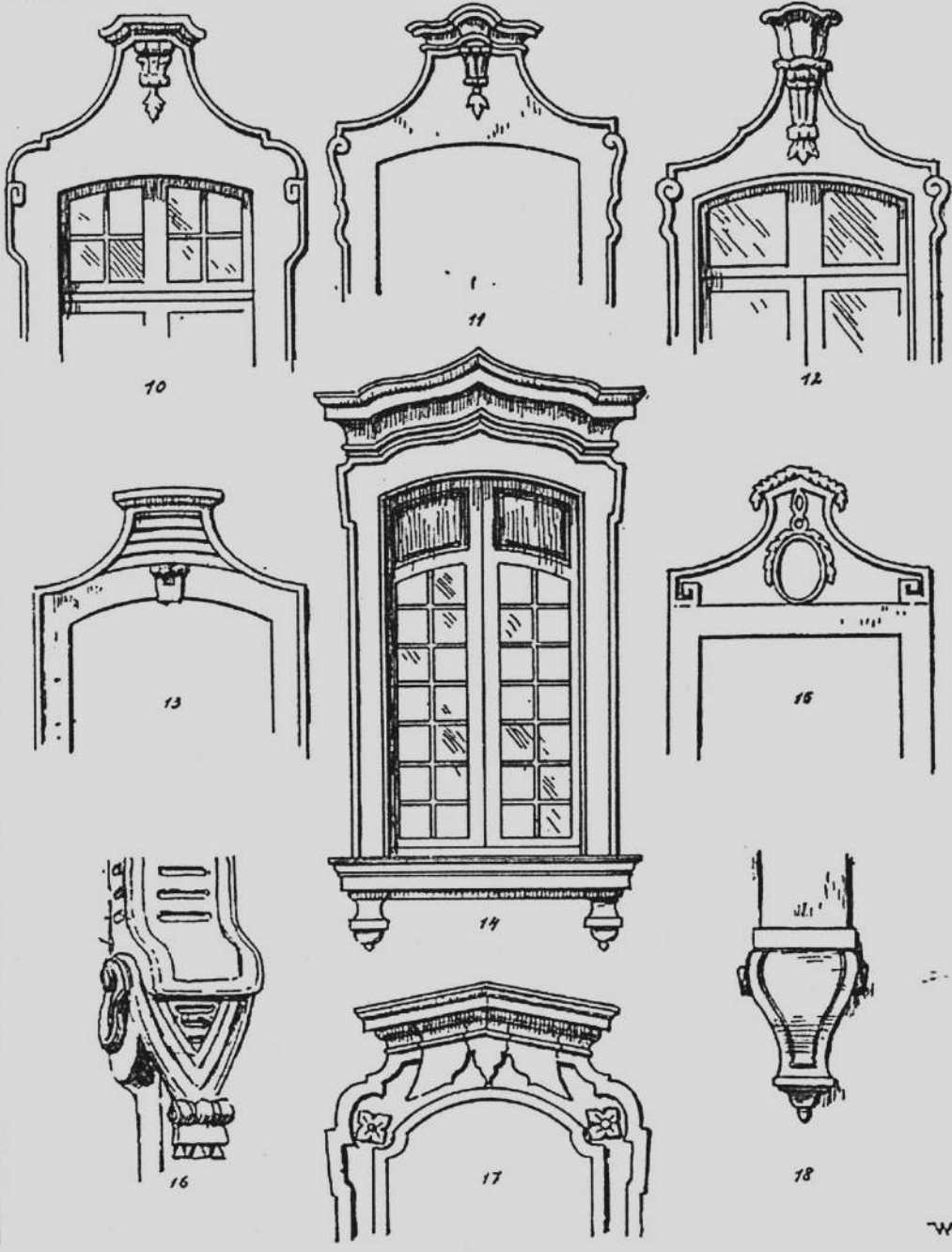
242



243 ↘

Bahia

133



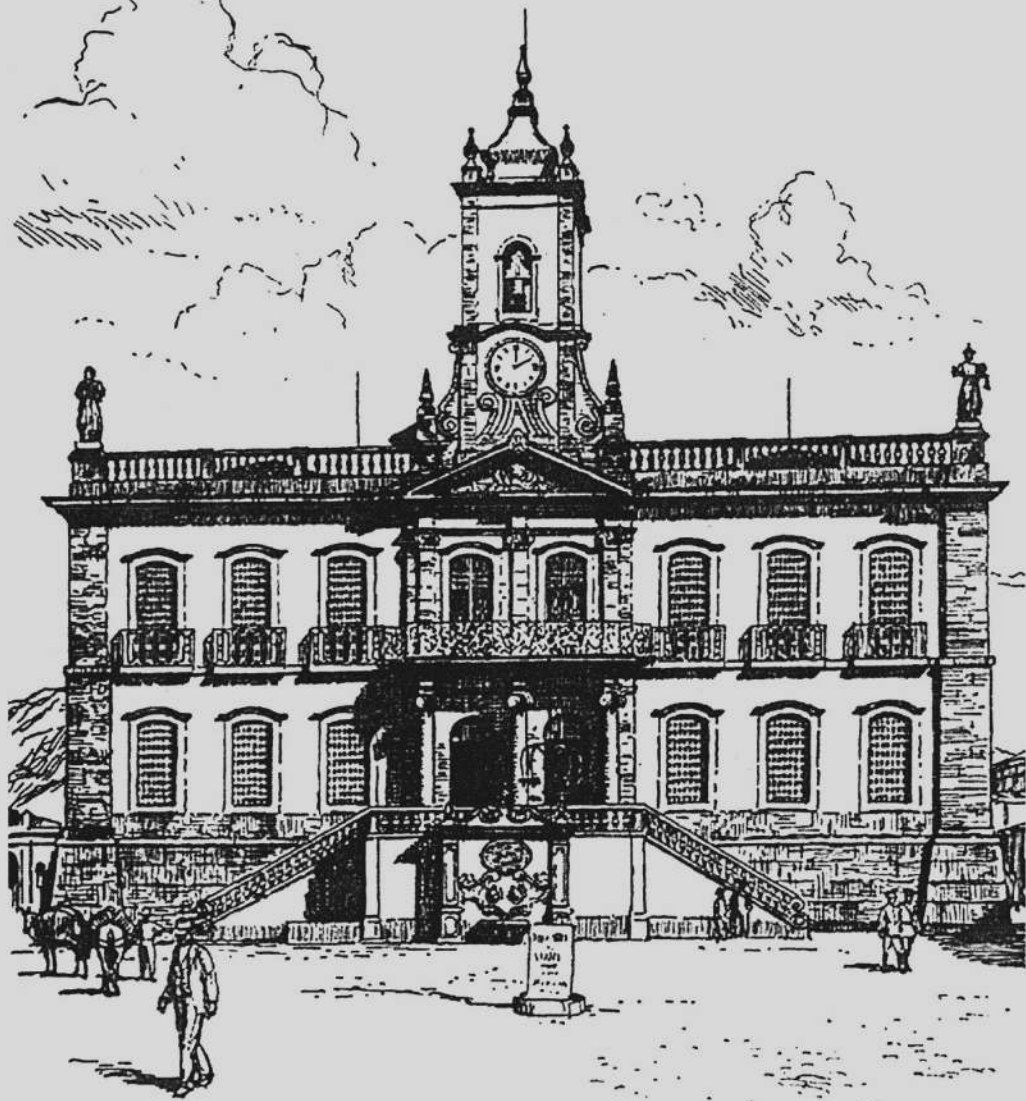
anexo 04.1 - g.

280

Ouro Preto

Antigo Paço Municipal

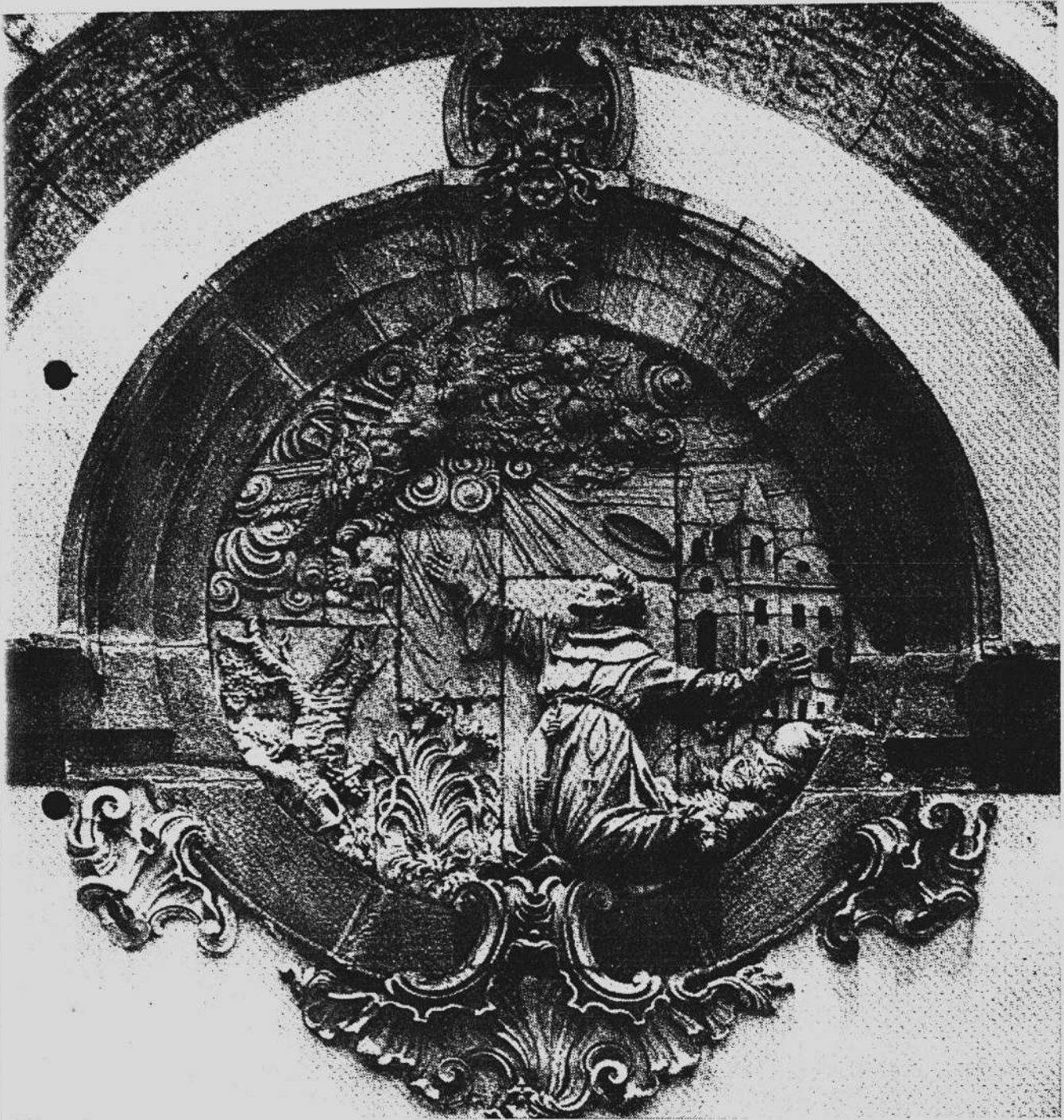
41



W.D.

anexo 04.1 - h.

282



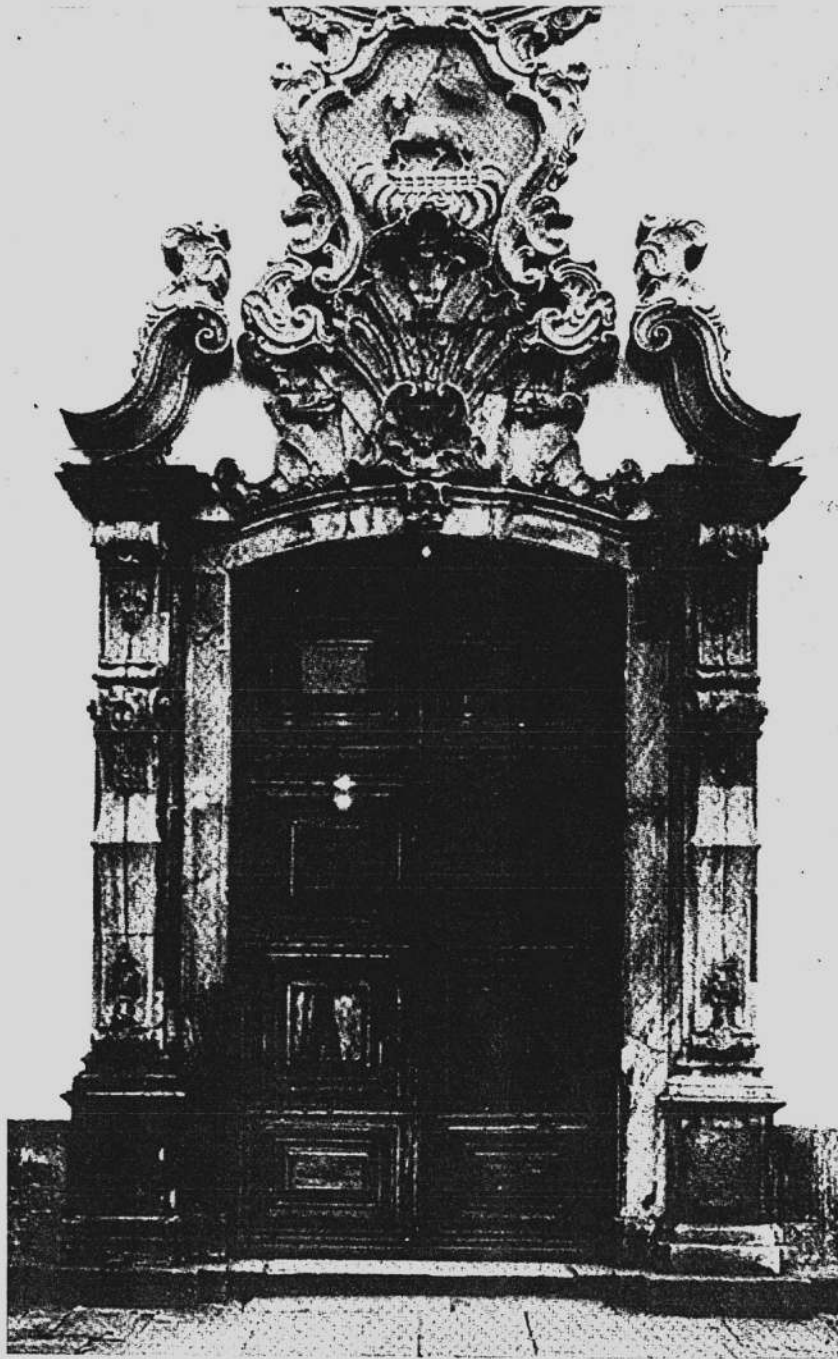
anexo 04.1 - i.

248



anexo 04.1 - j.

248



anexo 04.1 - k.

29



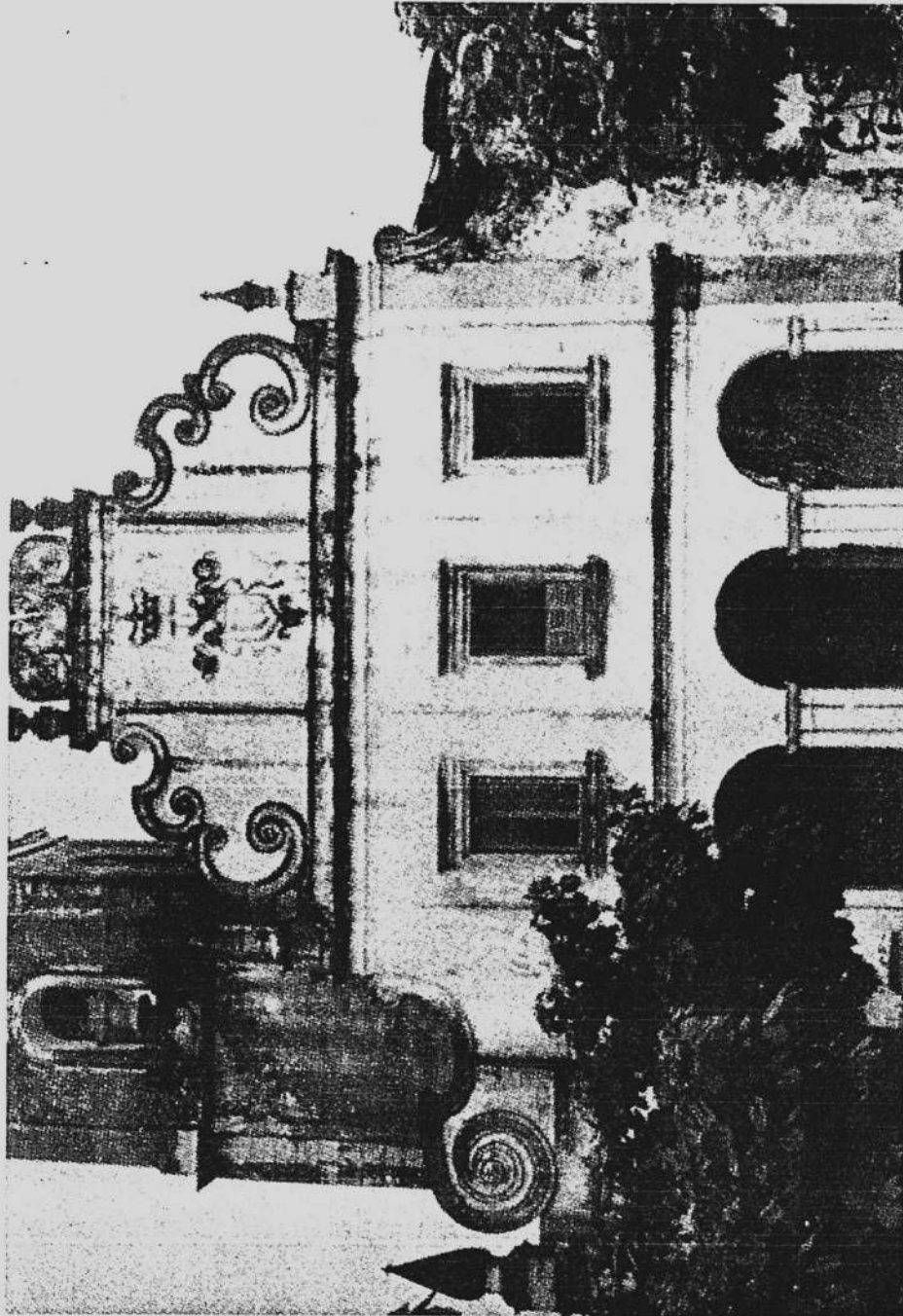
anexo 04.1 - 1.

052



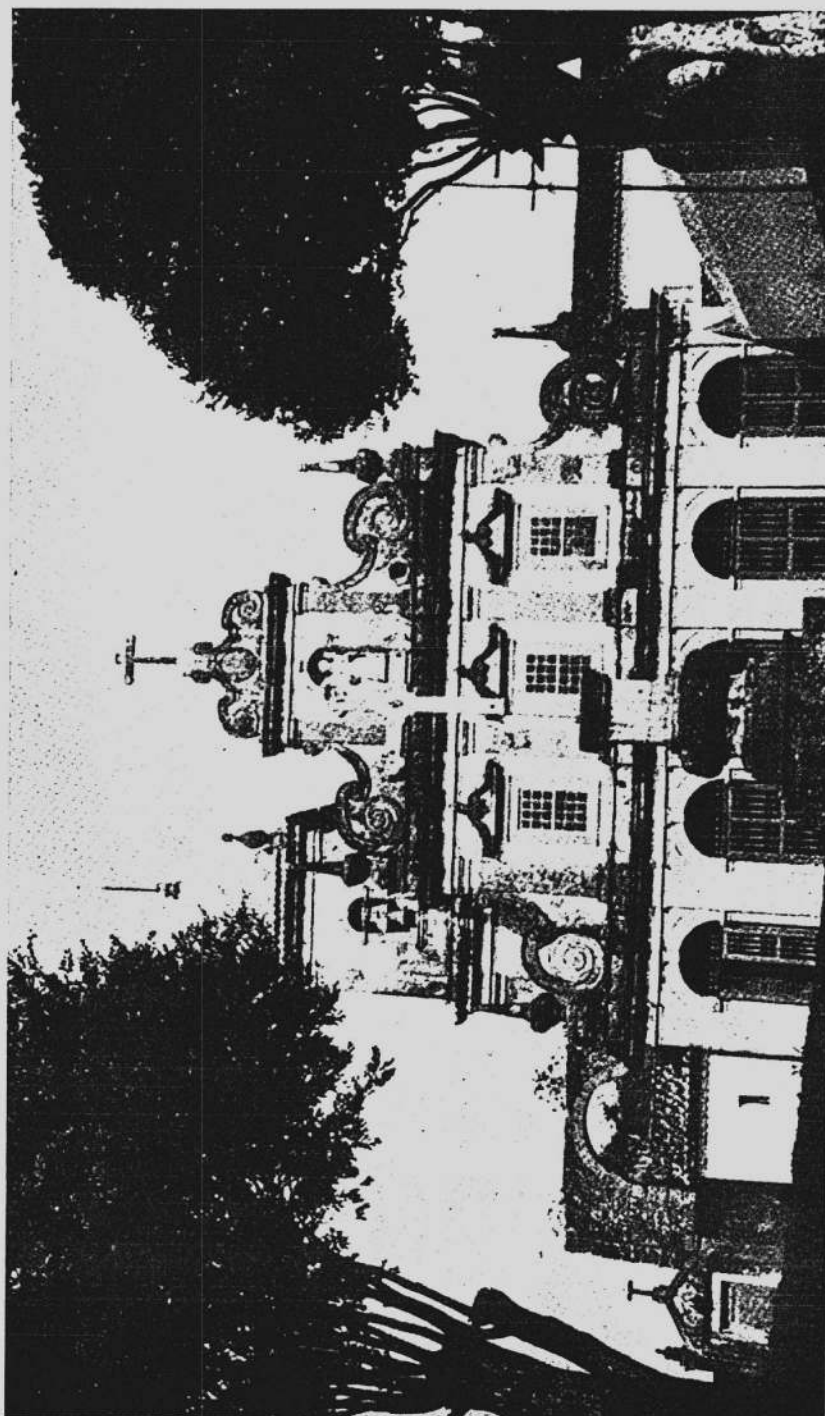
anexo 04.1 - m.

251, 1



anexo 04.1 - n.

252



anexo 04.1 - o.

253



anexo 04.1 - p.

254



anexo 04.1 - q.

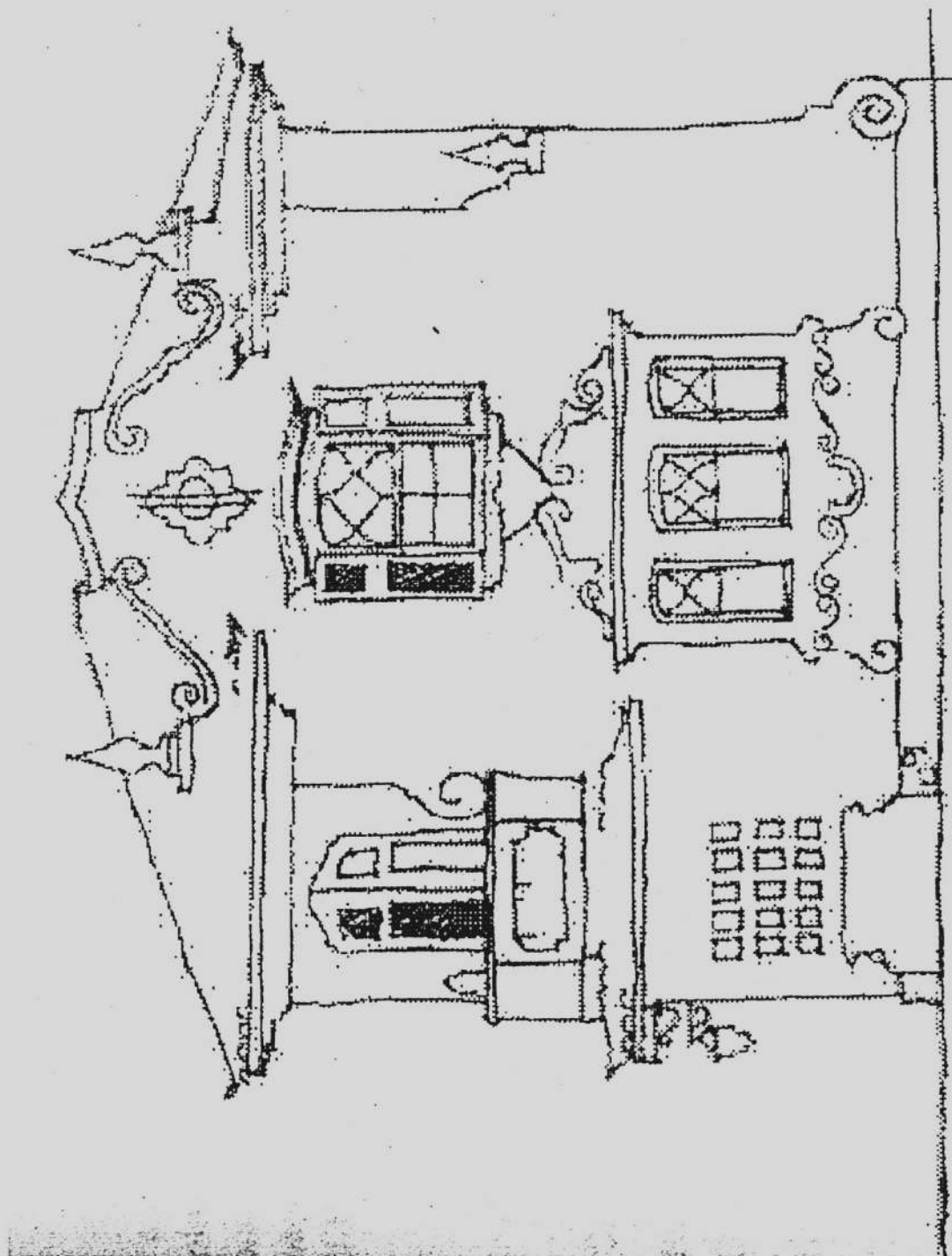
255



41. No. 172, 200

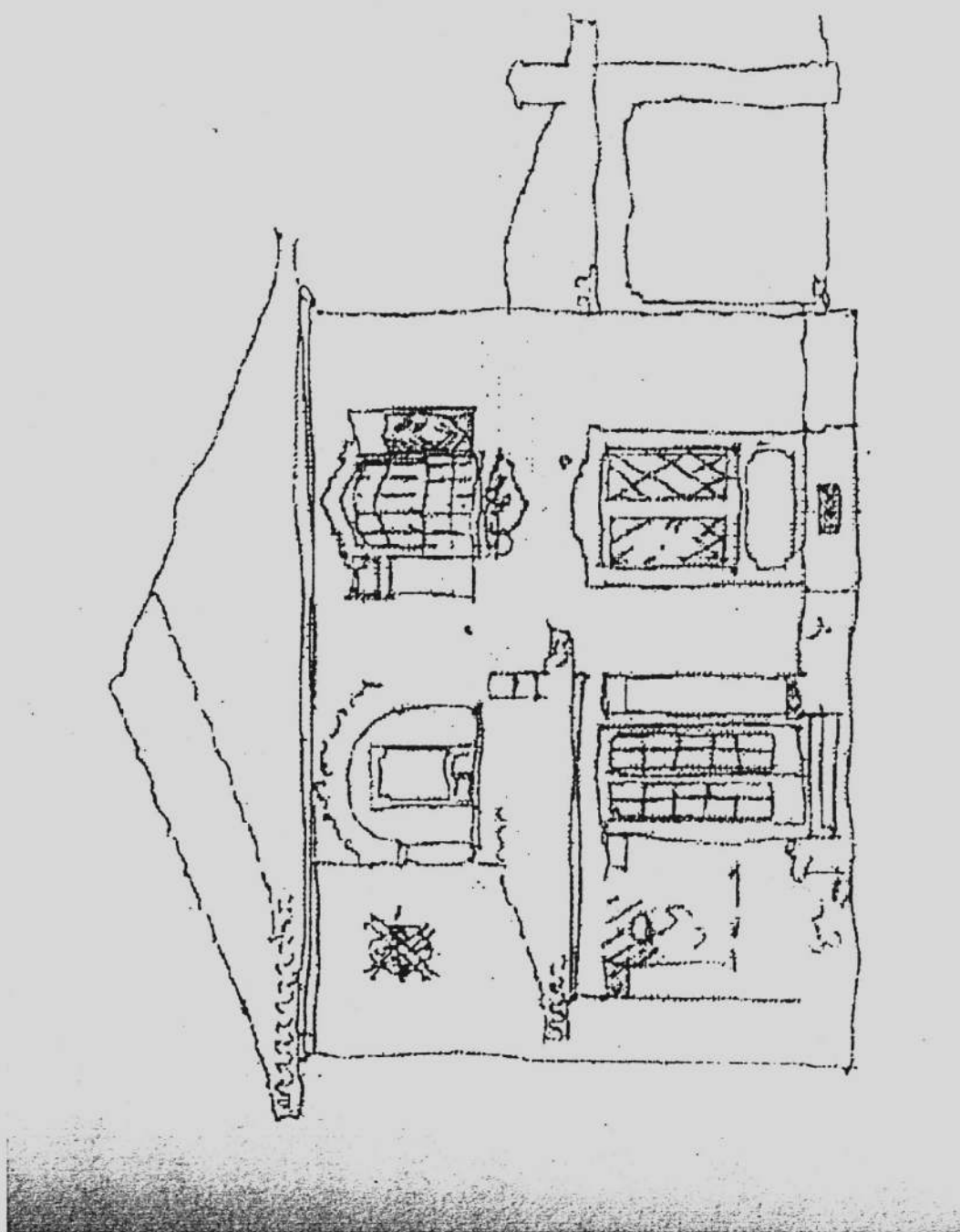
anexo 04.1 - r.

256
1



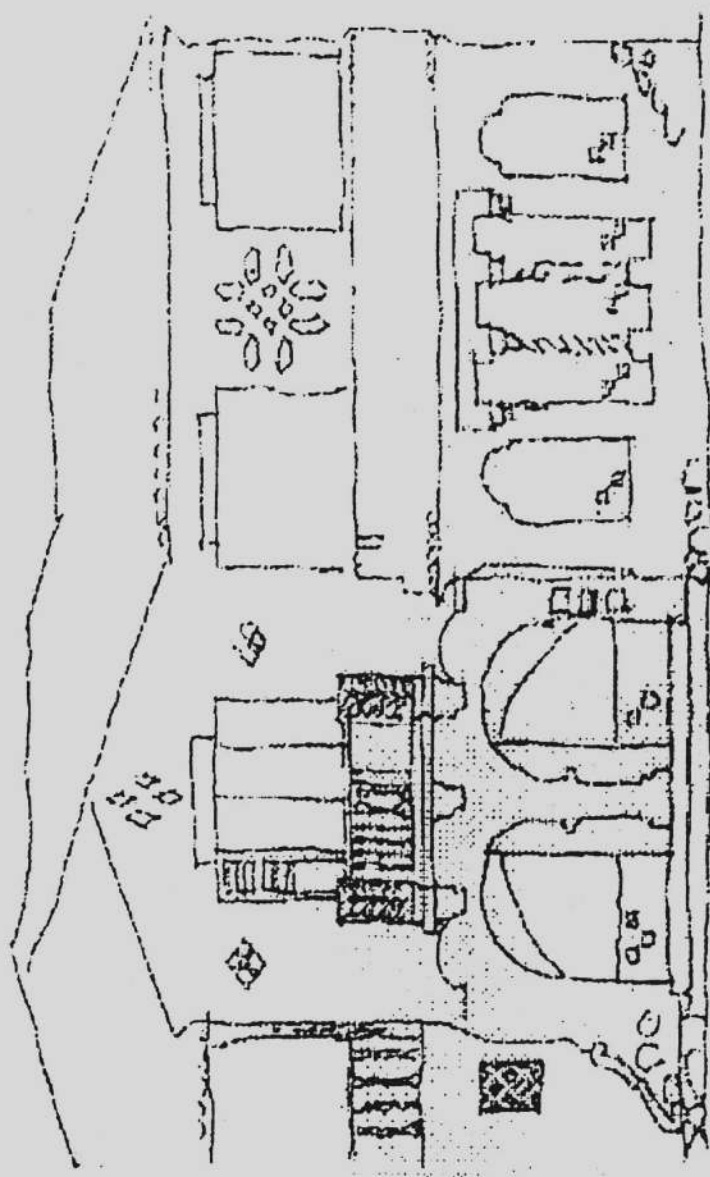
anexo 04.1 - s.

257



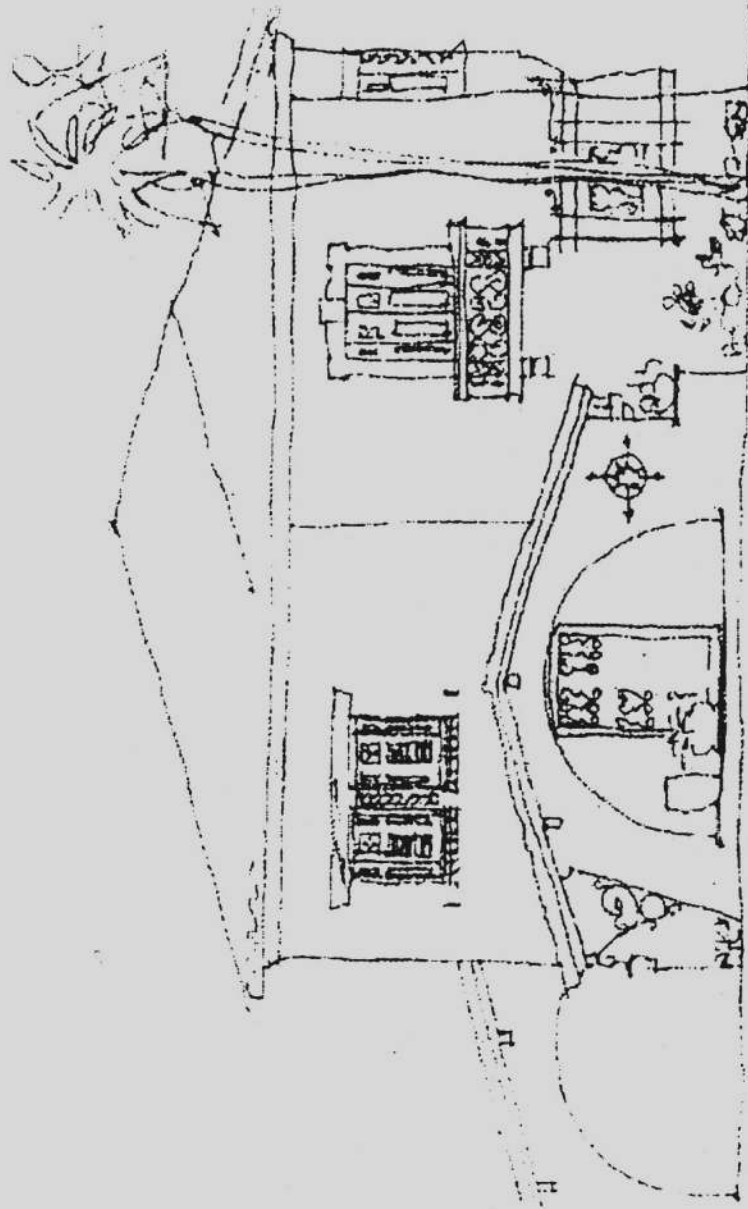
anexo 04.1 - t.

252



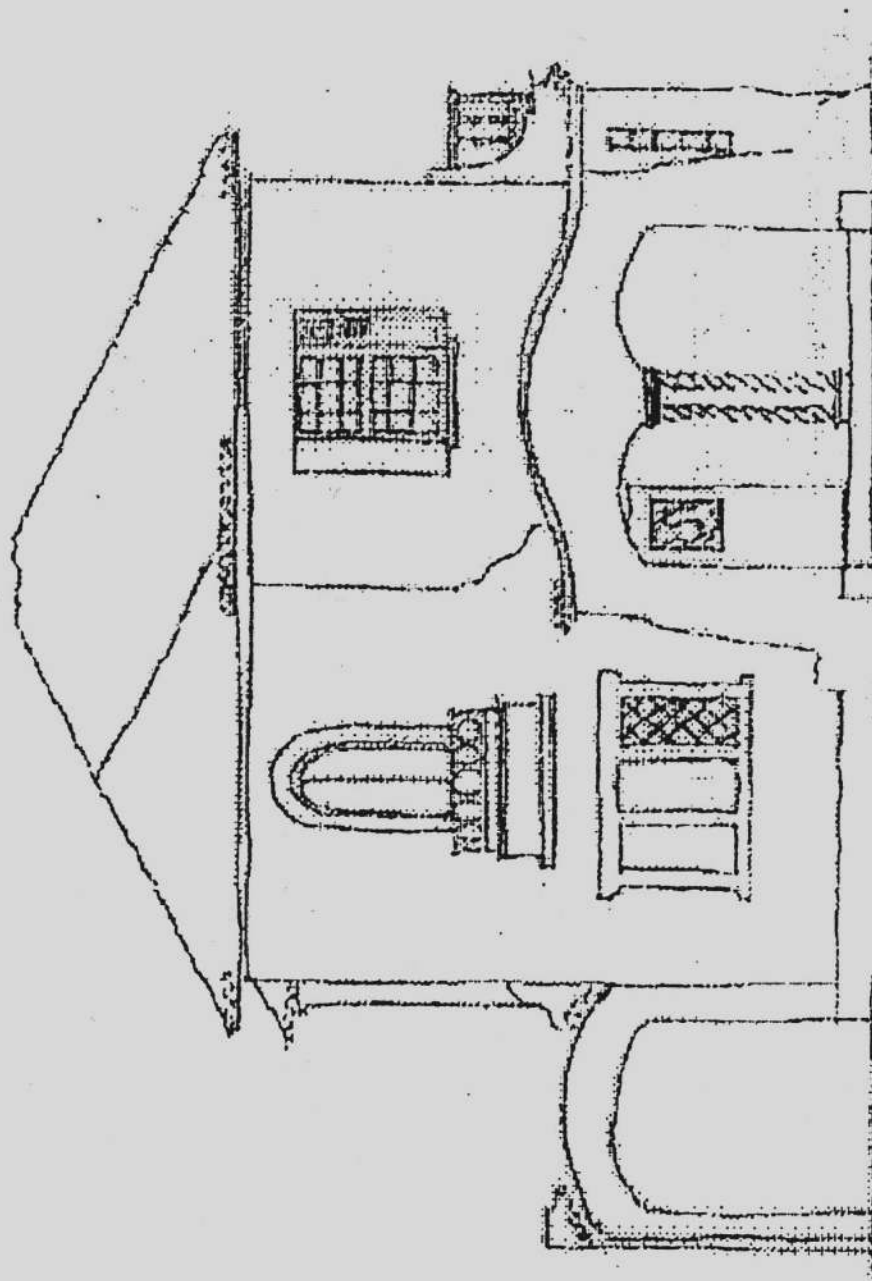
anexo 04.1 - u.

259



anexo 04.1 - v.

260



anexo 04.1 - x.

261

Anexo 04.2

Ricardo Severo e a Casa "Luso-Brasileira"

Considerações a respeito da obra de Ricardo Severo

- a. Caricatura de Ricardo Severo. Fonte: Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil.
- b. Ricardo Severo e esposa (Francisca Dumont, irmã do "Pai da Aviação"). Foto tirada na Cidade do Porto - 1905.
Fonte: Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e seu escritório*.
- c. Foto de Ramos de Azevedo - Década de 20. In: Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e seu escritório*.
- d. Foto da "Família Ramos de Azevedo" (c. 1916). In: Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e seu escritório*.
- Nota: O senhor indicado com o nº 1 é Guilherme de Andrade Villares, pai de Arnaldo (sócio de Ramos e de Severo) e cunhado de Ricardo Severo. A mulher indicada com o nº. 4 é Virginia, cunhada de Severo e Mãe de Arnaldo, seu futuro sócio. O homem indicado com o nº. 2 é Ramos de Azevedo e o indicado com o nº 12 é o próprio Arnaldo Dumont Villares, (sobrinho de Severo).
- e. Domiziano Rossi. In: Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e seu escritório*
- f. O primeiro `a esquerda é Adolfo Borioni e o último, à direita, é Felisberto Ranzini; entre eles, Rossi e Castignoli.
In: Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e seu escritório*
- g. Os colaboradores de Ramos e Severo: O primeiro à esquerda é Ranzini; Borioni está ao centro, de palheta; Rossi é o penúltimo à direita. In: Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e seu escritório*
- h. Discurso de Severo, durante cerimônia em sua homenagem promovida pela colônia lusitana no Brasil (1932).
Fonte: Severo, Ricardo. *Homenagem a Ricardo Severo*.

25/2



anexo 04.2 - a.

263 ↙



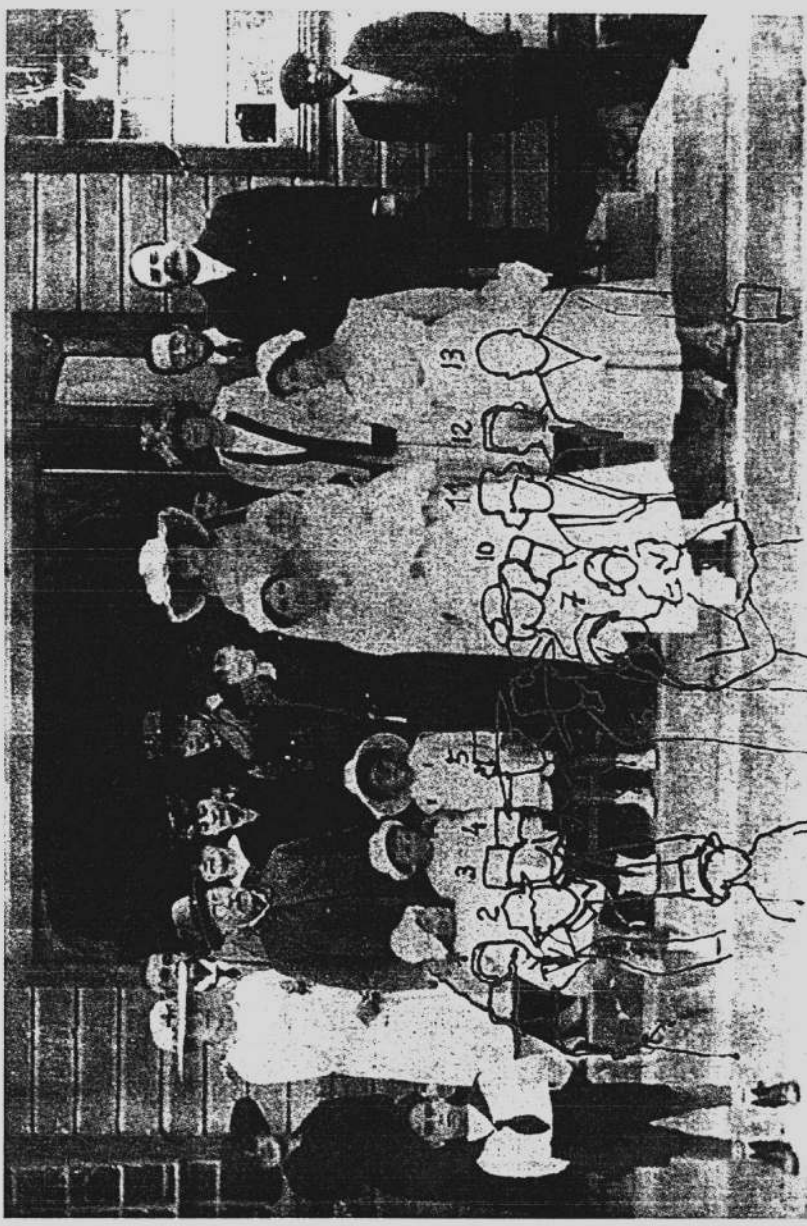
anexo 04.2 - b.

268



anexo 04.2 - c.

265



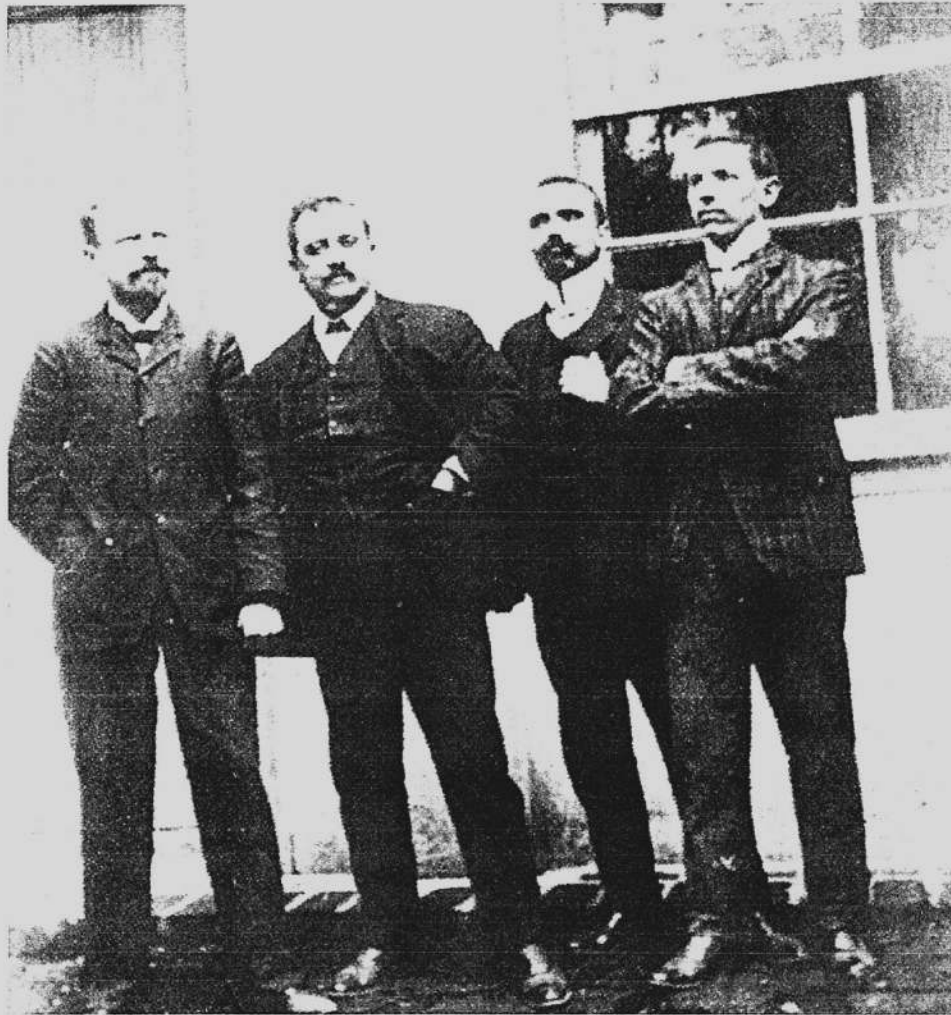
anexo 04.2 - d.

266



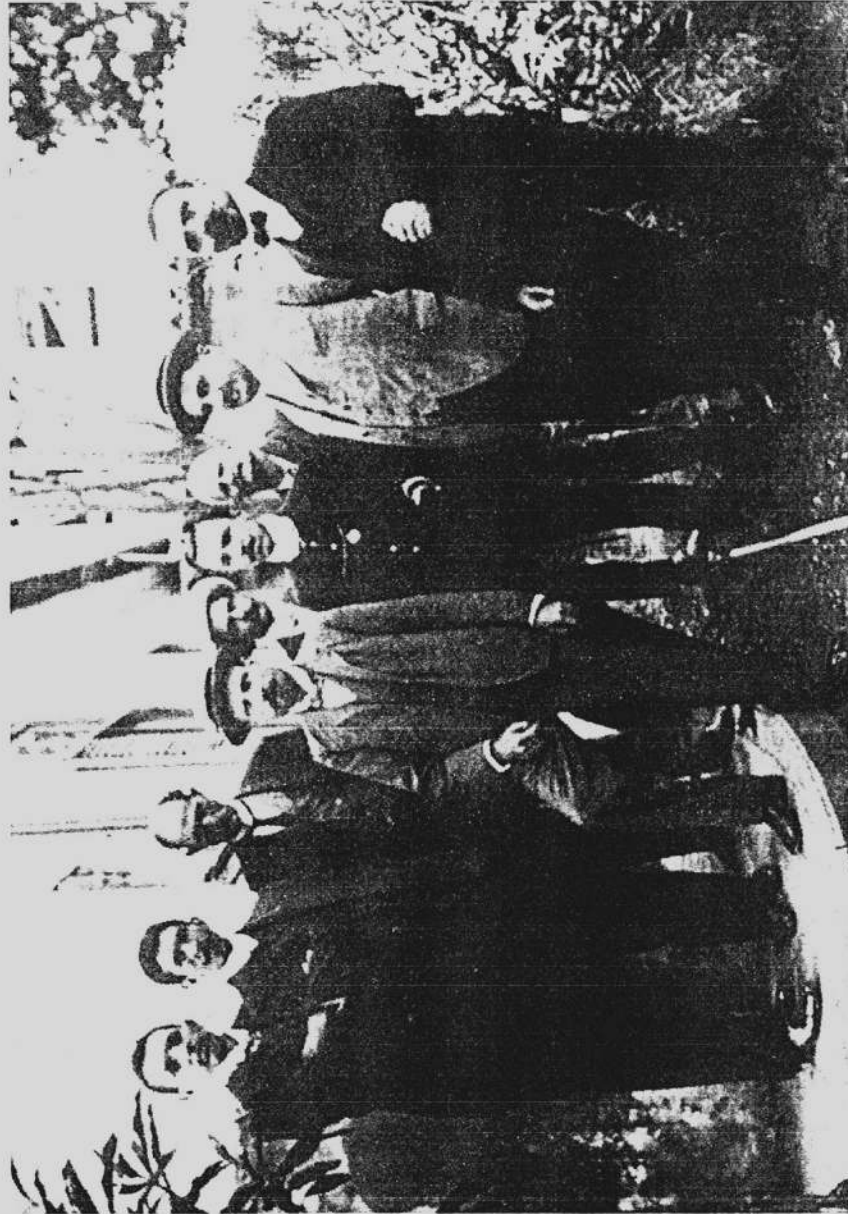
anexo 04.2 - e.

267



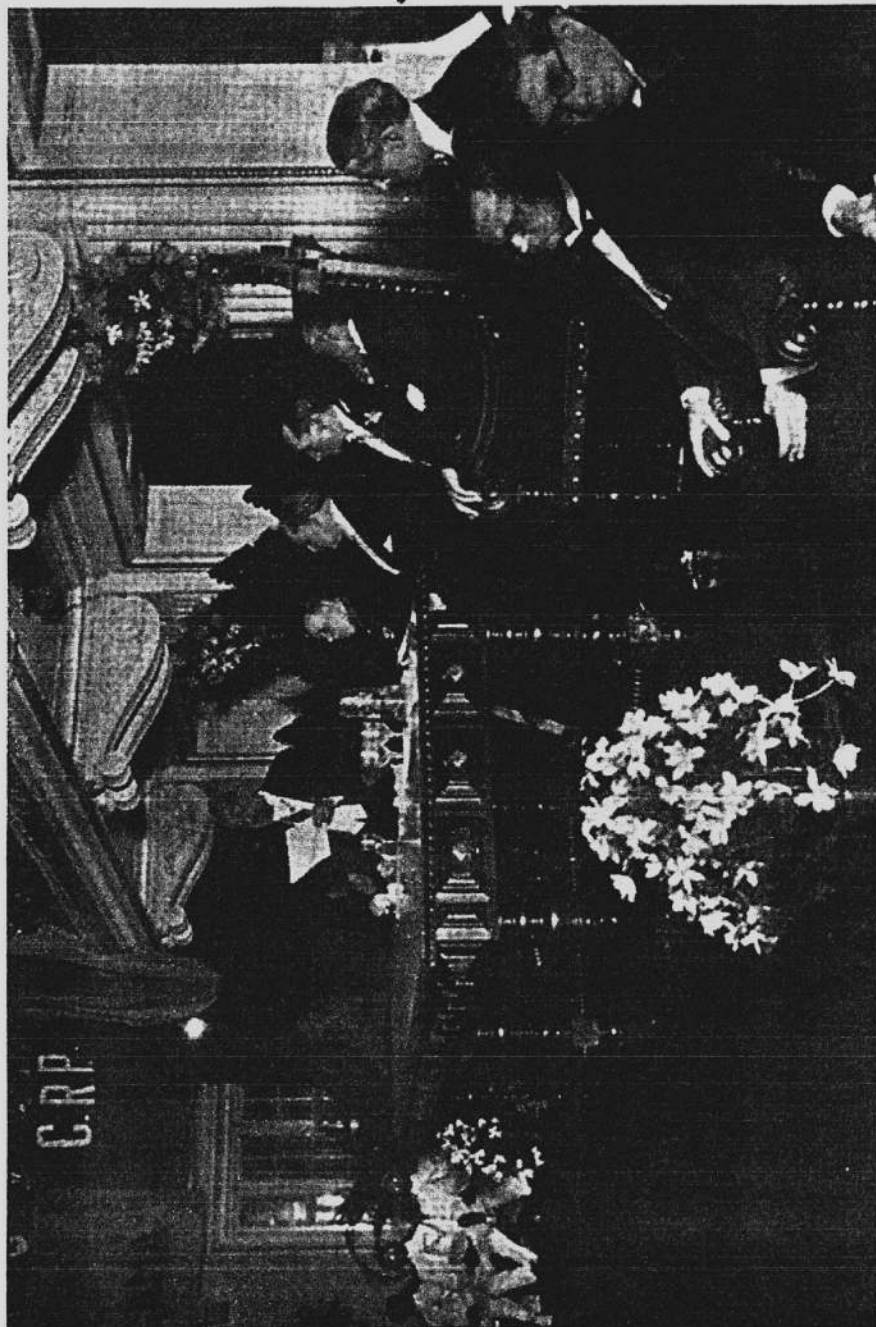
anexo 04.2 - f.

268



anexo 04.2 - g.

209



anexo 04.2 - h.

210

Anexo 05

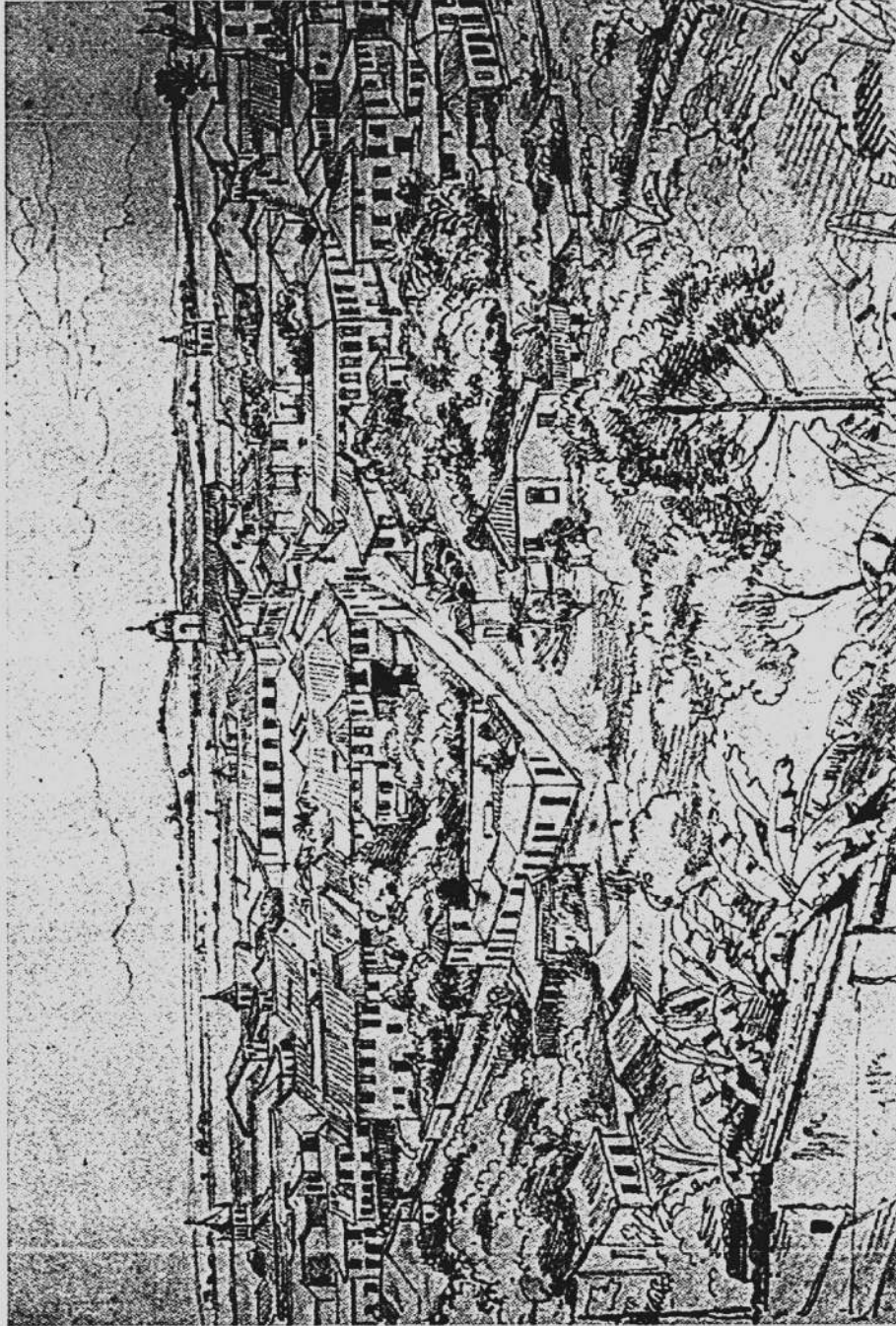
O edifício da Academia de Direito do Lgo. de São Francisco: breve histórico

O projeto e a obra do novo edifício

Considerações sobre a Obra da Faculdade de Direito

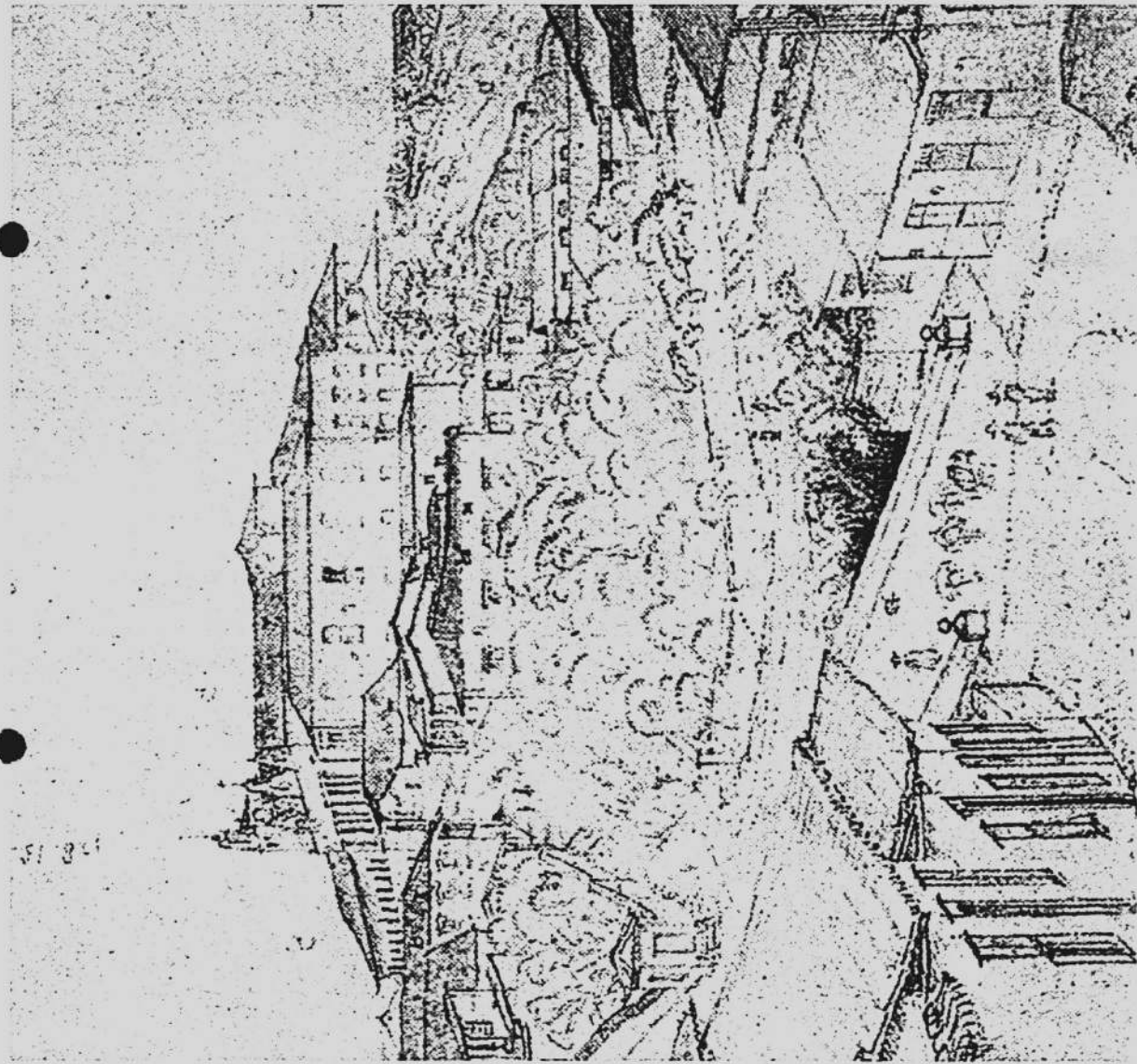
- a. Vista da Cidade de São Paulo - Desenho de Landseer (1826).
A igreja e o convento de São Francisco aparecem à direita, no alto.
Fonte: Toledo, Benedito L. de. *Anhangabaú*.
- b. Pormenor do desenho de Burchell (1827): ao alto, as igrejas e o convento de São Francisco.
Fonte: Toledo, Benedito L. de. *Anhangabaú*.
- c. Panorama de São Paulo - Foto de Militão (1860). As igrejas e o convento aparecem ao alto, à direita.
Fonte: Toledo, Benedito L. de. *Anhangabaú*.
- d. Panorama de São Paulo - Foto de Militão (1862). As igrejas e o convento aparecem ao alto, à direita.
Fonte: Toledo, Benedito L. de. *Anhangabaú*.
- e. Ladeira de São Francisco. Foto de Militão (1862). As igrejas aparecem ao alto, à direita.
Fonte: Toledo, Benedito L. de. *Anhangabaú*.
- f. Viaducto do chá. Foto de Gaensly. As igrejas e o convento aparecem ao alto, à direita.
Fonte: Toledo, Benedito L. de. *Anhangabaú*.
- g. Adro da Igreja de São Francisco (1862). Aquarela de Wash Rodrigues (c. 1920).
Fonte: Martins, Ana Luíza. *Arcadas*.
- h. Vista do Lgo. de São Francisco em 1862 - Foto de Militão. Fonte: Martins, Ana Luíza. *Arcadas*.
- i. A Academia de Direito por volta de 1872 - Foto de Militão. Fonte: Martins, Ana Luíza. *Arcadas*.
- j. Academia de Direito (c. 1890) - Foto de Gaensly e Lindemann. Fonte: Martins, Ana Luíza. *Arcadas*.
- k. Lgo. de São Francisco nos anos 20 - Fonte: Martins, Ana Luíza. *Arcadas*.
- l. Faculdade de Direito no início da década de 30. Coleção Severo & Villares. Fonte: Martins, Ana Luíza. *Arcadas*.
- m. Vista aérea do Centro de São Paulo. A Academia e as Igrejas de São Francisco estão ao alto, à direita.
Fonte: Toledo, Benedito L. de. *Anhangabaú*.
- n. Lgo. de São Francisco na década de 30 - Acervo do Condephaat. Fonte: Martins, Ana Luíza. *Arcadas*.
- o. Lgo. de São Francisco na década de 40 - Acervo do Condephaat. Fonte: Martins, Ana Luíza. *Arcadas*.
- p. Lgo. de São Francisco na década de 50 - Acervo do *Estadão*. Fonte: Martins, Ana Luíza. *Arcadas*.
- q. Lgo. de São Francisco em 1984- Acervo do *Estadão*. Fonte: Martins, Ana Luíza. *Arcadas*.
- r. Lgo. de São Francisco em 1998 - Foto: Rômulo Fialdini. Fonte: Martins, Ana Luíza. *Arcadas*.
- s. Anteprojeto para a Faculdade de Direito - Severo & Villares. Fonte: Amaral, Aracy. *Arquitetura Neocolonial*.
Nota: projeto não executado.
- t. Anteprojeto para a Faculdade de Direito - Severo & Villares. Fonte: Amaral, Aracy. *Arquitetura Neocolonial*.
Nota: projeto não executado; pois decidiu-se por construir um quarto pavimento.

271



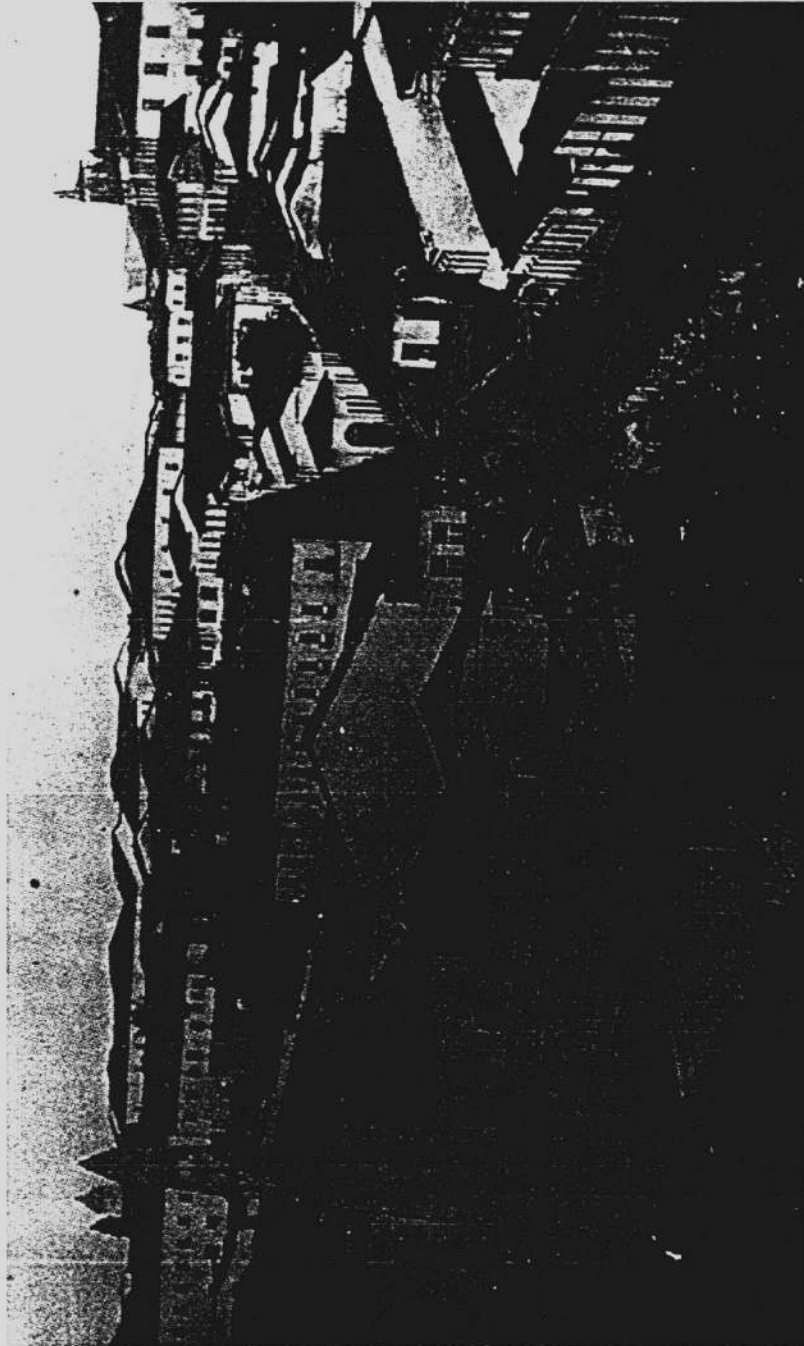
anexo 05 - a.

242



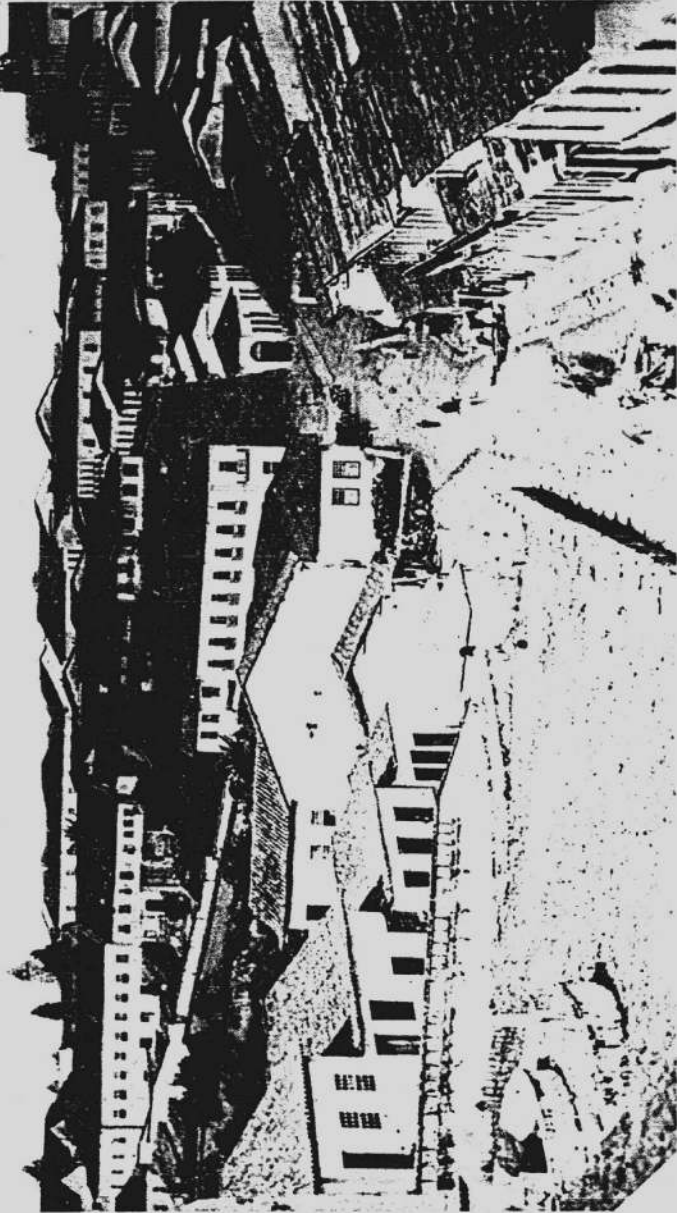
anexo 05 - b.

213



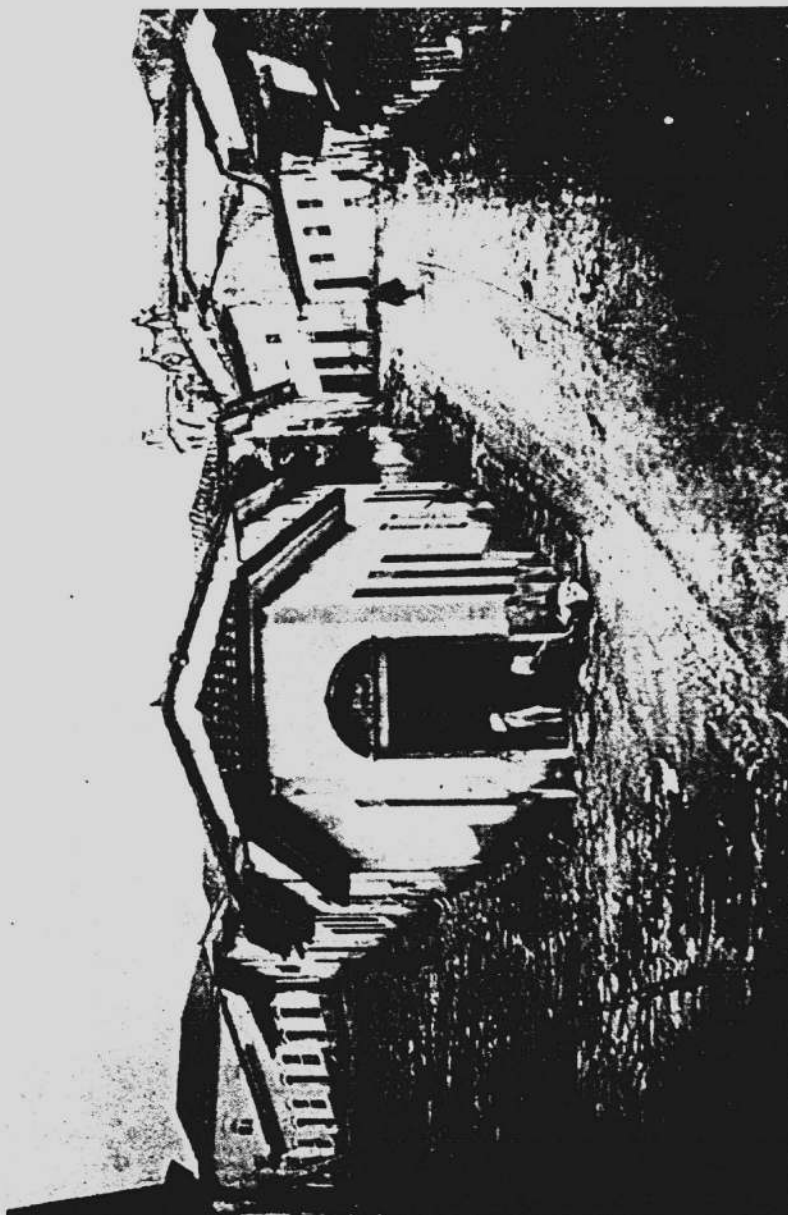
anexo 05 - c.

274



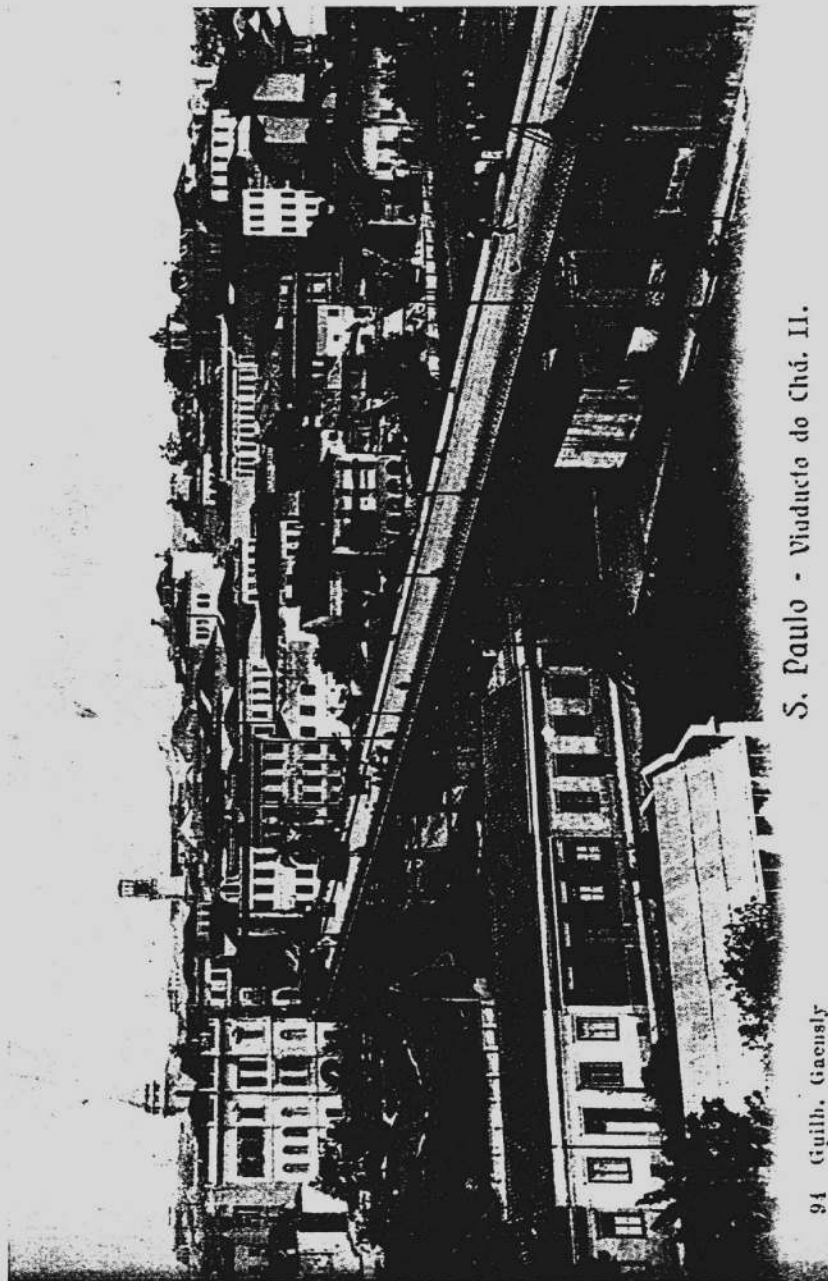
anexo 05 - d.

ZK



anexo 05 - e.

276 ↗



S. Paulo - Viaducto do Chá. II.

94 Guilb. Gacnsly

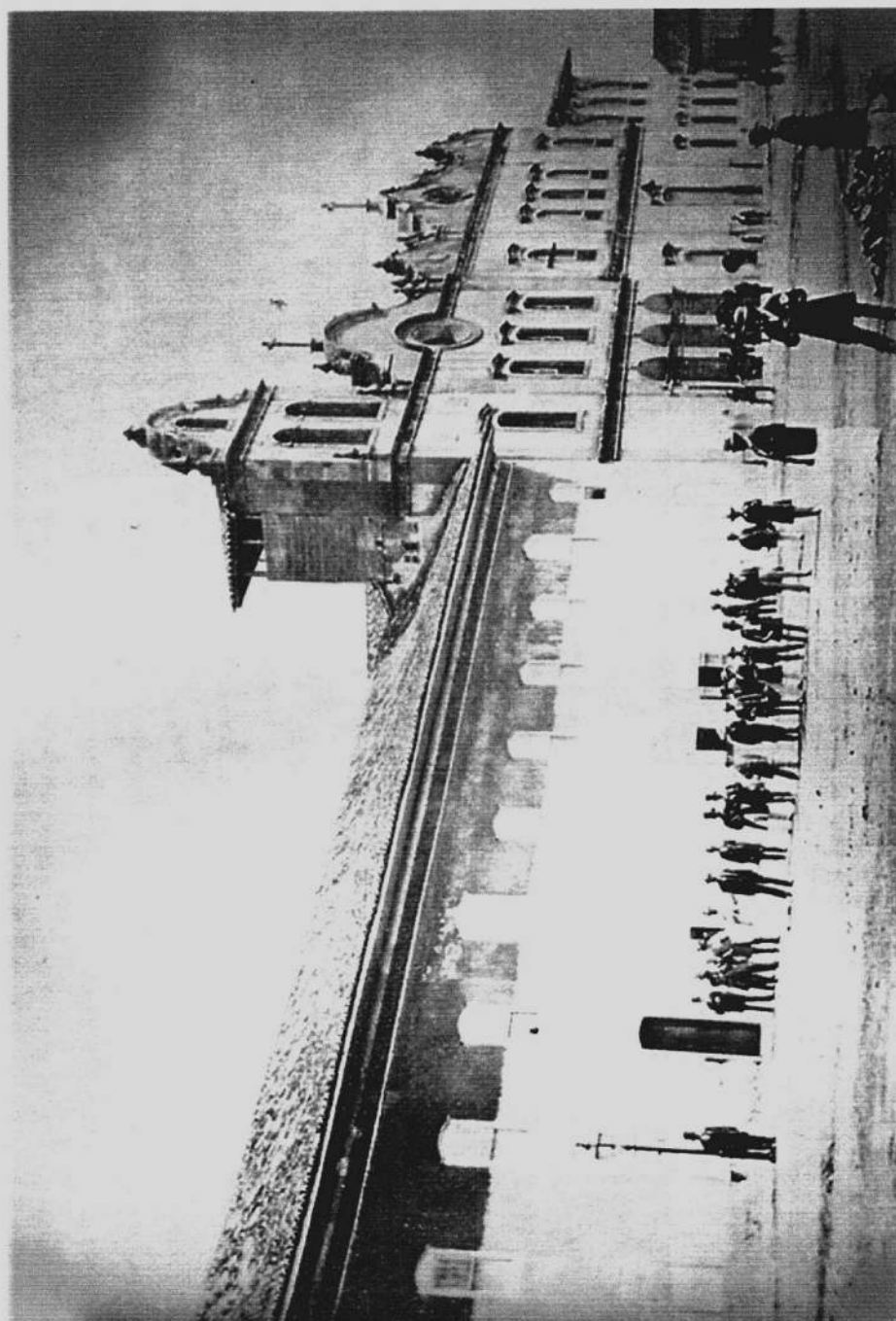
anexo 05 - f.

242



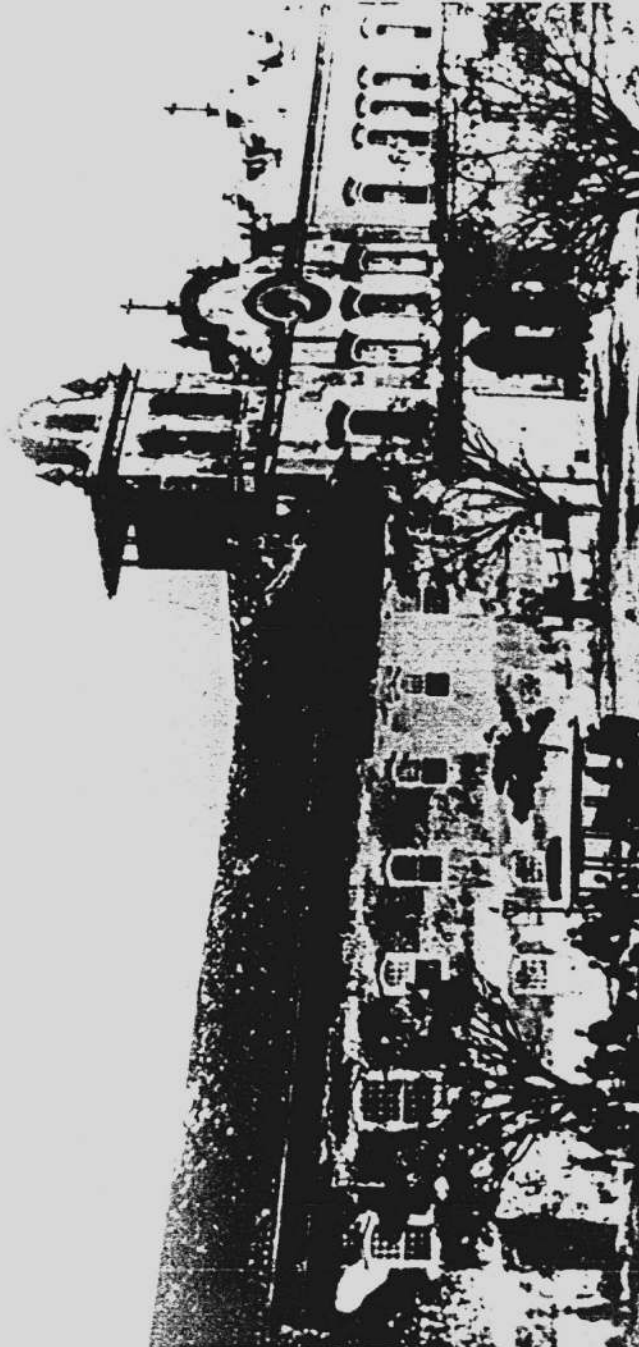
anexo 05 - g.

812



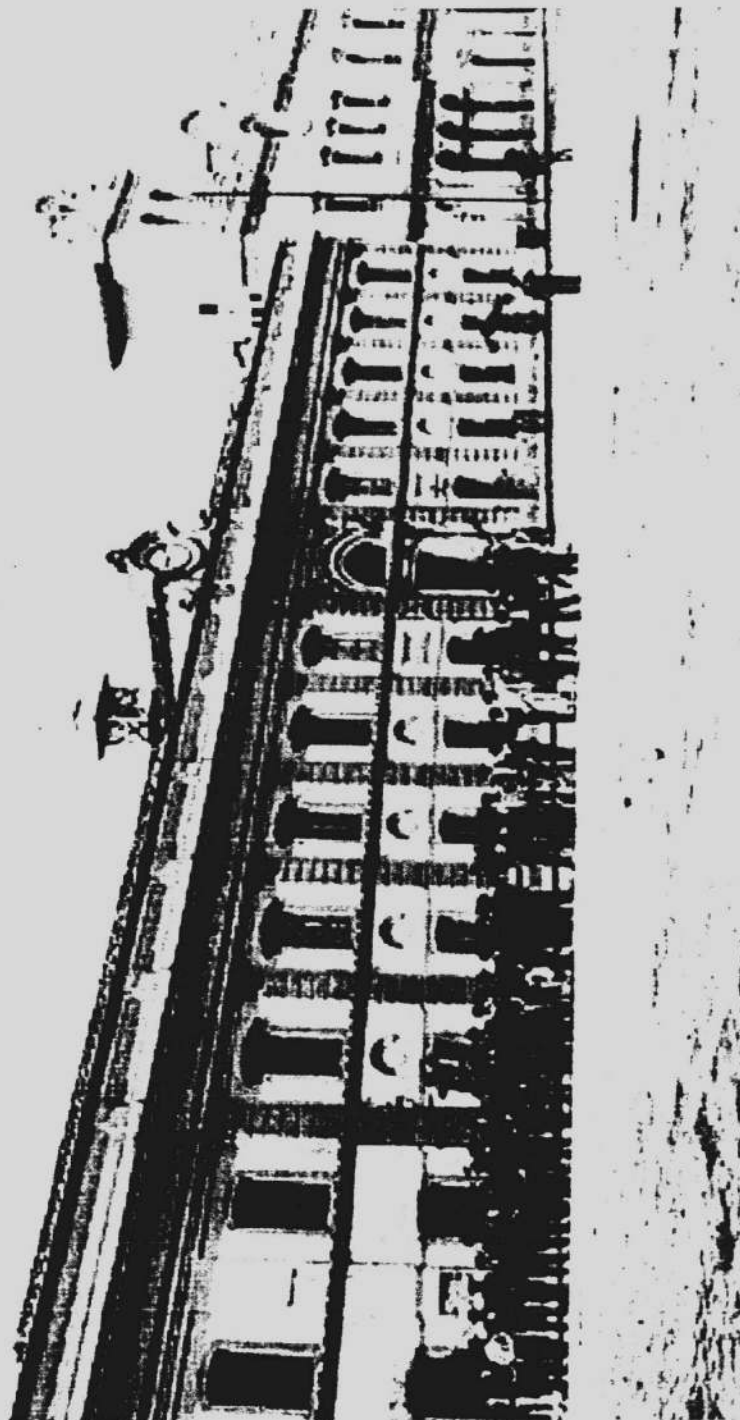
anexo 05 - h.

ZFR



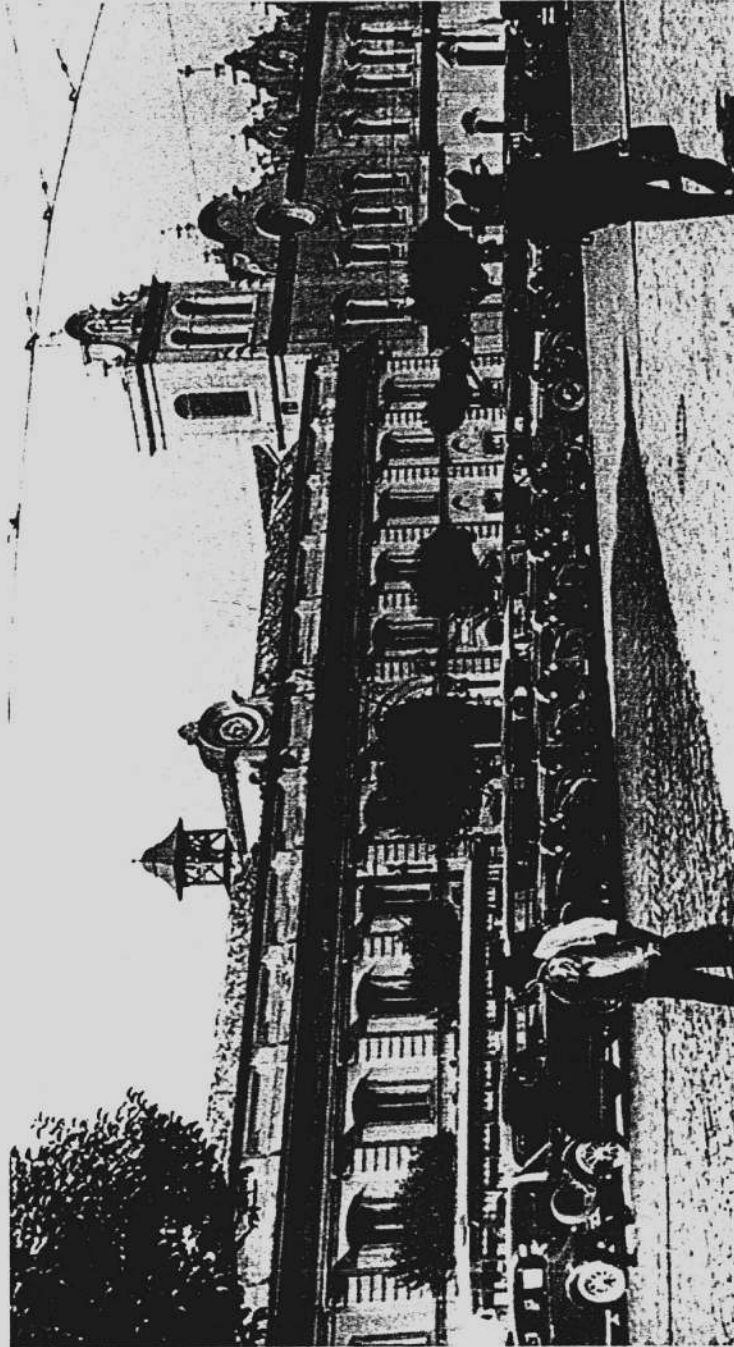
anexo 05 - i.

200



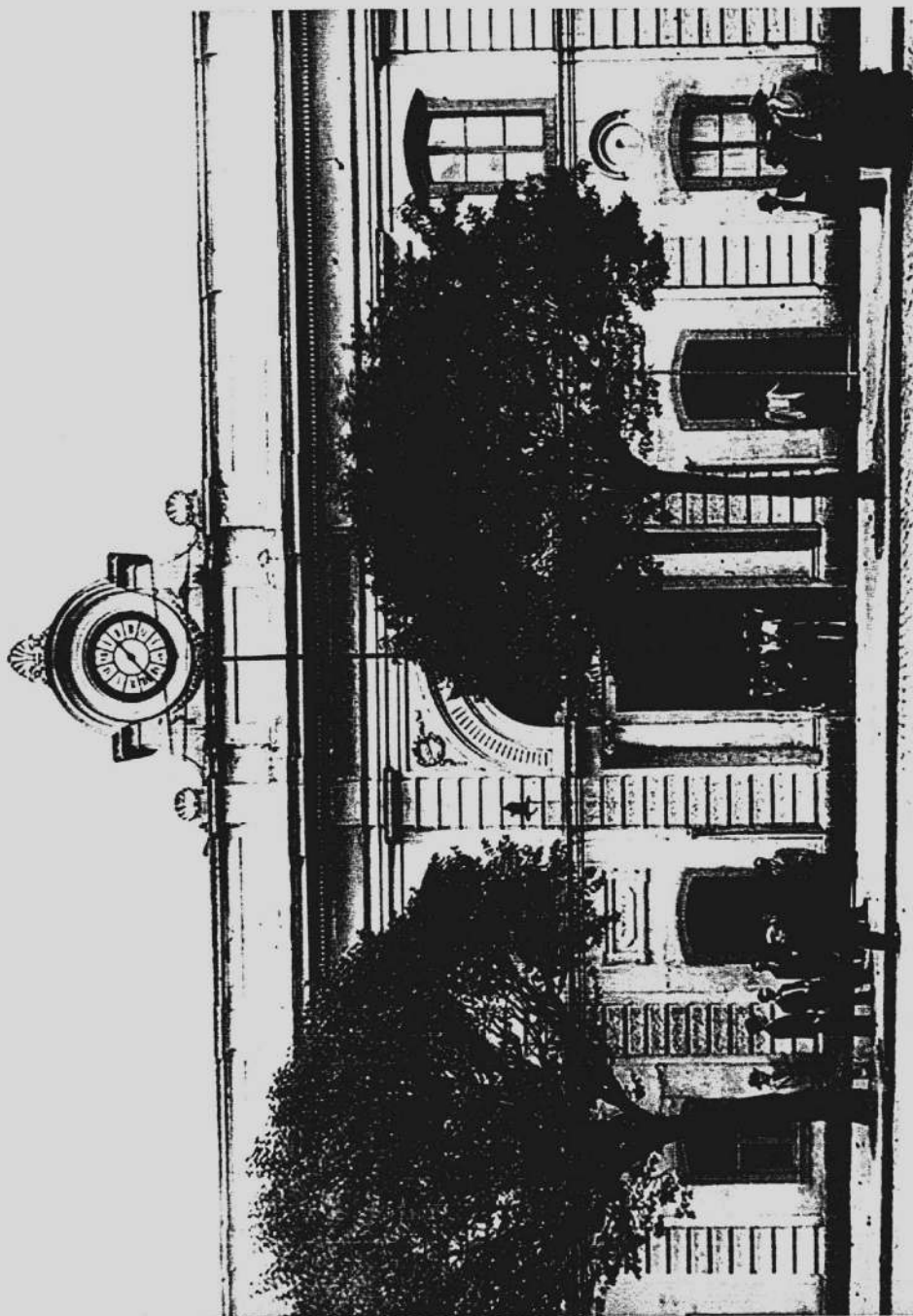
anexo 05 - j.

182



anexo 05 - k.

282



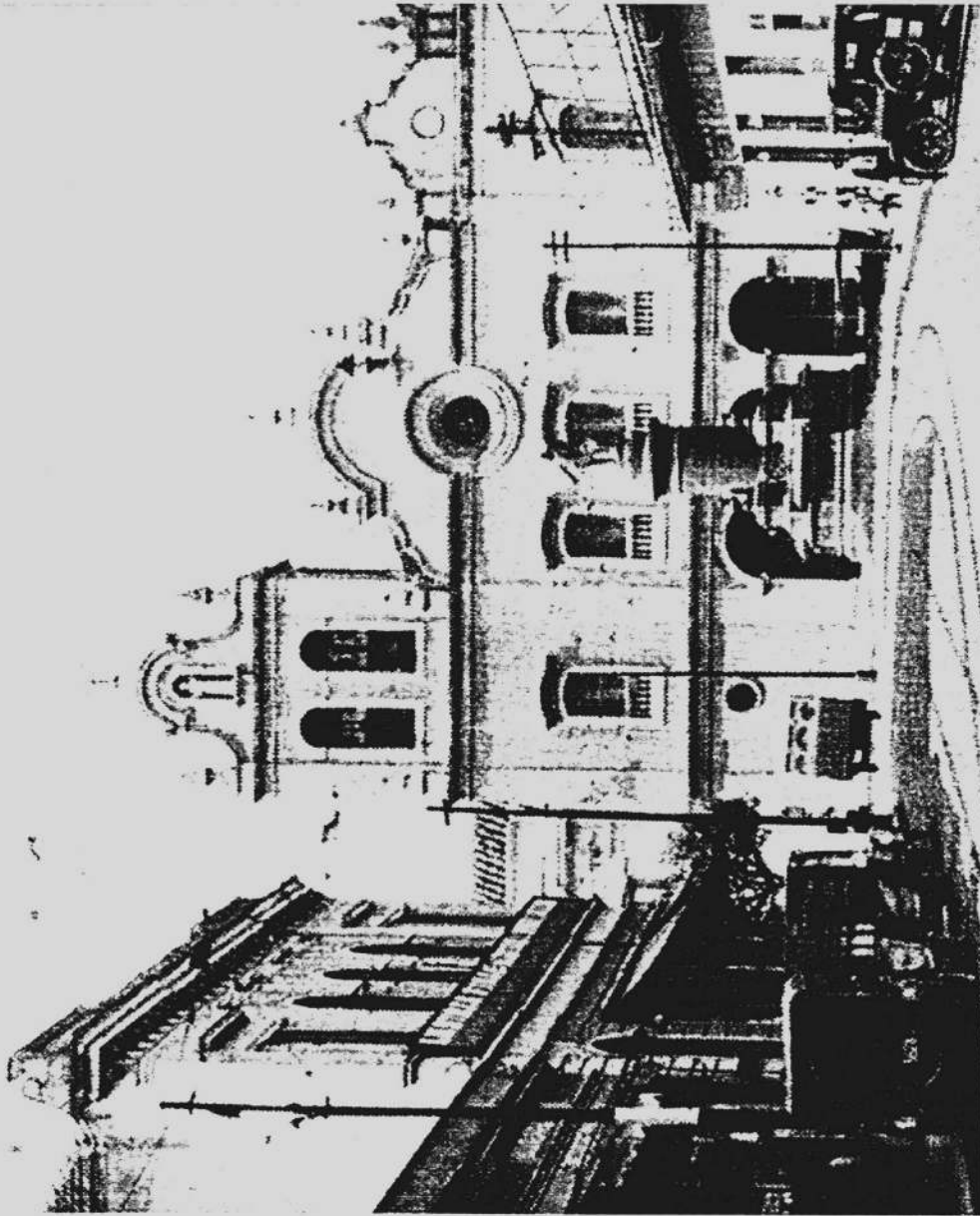
anexo 05 - 1.

203 ↙



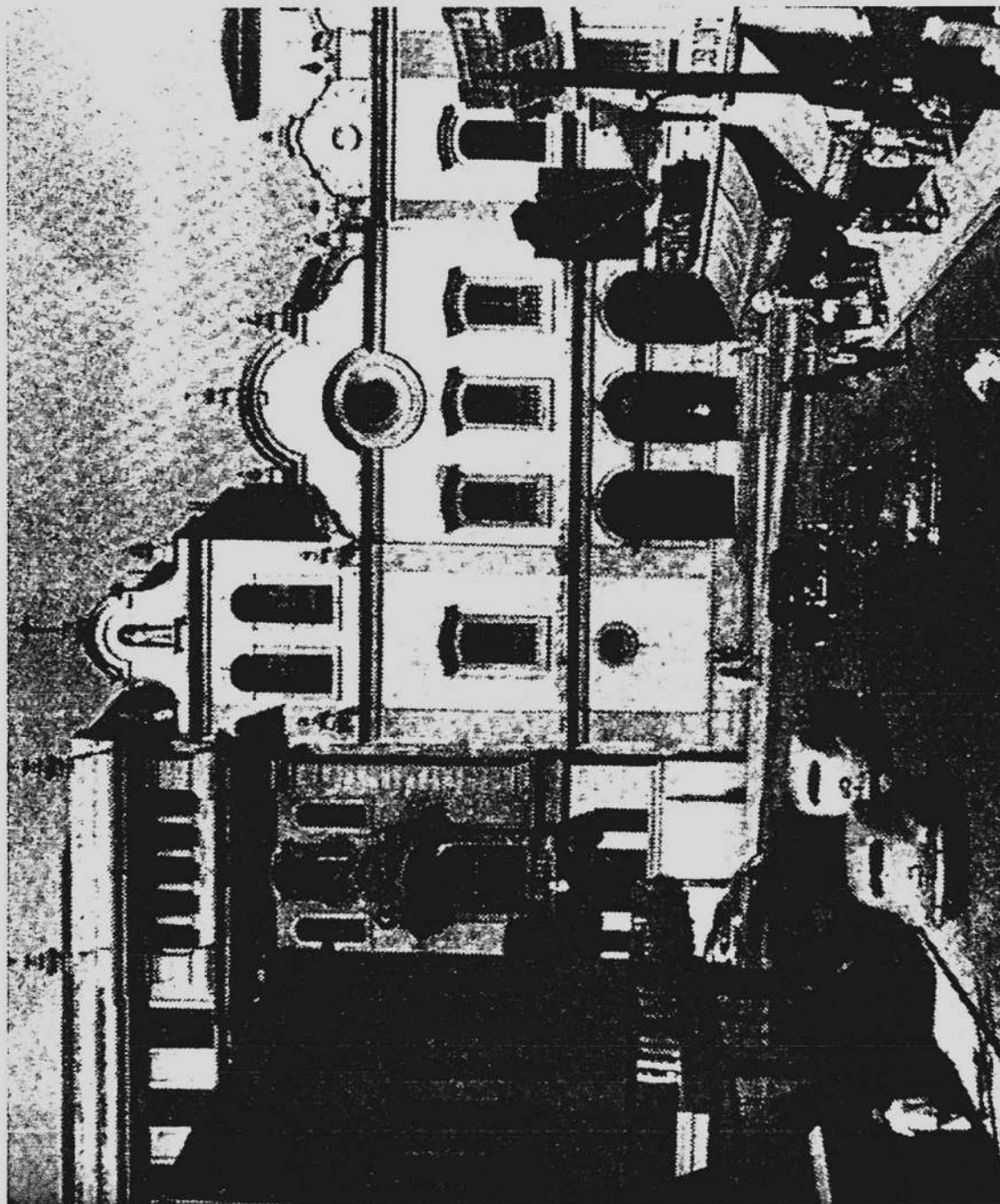
anexo 05 - m.

284



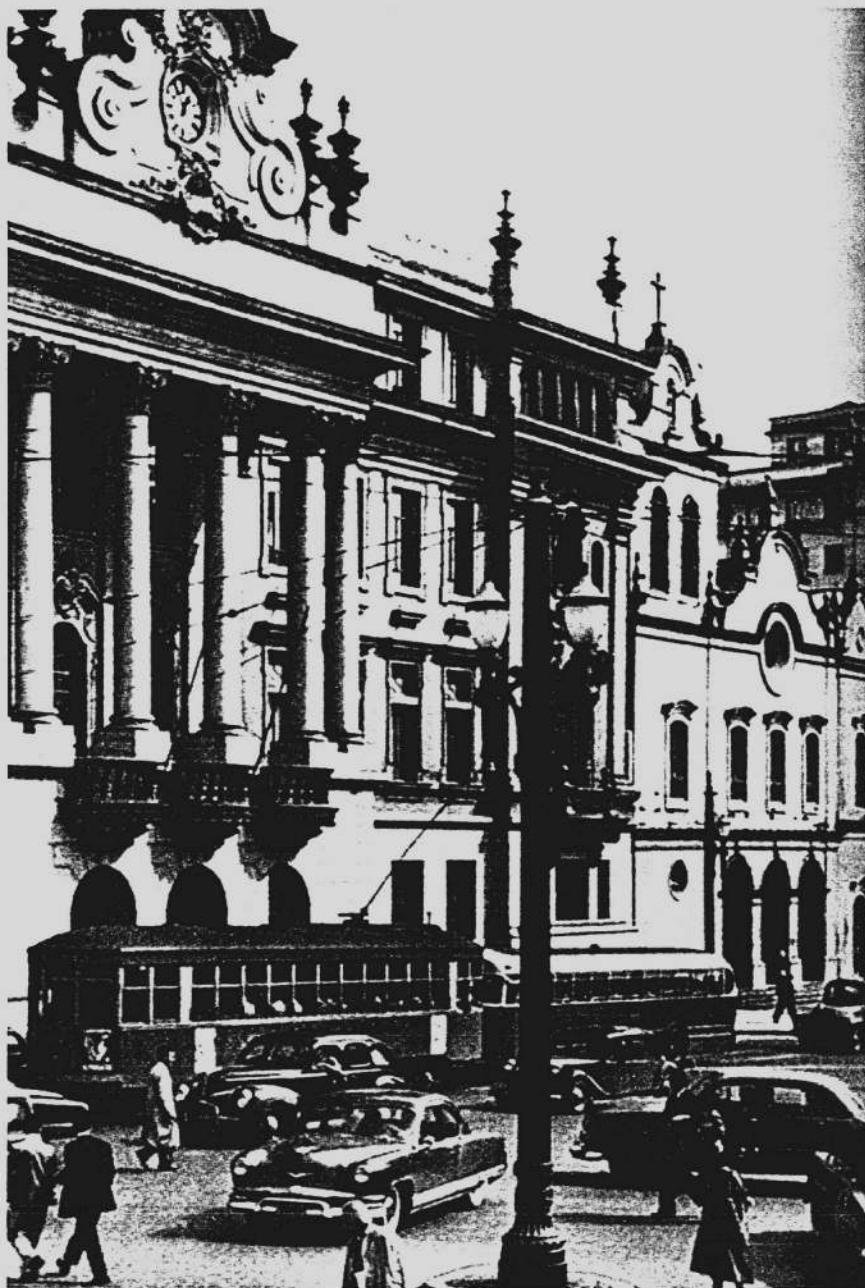
anexo 05 - n.

285



anexo 05 - o.

286 ↘



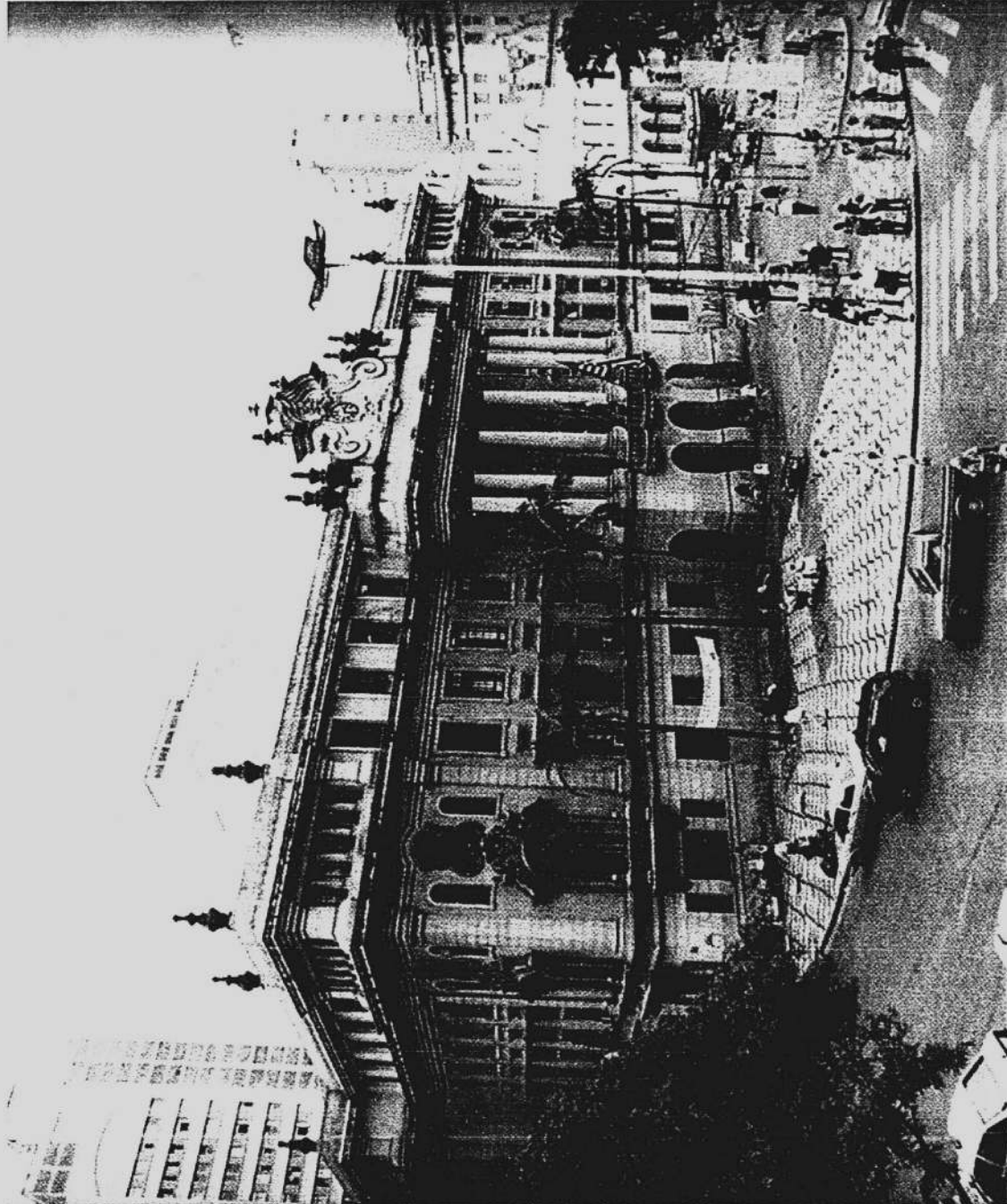
anexo 05 - p.

287



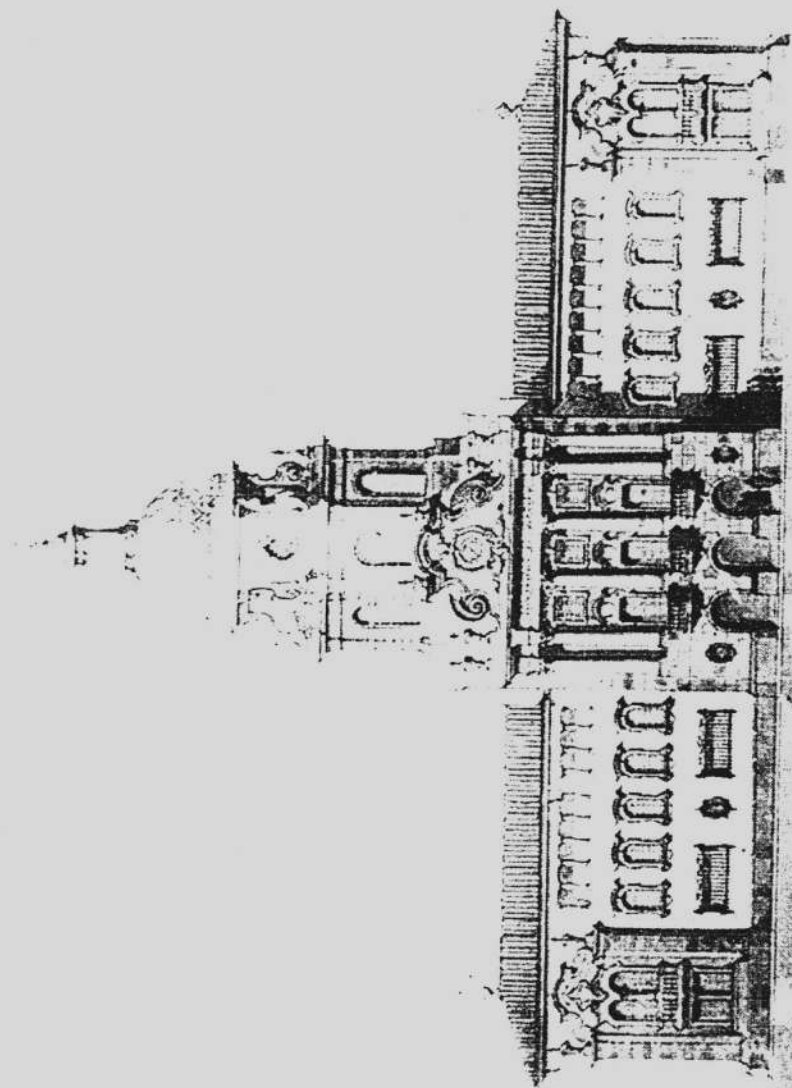
anexo 05 - q.

200



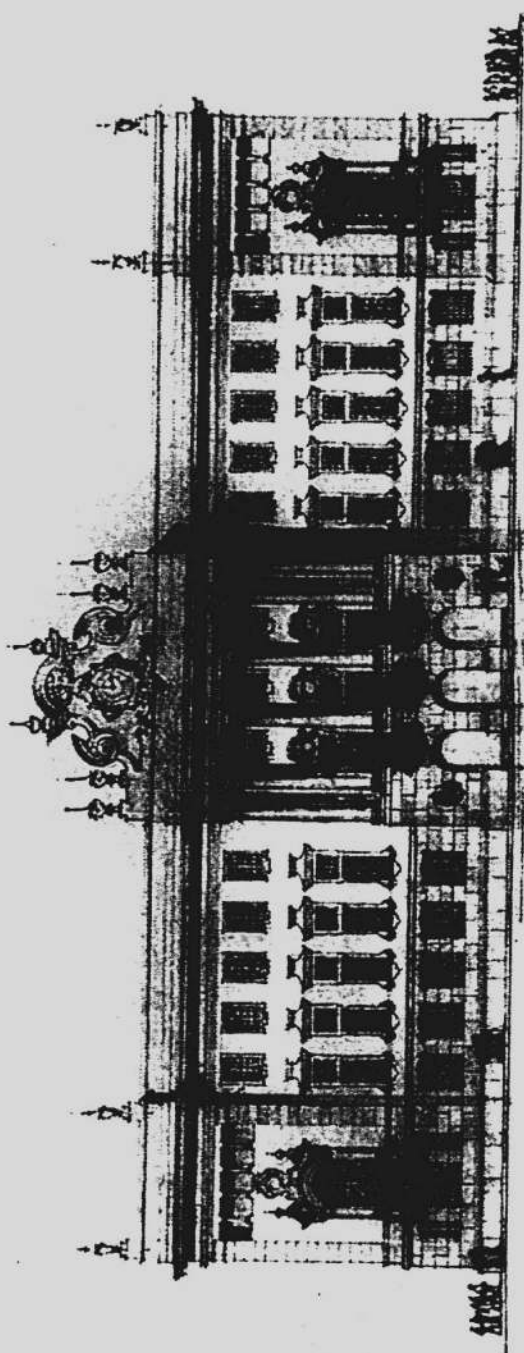
anexo 05 - r.

2869



ANTEPESQUETO PARA A FACULDADE DE DIREITO - SÃO PAULO

200



ANTEPROJETO PARA A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO

anexo 05 - t.

Anexo 05.1

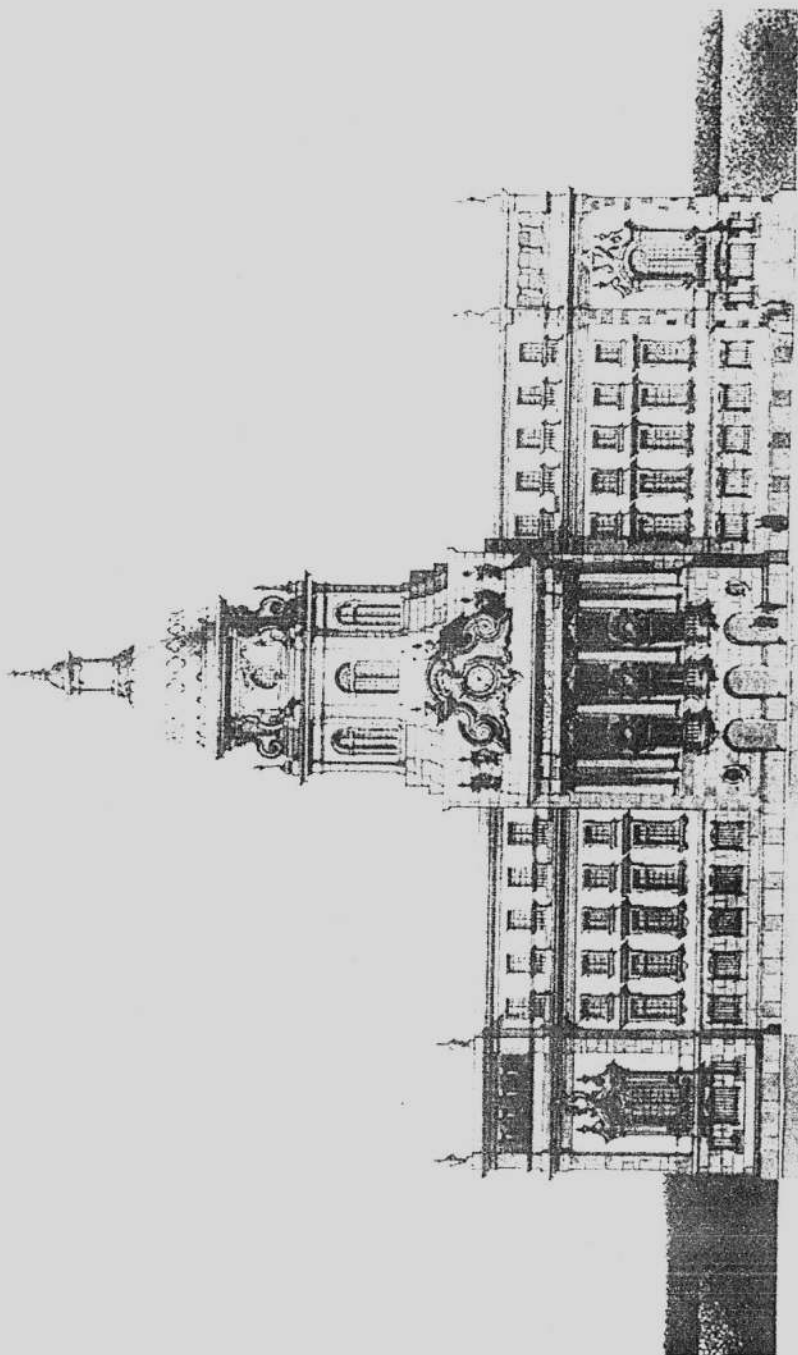
O edifício da Academia de Direito do Lgo. de São Francisco: breve histórico

O projeto e a obra do novo edifício

Considerações sobre a Obra da Faculdade de Direito

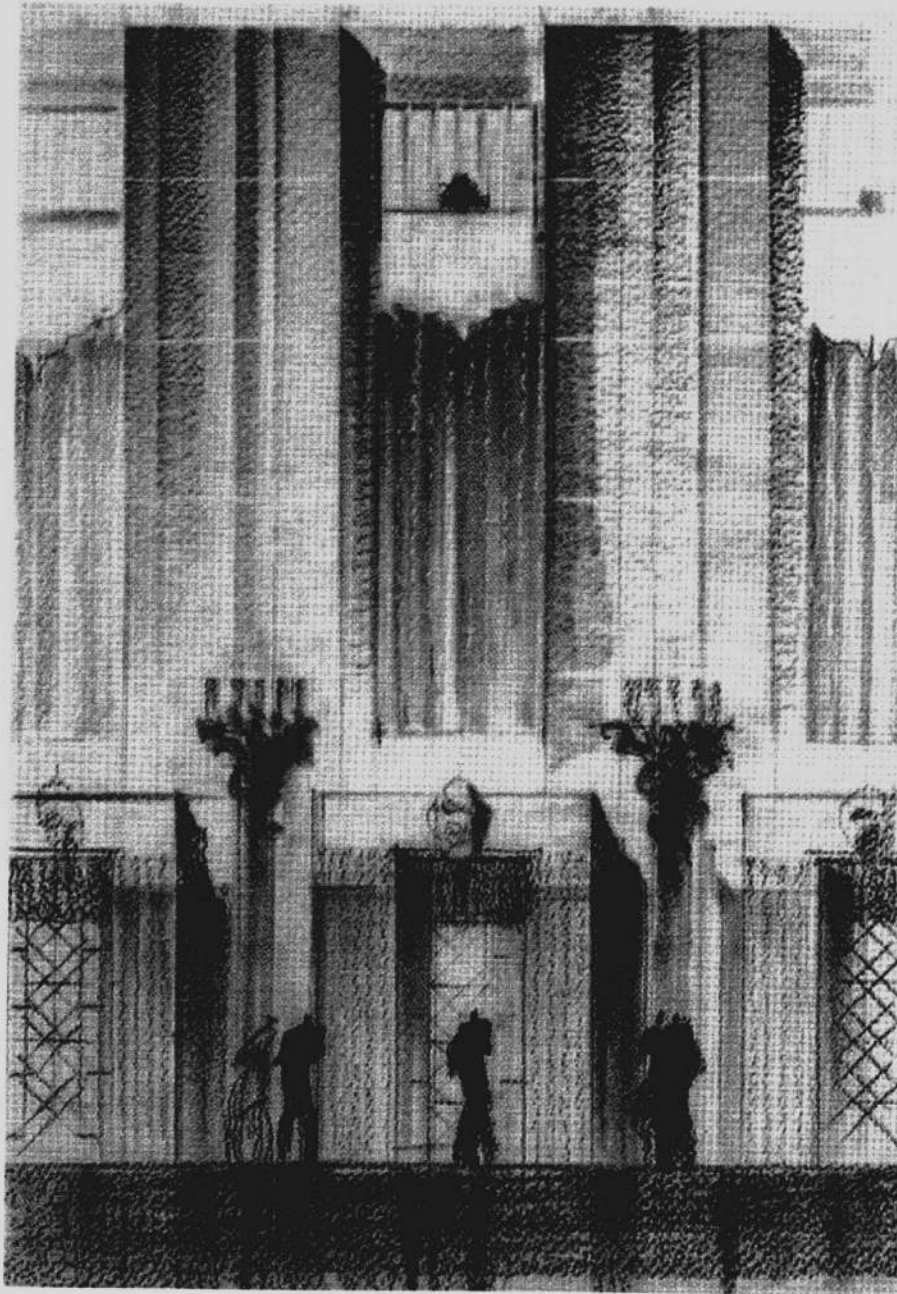
- a. Anteprojeto para a Faculdade de Direito - Severo & Villares. Fonte: Amaral, Aracy. *Arquitetura Neocolonial*.
Nota: versão quase definitiva, excetuando o torreão e algumas molduras de janelas que não foram executados.
- b. Anteprojeto para a Faculdade de Direito - Severo & Villares. Fonte: Amaral, Aracy. *Arquitetura Neocolonial*.
Nota: detalhe da provável versão de um edifício em altura, em estilo *Art-Deco* - não executado.
- c. Projeto para a Faculdade de Direito - detalhe da frontaria - Severo & Villares. Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
d. Projeto para a Faculdade de Direito - detalhe do pórtico de entrada - Severo & Villares.
Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
- e. Projeto para a Faculdade de Direito - detalhe da frontaria - Severo & Villares. Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
f. Projeto para a Faculdade de Direito - estudo de detalhe para a frontaria - Severo & Villares.
Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
- g. Projeto para a Faculdade de Direito - detalhe da frontaria do pátio para a R. Riachuelo - Severo & Villares.
Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
- h. Projeto para a Faculdade de Direito - detalhe do torreão não executado - Severo & Villares.
Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
- i. Projeto para a Faculdade de Direito - Fachada para a R. Cristovan Colombo - Severo & Villares.
Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
- j. Projeto para a Faculdade de Direito - estudo para interior - Severo & Villares. Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
- k. Projeto para a Faculdade de Direito - detalhe do frontão com o antigo relógio - Severo & Villares.
Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
- l. Edifício da Faculdade de Direito - detalhe do frontão com o antigo relógio - Severo & Villares.
Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
- m. Aspecto da construção em agosto de 1933 - Foto: Acervo Severo & Villares. Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
Nota: A parte da frente da antiga Academia ainda não havia sido demolida
- n. Aspecto da construção em jan/1934 - Foto: Acervo Severo & Villares. Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
Nota: A parte da frente da antiga Academia ainda não havia sido demolida.
Ao fundo: Edifício Saldanha Marinho e Teatro Municipal
- o. Aspecto da construção em 1935. Rotogravura do Jornal *O Estado de São Paulo*. Arquivo do Condephaat.
Nota: O antigo edifício encontra-se demolido, exceto, ao centro do canteiro de obras, parte das primitivas arcadas.
- p. Aspecto da construção em nov/1937 - Foto: Acervo Severo & Villares. Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
Nota: Parte dos blocos posteriores encontram-se prontos;
os corpos frontais foram demolido e o restante do conjunto encontra-se em construção.
- q. Aspecto da construção em nov/1937 - Foto: Acervo Severo & Villares. Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
Nota: dois blocos posteriores (com frente para a R. Riachuelo) encontram-se construídos.
- r. Pátio das Arcadas da antiga Academia - Aquarela de Wash Rodrigues - Fonte DPH..
- s. Velhas Arcadas - óleo s/ madeira de Van Emelen (c. 1920). Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
- t. As atuais arcadas. Foto: Rômulo Fialdini (1998). Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
- u. Saguão principal: detalhe dos vitrais (execução: Casa Conrado). Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
v. Ibidem. Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
x. Ibidem. Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
y. Ibidem. Fonte: Martins, Ana Luiza. *Arcadas*.
- z. Palácio da Justiça de São Paulo - E. T. Ramos de Azevedo - Severo & Villares.
In: Lemos, Carlos. *Ramos de Azevedo e seu escritório*.
- Nota: Obra contemporânea à Faculdade de Direito serve, aqui, como exemplo, dentre tantos outros, de que no escritório não havia nenhuma ortodoxia quanto ao estilo da vestimenta a ser empregada em seus projetos.

29/11



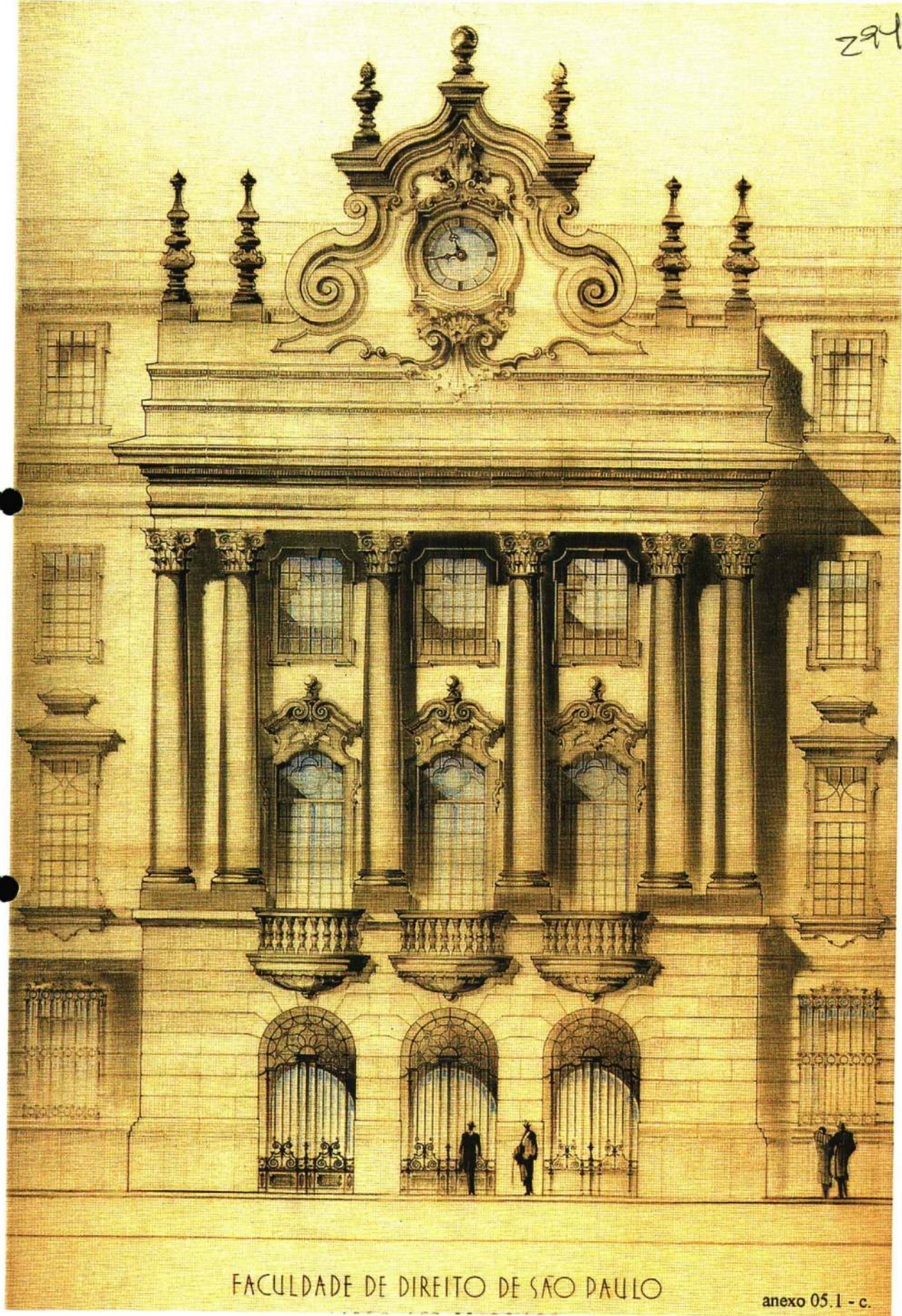
anexo 05.1 - a.

203 ↙



anexo 05.1 - b.

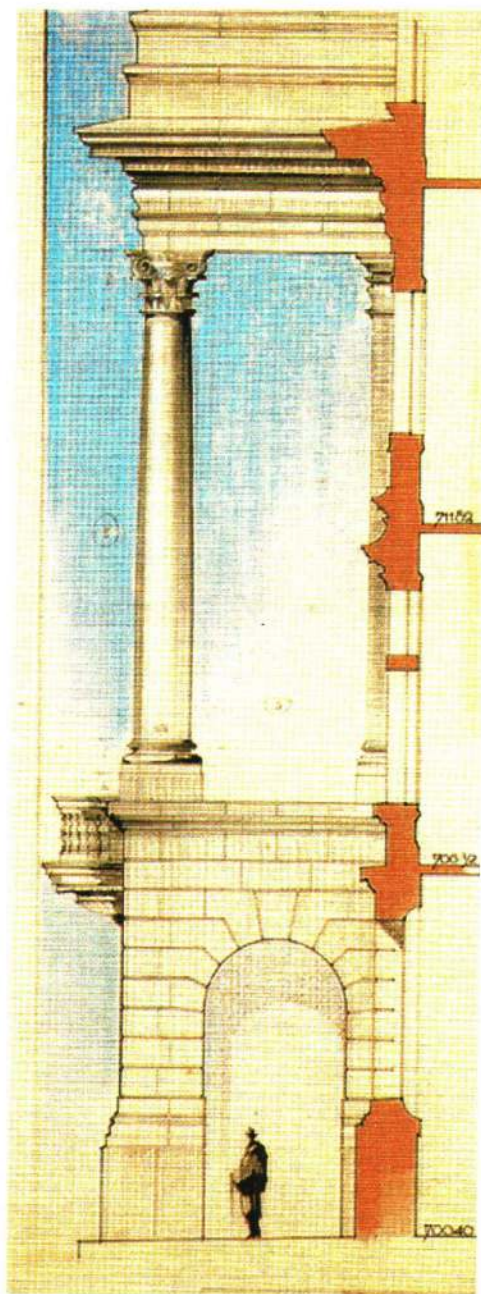
291



FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO

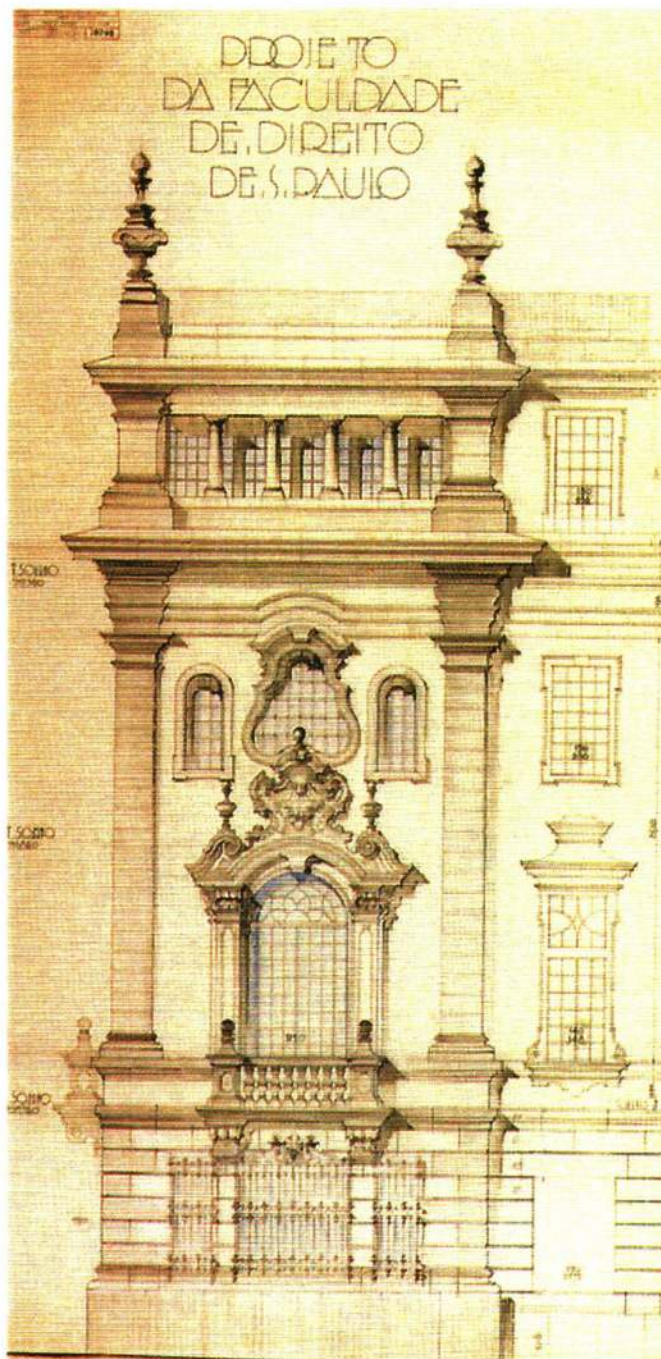
anexo 05.1 - c.

29



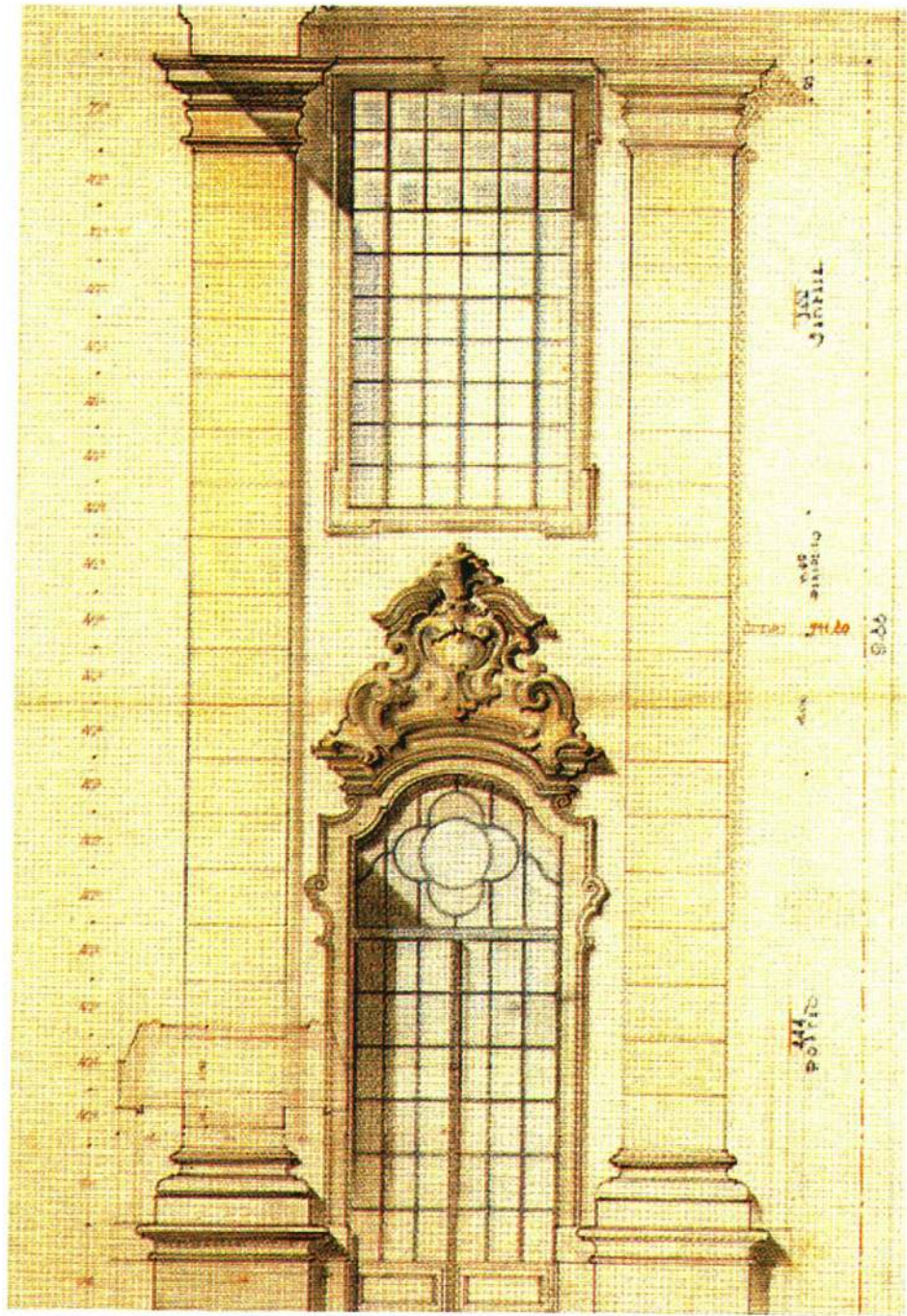
anexo 05.1 - d.

296



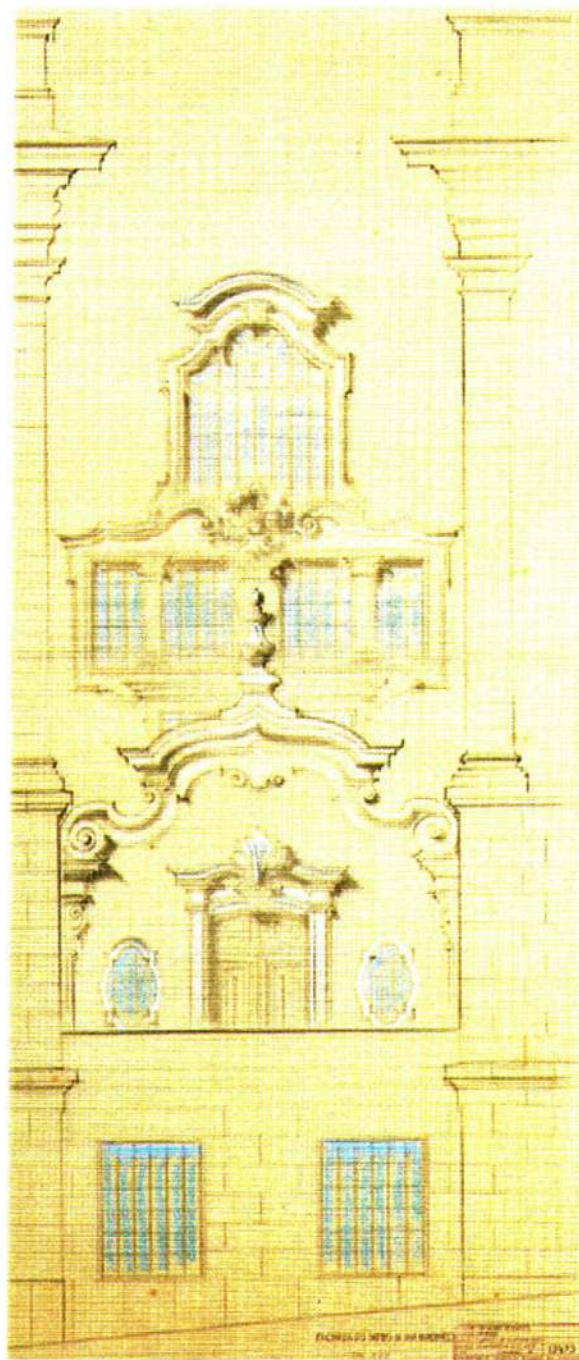
anexo 05.1 - e.

291



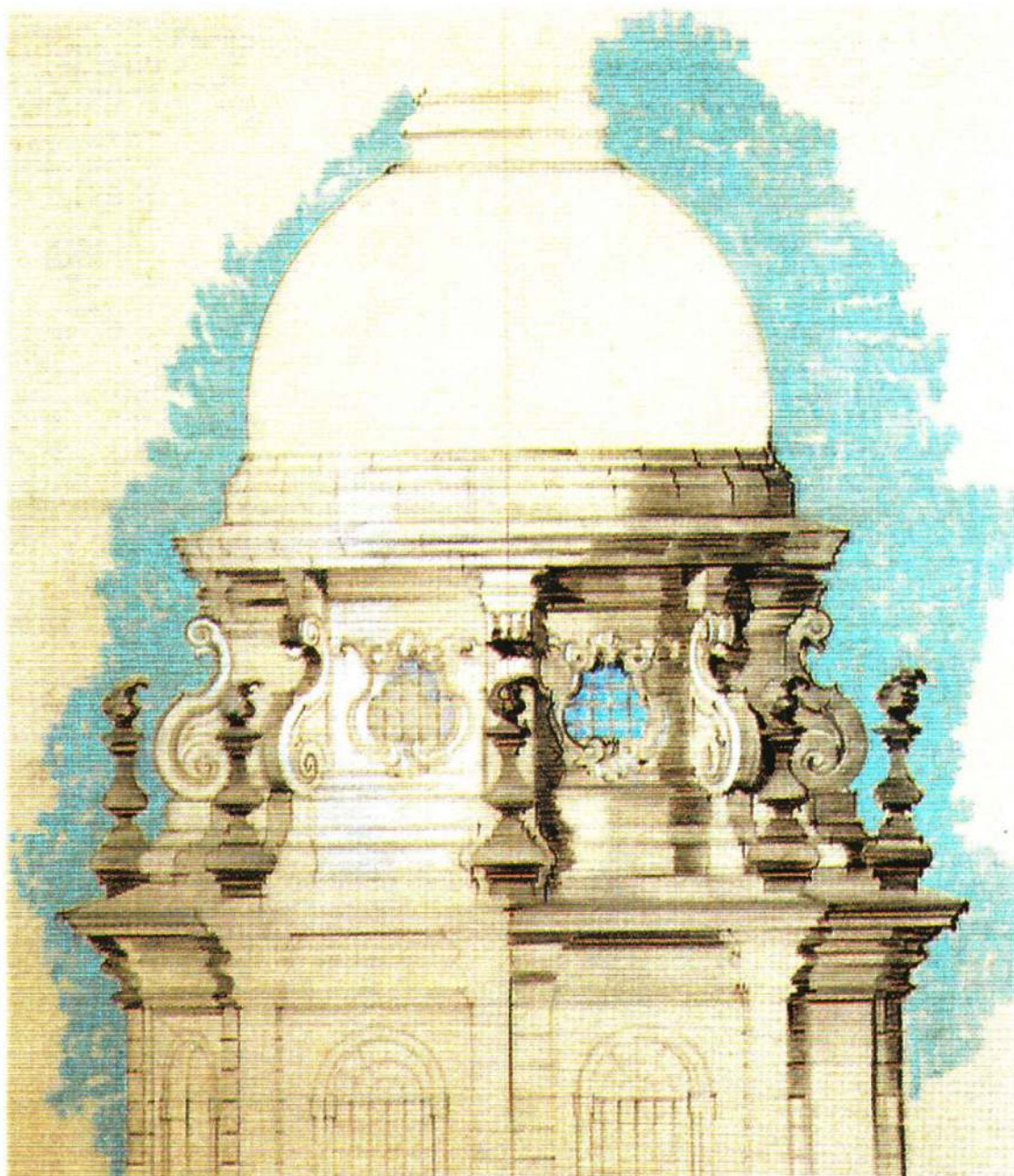
anexo 05.1 - f.

298

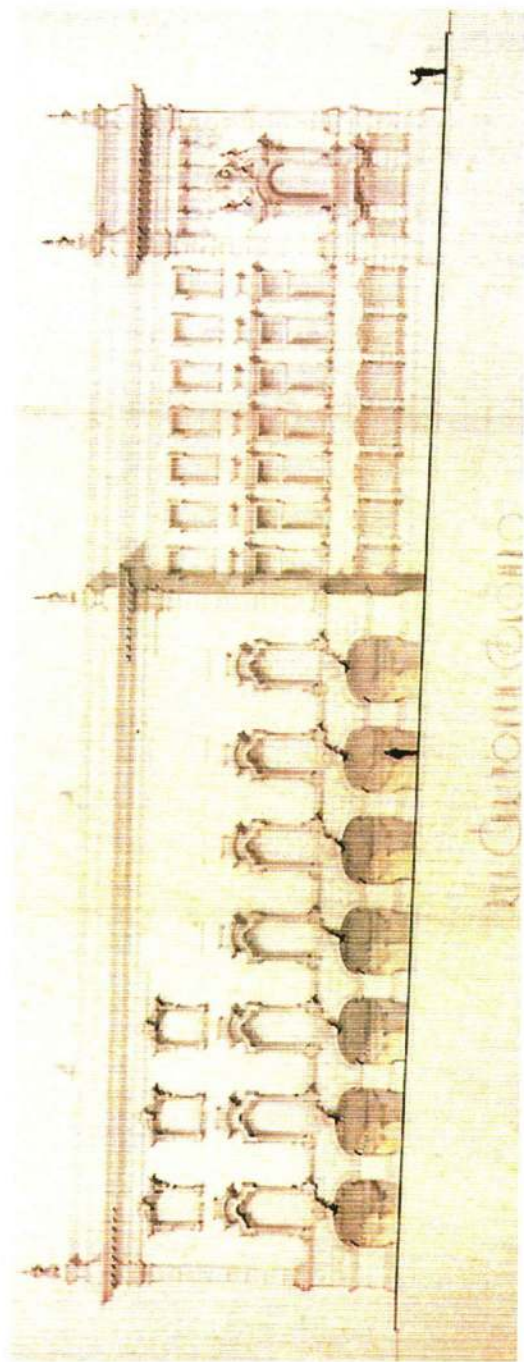


anexo 05.1 - g.

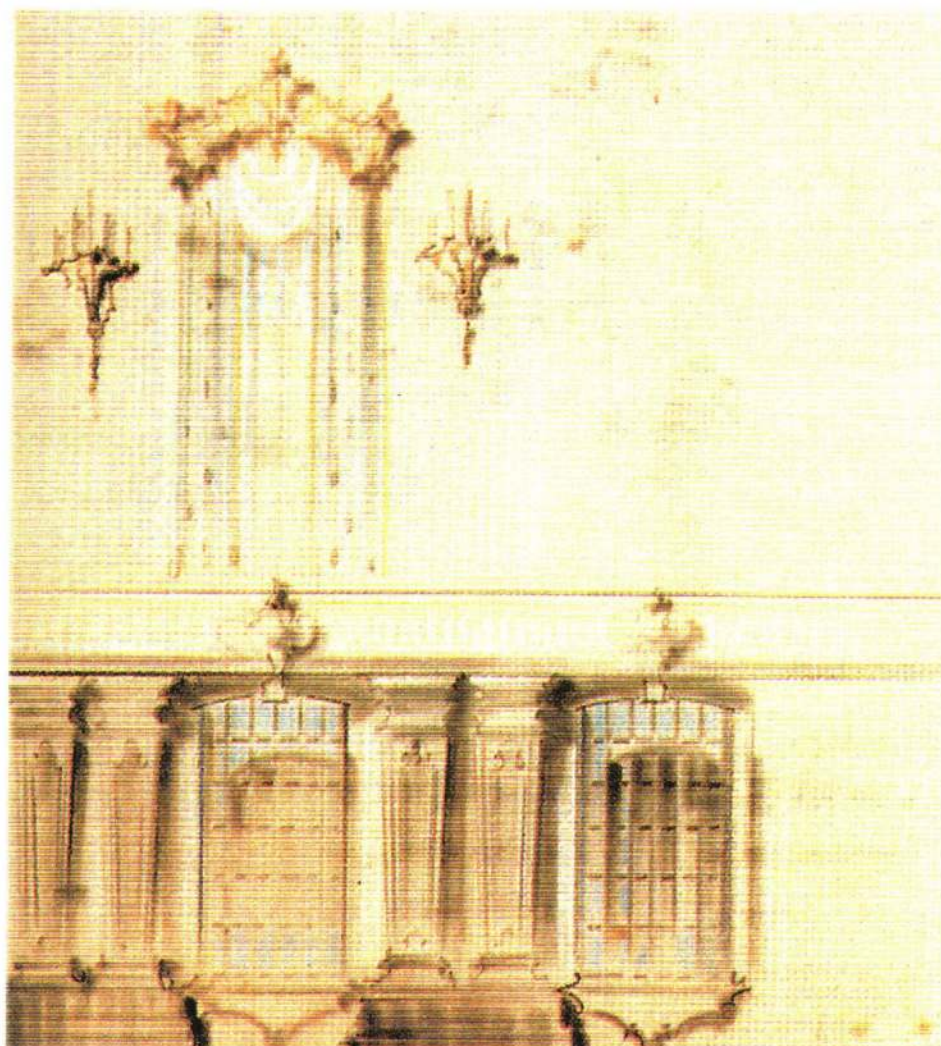
299



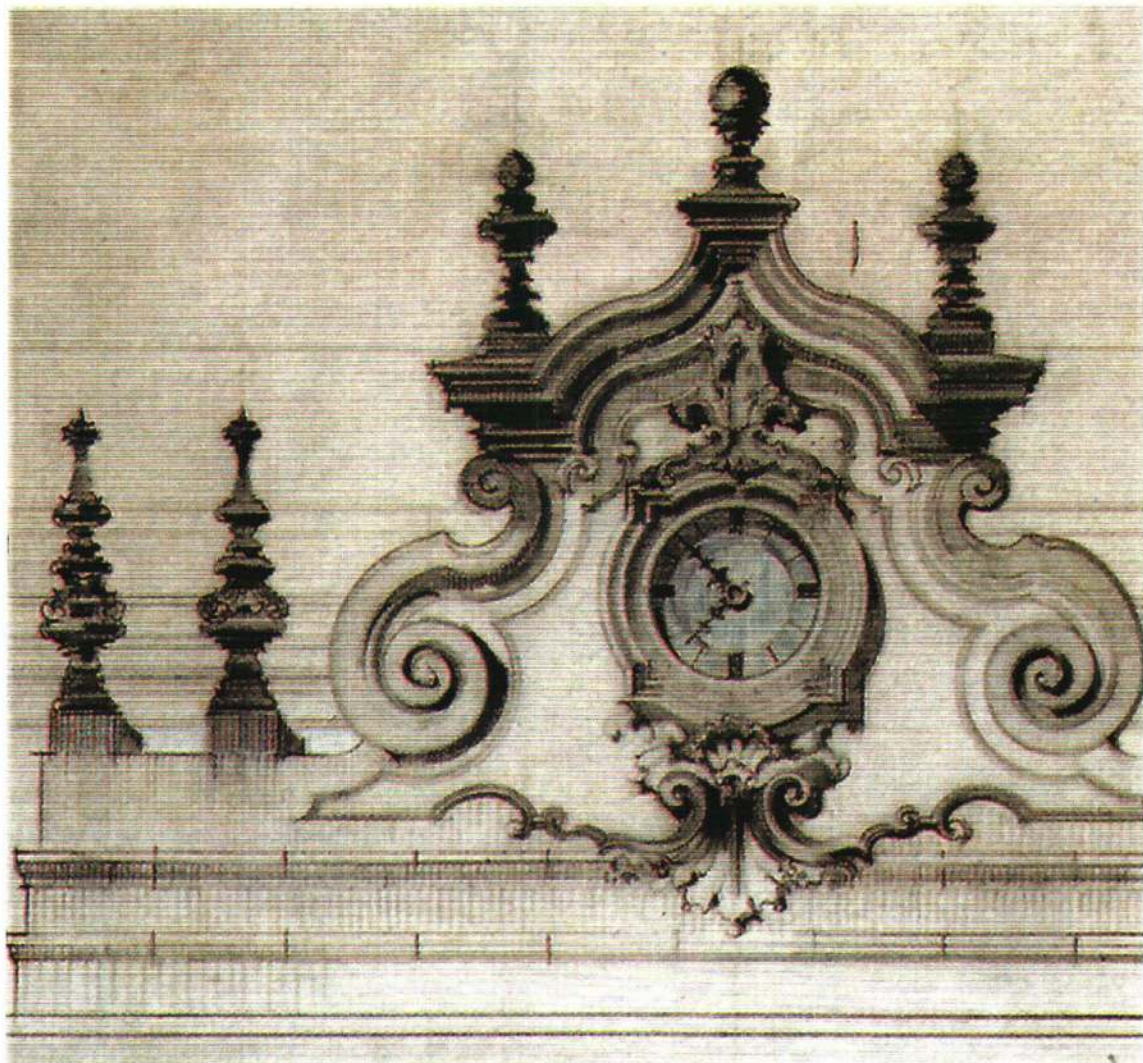
anexo 05.1 - h.



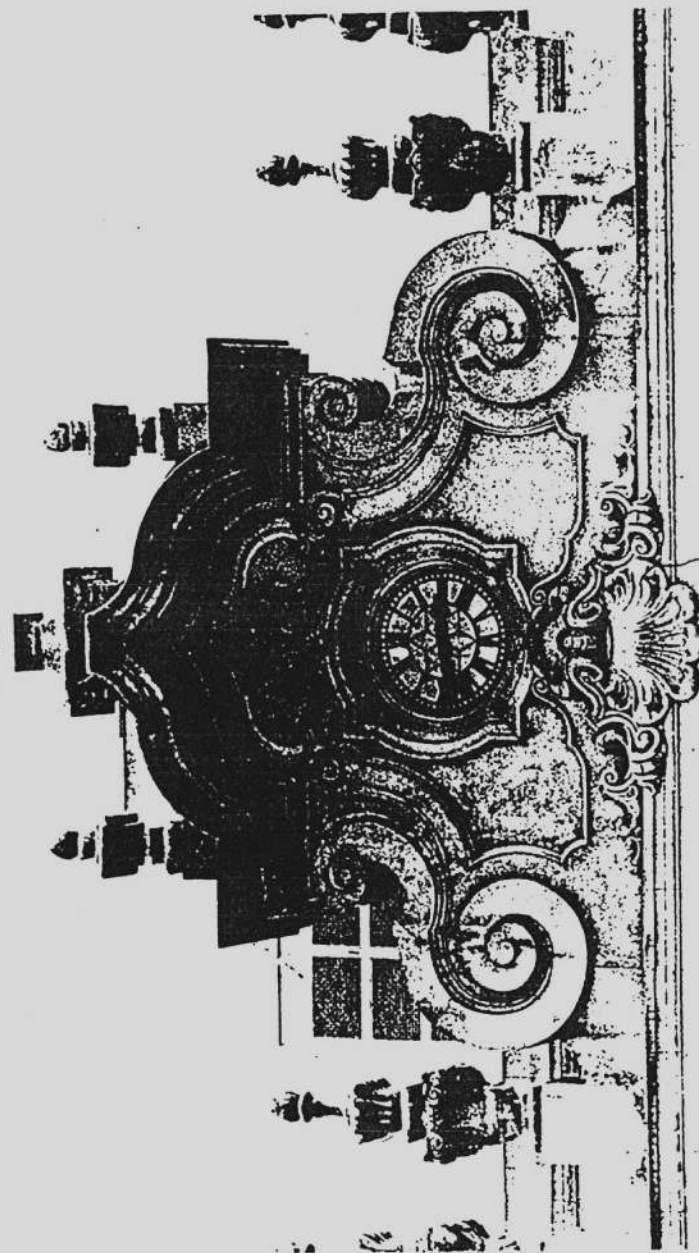
anexo 05.1 - i.



302

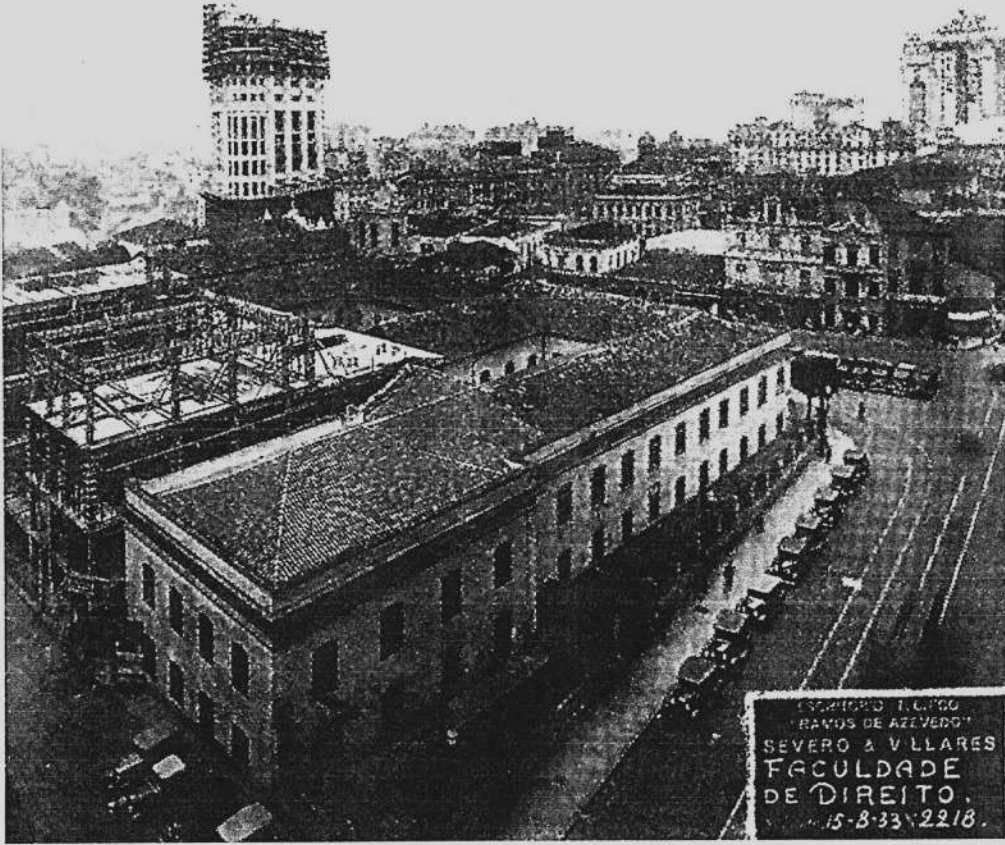


anexo 05.1 - k.



anexo 05.1 - 1.

304

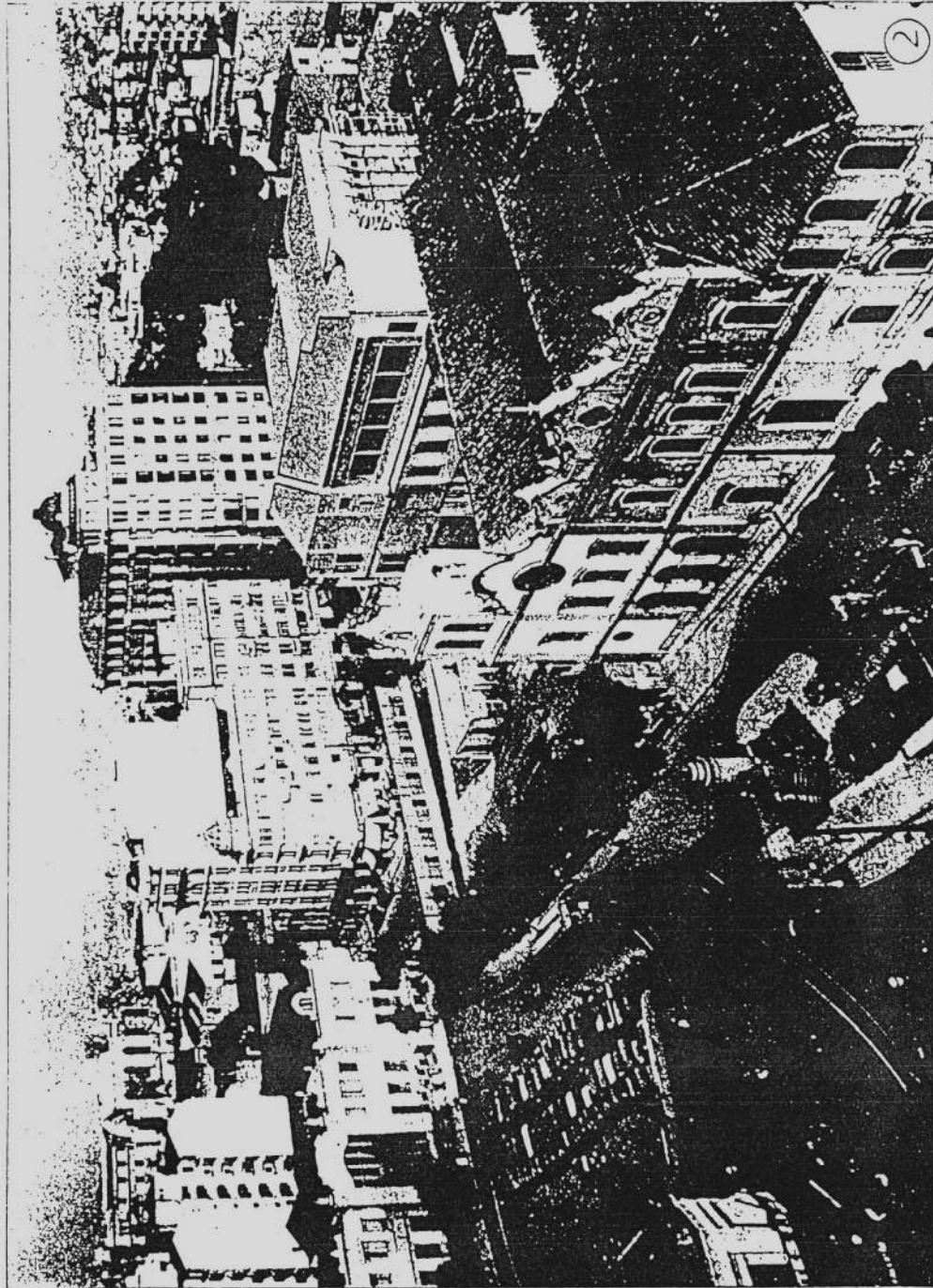


anexo 05.1 - m.

305



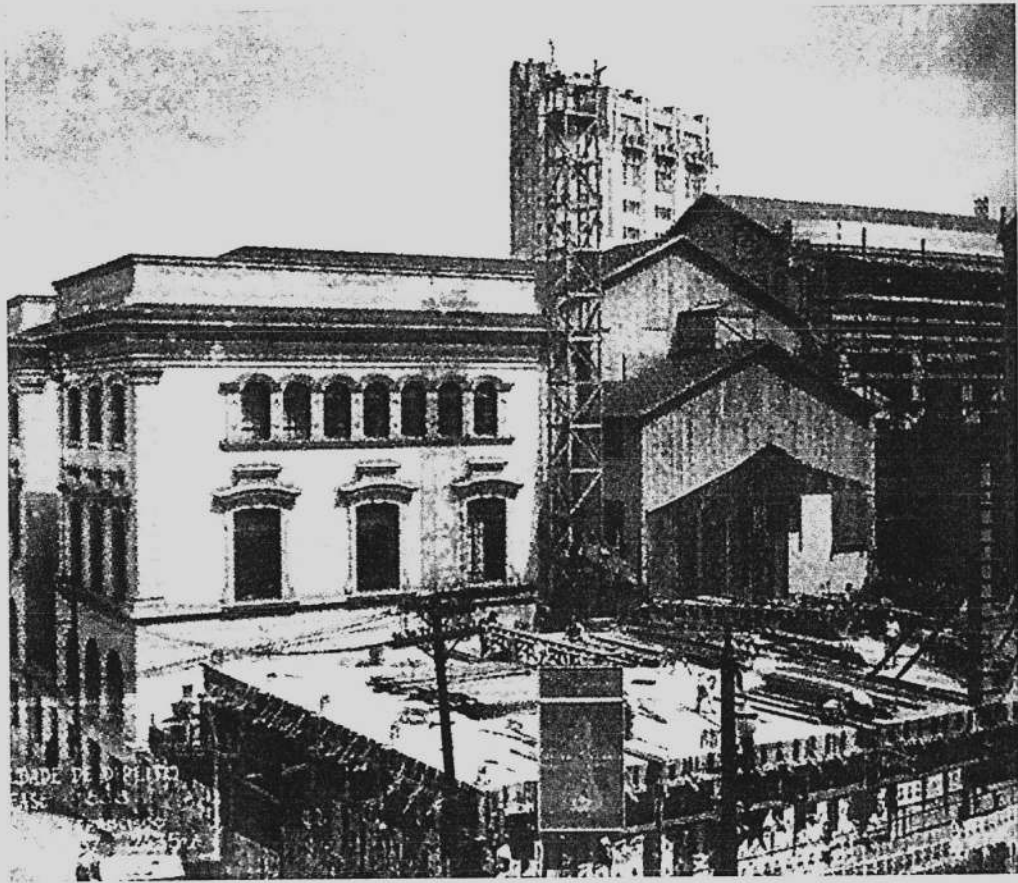
anexo 05.1 - n.



pela vista da parte posterior que já se acha bem alcançada.

& Villares

30x



anexo 05.1 - p.



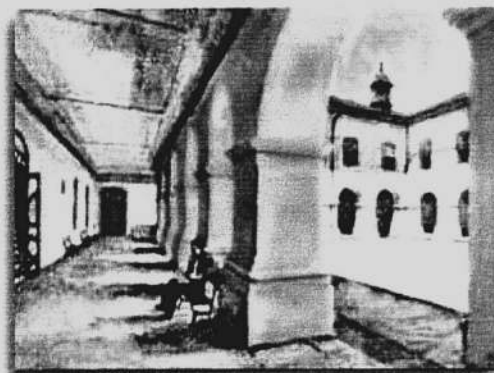
anexo 05.1 - q.

309



Aquarelas de J. Washt Rodrigues

4. Pátio da antiga Faculdade de Direito - Séc. XVIII



Arquivo Histórico Municipal/DPH

Acervo de Bens
Móveis

Acervo Documental
da Cidade de São
Paulo

Aquarelas de
J. Washt Rodrigues

Arquivo de Negativos

Coleção de
Câmeras Antigas

Mapas da Cidade
de São Paulo

Projetos
Arquitetônicos

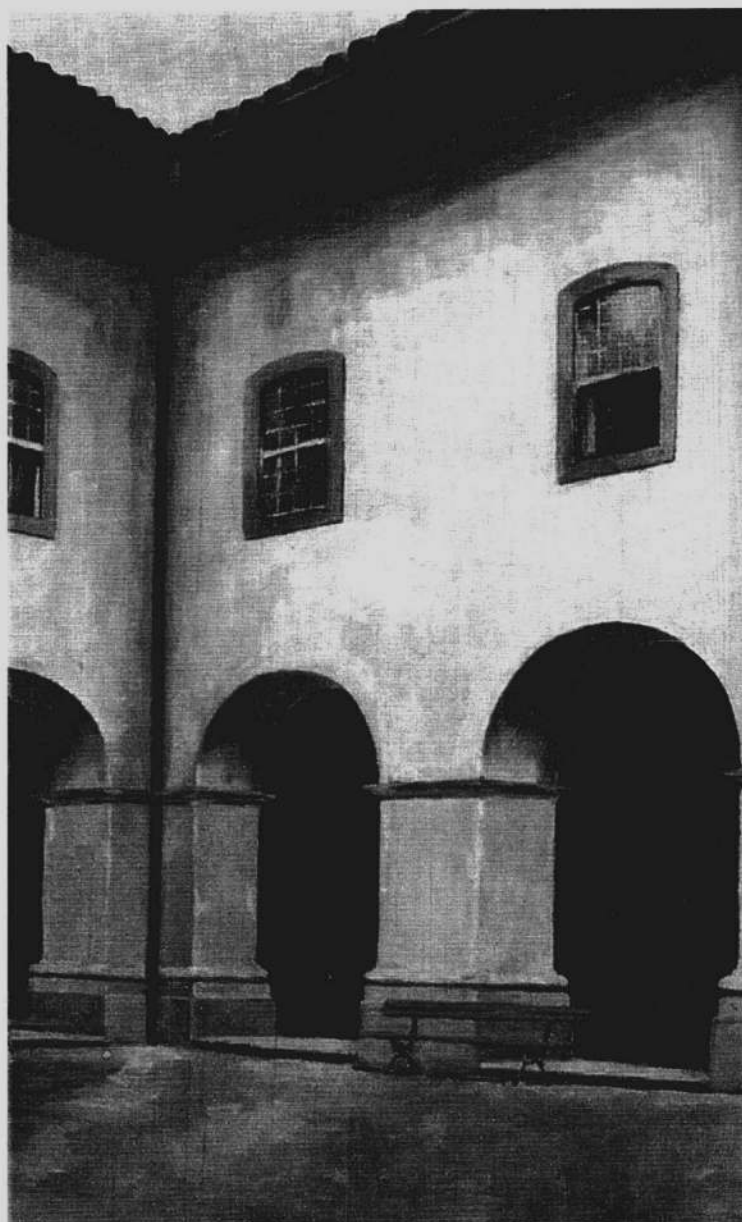
@
e-mail

PREFEITURA
.sp

Toda a Prefeitura em um só
lugar

copyright © DPH
criação PRODAM
janeiro/1999

310

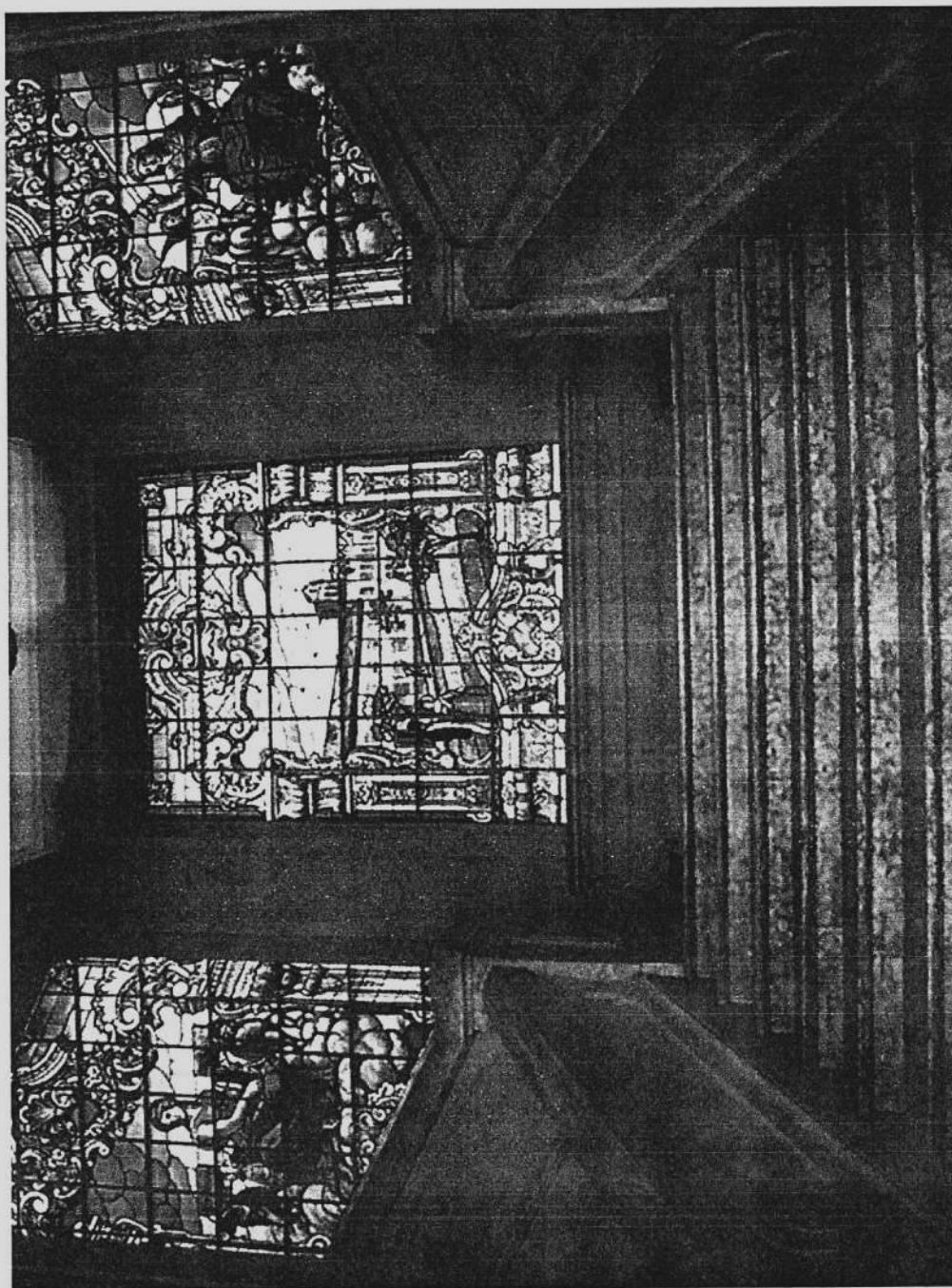


anexo 05.1 - s.

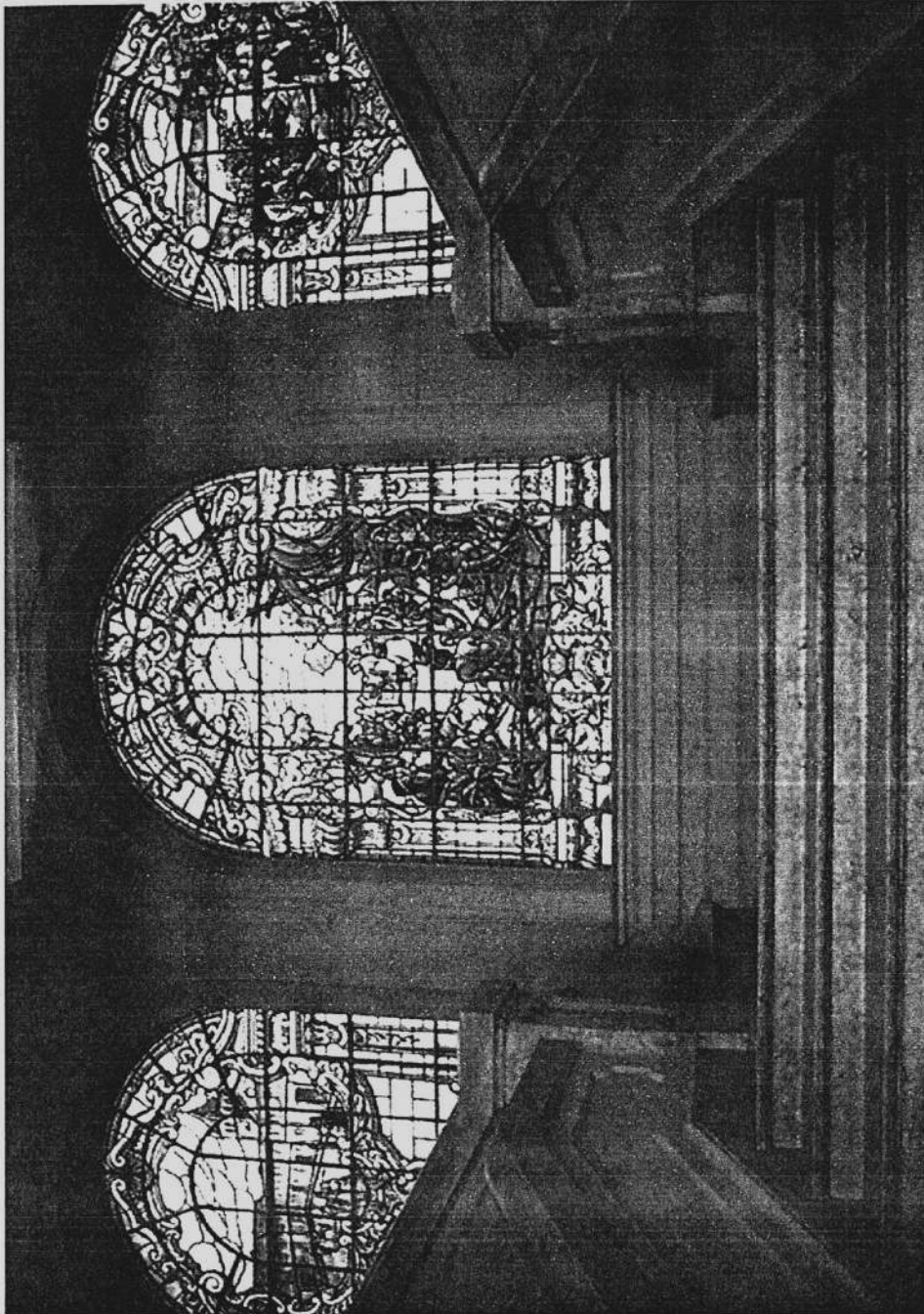


anexo 05.1 - t.

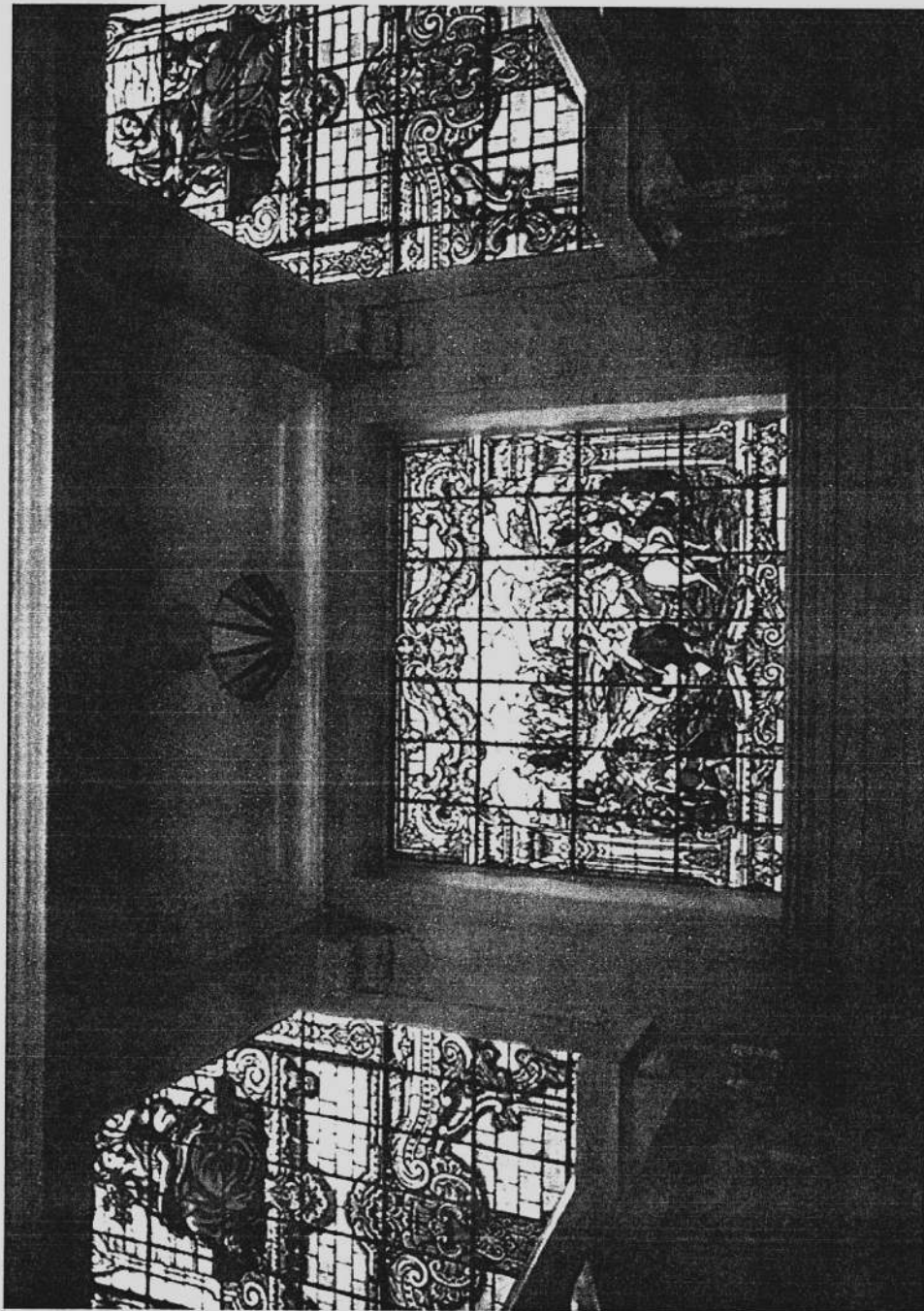
312



anexo 05.1 - u.

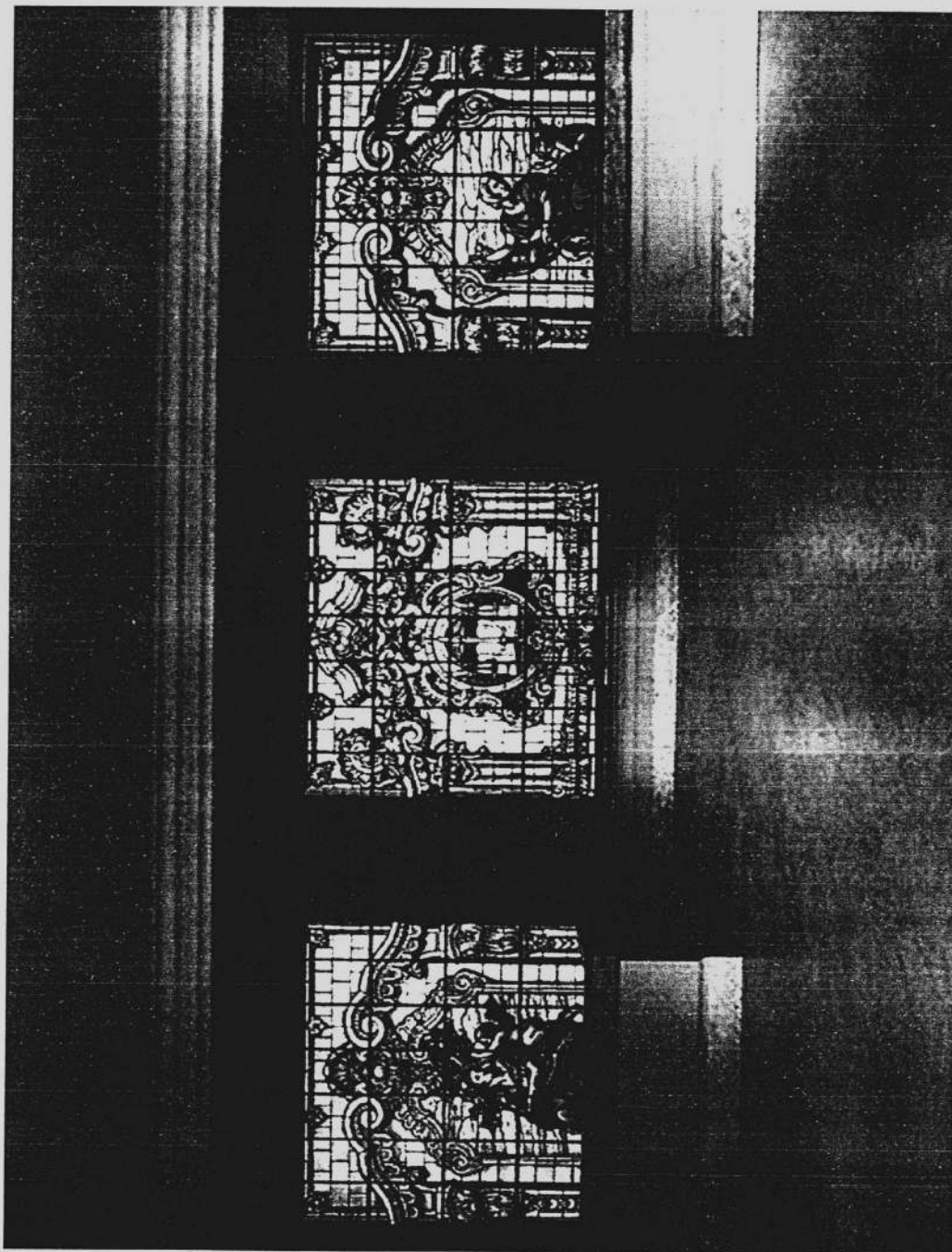


anexo 05.1 - v.

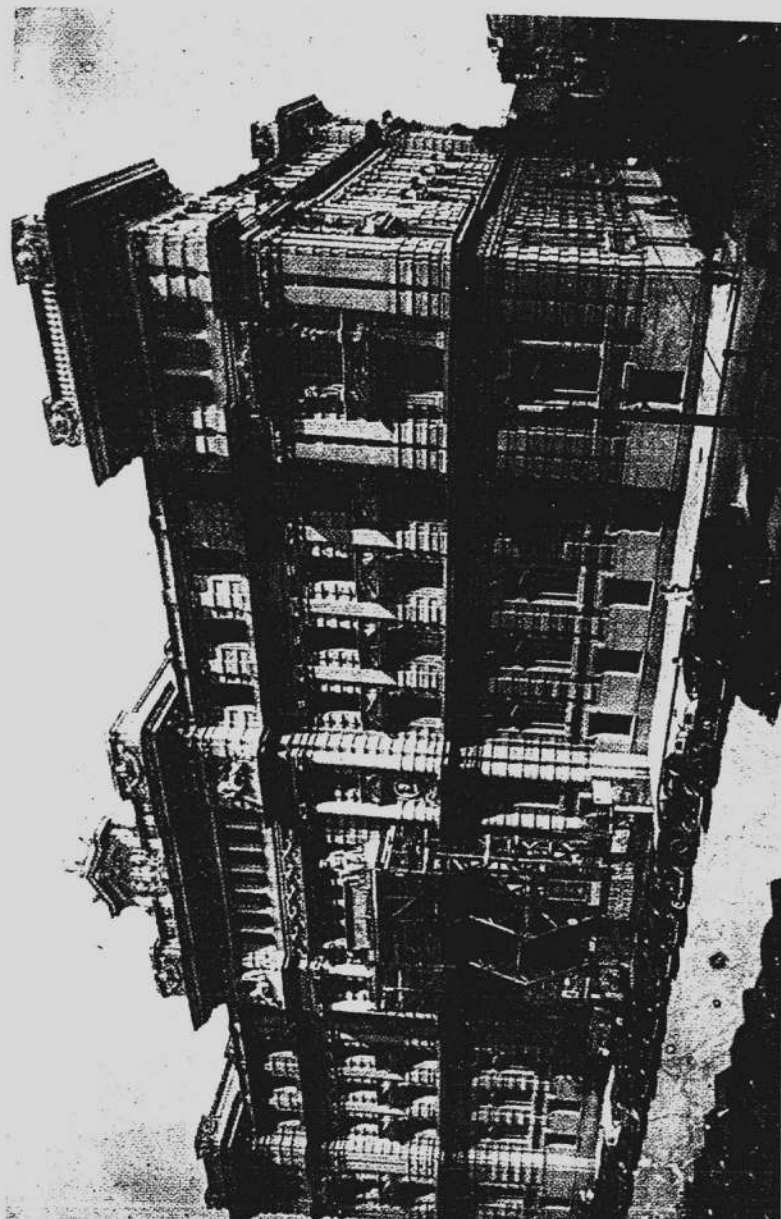


anexo 05.1 - x.

315



anexo 05.1 - y.



Bibliografia e Arquivos Consultados

Bibliografia

- Amaral, Aracy (coord.). *Arquitetura Neocolonial: América Latina - Caribe - Estados Unidos*. São Paulo, Memorial/Fundo de Cultura Económica, 1994.
- _ *Artes plásticas na semana de 22*. São Paulo, Editora 34, 1998.
- Argan, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.
- Associação dos Arquitetos Portugueses. *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa, AAP, 1980.
- Ávila, Afonso e outros. *Barroco Mineiro: Glossário de arquitetura e ornamentação*. São Paulo, Melhoramentos, 1980.
- Bazin, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, s/d.
- Bruand, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1981.
- Costa, Angyone. *A inquietação das abelhas (O que pensam e o que dizem os nossos pintores, escultores, architectos e gravadores, sobre as artes plásticas no Brasil)*. Rio de Janeiro, Pimenta de Mello & Cia, 1927.
- Fabris, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo, Nobel, 1987.
- França, José Augusto. *A Arte em Portugal no século XIX*. Lisboa, Bertrand, 1990.
- _ *A "Casa Portuguesa" e o "Neo-Romantismo" no princípio de Novecentos*. Lisboa, jan. e fev./1967. Revista de Arte e Construção n.º. 95.
- Gombrich, E. H. *A História da Arte*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- Gonçalves, Ana Maria do Carmo Rossi. *A Obra de Ricardo Severo*. São Paulo, FAUUSP, 1977 - Trabalho de Graduação Interdisciplinar.
- Gonsalves, Marly de Menezes. *O desenho de arquitetura no tempo - estudo de caso: conteúdo gráfico de três arquitetos portugueses do século XX*. São Paulo, FAUUSP, 2000 - Dissertação de Mestrado.
- Gordinho, Margarida Cintra (coord.). *Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo : missão excelência*. São Paulo, Marca D'Água, 2000.
- Katinsky, Julio R. *Arquitetura Y Diseño en el Brasil (1890-1980)*. In: Bayón, Damián (ed.). *Arte Moderno en América Latina*, Madrid, Taurus Ediciones, 1985.
- Lemos, Carlos A. C. *Alvenaria Burguesa: Breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo, Nobel, 1985.
- _ *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo, Pini, 1993.
- Lévi-Strauss, Claude. *Saudades de São Paulo*. São Paulo, Cia. da Letras, 1996.

- _ *Tristes trópicos*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- Lino, Raúl. *Casas Portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectar das casa simples*. Lisboa, Valentim de Carvalho, 1933.
- Martins, Ana Luíza e Barbuy, Heloísa. *Arcadas - História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (1827-1997)*. São Paulo, Alternativa, 1998.
- Mello, Regina Lara Silveira. *Casa Conrado: cem anos do vitral brasileiro*. Campinas, IA-UNICAMP, 1996 - Dissertação de Mestrado.
- Meneguello, Cristina. *Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana*. Campinas, IFCH/Unicamp, 2000. Tese de Doutorado.
- Moreira, Roberto. *Faculdade de Direito de São Paulo - Breve notícia histórica*. In: Societé de Publicité Sud-Americaine. *O Estado de São Paulo*. Barcelona, Monte Domecq & Cie, 1918.
- Paim, Gilberto. *A Beleza sob suspeita: o ornamento em Ruskin, Lloyd Wright, Loos, Le Courbusier e outros*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
- Pevesner, Nikolaus. *Os pioneiros do Desenho Moderno: de William Morris a Walter Gropius*. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
- Pinheiro, Maria Lúcia Bressan. *Ricardo Severo e o Estilo Tradicional Brasileiro*. In: Revista D'ART. São Paulo, 1998 - n° 03, dez/98.
- Ramalho, Maria Lúcia Pinheiro. *Da Beaux-Arts ao Bungalow: uma amostragem da arquitetura eclética do Rio de Janeiro e de São Paulo*. São Paulo. FAUSP, 1989 - Dissertação de Mestrado.
- Rodrigues, José Wash. *Documentário arquitetônico*. São Paulo, EDUSP, 1979.
- Ruskin, John. *As pedras de Veneza*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- Salgueiro, Teresa Barata. *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*. Porto, Edições Afrontamento, 1992.
- Santos, Arnaldo Alexandre dos. *Centenário de Eduardo Prado comemorado em Portugal*. In: São Paulo em foco. São Paulo, out/2001.
- Santos, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. Valença (RJ), Editora Valença, 1977.
- Severo Villares & Cia Ltda. *Registro geral de projetos*. São Paulo, mimio., s/d.
- Sevcenko, Nicolau. *O Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.
- Severo, Ricardo. *A Casa da Faculdade de Direito de São Paulo (1643-1937)*. In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo, USP, 1938. Vol. XXXIV - fasc. I - jan. a abr./1938.

_ e Outros. *Homenagem a Ricardo Severo - Sessão cívica d 31 d janeiro 1932 - São Paulo*. São Paulo, Melhoramentos, 1933.

_ *O Liceu de Artes e Ofícios: Histórico - Estatutos - Regulamentos - Programas - Diplomas*. São Paulo, Liceu, s/d.

Souza, Abelardo de. *Arquitetura no Brasil: depoimentos*. São Paulo, Diadorin/EDUSP, 1978.

Tacla, Zake. *O livro da arte de construir*. São Paulo, Unipress, 1984.

Toledo, Benedito Lima de. *Anhangabahu*. São Paulo, FIESP, 1989.

Turner, James (ed.). *The dictionary of art*. New York, Macmillan Publishers Ltd, 1996.

Venancio Fº, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo (150 anos de ensino Jurídico no Brasil)*. São Paulo, Perspectiva, 1982.

Wolff, Silvia Ferreira Santos. *Jardim América: o primeiro bairro jardim de São Paulo e sua arquitetura*. São Paulo, FAUUSP, 1998. Tese de Doutorado.

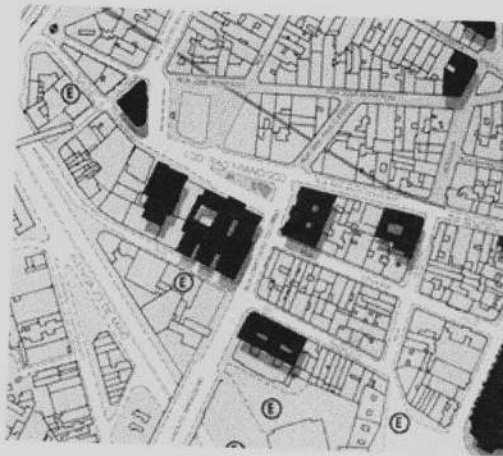
Arquivos Consultados

- Serviço Técnico Auxiliar - Condephaat
- Biblioteca da Graduação - FAUUSP
- Biblioteca da Pós-Graduação - FAUUSP
- Biblioteca do IFCH - UNICAMP

Sites da Internet Consultados

- www.prodam.sp.gov.br
- www.gov-civil-coimbra.pt
- www.cm-alpiarca.pt
- www.dialdata.com.br

321



MAPA IGREJAS DE SÃO FRANCISCO

- 23- Igreja de São Francisco
- 24- Faculdade de Direito da USP
- 25- Secretaria de Viação e Obras Públicas
- 26- Escola de Comércio Álvares Penteado
- 27- Casa das Arcadas
- 28- Edifício Saldanha Marinho



322

Do _____ Número _____ Ano _____ Rubrica _____

São Paulo, 5 de Julho de 2002.

Senhor Diretor Técnico,

Trata-se de processo que teve início nos idos de 1977 – portanto há 25 anos atrás – duas décadas em que não só o entendimento conceitual da questão do Patrimônio recebeu novos aportes, como a própria legislação constitucional beneficiou-se de percepção renovada de Bem Cultural, o que foi registrado na Constituição de 1988. Naquela Carta, ampliou-se o entendimento do patrimônio histórico, arquitetônico e natural, que passou a ser percebido em seu amplo significado de Patrimônio Cultural, incorporando novos significados introduzidos pelos estudos então recentes de História, Memória e Identidade.

Nessa perspectiva, a análise desse processo no âmbito do Condephaat, deve considerar a evolução dos vários significados que foram imputados às Arcadas – todos pertinentes ao seu tempo – levando-se em conta os diversos pareceres que comparecem nesses autos.

Quando do tombamento do túmulo de Júlio Frank (proc. n.º 20320/77), efetivado em abril de 1978, o parecer do Diretor Técnico do STCR, Prof. Carlos Lemos, foi contrário ao tombamento do prédio. Uma das justificativas decorria exatamente de sua *representatividade negativa* – na perspectiva da preservação da memória arquitetônica –, manifestando tratar-se de:

“(..) primeiro exemplo de intervenção violenta em nosso Patrimônio Ambiental urbano, quando o maior empreiteiro de obras públicas, o Escritório Ramos de Azevedo, (...) pura e simplesmente demole o venerado convento franciscano que guardava harmoniosas e serenas relações espaciais com a velha igreja, hoje a mais antiga de São Paulo, para construir a enorme massa arquitetônica constituída pelo edifício atual, projetado no estilo barroco monumentalista e numa escala mais apropriada ao Terreiro do Paço de Lisboa pombalina do que ao humilde Largo paulistano.” (fl. 22, sic)

A essa posição, seguiu-se a primeira instrução do STCR, em 23 de julho de 1980, de autoria da historiadora Eneida Malherbi, que apontou o prédio em questão como um dos

120
323

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

“*marcos essenciais na leitura ótica da capital paulista*” (fl.7), instrução que fundamentou a abertura do Processo de Tombamento, oficialmente comunicado às autoridades de praxe, acusando ciência o então diretor da Instituição, Prof. Dr. Antonio Chaves.

Em 9 de novembro de 1982, o conselheiro relator Prof. José Leandro de Barros Pimentel sugere o prosseguimento dos estudos, insistindo na necessidade de solicitar-se da Instituição em apreço, os documentos pertinentes, sendo o processo encaminhado ao arquiteto do STCR Marco Antonio Tabet, em 24 de janeiro de 1983. De posse de plantas e documentação competente, o técnico recolocou a questão, incorporando novos dados à análise em parecer datado de 12 de maio de 1986.

Registre-se que nesse momento os estudos de nosso patrimônio cultural estavam se renovando no interior do Condephaat, resultado do ingresso de 25 arquitetos e 11 historiadores concursados, com formação afinada ao trato da preservação da História e da Memória e que por caminhos diversos (seminários, revisão de processos, pesquisas acadêmicas e cursos de aperfeiçoamento na área) procuravam otimizar os serviços do Setor.

O parecer de Marco Antonio Tabet se insere nesse quadro, da discussão ampla do Bem Cultural, resultando em texto inovador, onde contempla não só o *significado plástico do monumento*, mas sua *representação no processo de busca da identidade nacional*, bem como seu *significado enquanto projeto de necessidades* – de convento para escola – quando situa a manutenção das Arcadas como “agente da memória que não pode ser simplesmente desprezado”. (fl. 37) Vai além ao propor a preservação do conjunto do acervo do Museu e da Biblioteca da Faculdade de Direito (fl. 43), anexando para tanto o arrolamento de bens pertinentes, inclusive as placas históricas afixadas em seu Pátio.

Essa etapa inicial de estudo de tombamento da Faculdade de Direito da USP se encerra em 19 de setembro de 1988 – oito anos passados do início do mesmo – quando o Conselheiro Relator Prof. Carlos Lemos – a despeito de elogiar o parecer técnico – solicita a redistribuição do processo para outro membro do Conselho, por julgar-se suspeito na avaliação, dado que seu artigo no jornal *Folha de São Paulo* de 17 de dezembro de 1975, sobre o túmulo de Júlio Frank, fora usado inadvertidamente (segundo ele) para fundamentar o parecer precedente.(fl. 111)

Em 3 de Abril de 2000 o processo foi encaminhado para prosseguimento de estudos e em 16 de junho de 2000 para guarda no Setor de Documentação, que não o faz por só arquivar processos de bens já tombados. Finalmente, em 18 de Maio de 2002 a Diretoria Técnica o reencaminha à historiadora Ana Luiza Martins para atualizá-lo e dar-lhe continuidade. Nesse sentido, nos pronunciamos conforme segue abaixo:

128
324

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

1. Registre-se, inicialmente, que a trajetória desse processo traz uma carga histórica que o coloca como peça significativa no debate da preservação cultural, seja pelas inúmeras leituras que suscita, seja pela riqueza de significados que encerra. A justamente reclamada falta de uma “política de tombamento”, exarada pelo Prof. Carlos Lemos à fl. 111 (leia-se política cultural), ainda indefinida nos quadros dos órgãos de Patrimônio como um todo, tem nas Arcadas o embate crônico na eleição de atributos efetivamente valorativos da História e Memória do Estado. Em terreno ainda tão subjetivo, parece-nos prioritário insistir na diversidade social e cultural que rege nossa formação histórica e que, portanto, se faz representar exatamente pelos tantos ensaios de busca de identidade nacional que perpassa o País e o Estado. Convém, também, não se perder de vista, que a idéia de demolição do tradicional edifício e a edificação do novo – considerado de estética espúria se analisado no âmbito das propostas modernistas que então se debatiam e subsequente se consolidariam - eclode entre 1930 e 1935, anos que assistiram a transformações de toda a ordem no País e no Estado de São Paulo.
2. Isso posto, um breve retrospecto histórico do período põe em cena momentos históricos vários, agentes sociais distintos, interesses de poder e mando conflitantes. Basta lembrar que se viviam os eflúvios da Semana de Arte Moderna de 1922, o debate candente entre tradição e modernidade (que tem na arquitetura uma de suas melhores expressões), os movimentos políticos de 1930 e de 1932, a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, o fechamento do Congresso Nacional, em 1937. Todas essas ocorrências têm a Faculdade de Direito como força centrífuga e centrípeta, transformando-a, conforme o ângulo que se tome, ora em espaço de vencidos ora em espaço de vencedores, gerando uma condenável leitura histórica que não deve prevalecer em estudos de qualquer teor.
3. Digno de sublinhar-se, desde já, conforme o fez o Prof. Lemos, a violência da substituição do antigo convento de taipa pelo vetusto e desproporcional edifício de linhas neo-coloniais de Ricardo Severo; aquele, ao lado do Convento do Carmo resultava num dos últimos exemplares da arquitetura colonial na cidade. Mais surpreendente a substituição acintosa, sabendo-se que a iniciativa partiu de qualificado historiador da vida paulista, político atuante da modernização da Metrópole, então Diretor da Faculdade de Direito, Antonio de Alcântara Machado. Certo que a infeliz providência – sobretudo se analisada na perspectiva presente – constituiu-se em perda irreparável do patrimônio arquitetônico colonial, de uma São Paulo permanentemente espoliada pela exploração mercantil do espaço e pela introdução do novo sem responsabilidade social. Razão pela qual, o atual edifício da Faculdade de Direito também *precisa ser*

12
2
325

Do

Número

Ano

Rubrica

lembrado, e até mesmo funcionar como marco da imprevidência individualista desqualificadora da imagem da cidade.

Todavia, condenar-se o novo edifício *a priori*, tão só pelo seu caráter de testemunha de uma mutilação na paisagem urbana, parece-nos precipitado. Registrar e lamentar veementemente a memória do ocorrido – até mesmo valendo-se do edifício em questão como representativo da imaturidade e inépcia dos ordenadores da cidade – é dever de ofício que não deve ser subestimado. Ainda assim, aquela nódoa não deve prevalecer como justificativa excludente para a negação de algum valor à construção ali reedificada, sobretudo se analisada no âmbito de sua representatividade simbólica, como lugar de memória. Por outro lado, se devidamente inserido na análise histórica do período, ver-se-á que aquele edifício era importante como exemplar arquitetônico colonial, contudo, o era mais ainda no plano simbólico, fundamental pela carga política e representação dos ideais de liberdade, então ameaçados pela subida de Getúlio Vargas, constituindo-se em *locus* da resistência paulista em sua luta pelo Estado de Direito do País. Vale lembrar que ali nasceria a Revolução Constitucionalista de 32 e dali sairiam os mártires do MMDC, para tombar na Praça da República. Alcântara Machado, homem moderno mas paulista assumido e apegado às tradições, vendo-se às voltas com o velho prédio pedindo reformas, inferiu ali a possibilidade de dar-lhe nova visibilidade, afinada com a imagem de progresso que presidia a cidade, realçando o significado daquela Casa de Direito secular. A onipresente recém inaugurada sede da Faculdade de Medicina, na Dr. Arnaldo, também ameaçava a irradiação de poder que sempre emanara da Escola do Largo. Era preciso interromper o processo de decadência física do edifício, bem como aquele de alijamento do centro decisório do País. Sintomaticamente, ao longo dos anos de 1930 e 1940, a Faculdade de Direito de São Paulo constituiu-se no mais acirrado espaço da reação anti-getulista.

Nessas circunstâncias, vale lembrar que a ampliação do conceito de Patrimônio Cultural, que muito se beneficiou dos postulados da Nova História, permite outras leituras e novas valorações do monumento em análise. Razão pela qual, entendemos que tão só pela sua História, o vetusto edifício – cuja escala amesquinhou definitivamente a harmonia espacial do Largo – é passível de preservação por esse Condephaat e, diríamos, até mesmo pelo Iphan. Não entramos aqui no mérito da análise arquitetônica isolada, pois não é de nossa alçada, sobretudo se tratada individualmente, uma vez que a interdisciplinaridade deve presidir os estudos técnicos. Contudo, um exaustivo e rigoroso levantamento histórico (que anexamos para melhor fundamentar a origem desse

128
2
326

Do	Número	Ano	Rubrica

nosso parecer – ANEXO I), permite elencar, de forma sucinta, os muitos significados que conferem à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o caráter de *monumento – documento do Estado* de São Paulo e – insistimos – se tomado em conjunto com sua co-irmã do Recife (cuja sede eclética monumental já é tombada pelo IPHAN) – *monumento-documento nacional*. Tão só à guisa de compor o repertório justificativo de sua importância no quadro nacional e do Estado, enumeramos abaixo alguns de seus decisivos significados históricos:

- Trata-se do local do primeiro curso superior de caráter humanista do Brasil, criado por lei pelo Imperador D. Pedro I em 11 de agosto de 1827, que se manteve até os primórdios da República e mais exatamente até à criação da Universidade de São Paulo, em 1934, como centro ^{paralelo} exclusivo de formação política, cívica e intelectual do Brasil.
- Centro difusor de bacharéis que compuseram o aparelhamento do quadro administrativo nacional, no Império e na República, resultando em nossa mais importante Escola de Política e conjuntamente em Casa do Direito, onde foram ministrados os ensinamentos aos futuros legisladores do País. *Celeiro de Aprendizes do Poder*, na feliz expressão do sociólogo Sérgio Adorno, que produziu nada menos que 10 Presidentes da República – não obstante toda a crítica daí decorrente, sobretudo no tocante à nossa malsinada tradição bacharelística.
- Referência de educação e sociabilidade para a rude e tosca capital da província de São Paulo, onde acadêmicos de origem geográfica diversificada, trazendo hábitos da Corte, conferiram novas práticas culturais à cidade.
- Berço de campanhas sociais e políticas decisivas na História do País, a exemplo da Campanha Abolicionista e daquela Republicana, ao longo do Império e da Campanha anti-getulista, contra a Ditadura Vargas, quando do Estado Novo, da Carta aos Brasileiros, ao tempo da Ditadura Militar e das Diretas Já, quando da busca da redemocratização do País.
- Espaço de efervescência cultural, responsável pela emergência de uma literatura genuinamente nacional. Prosa, poesia, teatro, jornalismo e música foram praticados com intensidade nas Arcadas, bastando lembrar, com Antonio Cândido, que “(...) só há literatura em São Paulo depois da Independência, e notadamente, depois da Faculdade de Direito”. Assim, aos nomes que compõem a tríade romântica – Alvares de Azevedo, Fagundes Varela e Castro Alves -, sucedem-se, entre tantos, aqueles de José de Alencar, Rui Barbosa, José Maria da Silva Paranhos Junior (Barão do Rio Branco), Raul Pompéia, Valentim Magalhães, Raymundo Correa, Vicente de Carvalho, Valdomiro Silveira,



184

324

Do _____ Número _____ Ano _____ Rubrica _____

Monteiro Lobato, Oswald de Andrade, Menotti Del Pichia, Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo, para chegarmos tão só até a geração modernista.

- Testemunha das transformações radicais operadas na cidade, no Estado e no País pelo surto cafeeiro e subsequente transformação do capital agrícola em comercial, industrial e financeiro, responsável pela modernização acelerada da Metrópole do Café com seu cortejo de inovações revolucionárias: do trem de ferro ao aeroplano, da tração animal à tração a vapor e elétrica, da transformação das mídias, do impresso periódico para o rádio e a televisão e tantas outras inovações que singularizaram São Paulo no concerto das grandes metrópoles urbanas.
- Monumento que se inscreve no debate da construção da identidade paulista, que aflorou com mais vigor na década de 1930 e que explica, em parte, a opção em eleger-se o neo-colonial como partido afinado com as tradições culturais do País. Sabe-se que fora cogitado para aquele programa e naquele local, um projeto de tratamento *art-déco*, relegado em face das restrições de demolição do tradicional edifício, então propaladas na imprensa e estrategicamente abafadas. Não por outra razão – peso da tradição e significado histórico – foram preservados símbolos fortes do antigo e sólido edifício, baluarte de tradições: o túmulo de Júlio Frank; as Arcadas (reconstruídas iguaizinhas às originais); o relógio da fachada e as placas de mármore da tríade dos poetas românticos encimando a portada.
- Espaço emblemático de ações políticas, pois, não obstante a diversidade ideológica, que sempre reinou naquelas Arcadas, o território onde se insere recebeu simbolicamente prerrogativas de “Território Livre”, inenunciável à ação repressora de qualquer teor.
- A simbolizar todo o significado histórico e cívico do local onde ainda hoje se encontra a “Escola do Largo”, está a resistência de seus alunos em abandoná-lo em favor das novas instalações na Cidade Universitária. Atestando a força dessa disposição, a retirada daquela pedra fundamental em 1973 e sua transferência para o Largo de São Francisco, com a inscrição “*Quantas pedras forem colocadas, tantas arrancaremos*”, atesta inequivocamente a importância desse lugar simbólico. Hoje, essa mesma pedra encontra-se cravada na calçada do Largo, fronteira ao pórtico de entrada, atestando o vínculo ancestral com as Arcadas de tantas tradições.

Acreditamos que o elencar desses significados – repertório de significações acumuladas -, traduz o papel histórico da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, significativamente ancorado na tradição de espaço da Liberdade, do Direito e da Justiça,



[Handwritten initials]

328

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

permitindo sua inclusão entre os Bens Culturais tombados pelo Estado. Todavia, há uma outra questão que merece cuidados nessa iniciativa. Atendendo novamente à visão contemporânea de preservação de conjuntos urbanos, preconizada inclusive pelas políticas urbanas em curso, seria oportuno que *o olhar* sobre esse monumento não se desse de forma fragmentada. O Largo de São Francisco onde se insere – ainda que se tratando de moldura arquitetonicamente prejudicada pela escala propiciada pela reforma de 1934 – merece consideração, não só como possível limite de sua área envoltória, mas também como área digna de preservação em seu conjunto, particularmente pelo diálogo propiciado com os exemplares *art-nouveau* e *art-déco* ali implantados (Escola Álvares Penteado e Edifício Saldanha Marinho, esse já tombado pelo Condephaat), que contam a História daquela evolução urbana, ali sim arquitetonicamente representada. *constituição*

Em face do exposto, encerro essa informação explicitando com ênfase a oportunidade de tombamento, não só do edifício da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, mas do Largo de São Francisco onde ela se insere, parte integrante de sua História e de sua Memória. Outrossim, sugiro que o rico acervo que compõe sua biblioteca, bem como as alfaias e obras de arte das quais se constituem seus acervos, sejam objetos de outro estudo, que requer outro instrumental técnico de análise.

A oportunidade de tombamento acima aludida resulta da especial circunstância desse polêmico e arrastado processo, que ao longo desses anos testemunhou algum avanço no entendimento dos critérios que devem reger a seleção dos bens culturais e que, nessa oportunidade, pode por em prática através de seu tombamento, o propósito de lembrar feitos e rememorar-los – seja aquele condenável da demolição intempestiva do primitivo convento, seja aquele festejado, da consagração do espaço da Liberdade.

Ana Luiza Martins
Historiadora
STCR, 3 de Junho de 2002



122
329

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

1º 3º
P/ ABRIR O 2º VOLUME
EM SECLID
DO GP
P/APRESCIOÇÃO DO CONSELHO

18/07/02

ATENDIDA A SOLICITAÇÃO.
SA/CONDEPHAAT, 18.04.02



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
Rua Mauá nº 51 - 2º andar - Tel.: 3351.8040 - Fax: 3351.8039
São Paulo - SP
Cep: 01018-000

Senhores Conselheiros,

Trata-se de processo em que se estuda o tombamento do prédio que abriga a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a tradicional Academia de Direito do Largo de São Francisco, nesta Capital.

Este processo tem histórico digno de nota, em sua tramitação neste CONDEPHAAT. Há muitos anos, em uma primeira deliberação, o E. Colegiado houve por bem acolher o entendimento de ilustres Conselheiros da época, aos quais repugnava declarar o valor cultural do edifício da Velha e Sempre Nova Academia, porque o mesmo, da lavra do Engenheiro Ricardo Severo, havia substituído o prédio conventual que compunha, com as Igrejas das Ordens Primeira e Terceira de São Francisco, um conjunto harmonioso no cenário do antigo Largo, devendo-se à volumetria diversa da nova edificação destinada a acolher a Faculdade a ruptura dessa harmonia.

Outros tempos, outra mentalidade, escapou, decerto, aos insígnies Conselheiros do CONDEPHAAT, na ocasião, que tantos e tantos bens de alto valor cultural têm, ao longo da história e em todos os rincões do planeta, sido substituídos por outros também dotados de valor cultural significativo, que não se desmerecem pelo simples fato de haverem sido erguidos sobre os escombros de bens valiosos. E, ademais, aos referidos Conselheiros terá escapado, porque esta era uma infeliz marca dos primeiros momentos de existência do CONDEPHAAT, que o valor cultural não reside, apenas, nas qualificações arquitetônicas de uma edificação, mas sobretudo na sua expressão histórica, no papel que desempenhou como palco onde se traçou e vivenciou parte da trajetória da vida e do desenvolvimento civilizatório de um povo.

A retomada do presente processo cumpriu, em sua instrução, o mister de reparar de modo cabal esse equívoco outrora aqui praticado. Dois magníficos estudos orientam essa instrução, esse reparo histórico, e este relatório. O precioso trabalho da Historiadora Ana Luísa Martins, alentado e cuidadoso, indo até muito além do que se lhe poderia requerer, é apto a deixar perfeitamente esclarecido o relevante significado da presença da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco na vida cultural e política não apenas da cidade de São Paulo, mas de nosso Estado, desde o século XIX até os nossos dias. Presença que não só galvanizou, centralizou, determinou a vida cultural paulista até o primeiro quartel do século XX, como foi decisiva e marcante em todos os episódios da vida nacional que transcorreram a partir da sua instituição, contemporaneamente com a de

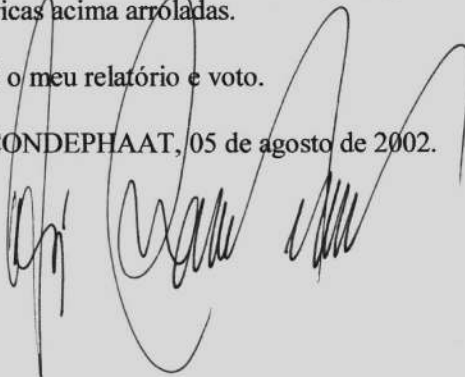
Olinda e Recife, como escola pioneira do ensino do Direito no país. Não se olvidará que, das Arcadas do Velho Largo, nasceram e vicejaram, nos momentos mais cruciais da vida nacional, movimentos que ajudaram a impulsionar as lutas do nosso povo pela liberdade e pela democracia, nem que a voz de tantos oradores ilustres, do alto da Tribuna Livre que se plantou simbolicamente diante daquela Casa do Direito, inflamou em célebres orações a população de São Paulo a empenhar-se nas causas da Justiça. Neste sentido, o CONDEPHAAT tem cumprido o seu dever constitucional exemplarmente, ao propor e ver concretizado o tombamento de instituições como a Escola Caetano de Campos, pelo seu peso específico na formação educacional de tantas gerações em São Paulo, a despeito de que o seu prédio, verdadeira miscelânea arquitetônica, tenha suportado, por parte de Oswald de Andrade, qualificação altamente pejorativa. Não se dá, sob este aspecto, com a Velha Academia do Largo de São Francisco, fenômeno diverso: bastaria o seu indiscutível valor histórico para os paulistas, para que este órgão viesse a propor seu tombamento.

Mas, o estudo – igualmente alentado, atento, perfeccionista mesmo – do Arquiteto Sérgio de Simone, que também instrui este processo, debela frontalmente todo questionamento a respeito do valor arquitetônico do edifício erguido em 1933/40 em lugar do antigo convento, onde se aloja desde sempre a Faculdade de Direito da USP. Fica, ali, demonstrado que essa edificação é um exemplar, e mais uma vez pioneiro, das propostas que visavam a uma arquitetura de raiz luso-brasileira e que viria a chamar-se, apropriadamente, de *estilo neo-colonial brasileiro*, sobre o qual, aliás, tão bem discorreu o eminente Prof. Carlos Lemos, em aprofundado estudo. Deste modo, também por sua importância arquitetônica, demonstradamente relevante, não se poderá sepultar sob cogitações açodadas e mal urdidas o expressivo valor cultural do prédio em que se instalam as Arcadas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, ainda que doa, e possa doer compreensível e fortemente, a circunstância de que sua edificação tenha implicado a destruição de outro bem também valioso.

Isto posto, com apoio na excelente instrução que este processo agora vem de receber, em contraste, diga-se, com a precariedade instrutória que serviu à deliberação anteriormente aqui tomada, meu voto é no sentido de que os DD. Senhores Conselheiros venham a decidir pela proposta de tombamento do prédio da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, situado no Largo de São Francisco, na Capital de São Paulo. E que seja incluída para os mesmos fins, como parte integrante do mencionado prédio, a Tribuna Livre que em frente ao mesmo se ergue, igualmente merecedora de preservação pelas razões históricas acima arroladas.

É o meu relatório e voto.

CONDEPHAAT, 05 de agosto de 2002.





710
331

Do	Número	Ano	Rubrica
Processo CONDEPHAAT	21.369	80	

Int.: SECRETÁRIO DA CULTURA

Ass.: Tombamento do prédio que abriga a Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco – Capital

SÍNTESE DE DECISÃO DO EGRÉGIO COLEGIADO
SESSÃO ORDINÁRIA DE 05 DE AGOSTO DE 2002.
ATA Nº 1254

O Egrégio Colegiado deliberou aprovar o parecer da Presidência, favorável ao tombamento do edifício da Faculdade de Direito da USP, incluindo a Tribuna Livre, localizados no Largo São Francisco, nesta Capital.

Ao GP para providenciar publicação no DOE e notificação aos interessados e autoridades competentes.

GP/CONDEPHAAT, 05 de agosto de 2002

JOSÉ ROBERTO F. MELHEM
Presidente

/emws.-

PUBLICADO

D.O.E 07.08/00

SECÃO I PÁG. 52

De acordo com o que dispõe o artigo 142 do Decreto 13.426, de 16.03.79, notificamos a todos os interessados que o Colegiado do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado -, em sua sessão ordinária de 05.08.2002, Ata nº 1254, deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável ao tombamento do edifício da Faculdade de Direito, incluindo a Tribuna Livre, localizados no Largo São Francisco, nesta Capital.

Nos termos do parágrafo único do já citado artigo 142 e do artigo 146 do mesmo Decreto, a deliberação ordenando o tombamento ou a abertura do processo de tombamento assegura, desde logo, a preservação do bem até decisão final da autoridade competente, ficando, portanto, proibida qualquer intervenção que possa vir a descaracterizar a referida área, sem prévia autorização do CONDEPHAAT, além de poder ser punido o descumprimento do acima disposto com as sanções penais previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro e da Lei nº 7347, de 17.07.1985.



Handwritten marks and numbers, including '353'.

Do	Número	Ano	Rubrica
Processo CONDEPHAAT	21.369	80	

INT.: SECRETARIO DA CULTURA

ASS.: Tombamento do prédio que abriga a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Largo São Francisco – Capital.

Ao STCR para minutar a Resolução de Tombamento.

GP/Condephaat, 06 de agosto de 2002.

JOSÉ ROBERTO F. MELHEN
Presidente

/fsa-

Handwritten notes: Ao secretário HIST. P. CULT. MORTUJ
PARA...
19 - 8 - 02

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE CULTURA
SECRETARIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,
Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
Rua Mauá nº 51 - 2º andar - Bairro Luz - São Paulo - SP
Cep: 01028-900
Tel: 3351-8002 Fax: 3337.3955

SECRETARIA
DE ESTADO
DA CULTURA

334
✓

Ofício GP-1908/02
Processo 21.369/80

São Paulo, 23 de setembro de 2002

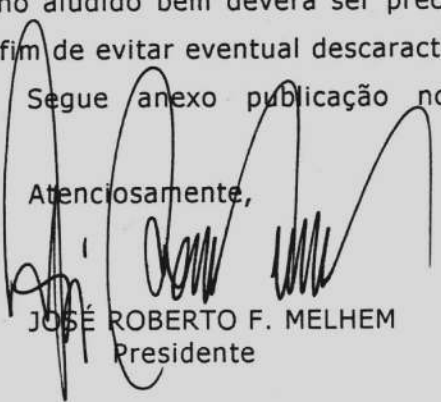
Prezado Senhor,

Vimos através deste notificar Vossa Senhoria que em sua sessão ordinária de 05 de agosto, Ata nº 1254, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT deliberou aprovar o tombamento do edifício da Faculdade de Direito da USP, incluindo a Tribuna Livre, localizado no Largo São Francisco, nesta Capital.

Cumpre-nos também informar que o referido bem cultural tem assegurada sua preservação, conforme reza o artigo 142, parágrafo único, e 146 do Decreto Estadual 13.426, de 16.03.79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro. Como consequência, qualquer intervenção no aludido bem deverá ser precedida de autorização deste CONDEPHAAT a fim de evitar eventual descaracterização.

Segue anexo publicação no Diário Oficial do Estado.

Atenciosamente,


JOSÉ ROBERTO F. MELHEM
Presidente

Senhor
SÉRGIO MARASCO TORRECILAS
DD. Sub Prefeito da Sé
Av. do Estado, 900
CAPITAL
01108-000

/emws.-

Delegado de Polícia da 1ª DP
Dr. Jair de Castro Oliveira Vicente

Alteração



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,
Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
Rua Mauá nº 51 - 2º andar - Bairro Luz - São Paulo - SP
Cep: 01028-900
Tel: 3351-8002 Fax: 3337.3955

**SECRETARIA
DE ESTADO
DA CULTURA**

335
2

Ofício GP-1909/02
Processo 21.369/80

São Paulo, 23 de setembro de 2002

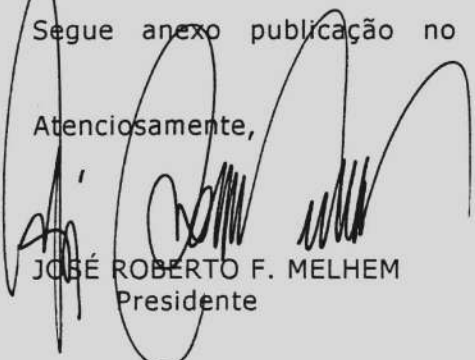
Prezado Senhor,

Vimos através deste notificar Vossa Senhoria que em sua sessão ordinária de 05 de agosto , Ata nº 1254, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT deliberou aprovar o tombamento do edifício da Faculdade de Direito da USP, incluindo a Tribuna Livre, localizado no Largo São Francisco, nesta Capital.

Cumpre-nos também informar que o referido bem cultural tem assegurada sua preservação, conforme reza o artigo 142, parágrafo único, e 146 do Decreto Estadual 13.426, de 16.03.79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro. Como consequência, qualquer intervenção no aludido bem deverá ser precedida de autorização deste CONDEPHAAT a fim de evitar eventual descaracterização.

Segue anexo publicação no Diário Oficial do Estado.

Atenciosamente,


JOSÉ ROBERTO F. MELHEM
Presidente

Senhor
Dr. NILZE BAPTISTA SCABULATIELLO
Delegado de Polícia da 1ª DP
Rua da Glória nº 410
CAPITAL
01510-000

/emws.-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,
Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
Rua Mauá nº 51 - 2º andar - Bairro Luz - São Paulo - SP
Cep: 01028-900
Tel: 3351-8002 Fax: 3337.3955

SECRETARIA
DE ESTADO
DA CULTURA

336
~

Ofício GP-1910/02
Processo 21.369/80

São Paulo, 23 de setembro de 2002

Prezada Senhora,

Vimos através informar que em sua sessão ordinária de 05 de agosto , Ata nº 1254, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT deliberou aprovar o tombamento do edifício da Faculdade de Direito da USP, incluindo a Tribuna Livre, localizado no Largo São Francisco, nesta Capital.

Cumpre-nos também informar que o referido bem cultural tem assegurada sua preservação, conforme reza o artigo 142, parágrafo único, e 146 do Decreto Estadual 13.426, de 16.03.79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro. Como consequência, qualquer intervenção no aludido bem deverá ser precedida de autorização deste CONDEPHAAT a fim de evitar eventual descaracterização.

Segue anexo publicação no Diário Oficial do Estado.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO F. MELHEM
Presidente

Senhora
Dr.^a LEILA REGINA DIÊGOLI
DD. Presidente do CONPRES
Praça Cel. Fernando Prestes, 152
CAPITAL
01124-060

/emws.-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,
Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
Rua Mauá nº 51 - 2º andar - Bairro Luz - São Paulo - SP
Cep: 01028-900
Tel: 3351-8002 Fax: 3337.3955

SECRETARIA
DE ESTADO
DA CULTURA

337
✓

Ofício GP-1911/02
Processo 21.369/80

São Paulo, 23 de setembro de 2002

Prezado Senhor,

Vimos através deste notificar Vossa Senhoria que em sua sessão ordinária de 05 de agosto , Ata nº 1254, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT deliberou aprovar o tombamento do edifício da Faculdade de Direito da USP, incluindo a Tribuna Livre, localizado no Largo São Francisco, nesta Capital.

Cumpre-nos também informar que o referido bem cultural tem assegurada sua preservação, conforme reza o artigo 142, parágrafo único, e 146 do Decreto Estadual 13.426, de 16.03.79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro. Como conseqüência, qualquer intervenção no aludido bem deverá ser precedida de autorização deste CONDEPHAAT a fim de evitar eventual descaracterização.

Segue anexo publicação no Diário Oficial do Estado.

Atenciosamente,

JOSÉ ROBERTO F. MELHEM
Presidente

Senhor
Dr. EDUARDO CÉSAR SILVEIRA VITA MARCHI
Diretor da Faculdade de Direito da USP
Largo São Francisco nº 95
CAPITAL
01005-010
/emws.-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,
Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
Rua Mauá nº 51 - 2º andar - Bairro Luz - São Paulo - SP
Cep: 01028-900
Tel: 3351-8002 Fax: 3337.3955

SECRETARIA
DE ESTADO
DA CULTURA

338
✓

Ofício GP-1912/02
Processo 21.369/80

São Paulo, 23 de setembro de 2002

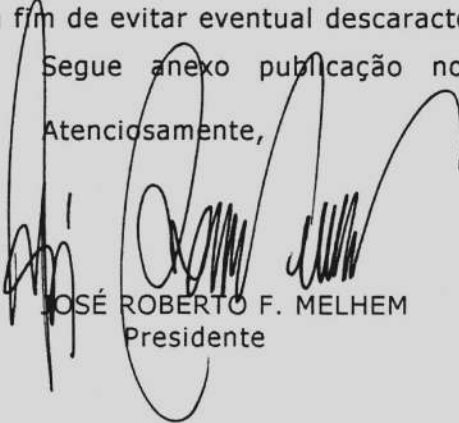
Magnífico Reitor

Vimos através deste notificar Vossa Magnificência que em sua sessão ordinária de 05 de agosto , Ata nº 1254, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT deliberou aprovar o tombamento do edifício da Faculdade de Direito da USP, incluindo a Tribuna Livre, localizado no Largo São Francisco, nesta Capital.

Cumpre-nos também informar que o referido bem cultural tem assegurada sua preservação, conforme reza o artigo 142, parágrafo único, e 146 do Decreto Estadual 13.426, de 16.03.79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro. Como consequência, qualquer intervenção no aludido bem deverá ser precedida de autorização deste CONDEPHAAT a fim de evitar eventual descaracterização.

Segue anexo publicação no Diário Oficial do Estado.

Atenciosamente,


JOSÉ ROBERTO F. MELHEM
Presidente

Senhor
Dr. ADOLPHO JOSÉ MELFI
MD. Reitor da Universidade de São Paulo
Rua da Reitoria nº 109
Cidade Universitária - São Paulo - SP
Cep: 05508-900
/emws.-

Proc. **21369/80**

Int. : **Secretário da Cultura**

Ass.: **Tombamento do prédio que abriga a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Largo S. Francisco – Capital.**

339

Ao Diretor do STCR;

Conforme sua solicitação, estamos encaminhando, em anexo, as propostas de **Minuta de Tombamento** e de **Estudo de Restrições para a Área Envolvória do Edifício da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco**, bem tombado por este Condephaat, para apreciação desta DT e, caso julgue oportuno, submetê-las à apreciação do E. Colegiado para análise e manifestação.

Acompanha as presentes, relatório fotográfico e mapas da região; sendo que um deles aponta de modo gráfico as restrições propostas para o entorno da edificação em questão.

Era o que tínhamos a informar;

STCR, 23/11/2002.

Ana Luíza Martins
Historiadora

◦ Em colaboração:

Sergio De Simone
Arquiteto

OBRA		
TITULO		
ARQUITETO	FASE	FOLHA
VERIFICAÇÃO	VISTO	DATA
DESENHO	ESCALA	DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

370

Proc. **21369/80**
Int. : **Secretário da Cultura**
Ass.: **Tombamento do prédio que abriga a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Largo S. Francisco - Capital.**

Ao Diretor do STCR;

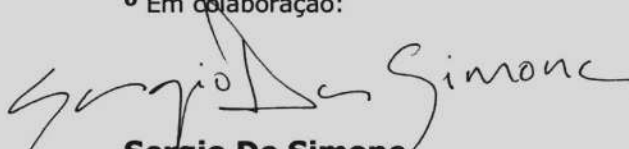
Inicialmente, devemos esclarecer que para afeito da presente proposta de regulamentação das áreas envoltórias ao **Edifício da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco** considerou-se o gabarito já existente no entorno imediato daquele bem tombado. Isto decorreu em função da acentuada verticalidade das edificações já existentes na área central da cidade e, em particular, no local onde está inserido o aludido bem.

Era o que nos cabia esclarecer.

STCR, 23/11/2002.


Ana Luíza Martins
Historiadora

Em colaboração:


Sergio De Simone
Arquiteto

OBRA		
TITULO		
ARQUITETO	FASE	FOLHA
VERIFICAÇÃO	VISTO	DATA
DESENHO	ESCALA	DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

341
/

Minuta

Resolução SC - _____, de ___/___/_____.

Dispõe sobre o tombamento do Conjunto
Arquitetônico da Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo e Tribuna Livre
do Largo de São Francisco.

O Secretário da Cultura nos termos do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto 13.426, de 16 de março de 1979, cujos artigos 34 a 139 permanecem em vigor por força dos artigos 19 e 187 do Decreto 20.955 de 1º de junho de 1983, resolve:

- 1) Fica tombado como bem cultural de interesse histórico, arquitetônico e urbanístico o conjunto arquitetônico da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo, incluindo a Tribuna Livre na calçada fronteira, situados no Largo de São Francisco, nesta Capital.

Trata-se de marco histórico de extrema importância para a história cultural do País, bem como exemplar arquitetônico vinculado aos códigos formais do Neo-Colonial, corrente que na década de 1930 expressou a busca e legitimação de uma arquitetura nacional, utilizando-se do repertório do barroco brasileiro, reelaborado pelo arquiteto Ricardo Severo.

- 2) O presente tombamento aplica-se aos seguintes elementos do conjunto aludido:

- a) Edifício principal, incluindo todos os apliques e detalhes originais, internos e externos, que expressam formalmente a peculiaridade de suas características artísticas e arquitetônicas; além disso destacam-se os seguintes elementos:

- a.1) no pavimento térreo, situados na calçada em frente ao edifício, no Largo de São Francisco:

- i) a Tribuna Livre, situada em frente a sua entrada principal;
- ii) a placa sobre a pedra fundamental com os dizeres: "Quantas pedras forem...";
- iii) a estátua "O idílio", também conhecida como "O Beijo", de Willian Zadig;
- iv) a escultura "O menino e o catavento", de O. M. di Palma;
- v) Placa com a inscrição "Todos os companheiros...";

- a.2) na fachada frontal do edifício:

- vi) as placas de mármore da tríade romântica, que encimam a portada de acesso;

- a.3) no pavimento térreo:

- vii) a estátua de José Bonifácio, "o Moço", situado no saguão de ingresso;
- viii) as placas comemorativas afixadas no saguão de entrada;

312
/

- ix) as placas comemorativas afixadas no Pátio da Arcadas;
- x) o "elevador privativo dos senhores professores";
- xi) os lustres fixados em torno do saguão e do pátio das arcadas;
- xii) as salas Conselheiro Crispiniano, Barão de Ramalho; João Mendes Júnior, Francisco Morato e João Braz E. O. Arruda;

a.4) no primeiro andar:

- xiii) a Biblioteca, incluindo a sala de consulta, a chapelaria, a sala e móveis do fichário, o depósito e escada de acesso às "celinhas de estudo", as estantes de metal, os elevadores, os carrinhos de transporte e monta-cargas;

a.5) no segundo andar:

- xiv) a sala João Monteiro;

a.6) no terceiro andar:

- xv) as salas Dino Bueno, Pedro Lessa, Conselheiro Ribas, Brasília Machado, Almeida Júnior, Amâncio de Carvalho, Alcântara Machado e Pires da Motta
- xvi) a Sala da Congregação; a Sala das Togas e o Salão Nobre;
- xvii) a Sala Visconde de São Leopoldo;

a.7) no edifício, em geral:

- xviii) todos os vitrais da Casa Conrado;
- xix) todas as luminárias que possuem o símbolo do Direito, executadas pelo Liceu da artes e Ofícios de São Paulo;

a.8) na Rua Riachuelo:

- xx) com entrada pelo número 194, as dependências do Centro Acadêmico XI de Agosto;
- xxi) a passarela que interliga o conjunto tombado e o novo edifício localizado na Rua Riachuelo esquina com a Avenida e Viaduto Brigadeiro Luís Antônio.

3) Para efeito deste tombamento ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para a área envoltória definidas pelo artigo 137 do Decreto 13.426, de 16.03.79:

- i) O Largo de São Francisco já é objeto de restrições de verticalização dado que ali se encontram as edificações tombadas por este Condephaat: Edifício Saldanha Marinho, Igreja Franciscana da Ordem Seráfica e Igreja de São Francisco.
- ii) Reforça-se, contudo, que nos lotes atuais ou decorrentes de futuras incorporações, defronte do Edifício da Faculdade de Direito, na área que configura o Largo de São Francisco, limitado pelas Ruas Líbero Badaró, José Bonifácio, Senador Paulo Egydio, Cristovão Colombo e Praça Ouvidor Pacheco e Silva, fica inviabilizada qualquer verticalização, além daquela já existente, de modo a garantir a prevalência da escala vertical do edifício Tombado, bem como sua total visibilidade, no quadro daquela paisagem urbana, também definida pelo Edifício Saldanha Marinho, as igrejas franciscanas igualmente tombadas e pela Escola Álvares Penteado.

3 + 3
~

- iii) Para tanto, ficam estipulados, nos itens seguintes a este, os limites de gabaritos das alturas de novas edificações que venham a ser construídas, inclusive em substituição às existentes;
 - iv) Na fachada oposta à fachada do Edifício da Faculdade de Direito, no quarteirão formado pelas ruas José Bonifácio, Senador Paulo Egydio, Largo de São Francisco e Praça Ouvidor Pacheco e Silva deverá ser mantido o gabarito máximo de 18 pavimentos ou 50 metros de altura;
 - v) Na quadra composta pela Ruas Líbero Badaró, José Bonifácio, Praça Ouvidor Pacheco e Silva e Largo de São Francisco não será permitida nenhuma construção;
 - vi) Nas quadras compostas pelas ruas São Francisco, José Bonifácio e do Ouvidor, pelas ruas José Bonifácio, Parque Anhangabaú, Doutor Falcão e Líbero Badaró, e pelas ruas José Bonifácio Líbero Badaró, Praça do Patriarca e Rua São Bento, fica estipulado o gabarito máximo de 12 pavimentos ou 38 metros de altura;
 - vii) As quadras formadas pelas ruas José Bonifácio, São Bento, Direita e Largo da Misericórdia, e pelas ruas Do ouvidor, Av. 23 de Maio, Parque Anhangabaú e Rua São Francisco, será permitido um gabarito máximo de 18 pavimentos ou 50 metros de altura;
 - viii) Nas quadras formadas pelas ruas Senador Paulo Egydio, José Bonifácio, Quintino Bocaiúva e Benjamim Constant, pelas ruas Benjamim Constant, Quintino Bocaiúva, Senador Feijó, Cristovão Colombo e Largo de São Francisco, e pelas ruas Riachuelo, Cristovão Colombo, Senador Feijó, e Quintino Bocaiúva, bem como, pelas edificações que compõem o lado esquerdo da Rua Riachuelo, de quem olha da Rua Quintino Bocaiúva para a Cristovão Colombo, no trecho compreendido por estas mesmas duas ruas, ficam submetidas a um gabarito máximo de 14 pavimentos ou 40 metros de altura; exceto no lote que faz esquina entre as ruas Senador Paulo Egydio e Benjamim Constant que deverá obedecer a um gabarito máximo de 08 pavimentos ou 25 metros de altura; quanto ao lote ocupado pela Escola Álvares Penteado este deverá obedecer ao Tombamento Municipal;
 - ix) Na quadra composta pela ruas Riachuelo, Avenida e Viaduto Brigadeiro Luís Antônio e Avenida 23 de Maio o gabarito máximo permitido será de 15 pavimentos ou 43 metros de altura;
 - x) Os imóveis que se encontram na quadra composta pelo Largo de São Francisco, Rua Cristovão Colombo, Rua Riachuelo, Avenida 23 de Maio, Rua do Ouvidor e Rua de São Francisco e que não são tombados deverão obedecer a um gabarito máximo de 10 pavimentos ou 33 metros de altura
 - xi) Deverão ser computados para cálculo de gabarito ou altura das edificações, os volumes superiores, tais como, entre outros elementos, caixas d'água, casas de máquinas, torres de resfriamento, chaminés etc., cuja instalação estará sujeita à aprovação deste Condephaat.
 - xii) As demais áreas, localizadas fora do perímetro das quadra acima descritas, ficarão isentas de restrições uma vez que já se encontram verticalizadas.
 - xiii) As restrições acima mencionadas encontram-se graficamente representadas em planta anexa;
- 4) Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, autorizado a inscrever no Livro do Tombo pertinente, o bem em referência, para os devidos e legais efeitos.
- 5) Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

344
2

Anexo 01

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

345
1



Parlatório ou Tribuna Livre

Vista frontal – a partir do Largo de São Francisco
Ao fundo: Pórtico da Entrada Principal do edifício da Faculdade de Direito

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

348
/



Parlatório ou Tribuna Livre

Vista Posterior - a partir da frente Entrada Principal do edifício da Faculdade de Direito
Ao fundo: o Largo de São Francisco

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

342
//



Pedra Fundamental

Vista – em relação a Entrada Principal do edifício da Faculdade de Direito
Ao fundo: Arcadas do pórtico da Entrada Principal do edifício da Academia

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

348
/



Pedra Fundamental

"Quantas pedras forem colocadas..."

Detalhe : encontra-se afixada no piso do passeio no Largo de S. Francisco

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA		
TITULO		
ARQUITETO	FASE	FOLHA
VERIFICAÇÃO	VISTO	DATA
DESENHO	ESCALA	DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

349
/



Escultura: O menino e o catavento

Autor: *O. M. di Palma*

Vista Posterior – ao fundo: Parlatório e Edifício da Escola Álvares Penteado

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA		
TITULO		
ARQUITETO	FASE	FOLHA
VERIFICACAO	VISTO	DATA
DESENHO	ESCALA	DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

22/11/2002



Escultura: O menino e o catavento

Autor: *O. M. di Palma*

Vista Frontal – ao fundo: Largo de S. Francisco

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

35/0



Escultura: O idílio ou O beijo

Autor: *Willian Zadig*

Vista Frontal – ao fundo: Tribuna Livre e Largo de S. Francisco

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

352
1
5



Escultura: O idílio ou O beijo

Autor: *Willian Zadig*

Vista Frontal - ao fundo: parte da Tribuna Livre (à direita) e Largo de S. Francisco

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

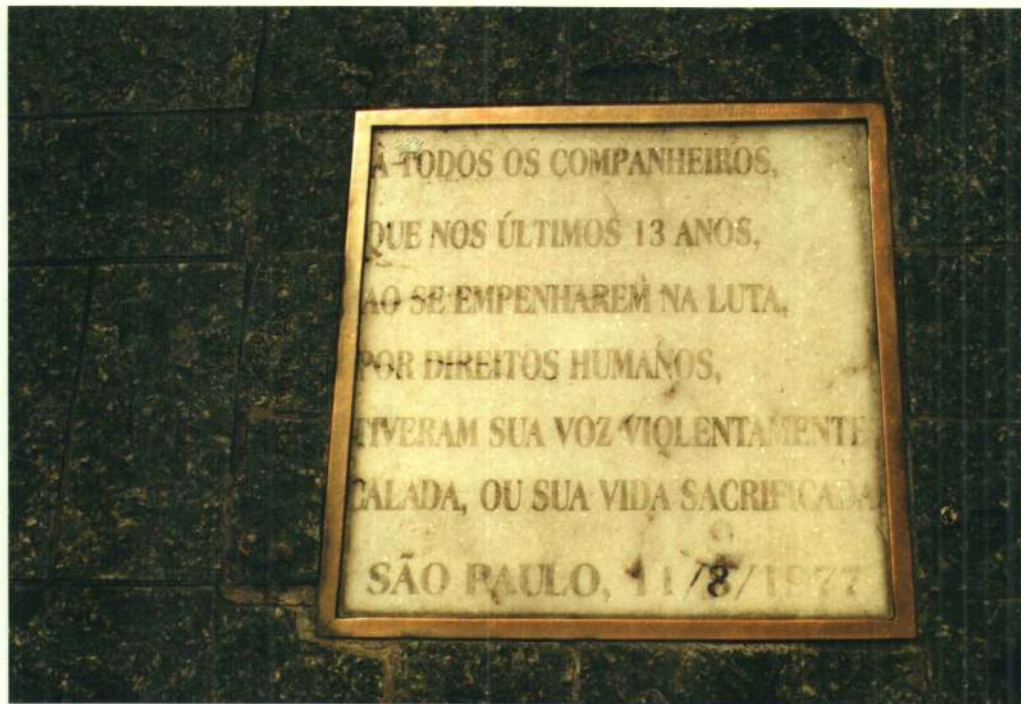
DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

353
11



Placa com inscrição:

"Todos os companheiros..."

Detalhe : afixada no piso do passeio do Largo de S. Francisco em frente ao prédio da Academia

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

354
/



Placa com inscrição:

Castro Alves - 1868

Detalhe : fixada acima do arco de uma das portas principais de acesso ao prédio da Faculdade

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

355
/



Placa com inscrição:

Álvares de Azevedo - 1850

Detalhe : fixada acima do arco de uma das portas principais de acesso ao prédio da Faculdade

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

354
/



Placa com inscrição:
Fagundes Varella - 1863

Detalhe : fixada acima do arco de uma das portas principais de acesso ao prédio da Faculdade

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



Pátio das Arcadas

Detalhe : aspecto atual de um de seus cantos

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



3/59

SALA DA CONGREGAÇÃO
Aspecto da Mesa Diretora
Detalhe : Retrato à óleo de D. Pedro I

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

359
/



SALA DA CONGREGAÇÃO

Pintura de Lambris

Detalhe : Reproduz o documento de criação dos 1ºs. cursos de Ciências Jurídicas no País

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

360
27



SALA DA CONGREGAÇÃO

Relevo c/ o símbolo do Direito

Detalhe do revestimento do espaldar de cadeira: couro em auto relevo estampado

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

361
r



SALA DA CONGREGAÇÃO

Luminárias confeccionadas pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo
Detalhe : aspecto de um de seus recantos e luminárias acesas

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO FASE FOLHA

VERIFICAÇÃO VISTO DATA

DESENHO ESCALA DATA

**SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT**

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO
RUA LIBERIO BADARÓ 39 - 11º ANDAR - CEP 01009 - SÃO PAULO - TELEFONES (011) 257 1311 35 6540

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO



SALA DA CONGREGAÇÃO

Aspecto Geral

Detalhe: vide pintura dos lambrís que revestem as paredes da sala

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA		
TÍTULO		
ARQUITETO	FASE	FOLHA
VERIFICAÇÃO	VISTO	DATA
DESENHO	ESCALA	DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO
RUA LIBERIO RAGARO 39 11º ANDAR CEP 01009 SÃO PAULO TELEFONES: (011) 281 1311 38 8840

IMPRESSÃO OFICIAL DO ESTADO



SALA DA CONGREGAÇÃO

Detalhe do mobiliário

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

364
1
2



SALA DA CONGREGAÇÃO

Acabamentos

Detalhe : Trompe L'oeil – pintura simulando relevos, acima a linha de frisos que arrematam os lambris.

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

OBRA		
TITULO		
ARQUITETO	FASE	FOLHA
VERIFICAÇÃO	VISTO	DATA
DESENHO	ESCALA	DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

365
/



SALA DA CONGREGAÇÃO

Aspecto Geral

Detalhe : Armários em que se guardam as togas

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

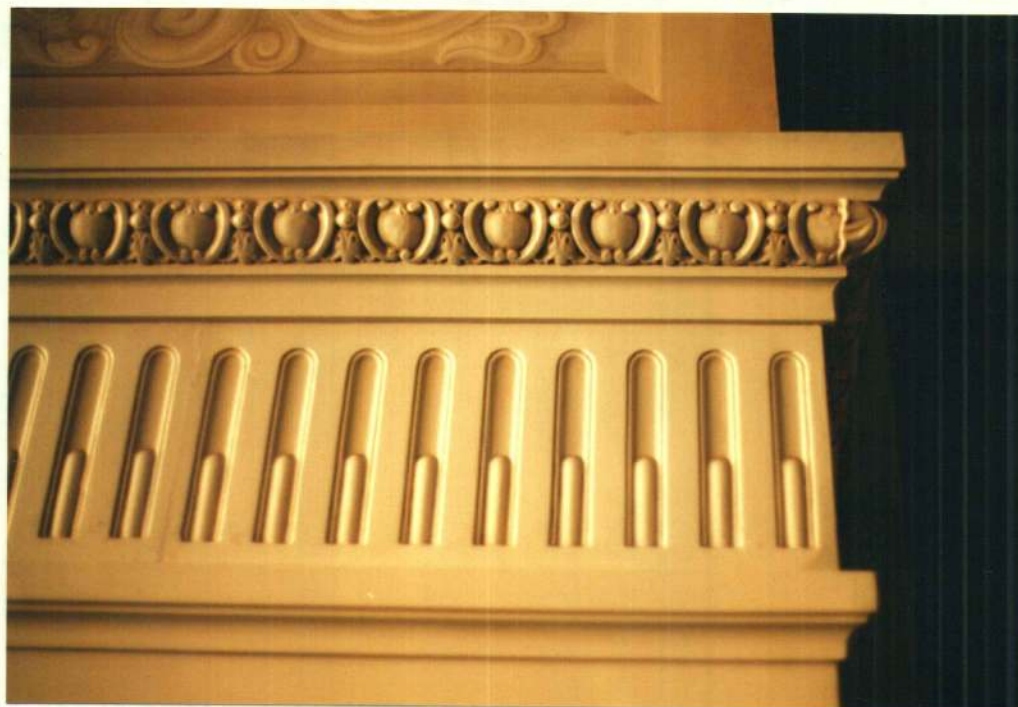
DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

366
/



SALA DA CONGREGAÇÃO

Acabamentos

Detalhe : friso ornamental

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

368
22/11/2002



SALA DA CONGREGAÇÃO

Acabamentos

Detalhe : Detalhe de um dos Lustres pingentes com os Símbolos do Direito

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

368
✓



SALA DA CONGREGAÇÃO

Aspecto Geral

Detalhe : Armários em que se guardam as togas

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

369
/



Sala da Congregação

Detalhe : Relevos no forro, com aplique do símbolo do Direito

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

320
11



SALA VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO

Particular

Detalhe : Placa homenageando o patrono da sala sobre a porta

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



SALA VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO

Museu
Aspecto geral

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



Museu
Aspecto Geral

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO
RUA LIBERO BADARÓ 39 - 11º ANDAR - CEP 01009 - SÃO PAULO - TELEFONES (011) 257 1311 35 6640



SALA VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO
 Aspecto Geral

Detalhe : Portas para o balcão sobre a entrada principal no Lgo de S. Francisco

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
 Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
 Relatório Fotográfico
 Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
 22/11/2002

OBRA		
TITULO		
ARQUITETO	FASE	FOLHA
VERIFICAÇÃO	VISTO	DATA
DESENHO	ESCALA	DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



329
1/1

SALA VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO

Particular

Detalhe : um dos retratos que compõe o decoro da Sala

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

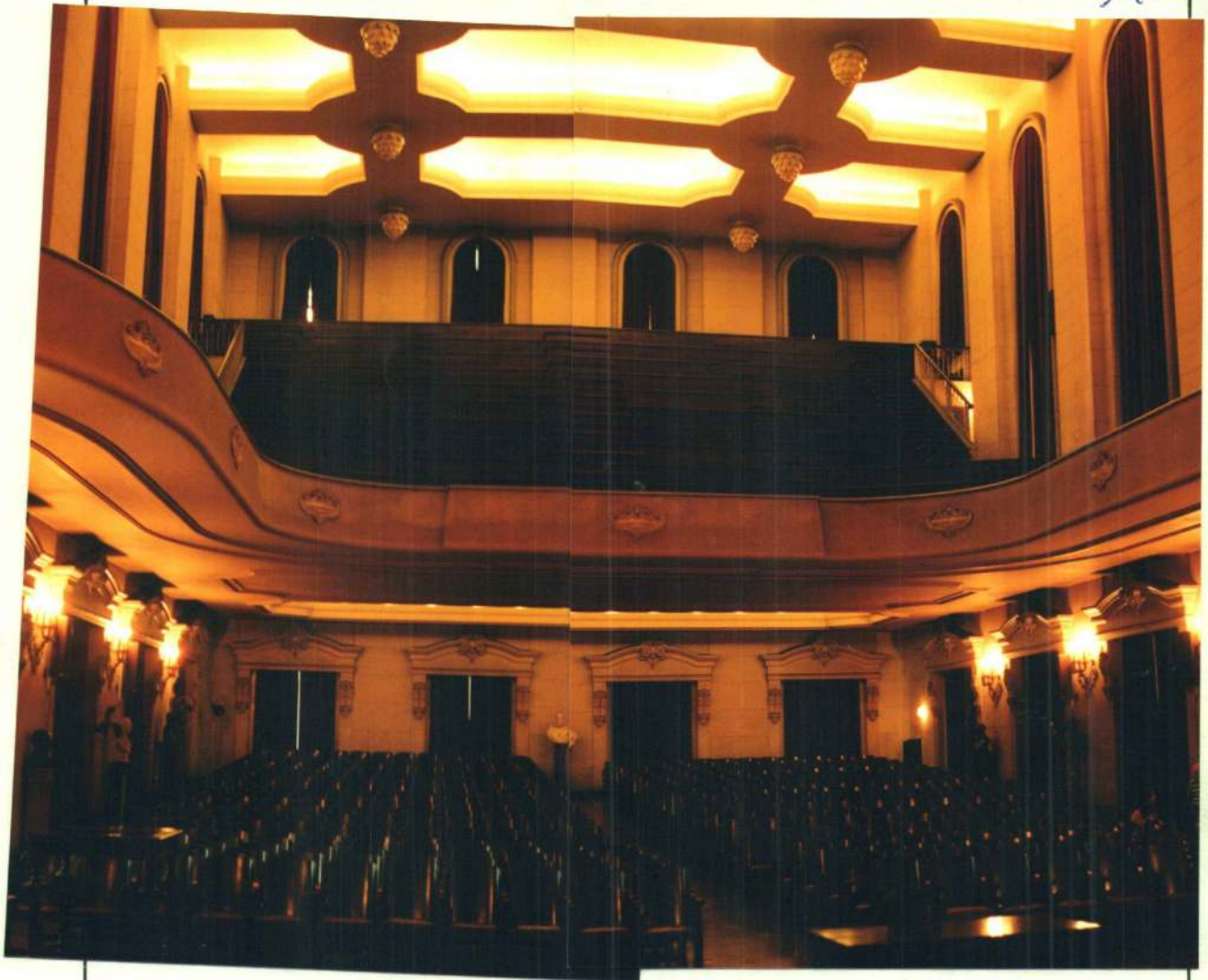
DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

345



SALÃO NOBRE

Aspecto Geral

Detalhe : balcão e platéia

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

376
1/2



SALÃO NOBRE

Detalhe : Cortinas ornamentais que vedam vão sob arcos decorativos

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

377
2



SALÃO NOBRE

Detalhe : cornijas e candelabros

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

378
/



SALÃO NOBRE

Mesa diretora

Detalhe : volutas sobre o arco que emoldura a mesa

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

379
/



CORREDOR DO SEGUNDO ANDAR

Aspecto geral

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

380
/



SALA BRASÍLIO MACHADO

Detalhe : Placa sobre a porta

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

22/11/2002



SALA BRASÍLIO MACHADO
Aspecto Geral

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

322
1/1



SALA BRASÍLIO MACHADO

Detalhe ; Retrato do patrono

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

387
/



SALA BRASÍLIO MACHADO

Detalhe : Espelho original que envolve os interruptores de luz

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

324
1
1



SALA PEDRO LESSA

Detalhe : placa homenageando o patrono sobre a porta de ingresso

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

385
/



SALA PEDRO LESSA
Aspecto geral

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

386
✓



SALA AMÂNCIO DE CARVALHO

Detalhe : placa homenageando o patrono sobre a porta de ingresso

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICACAO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

387
/



SALA AMÂNCIO DE CARVALHO

Detalhe : mesa do professor e, ao fundo, retrato do homenageado

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



SALA A. F. DE ALMEIDA JR.

Detalhe : placa homenageando o patrono sobre a porta de ingresso

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

389
//



SALA A. F. DE ALMEIDA JR.
Aspecto Geral

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

390
/



SALA ALCÂNTARA MACHADO

Detalhe : placa homenageando o patrono sobre a porta de ingresso

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



SALA ALCÂNTARA MACHADO

Detalhe : espaldar da cadeira do professor

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

392
/



SALA ALCÂNTARA MACHADO

Diretor da Academia à época das obras do atual edifício tombado pelo Condephaat
Detalhe : retrato do homenageado

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

398
/



SALA PIRES DA MOTTA

Detalhe : placa homenageando o patrono sobre a porta de ingresso

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

394
/



SALA DINO BUENO

Detalhe : placa homenageando o patrono sobre a porta de ingresso

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



SALA DINO BUENO
Aspecto Geral

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

398
11



SALA DINO BUENO

Detalhe : mesa dos professores

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

397
14



SALA CONSELHEIRO RIBAS

Detalhe : placa homenageando o patrono sobre a porta de ingresso

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

398
/

Anexo 02
Aspectos das áreas envoltórias

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA		
TÍTULO		
ARQUITETO	FASE	FOLHA
VERIFICAÇÃO	VISTO	DATA
DESENHO	ESCALA	DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

399
/



Aspectos das áreas envoltórias

Panorâmica de parte do Largo de São Francisco, a partir da Ladeira de São Francisco (hoje: R. S. Francisco)
Detalhes : à esquerda, parte do Edifício Saldanha Marinho; ao fundo, as Igrejas de São Francisco

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA		
TÍTULO		
ARQUITETO	FASE	FOLHA
VERIFICAÇÃO	VISTO	DATA
DESENHO	ESCALA	DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

400
22/11/2002



Aspectos das áreas envoltórias

Panorâmica do Largo de São Francisco

Detalhes : à direita edifício da Faculdade de Direito e, ao fundo, Escola Álvares Penteados

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

401
/



Aspectos das áreas envoltórias
Panorâmica do Largo de São Francisco
Detalhes : ao fundo, R. Benjamim Constant

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



Aspectos das áreas envoltórias

Panorâmica do Largo de São Francisco
 Detalhes: vista em direção Ruas Libero Badaró, José Bonifácio, Praça Ouvidor Pacheco e Silva e Benjamin Constant. - Notar a área livre (arborizada) pertencente ao Jockey Club

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
 Relatório Fotográfico
 Fotos: STCR/Condephaat - Arqt^o. Sergio De Simone

OBRA		
TÍTULO		
ARQUITETO	FASE	FOLHA
VERIFICAÇÃO	VISTO	DATA
DESENHO	ESCALA	DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO
 RUA LIBERO BADARÓ 39 - 11º ANDAR - CEP 01009 - SÃO PAULO - TELEFONES (011) 257 1311 35 6840

IMPRESSÃO OFICIAL DO ESTADO

403
~



Aspectos das áreas envoltórias
Panorâmica do Largo de São Francisco
Detalhes : ao fundo R. Benjamim Constant

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA		
TÍTULO		
ARQUITETO	FASE	FOLHA
VERIFICAÇÃO	VISTO	DATA
DESENHO	ESCALA	DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

404
/



Aspectos das áreas envoltórias

R. Líbero Badaró, esquina com Rua José Bonifácio
Detalhes: à esquerda parte do Edifício Saldanha Marinho

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA		
TÍTULO		
ARQUITETO	FASE	FOLHA
VERIFICAÇÃO	VISTO	DATA
DESENHO	ESCALA	DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

405
/



Aspectos das áreas envoltórias
Panorâmica da Rua José Bonifácio
Detalhes: vista em direção à Praça da Sé

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

406
22/11/2002



Aspectos das áreas envoltórias

Panorâmica do Largo de S. Francisco
Detalhe: vista p/ as Ruas Líbero Badaró e José Bonifácio

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

407
11



Aspectos das áreas envoltórias
Panorâmica da Rua Cristovam Colombo
Detalhes - à esquerda: R. Senador Feijó

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

408
/



Aspectos das áreas envoltórias
Panorâmica da Rua Cristovam Colombo

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco
Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

409
—
~



Aspectos das áreas envoltórias

Panorâmica do Largo de São Francisco, em direção à Rua S. Francisco
Detalhes – à esquerda: parte da Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

410
=



Aspectos das áreas envoltórias

Panorâmica da Rua Riachuelo

Detalhe: Edifícios altos que ultrapassam a silhueta do Edifício da Faculdade de Direito

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO
RUA LIBERIO BADARÓ 39 - 11º ANDAR - CEP 01009 - SÃO PAULO - TELEFONES (011) 257 1311 35 6640

411
/



Aspectos das áreas envoltórias

Panorâmica do Largo de S. Francisco
Detalhe: vista p/ a Rua S. Francisco (à direita: Edif. Saldanha Marinho)

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

4/12/2

22/11/2002



Aspectos das áreas envoltórias

Panorâmica da R. Senador Feijó

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

413
/



Aspectos das áreas envoltórias

Panorâmica da R. Cristovam Colombo
Detalhe: vista parcial da fachada do Edifício da Faculdade de Direito

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



Aspectos das áreas envoltórias

Rua Riachuelo

Detalhe : Passadiço que interliga o Edifício da Faculdade de Direito do largo de São Francisco ao edifício novo, construído na esquina da Av. e Viaduto Brig. Luis Antonio, por sobre a R. Riachuelo.

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

415
/



Aspectos das áreas envoltórias

Rua Riachuelo

Detalhe : Passadiço que interliga o Edifício da Faculdade de Direito do largo de São Francisco ao edifício novo, construído na esquina da Av. e Viaduto Brig. Luis Antonio, por sobre a R. Riachuelo.

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

416
/



Aspectos das áreas envoltórias

Rua Riachuelo

Detalhe : Passadiço que interliga o Edifício da Faculdade de Direito do largo de São Francisco ao edifício novo, construído na esquina da Av. e Viaduto Brig. Luis Antonio, por sobre a R. Riachuelo.

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

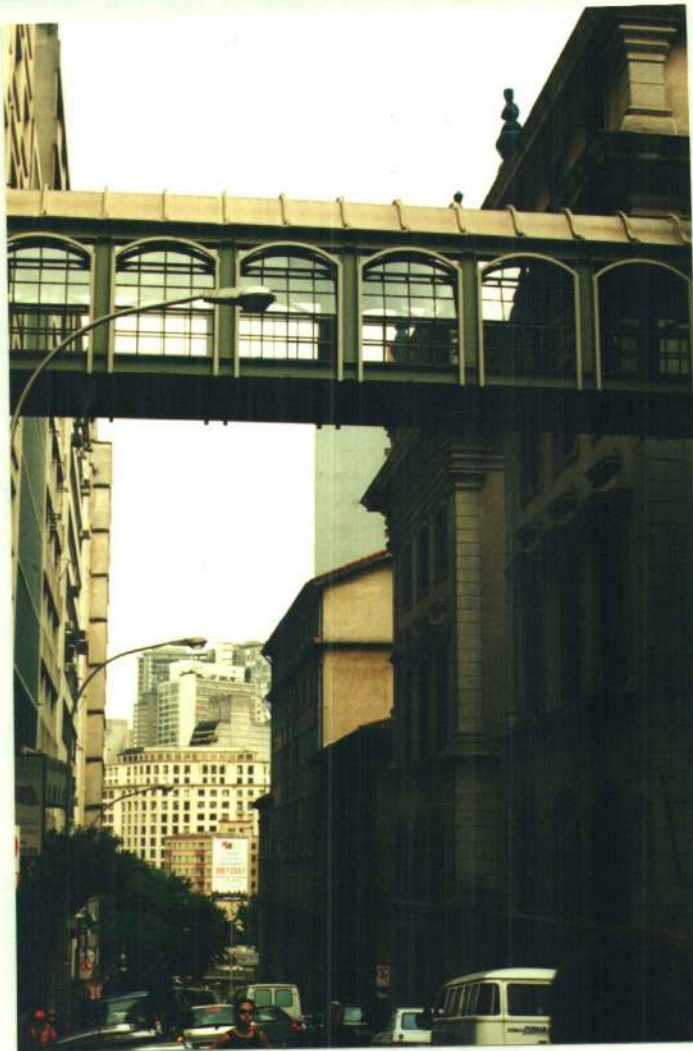
DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



4/17
/

Aspectos das áreas envoltórias

Rua Riachuelo

Detalhe : Passadiço que interliga o Edifício da Faculdade de Direito do largo de São Francisco ao edifício novo, construído na esquina da Av. e Viaduto Brig. Luis Antonio, por sobre a R. Riachuelo.

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



Aspectos das áreas envoltórias

Rua Riachuelo, 194

Detalhe : Centro Acadêmico

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



Aspectos das áreas envoltórias

Rua Riachuelo

Detalhe : Passadiço que interliga o Edifício da Faculdade de Direito do largo de São Francisco ao edifício novo, construído na esquina da Av. e Viaduto Brig. Luis Antonio, por sobre a R. Riachuelo.

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

420
/

Anexo 03

Plantas da região e da Proposta de Regulamentação das áreas envoltórias
Mapas de referência - Fonte: Associação Viva o Centro

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

421
/

Anexo 03 a

Localização do Bem Tombado e seu entorno
Mapas de referência – Fonte: Associação Viva o Centro

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TÍTULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

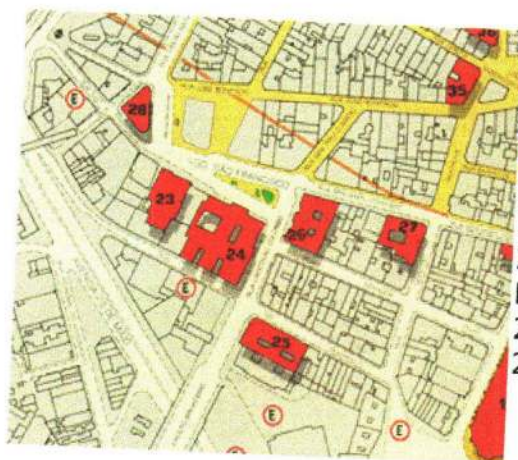
DESENHO

ESCALA

DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

422
/



MAPA IGREJAS DE SÃO FRANCISCO

- 23- Igreja de São Francisco
- 24- Faculdade de Direito da USP
- 25- Secretaria de Viação e Obras Públicas
- 26- Escola de Comércio Álvares Penteado
- 27- Casa das Arcadas
- 28- Edifício Saldanha Marinho

424
/

Anexo 03 b

Localização das ruas próximas envolvidas diretamente no tombamento
Mapas de referência – Fonte: Associação Viva o Centro

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias

Relatório Fotográfico

Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone

22/11/2002

OBRA		
TITULO		
ARQUITETO	FASE	FOLHA
VERIFICAÇÃO	VISTO	DATA
DESENHO	ESCALA	DATA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

426
/

Anexo 03 c

Proposta de regulamentação das áreas envoltórias: representação gráfica
Mapas de referência – Fonte: Associação Viva o Centro

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Proposta de Minuta de Tombamento e Regulamentação das áreas envoltórias
Relatório Fotográfico
Fotos: STCR/Condephaat - Arqtº. Sergio De Simone
22/11/2002

OBRA

TITULO

ARQUITETO

FASE

FOLHA

VERIFICAÇÃO

VISTO

DATA

DESENHO

ESCALA

DATA

**SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT**



LEGENDA:

- BEM TOMADO
- FAC. DE DIREITO DO US. SÃO FRANCISCO
- IMÓVEIS TOMADOS NAS MEDIDAS
- ÁREAS COM RESERVAÇÃO DE
- 10 PAVIMENTOS ou 5 metros
- 12 PAVIMENTOS ou 50 metros
- 14 PAVIMENTOS ou 48 metros
- 15 PAVIMENTOS ou 45 metros
- 18 PAVIMENTOS ou 50 metros
- ÁREA NÃO ZEIFICADA
- ÁREA VERDE
- DESEMPRETA
- DESEMPRETA
- 25 metros

• GARANTIA MÁXIMO PERMITIDO:

OPERAÇÃO DE BEM TOMADO
 DESEMPRETAÇÃO DAS ÁREAS ENVOLVIDAS
 DATA: 23/11/2002

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
 CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E LINGÜÍSTICO
 RUA LIBERIO BARRO 38 - 11. ANDAR - CEP. 01008-900 - SÃO PAULO - TEL: (011) 247-1211



428
/

Do	Número	Ano	Rubrica
Processo CONDEPHAAT	21.369	80	

Int.: SECRETÁRIO DA CULTURA

Ass.: Tombamento do prédio que abriga a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Largo São Francisco - Capital

SÍNTESE DE DECISÃO DO EGRÉGIO COLEGIADO
SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE NOVEMBRO DE 2002.
ATA Nº 1265

O Egrégio Colegiado deliberou aprovar a minuta de Resolução de tombamento da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Tribuna Livre, localizadas no Largo São Francisco, nesta Capital, com exceção do artigo 3º, relativo à regulamentação da área envoltória, que deverá ser excluído para novas discussões com o Pró-Centro.

1. Ao GP para encaminhamento dos autos ao Gabinete do Senhor Secretário para apreciação.

GP/CONDEPHAAT, 25 de novembro de 2002.

JOSÉ ROBERTO F. MELHEM
Presidente

/emws.-

Seção de Expediente	58
Recorrido em	12/12/02
Ao	10 horas 093
Por	Porto
Protocolado em	1



429
/

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO SC. N.º 185, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002.

Dispõe sobre o tombamento do Conjunto Arquitetônico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Tribuna Livre do Largo de São Francisco.

O Secretário da Cultura nos termos do Artigo 1º do Decreto-Lei n.º 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto 13.426, de 16 de março de 1979, cujos artigos 34 a 139 permanecem em vigor por força dos artigos 19 e 187 do Decreto 20.955 de 1º de junho de 1983, resolve:

Artigo 1º - *Fica tombado como bem cultural de interesse histórico, arquitetônico e urbanístico o conjunto arquitetônico da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo, incluindo a Tribuna Livre na calçada fronteira, situados no Largo de São Francisco, nesta Capital.*

Trata-se de marco histórico de extrema importância para a história cultural do País, bem como exemplar arquitetônico vinculado aos códigos formais do Neo-Colonial, corrente que na década de 1930 expressou a busca e legitimação de uma arquitetura nacional, utilizando-se do repertório do barroco brasileiro, reelaborado pelo arquiteto Ricardo Severo.

Artigo 2º - *O presente tombamento aplica-se aos seguintes elementos do conjunto aludido:*

- a) Edifício principal, incluindo todos os apliques e detalhes originais, internos e externos, que expressam formalmente a peculiaridade de suas características artísticas e arquitetônicas; além disso destacam-se os seguintes elementos:*



430
—
—

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

a.1) no pavimento térreo, situados na calçada em frente ao edifício, no Largo de São Francisco:

- i) a Tribuna Livre, situada em frente a sua entrada principal;
- ii) a placa sobre a pedra fundamental com os dizeres: "Quantas pedras forem...";
- iii) a estátua "O idílio", também conhecida como "O Beijo", de Willian Zadig;
- iv) a escultura "O menino e o catavento", de O. M. di Palma;
- v) Placa com a inscrição "Todos os companheiros...";

a.2) na fachada frontal do edifício:

- vi) as placas de mármore da tríade romântica, que encimam a portada de acesso;

a.3) no pavimento térreo:

- vii) a estátua de José Bonifácio, "o Moço", situado no saguão de ingresso;
- viii) as placas comemorativas afixadas no saguão de entrada;
- ix) as placas comemorativas afixadas no Pátio da Arcadas;
- x) o "elevador privativo dos senhores professores";
- xi) os lustres fixados em torno do saguão e do pátio das arcadas;
- xii) as salas Conselheiro Crispiniano, Barão de Ramalho; João Mendes Júnior, Francisco Morato e João Braz E. O. Arruda;

a.4) no primeiro andar:



431
—
—

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

xiii) a Biblioteca, incluindo a sala de consulta, a chapelaria, a sala e móveis do fichário, o depósito e escada de acesso às "celinhas de estudo", as estantes de metal, os elevadores, os carrinhos de transporte e monta-cargas;

a.5) no segundo andar:

xiv) a sala João Monteiro;

a.6) no terceiro andar:

xv) as salas Dino Bueno, Pedro Lessa, Conselheiro Ribas, Brasília Machado, Almeida Júnior, Amâncio de Carvalho, Alcântara Machado e Pires da Motta

xvi) a Sala da Congregação; a Sala das Togas e o Salão Nobre;

xvii) a Sala Visconde de São Leopoldo;

a.7) no edifício, em geral:

xviii) todos os vitrais da Casa Conrado;

xix) todas as luminárias que possuem o símbolo do Direito, executadas pelo Liceu da artes e Ofícios de São Paulo;

a.8) na Rua Riachuelo:

xx) com entrada pelo número 194, as dependências do Centro Acadêmico XI de Agosto;

xxi) a passarela que interliga o conjunto tombado e o novo edifício localizado na Rua Riachuelo esquina com a Avenida e Viaduto Brigadeiro Luís Antônio.




432
/

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 3º - Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, autorizado a inscrever no Livro do Tombo pertinente, o bem em referência, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.



MARCOS MENDONÇA
Secretário da Cultura

CULTURA

Secretário: MARCOS RIBEIRO DE MENDONÇA

Rua Mauá, 51 - Luz - CEP 01028-900

Tel. 3351-8000

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SC - 185, de 12-12-2002

Dispõe sobre o tombamento do Conjunto Arquitetônico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Tribuna Livre do Largo de São Francisco

O Secretário da Cultura nos termos do Artigo 1º do Decreto-Lei 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto 13.426, de 16 de março de 1979, cujos artigos 34 a 139 permanecem em vigor por força dos artigos 19 e 187 do Decreto 20.955 de 1º de junho de 1983, resolve:

Artigo 1º - Fica tombado como bem cultural de interesse histórico, arquitetônico e urbanístico o conjunto arquitetônico da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo, incluindo a Tribuna Livre na calçada fronteira, situados no Largo de São Francisco, nesta Capital.

Trata-se de marco histórico de extrema importância para a história cultural do País, bem como exemplar arquitetônico vinculado aos códigos formais do Neo-Colonial, corrente que na década de 1930 expressou a busca e legitimação de uma arquitetura nacional, utilizando-se do repertório do barroco brasileiro, reelaborado pelo arquiteto Ricardo Severo.

Artigo 2º - o presente tombamento aplica-se aos seguintes elementos do conjunto aludido:

a) Edifício principal, incluindo todos os apliques e detalhes originais, internos e externos, que expressam formalmente a peculiaridade de suas características artísticas e arquitetônicas; além disso destacam-se os seguintes elementos:

a.1) no pavimento térreo, situados na calçada em frente ao edifício, no Largo de São Francisco:

i) a Tribuna Livre, situada em frente a sua entrada principal;

ii) a placa sobre a pedra fundamental com os dizeres: "Quantas pedras forem...";

iii) a estátua "O idílio", também conhecida como "O Beijo", de Willian Zadig;

iv) a escultura "O menino e o catavento", de O. M. di Palma;

v) Placa com a inscrição "Todos os companheiros...";

a.2) na fachada frontal do edifício:

vi) as placas de mármore da tríade romântica, que encimam a portada de acesso;

a.3) no pavimento térreo:

vii) a estátua de José Bonifácio, "o Moço", situado no saguão de ingresso;

viii) as placas comemorativas afixadas no saguão de entrada;

ix) as placas comemorativas afixadas no Pátio das Arcadas;

x) o "elevador privativo dos senhores professores";

xi) os lustres fixados em torno do saguão e do pátio das arcadas;

xii) as salas Conselheiro Crispiniano, Barão de Ramalho; João Mendes Júnior, Francisco Morato e João Braz E. O. Arruda;

a.4) no primeiro andar:

xiii) a Biblioteca, incluindo a sala de consulta, a chapelaria, a sala e móveis do fichário, o depósito e escada de acesso às "celinhas de estudo", as estantes de metal, os elevadores, os carrinhos de transporte e monta-cargas;

a.5) no segundo andar:

xiv) a sala João Monteiro;

a.6) no terceiro andar:

xv) as salas Dino Bueno, Pedro Lessa, Conselheiro Ribas, Brasília Machado, Almeida Júnior, Amâncio de Carvalho, Alcântara Machado e Pires da Motta

xvi) a Sala da Congregação; a Sala das Togas e o Salão Nobre;

xvii) a Sala Visconde de São Leopoldo;

a.7) no edifício, em geral:

xviii) todos os vitrais da Casa Conrado;

xix) todas as luminárias que possuem o símbolo do Direito, executadas pelo Liceu da artes e Ofícios de São Paulo;

a.8) na Rua Riachuelo:

xx) com entrada pelo número 194, as dependências do Centro Acadêmico XI de Agosto;

xxi) a passarela que interliga o conjunto tombado e o novo edifício localizado na Rua Riachuelo esquina com a Avenida e Viaduto Brigadeiro Luís Antônio.

Artigo 3º - Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, autorizado a inscrever no Livro do Tombo pertinente, o bem em referência, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CULTURA

Secretário: MARCOS RIBEIRO DE MENDONÇA
Rua Mauá, 51 - Luz - CEP 01028-900
Tel. 3351-8000

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SC - 185, de 12-12-2002

Dispõe sobre o tombamento do Conjunto Arquitetônico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Tribuna Livre do Largo de São Francisco

O Secretário da Cultura nos termos do Artigo 1º do Decreto-Lei 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto 13.426, de 16 de março de 1979, cujos artigos 34 a 139 permanecem em vigor por força dos artigos 19 e 187 do Decreto 20.955 de 1º de junho de 1983, resolve:

Artigo 1º - Fica tombado como bem cultural de interesse histórico, arquitetônico e urbanístico o conjunto arquitetônico da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo, incluindo a Tribuna Livre na calçada fronteira, situados no Largo de São Francisco, nesta Capital.

Trata-se de marco histórico de extrema importância para a história cultural do País, bem como exemplar arquitetônico vinculado aos códigos formais do Neo-Colonial, corrente que na década de 1930 expressou a busca e legitimação de uma arquitetura nacional, utilizando-se do repertório do barroco brasileiro, reelaborado pelo arquiteto Ricardo Severo.

Artigo 2º - o presente tombamento aplica-se aos seguintes elementos do conjunto aludido:

a) Edifício principal, incluindo todos os apliques e detalhes originais, internos e externos, que expressam formalmente a peculiaridade de suas características artísticas e arquitetônicas; além disso destacam-se os seguintes elementos:

a.1) no pavimento térreo, situados na calçada em frente ao edifício, no Largo de São Francisco:

i) a Tribuna Livre, situada em frente a sua entrada principal;

ii) a placa sobre a pedra fundamental com os dizeres: "Quantas pedras forem...";

iii) a estátua "O idílio", também conhecida como "O Beijo", de Willian Zadig;

iv) a escultura "O menino e o catavento", de O. M. di Palma;

v) Placa com a inscrição "Todos os companheiros...";

a.2) na fachada frontal do edifício:

vi) as placas de mármore da tríade romântica, que encimam a portada de acesso;

a.3) no pavimento térreo:

vii) a estátua de José Bonifácio, "o Moço", situada no saguão de ingresso;

viii) as placas comemorativas fixadas no saguão de entrada;

ix) as placas comemorativas fixadas no Pátio das Arcadas;

x) o "elevador privativo dos senhores professores";

xi) os lustres fixados em torno do saguão e do pátio das arcadas;

xii) as salas Conselheiro Crispiniano, Barão de Ramalho; João Mendes Junior, Francisco Morato e João Braz E. O. Arruda;

a.4) no primeiro andar:

xiii) a Biblioteca, incluindo a sala de consulta, a chaparia, a sala e móveis do fichário, o depósito e escada de acesso às "celinhas de estudo", as estantes de metal, os elevadores, os carrinhos de transporte e monta-cargas;

a.5) no segundo andar:

xiv) a sala João Monteiro;

a.6) no terceiro andar:

xv) as salas Dino Bueno, Pedro Lassa, Conselheiro Ribes, Brasília Machado, Almeida Júnior, Amâncio de Carvalho, Alcântara Machado e Pires da Motta

xvi) a Sala da Congregação; a Sala das Togas e o Salão Nobre;

xvii) a Sala Visconde do São Leopoldo;

a.7) no edifício, em geral:

xviii) todos os vitrais da Casa Conrado;

xix) todas as luminárias que possuem o símbolo do Direito, executadas pelo Liceu de artes e Ofícios de São Paulo;

a.8) na Rua Riachuelo:

xx) com entrada pelo número 194, as dependências do Centro Acadêmico XI de Agosto;

xxi) a passarela que interliga o conjunto tombado e o novo edifício localizado na Rua Riachuelo esquina com a Avenida e Viaduto Brigadeiro Luís Antônio.

Artigo 3º - Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, autorizado a inscrever no Livro do Tombo pertinente, o bem em referência, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,
Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
Rua Mauá nº 51 - 2º andar - Bairro da Luz - São Paulo - SP
Cep: 01028-900
Tel: 3351.8002 Fax - 3337.3955

2136
**SECRETARIA
DE ESTADO
DA CULTURA**

Ofício GP-110/03
Processo 21.369/80

São Paulo, 15 de janeiro de 2003.

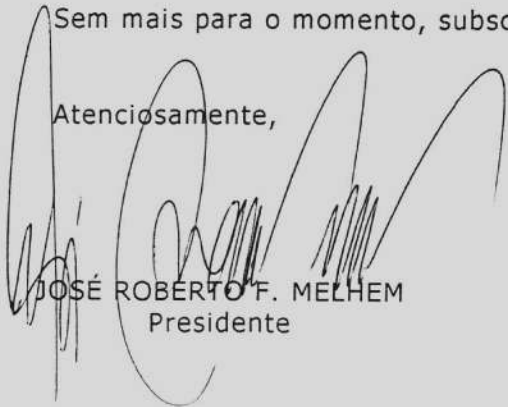
Prezado Senhor,

Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, temos o prazer de encaminhar cópia da Resolução SC-185/02, publicada no DOE de 1º/01/2003, que tombou o Conjunto Arquitetônico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e sua Tribuna Livre, localizados no Largo São Francisco, nesta Capital, por se tratar de marco histórico e arquitetônico de extrema importância para a história cultural do País.

Salientamos que, conforme prevê o artigo 134 do Decreto Estadual nº 13.426/79, quaisquer intervenções no bem tombado deverão ser previamente analisadas por este CONDEPHAAT, que está à inteira disposição para o que couber.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,



JOSÉ ROBERTO F. MELHEM
Presidente

Senhor
Dr. EDUARDO CÉSAR SILVEIRA VITA MARCHI
Diretor da Faculdade de Direito da USP
Largo São Francisco nº 95
CAPITAL
01005-010

/emws.-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,
Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
Rua Mauá nº 51 - 2º andar - Bairro da Luz - São Paulo - SP
Cep: 01028-900
Tel: 3351.8002 Fax - 3337.3955

SECRETARIA
DE ESTADO
DA CULTURA

Ofício GP-111/03
Processo 21.369/80

São Paulo, 15 de janeiro de 2003.

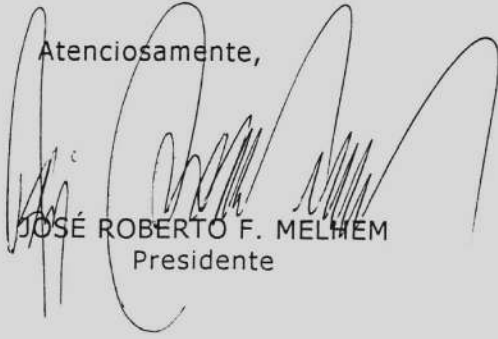
Magnífico Reitor,

Cumprimentando cordialmente Vossa Magnificência, temos o prazer de encaminhar cópia da Resolução SC-185/02, publicada no DOE de 1º/01/2003, que tombou o Conjunto Arquitetônico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e sua Tribuna Livre, localizados no Largo São Francisco, nesta Capital, por se tratar de marco histórico e arquitetônico de extrema importância para a história cultural do País.

Salientamos que, conforme prevê o artigo 134 do Decreto Estadual nº 13.426/79, quaisquer intervenções no bem tombado deverão ser previamente analisadas por este CONDEPHAAT, que está à inteira disposição para o que couber.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,


JOSÉ ROBERTO F. MELHEM
Presidente

Exmo. Senhor
Dr. ADOLPHO JOSÉ MELFI
MD. Reitor da Universidade de São Paulo
Rua da Reitoria, 109
Cidade Universitária - São Paulo - SP
05508-900

/emws.-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,
Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
Rua Mauá nº 51 - 2º andar - Bairro da Luz - São Paulo - SP
Cep: 01028-900
Tel: 3351.8002 Fax - 3337.3955

438
SECRETARIA
DE ESTADO
DA CULTURA

Ofício GP-112/03
Processo 21.369/80

São Paulo, 15 de janeiro de 2003.

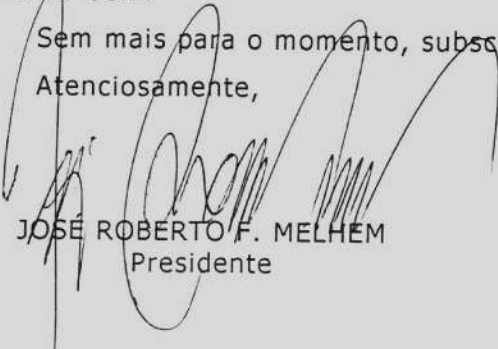
Prezado Senhor,

Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, temos o prazer de encaminhar cópia da Resolução SC-185/02, publicada no DOE de 1º/01/2003, que tombou o Conjunto Arquitetônico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e sua Tribuna Livre, localizados no Largo São Francisco, nesta Capital, por se tratar de marco histórico e arquitetônico de extrema importância para a história cultural do País.

Salientamos que, conforme prevê o artigo 134 do Decreto Estadual nº 13.426/79, quaisquer intervenções no bem tombado deverão ser previamente analisadas por este CONDEPHAAT.

Ainda de acordo com o referido Decreto, Artigo 137, informamos que as intervenções a serem realizadas no raio de 300 (trezentos) metros em torno do referido bem tombado, deverão ser previamente aprovadas por este CONDEPHAAT, para evitar prejuízo à visibilidade ou destaque do bem.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,
Atenciosamente,



JOSÉ ROBERTO F. MELHEM
Presidente

Senhor
SÉRGIO MARASCO TORRECILAS
DD. Sub Prefeito da Sé
Av. do Estado, 900
CAPITAL
01108-900

/emws.-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,
Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
Rua Mauá nº 51 - 2º andar - Bairro da Luz - São Paulo - SP
Cep: 01028-900
Tel: 3351.8002 Fax - 3337.3955

439
**SECRETARIA
DE ESTADO
DA CULTURA**

Ofício GP-113/03
Processo 21.369/80

São Paulo, 15 de janeiro de 2003.

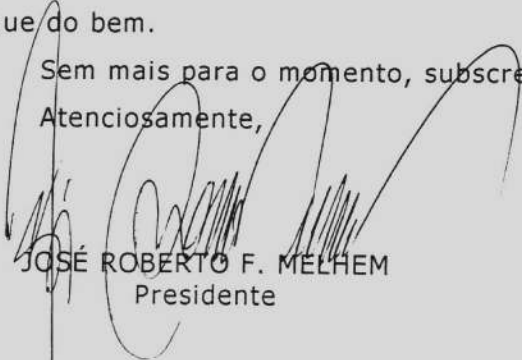
Prezado Senhor,

Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, temos o prazer de encaminhar cópia da Resolução SC-185/02, publicada no DOE de 1º/01/2003, que tombou o Conjunto Arquitetônico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e sua Tribuna Livre, localizados no Largo São Francisco, nesta Capital, por se tratar de marco histórico e arquitetônico de extrema importância para a história cultural do País.

Salientamos que, conforme prevê o artigo 134 do Decreto Estadual nº 13.426/79, quaisquer intervenções no bem tombado deverão ser previamente analisadas por este CONDEPHAAT.

Ainda de acordo com o referido Decreto, Artigo 137, informamos que as intervenções a serem realizadas no raio de 300 (trezentos) metros em torno do referido bem tombado, deverão ser previamente aprovadas por este CONDEPHAAT, para evitar prejuízo à visibilidade ou destaque do bem.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,
Atenciosamente,



JOSÉ ROBERTO F. MELHEM
Presidente

Senhor
Dr. JAIR DE CASTRO OLIVEIRA VICENTE
DD. Delegado Titular da 1ª Delegacia de Polícia
Rua da Glória, 410
CAPITAL
01510-000

/emws.-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico,
Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
Rua Mauá nº 51 - 2º andar - Bairro da Luz - São Paulo - SP
Cep: 01028-900
Tel: 3351.8002 Fax - 3337.3955

2140
**SECRETARIA
DE ESTADO
DA CULTURA**

Ofício GP-114/03
Processo 21.369/80

São Paulo, 15 de janeiro de 2003.

Prezada Senhora,

Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, temos o prazer de encaminhar cópia da Resolução SC-185/02, publicada no DOE de 1º/01/2003, que tombou o Conjunto Arquitetônico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e sua Tribuna Livre, localizados no Largo São Francisco, nesta Capital, por se tratar de marco histórico e arquitetônico de extrema importância para a história cultural do País.

Salientamos que, conforme prevê o artigo 134 do Decreto Estadual nº 13.426/79, quaisquer intervenções no bem tombado deverão ser previamente analisadas por este CONDEPHAAT.

Ainda de acordo com o referido Decreto, Artigo 137, informamos que as intervenções a serem realizadas no raio de 300 (trezentos) metros em torno do referido bem tombado, deverão ser previamente aprovadas por este CONDEPHAAT, para evitar prejuízo à visibilidade ou destaque do bem.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,
Atenciosamente,



JOSÉ ROBERTO F. MELHEM
Presidente

Senhora
Dr.ª LEILA REGINA DIÊGOLI
DD. Presidente do CONPRESP
Praça Cel. Fernando Prestes, 152
CAPITAL
01124-060

/emws.-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

443

Do Processo Condephaat	Número 21.369	Ano 80	Rubrica
---------------------------	------------------	-----------	---------

INT.: SECRETÁRIO DA CULTURA

ASS.: Tombamento do prédio que abriga a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no largo São Francisco – Capital.

À STA para inscrição no respectivo livro do tomo.

GP/Condephaat, 17 de janeiro de 2003.


JOSE ROBERTO MELHEM
Presidente

/fcsm.,

Assunto: Minuta de Inscrição no Livro do Tombo do Edifício da Faculdade de Direito do largo de São Francisco - São Paulo

Interessado: Condephaat

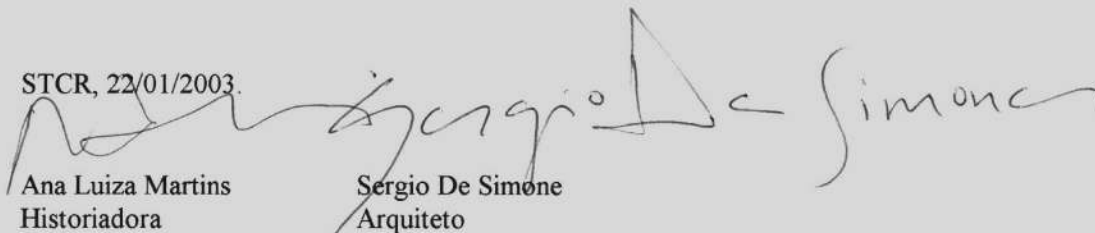
Sr. Diretor do STCR.

Encaminhamos a esta DT., minuta de inscrição no Livro do Tombo do Edifício da *Academia de Direito do Largo de São Francisco*, atual Faculdade de Direito da USP, com vistas à conclusão dos autos referentes aos estudos que visam a preservação do referido bem cultural.

STCR, 22/01/2003.

Ana Luiza Martins
Historiadora

Sergio De Simone
Arquiteto



MINUTA DE INSCRIÇÃO NO LIVRO DO TOMBO: EDIFÍCIO DA FACULDADE DE DIREITO DO LARGO DE SÃO FRANCISCO

IDENTIFICAÇÃO: Fica tombado como bem cultural de interesse para a memória da sociedade paulista o edifício da antiga *Academia de Direito do Largo de São Francisco*, atual Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, localizado no Largo de São Francisco - Município de São Paulo.

Trata-se de exemplar característico e representativo da corrente arquitetônica vinculada aos códigos formais e compositivos do Neocolonial, de marcante presença no cenário arquitetônico paulista entre os anos 30 e 40 do século passado, refletindo a tendência de cunho nacionalista de associação desta linguagem plástica e técnica às visões específicas de uma arte tradicional brasileira, propugnada pelo arquiteto português Ricardo Severo, aqui radicado e sócio do maior despacho de projetos e obras daquela época em São Paulo: o Escritório Técnico Ramos de Azevedo - Severo & Villares. Esta proposta formal procurou atender à demanda de parte da elite paulista que aspirava por reafirmar-se frente à emergência social de imigrantes e à nova ordem que se estabelecia no Governo da República: o *Governo Vargas*. A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco se inscreve neste panorama de maneira notável e monumental, sendo um dos únicos exemplares de edifício público no estilo em nossa capital.

Este edifício foi projetado pelo já mencionado *Escritório Técnico Ramos de Azevedo - Severo & Villares*, por intermédio de Ricardo Severo, auxiliado por eminentes projetistas daquele quadro técnico, em 1932, para abrigar as novas instalações da *Academia de Direito*, que à época ambicionava modernizar-se. Entretanto, por exigência da comunidade acadêmica procurou-se reproduzir na nova edificação o *Velho Pátio das Arcadas*, palco de importantes fatos relacionados ao exercício da cidadania em nosso país.

Situado próximo às Igrejas de São Francisco, compõe com estas e com os espaços públicos adjacentes um notável e peculiar conjunto urbano característico do Centro da Cidade de São Paulo.

Deste modo, entende-se, o referido imóvel, como habilitado pelo tombamento a figurar como um dos mais importantes exemplares característicos do chamado estilo Neocolonial.

SITUAÇÃO: Largo de São Francisco, s/nº. - Centro - São Paulo - SP.

CARÁTER DO TOMBAMENTO: Histórico, arquitetônico, urbanístico e paisagístico.

RESOLUÇÃO: SC - nº. 185, de 12.12.2002.
DOE do dia 01.01.2003 - págs. 11.

PROCESSOS: Condephaat nº. 21.369/1980 - volumes I e II.

PROPRIETÁRIO: Governo do Estado de São Paulo

INSCRIÇÃO: Livro do Tombo Histórico sob nº. 335, pág. 86, inscrição a ser feita em 23.01.2003.

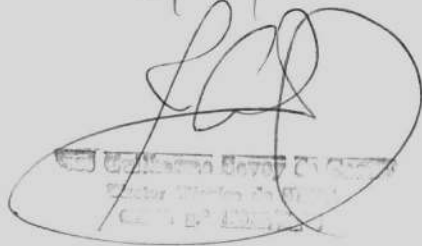
STCR, 22.01.2003.

Ana Luíza Martins
Historiadora

Sergio De Simone
Arquiteto

PO GP
CONFORME SOLICITADO
MINUTA DO RESOLUCA
DE ~~...~~ DO
Esc. DE DIREITO DE J. PAUL

03/02/03



A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains some text, but it is mostly illegible due to the signature and the quality of the scan.

Inscrição feita em 12.02.2003, no Livro
do Tombo Histórico sob nº 335, pag. 86

STA, 12/02/03

Docha

MINUTA DE INSCRIÇÃO NO LIVRO DO TOMBO: EDIFÍCIO DA FACULDADE DE DIREITO DO LARGO DE SÃO FRANCISCO

IDENTIFICAÇÃO: Fica tombado como bem cultural de interesse para a memória da sociedade paulista o edifício da antiga *Academia de Direito do Largo de São Francisco*, atual Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, localizado no Largo de São Francisco - Município de São Paulo.

Trata-se de exemplar característico e representativo da corrente arquitetônica vinculada aos códigos formais e compositivos do Neocolonial, de marcante presença no cenário arquitetônico paulista entre os anos 30 e 40 do século passado, refletindo a tendência de cunho nacionalista de associação desta linguagem plástica e técnica às visões específicas de uma arte tradicional brasileira, propugnada pelo arquiteto português Ricardo Severo, aqui radicado e sócio do maior despacho de projetos e obras daquela época em São Paulo: o Escritório Técnico Ramos de Azevedo - Severo & Villares. Esta proposta formal procurou atender à demanda de parte da elite paulista que aspirava por reafirmar-se frente a emergência social de imigrantes e à nova ordem que se estabelecia no Governo da República: o *Governo Vargas*. A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco se inscreve neste panorama de maneira notável e monumental, sendo um dos únicos exemplares de edifício público no estilo em nossa capital.

Este edifício foi projetado pelo já mencionado *Escritório Técnico Ramos de Azevedo - Severo & Villares*, por intermédio de Ricardo Severo, auxiliado por eminentes projetistas daquele quadro técnico, em 1932, para abrigar as novas instalações da *Academia de Direito*, que à época ambicionava modernizar-se. Entretanto, por exigência da comunidade acadêmica procurou-se reproduzir na nova edificação o *Velho Pátio das Arcadas*, palco de importantes fatos relacionados ao exercício da cidadania em nosso país.

Situado próximo às Igrejas de São Francisco, compõe com estas e com os espaços públicos adjacentes um notável e peculiar conjunto urbano característico do Centro da Cidade de São Paulo.

Deste modo, entende-se, o referido imóvel, como habilitado pelo tombamento a figurar como um dos mais importantes exemplares característicos do chamado estilo Neocolonial.

SITUAÇÃO: Largo de São Francisco, s/nº. - Centro - São Paulo - SP.

CARÁTER DO TOMBAMENTO: Histórico, arquitetônico, urbanístico e paisagístico.

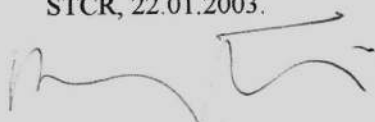
RESOLUÇÃO: SC - nº. 185, de 12.12.2002.
DOE do dia 01.01.2003 - págs. 11.

PROCESSOS: Condephaat nº. 21.369/1980 - volumes I e II.

PROPRIETÁRIO: Governo do Estado de São Paulo

INSCRIÇÃO: Livro do Tombo Histórico sob nº. 335, pág. 86, inscrição a ser feita em
23.01.2003.

STCR, 22.01.2003.



Ana Luíza Martins
Historiadora



Sergio De Simone
Arquiteto



Cópia

**MINUTA DE INSCRIÇÃO NO LIVRO DO TOMBO:
EDIFÍCIO DA FACULDADE DE DIREITO DO LARGO DE SÃO
FRANCISCO**

IDENTIFICAÇÃO: Fica tombado como bem cultural de interesse para a memória da sociedade paulista o edifício da antiga *Academia de Direito do Largo de São Francisco*, atual Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, localizado no Largo de São Francisco - Município de São Paulo.

Trata-se de exemplar característico e representativo da corrente arquitetônica vinculada aos códigos formais e compositivos do Neocolonial, de marcante presença no cenário arquitetônico paulista entre os anos 30 e 40 do século passado, refletindo a tendência de cunho nacionalista de associação desta linguagem plástica e técnica às visões específicas de uma arte tradicional brasileira, propugnada pelo arquiteto português Ricardo Severo, aqui radicado e sócio do maior despacho de projetos e obras daquela época em São Paulo: o Escritório Técnico Ramos de Azevedo - Severo & Villares. Esta proposta formal procurou atender à demanda de parte da elite paulista que aspirava por reafirmar-se frente à emergência social de imigrantes e à nova ordem que se estabelecia no Governo da República: o *Governo Vargas*. A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco se inscreve neste panorama de maneira notável e monumental, sendo um dos únicos exemplares de edifício público no estilo em nossa capital.

Este edifício foi projetado pelo já mencionado *Escritório Técnico Ramos de Azevedo - Severo & Villares*, por intermédio de Ricardo Severo, auxiliado por eminentes projetistas daquele quadro técnico, em 1932, para abrigar as novas instalações da *Academia de Direito*, que à época ambicionava modernizar-se. Entretanto, por exigência da comunidade acadêmica procurou-se reproduzir na nova edificação o *Velho Pátio das Arcadas*, palco de importantes fatos relacionados ao exercício da cidadania em nosso país.

Situado próximo às Igrejas de São Francisco, compõe com estas e com os espaços públicos adjacentes um notável e peculiar conjunto urbano característico do Centro da Cidade de São Paulo.

Deste modo, entende-se, o referido imóvel, como habilitado pelo tombamento a figurar como um dos mais importantes exemplares característicos do chamado estilo Neocolonial.

SITUAÇÃO: Largo de São Francisco, s/nº. - Centro - São Paulo - SP.

CARÁTER DO TOMBAMENTO: Histórico, arquitetônico, urbanístico e paisagístico.

RESOLUÇÃO: SC - nº. 185, de 12.12.2002.
DOE do dia 01.01.2003 - págs. 11.

PROCESSOS: Condephaat nº. 21.369/1980 - volumes I e II.

PROPRIETÁRIO: Governo do Estado de São Paulo

INSCRIÇÃO: Livro do Tombo Histórico sob nº. 335, pág. 86, inscrição a ser feita em 23.01.2003.

STCR, 22.01.2003.

Ana Luíza Martins
Historiadora

Sergio De Simone
Arquiteto



PO GP
CONFORME SOLICITAÇÃO
MINUTA DO RESOLUÇÃO
DO CONDEPAT DO
ESCRITÓRIO DE DIREITO DE J. PAUL

03/02/03

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE CULTURA
CONDEPAT

Inscrição feita em 12.02.2003, no Livro
do Tombamento Histórico sob nº 335, pag. 86

STA, 12/02/03

Doeha



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH - Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

444
/u

Do
Ofício DITC/PRSP nº. 10162/2009

Referência
013/58

Ano
2009

Rubrica

INTERESSADO: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL / PROCURADORIA DA REPÚBLICA
NO ESTADO DE SÃO PAULO**

ASSUNTO: Solicita cópias do processo de tombamento da Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo da Biblioteca.

PRAZO 10 DIAS

Ao Núcleo de Apoio Administrativo - Centro de Documentação para atender, com
trânsito direto para Dr. Mauricio Kojima Nakagome.

UPPH, 18 de maio de 2009.

MARÍLIA ALVES BARBOUR
Coordenadora da UPPH

À
Ass. Técnica

/aafr.

Conforme solicitação, estamos
encaminhando cópia do processo da
Faculdade de Direito para Dr. Mau-
ricio Kojima Nakagome.

- Recebi as cópias
em 19.5.9.

NAA/CD - 19/05/09

R. Souza